



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO**

ALCIMÁRIA FERNANDES DA SILVA

**PERMANÊNCIAS E RECRIAÇÃO DA AGRICULTURA CAMPONESA NO POLO
ASSU/MOSSORÓ (RN)**

**João Pessoa – PB
2023**

ALCIMÁRIA FERNANDES DA SILVA

**PERMANÊNCIAS E RECRIAÇÃO DA AGRICULTURA CAMPONESA NO POLO
ASSU/MOSSORÓ (RN)**

Tese apresentada como requisito à obtenção do título de Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB), sob a orientação do Professor Dr. Anieres Barbosa da Silva.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente.

**João Pessoa-PB
2023**

Ficha catalográfica

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação

S586p Silva, Alcimária Fernandes da.

Permanências e recreação da agricultura camponesa no
polo Assu/Mossoró (RN) / Alcimária Fernandes da Silva.

- João Pessoa, 2023.

299 f. : il.

Orientação: Anieres Barbosa da Silva.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCEN.

1. Agricultura camponesa. 2. Trabalho e ambiente. 3.
Modernização do campo. 4. Polo Assu-Mossoró (RN). I.
Silva, Anieres Barbosa da. II. Título.

UFPB/BC

CDU 631(043)

“Permanências e recriação da agricultura camponesa no Polo Assu/Mossoró (RN)”

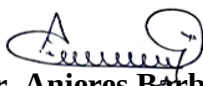
por

Alcimária Fernandes da Silva

Tese de Doutorado apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito total para obtenção do grau de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Território, Trabalho e Ambiente.

Aprovado por:



Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva
(Orientador)



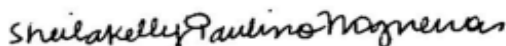
Prof. Dr. Ivan Targino Moreira
Examinador interno



Prof. Dr. Josias de Castro Galvão
Examinador interno



Cícero Nilton Moreira da Silva
Examinador externo



Sheila Kelly Paulino Nogueira
Examinadora externa

DEDICATÓRIA

A todos aqueles que tornaram esse trabalho uma jornada possível. Aos camponeses de todos os territórios, que vivem e resistem em meio às adversidades.

AGRADECIMENTOS

Era 20 de dezembro de 2019, quando fui agraciada por Deus com a aprovação no Doutorado em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Sobre a mistura de emoção e gratidão que tomou conta desse tão sonhado resultado nem me passaram pela cabeça os desafios que deveriam ser percorridos.

Nesse sentido, esse é um momento de gratidão! Gratidão por ter chegado até aqui, gratidão por ter conseguido alcançar mais uma etapa na minha formação acadêmica em um período político, econômico e social tão preocupante para aqueles que como eu sonham com dias melhores.

Essa conquista não se construiu sozinha, ela se deu com a colaboração de muitas pessoas que do âmbito acadêmico à minha conjuntura social e familiar compartilharam das angústias e desafios.

Diante disso, gostaria de começar agradecendo ao Professor Anieres Barbosa da Silva, que gentilmente me acolheu como orientanda e me conduziu pelos melhores caminhos na árdua luta que é pesquisar. A Você todo o meu respeito, admiração e gratidão!

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG também direciono os meus agradecimentos. Em meio a uma pandemia, fomos levados a aulas com o uso de plataformas digitais e o contato humano tão necessário nesse momento não pode ocorrer, entretanto, muitos dos professores nos ajudaram bastante nas reflexões aqui apresentadas e não poderia deixar de registrar o papel dos mesmos na construção dessa tese, nos proporcionando as melhores formas de ver e analisar o nosso objeto, a vocês, toda gratidão!

Aos meus verdadeiros amigos, em especial aqueles que viram de perto a minha caminhada e que em vários momentos se dispuseram a ajudar (Brena Costa, Carla Camila, Bernadete Santiago e Sharlene Bernardino), também estendo os meus agradecimentos. Os laços de amizade e de colaboração em momentos incertos e de fortes desafios são os que levarei para toda a vida, muito obrigada!

Ao meu esposo Carlos André de Freitas, que em nenhum momento me deixou sozinha, percorrendo comigo todos os desafios da pesquisa de campo e compreendendo minhas ausências e inquietações. A você, gratidão!

Estendo os meus agradecimentos a todos aqueles que participaram ativamente da minha pesquisa, em especial as famílias camponesas que humildemente nos receberam em suas casas, à Andreza, colaboradora da Rede Xique Xique, à coordenação da Rede Xique Xique, da

Associação de Produtores e Agricultoras da Feira Agroecológica de Mossoró (APROFAM). A todos vocês que tem sonhado com dias melhores e são sinônimos da resistência camponesa no Polo Assu-Mossoró, todo o meu respeito e admiração!

Finalizo agradecendo a todos que estiveram ao meu lado nessa caminhada, em especial aos professores da banca pela colaboração no Seminário de Tese, na qualificação e agora nesse momento de defesa final. Aos professores Cícero Nilton Moreira da Silva, Josias de Castro Galvão, Ivan Targino Moreira, Marcos Antônio Mitidiero Júnior e Sheila Kelly Paulino Nogueira, meu muito obrigada!

*Eu morrerei de pé como as árvores.
Me matarão de pé.
O sol, como testemunha maior, porá seu lacre
sobre meu corpo duplamente ungido.*

*E os rios e o mar
serão caminho
de todos meus desejos,
enquanto a selva amada sacudirá, de júbilo, suas cúpulas.*

*Eu direi a minhas palavras:
- Não mentia ao gritar-vos.
Deus dirá a meus amigos:
- Certifico
que viveu com vocês esperando este dia.*

*De golpe, com a morte,
minha vida se fará verdade.
Por fim terei amado!.*

(Profecia Extrema - Dom Pedro Casaldáliga)

PERMANÊNCIAS E RECRIAÇÃO DA AGRICULTURA CAMPONESA NO POLO ASSU/MOSSORÓ (RN)

RESUMO

Movido pelo que se convencionou chamar de Revolução Verde, o Brasil, principalmente a partir da década de 1970 e 1980, sob a ação do Estado, passa a sofrer a influência do processo de modernização do campo. Na região Nordeste, o impacto desse processo também se deu com a ação do Estado, por meio de políticas públicas que viabilizaram tanto a realização de projetos de caráter público, como projetos agropecuários da iniciativa privada. Nessa perspectiva, no espaço agrário do Rio Grande do Norte, o que se constituiu no Polo Assu-Mossoró, recorte espacial desse estudo, passa a refletir essas características, sendo sinônimo das contradições provenientes do desenvolvimento do capitalismo no campo, expressando, por um lado, processos de modernização, principalmente com o agronegócio da fruticultura irrigada e, por outro, apresentando-se como um espaço de subjugo, desigualdades sociais, violência, concentração de terras e expropriação de agricultores camponeses, fazendo com que estes se proletarizem ou busquem alternativas para se recriarem. A partir disso, buscamos analisar as permanências e recriação da agricultura camponesa frente à expansão do capital no Polo de Desenvolvimento Integrado Assu-Mossoró (RN). Partimos do pressuposto de que a agricultura camponesa no Polo coabita com dinâmicas de permanências e recriação frente ao capital, entendendo que este não tem gerado o desaparecimento dos agricultores camponeses como anunciaram Kautsky (1980) e Lênin (1982), mas processos de resistências e recriação. Com o suporte da dialética e buscando entender as dinâmicas dos processos que ali ocorrem, sem negligenciar os aspectos históricos que permeiam a construção desse território e o movimento da realidade, traçamos o caminho metodológico pautando-se no uso de pesquisa bibliográfica, documental e empírica, na busca pela apreensão da realidade concreta e da essência do objeto de estudo. Do ponto de vista teórico-conceitual, a tese de doutoramento ora apresentada esteve pautada nos conceitos de espaço, território, Territorialização do Capital, Monopolização do Território pelo Capital, camponês, permanência, recriação camponesa e renda da terra. Os resultados alcançados indicam que no referido Polo o processo de modernização do campo não tem impactado positivamente nos aspectos sociais, já que boa parte da população depende de programas sociais como o Bolsa Família e, embora os agricultores camponeses sejam maioria nesse espaço, predominam em suas mãos os estabelecimentos de pequenas dimensões, enquanto as maiores áreas têm sido apropriadas por agricultores não familiares, além da violência no campo. Por outro lado, registramos empiricamente, vários exemplos que retratam a recriação camponesa, como a luta pela terra, a adesão à agroecologia, as feiras agroecológicas, as sementes crioulas e as organizações camponesas através da formação de grupos de mulheres, o associativismo e o cooperativismo. Essas formas de organização, aliadas a práticas de parceria e arrendamento por parte dos agricultores sem-terra, sinalizam também para formas de resistência ao subjugo ao agronegócio da fruticultura irrigada que circundam os territórios camponeses.

Palavras-Chave: Modernização do campo; Agricultura camponesa; Fruticultura irrigada; Recriação do campesinato; Polo Assu-Mossoró (RN).

PERMANENCES AND RECREATION OF PEASANT AGRICULTURE IN THE ASSU/MOSSORÓ (RN) POLE

ABSTRACT

Moved by what is conventionally called the Green Revolution, Brazil, mainly from the 1970s and 1980s, under the action of the State, began to suffer the influence of the process of modernization of the countryside. In the Northeast region, the impact of this process also occurred with the action of the State, through public policies that made possible both the realization of public projects and agricultural projects of the private sector. From this perspective, in the agrarian space of Rio Grande do Norte, what was constituted in the Assu-Mossoró Pole, spatial area of this study, starts to reflect these characteristics, being synonymous with the contradictions arising from the development of capitalism in the countryside, expressing, on the one hand, modernization processes, mainly with the agribusiness of irrigated fruit growing and, on the other hand, presenting itself as a space of subjugation, social inequalities, violence, land concentration and expropriation of peasant farmers, causing them to proletarianize or seek alternatives to recreate themselves. From this, we seek to analyze the permanence and recreation of peasant agriculture in the face of capital expansion in the Assu-Mossoró (RN) Integrated Development Pole. We start from the assumption that peasant agriculture in the Pole cohabits with dynamics of permanence and recreation in face of capital, understanding that this has not generated the disappearance of peasant farmers as announced by Kautsky (1980) and Lenin (1982), but processes of resistance and recreation. With the support of dialectics and seeking to understand the dynamics of the processes that occur there, without neglecting the historical aspects that permeate the construction of this territory and the movement of reality, we outline the methodological path based on the use of bibliographical, documental and empirical research, in the search for the apprehension of the concrete reality and the essence of the object of study. From a theoretical-conceptual point of view, the doctoral thesis presented here was based on the concepts of space, territory, Territorialization of Capital, Monopolization of Territory by Capital, peasant, permanence, peasant recreation and land income. The results achieved indicate that in the said Pole, the process of modernizing the countryside has not had a positive impact on social aspects, since a good part of the population depends on social programs such as Bolsa Família and, although peasant farmers are the majority in this space, small-scale establishments predominate in their hands, while larger areas have been appropriated by non-family farmers, in addition to violence in the countryside. On the other hand, we empirically recorded several examples that portray peasant recreation, such as the struggle for land, adherence to agroecology, agroecological fairs, creole seeds and peasant organizations through the formation of women's groups, associativism and cooperativism. These forms of organization, combined with practices of partnership and leasing on the part of landless farmers, also point to forms of resistance to the subjugation of the agribusiness of irrigated fruit growing that surround peasant territories.

Keywords: Modernization of the countryside; Peasant agriculture; Irrigated fruit growing; Recreation of the peasantry; Pole Assu-Mossoró (RN).

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 -	Localização Geográfica do Polo de Desenvolvimento Integrado Assu-Mossoró (RN)	28
Mapa 02 -	Localização geográfica do recorte empírico e sua influência sobre os demais municípios do Polo Assu-Mossoró.....	41
Mapa 03 -	Conflitos relacionados a terra, trabalho e água identificados no Polo Assu-Mossoró (1997-2020)	153
Mapa 04 -	Localização geográfica dos assentamentos onde se desenvolveu a pesquisa de campo nos municípios de Açu e Mossoró (RN)	181
Mapa 05 -	A atuação da Rede Xique Xique nos municípios do Polo Assu-Mossoró e no estado do Rio Grande do Norte.....	238
Mapa 06 -	Distribuição Geográfica das comunidades rurais do município de Mossoró que apresentam famílias associadas à APROFAM.....	260

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 -	Aspectos da produção agroecológica de tomates, PA Paulo Freire, Mossoró.....	53
Figura 02 -	Aspectos da produção agroecológica de hortaliças, PA Paulo Freire, Mossoró.....	53
Figura 03 -	Registro de Indicação Geográfica	118
Figura 04 -	Captura da reportagem realizada pelo G1 RN sobre trabalho escravo em municípios do Polo Assu-Mossoró.....	157
Figura 05 -	Criação bovina no PA Bom Lugar II, Açu.....	189
Figura 06 -	Produção de Cera de abelha por assentado do PA Quixaba, Mossoró.....	189
Figura 07 -	Produção de melgueiras por assentado do PA Quixaba, Mossoró.....	189
Figura 08 -	Mel Boa Fé, produzido e embalado no PA Boa Fé, Mossoró.....	190
Figura 09 -	Produção de bolos por Grupo de Mulheres na COOPINGOS, assentamento Novo Pingos, Açu.....	191
Figuras 10, 11 e 12 –	Exposição de produtos da agricultura camponesa do PA Novo Pingos em feira realizada no município de Açu em junho de 2022.....	192
Figura 13 -	Proximidade geográfica entre empresa do agronegócio (Agrosol) e o PA Hipólito.....	196
Figura 14 -	Acesso principal à empresa produtora de melão Agrosol, no município de Mossoró.....	196
Figuras 15 e 16 -	Hortaliças em quintal produtivo do PA Favela, Mossoró.....	203
Figura 17 -	Quintal produtivo no PA Novo Pingo, Açu.....	204
Figura 18 -	Quintal produtivo do PA Mulunguzinho, Mossoró.....	204
Figuras 19, 20 e 21-	Quintal produtivo no PA Mulunguzinho, Mossoró.....	205
Figuras 22 e 23 -	Plantação de tomate cereja e abacaxi em quintal produtivo do PA Mulunguzinho, Mossoró.....	206
Figura 24 -	Quintal produtivo no PA Professor Maurício de Oliveira, Açu.....	206
Figura 25 -	Plantação de acerola e cajueiro em quintal produtivo do PA Mulunguzinho, Mossoró.....	207

Figura 26 - Criação de Suínos em quintal produtivo do PA Mulunguzinho, Mossoró.....	208
Figura 27 - Criação de ovinos em quintal produtivo do PA Mulunguzinho, Mossoró.....	208
Figura 28 - Criação de aves em quintal produtivo do PA Professor Maurício de Oliveira, Açu.....	209
Figura 29 - Criação de abelha Jandaíra em quintal produtivo do PA Quixaba, Mossoró.....	209
Figura 30 - Criação de peixes (tilápia) em quintal produtivo do PA Paulo Freire, Mossoró.....	210
Figura 31 - Produção doméstica de polpas de maracujá no PA Mulunguzinho, Mossoró.....	211
Figuras 32, 33 e 34 - Preparação de doces de gergelim no PA Mulunguzinho, Mossoró.....	211
Figuras 35, 36 - Mudas nativas da caatinga e de frutíferas no PA Professor Maurício de Oliveira, Açu.....	214
Figura 37 e 38 - Banco de sementes (Crioulas e nativa da Caatinga) familiar no PA Professor Maurício de Oliveira em Açu e Banco de Sementes Crioulas na Bodega Xique Xique – Mossoró.....	216
Figuras 39 e 40 - Cisterna de placas e Tanque de concreto no PA Mulunguzinho.....	218
Figura 41 - Cisterna Calçadão no PA Professor Maurício de Oliveira, 2021.....	219
Figura 42 e 43 - Sistema de Aquaponia – PA Paulo Freire, Mossoró.....	222
Figuras 44 e 45 - Sistema de tratamento da água das atividades domésticas nas unidades produtivas no PA Mulunguzinho, Mossoró.....	223
Figuras 46 e 47 - Estruturas físicas e adubo com a presença de minhocas no PA Paulo Freire, Mossoró.....	224
Figura 48 - Adubo de Compostagem pronto para utilização no PA Paulo Freire, Mossoró.....	225
Figura 49 - Produção de Biofertilizante em unidade produtiva familiar do PA Paulo Freire, Mossoró.....	226
Figuras 50 e 51 - Sedes das Associações dos Assentamentos Paulo Freire e Professor Maurício de Oliveira.....	230
Figura 53 - Sede da COOPINGOS, localizada no PA Novo Pingos, Açu.....	231

Figuras 53 e 54 - Sede da Bodega Xique Xique (parte externa e interna) no município de Mossoró (RN).....	237
Figuras 55 e 56 - Prestação de assessoria junto aos assentados do PA Mulunguzinho (Rede Xique Xique, Emater), 2021.....	242
Figuras 57, 58 e 59 - Redes Sociais utilizadas na comercialização de produtos pela Rede Xique Xique.....	243
Figura 60 - Queijos provenientes da agricultura camponesa comercializados pela Rede Xique Xique.....	245
Figura 61- Doces e geleias provenientes da agricultura camponesa comercializados pela Rede Xique Xique.....	246
Figura 62 - Óleos vegetais, manteiga, ovos caipiras e xaropes provenientes da agricultura camponesa comercializados pela Rede Xique Xique.....	246
Figura 63 - Castanhas, verdura, legumes e frutas provenientes da agricultura camponesa comercializados pela Rede Xique Xique.....	247
Figura 64 e 65 - Produtos com certificação orgânica: Hortelã, Espinafre e Salsinha; Certificado Orgânico.....	251
Figura 66 - Unidade de Produção de Polpa no PA Mulunguzinho – parte externa.....	254
Figuras 67 e 68 – Unidade de Produção de Polpa no PA Mulunguzinho – parte interna.....	255
Figura 69 - Registro da presença dos representantes do MAPA após a Vistoria da unidade de produção de polpa do PA Mulunguzinho (2021).....	255
Figuras 70 e 71 - Preparativos para a plantação de mudas de cajueiro pelo Grupo de Mulheres Decididas a Vencer - PA Mulunguzinho, Mossoró.....	257
Figuras 72 e 73 - Organização das barracas da feira da APROFAM, localizada próximo ao Museu Lauro da Escóssia (2021).....	262
Figuras 74 e 75 - Organização das barracas da feira da APROFAM, localizada no espaço da UFERSA (2022).....	262
Figura 76 e 77 - Polpas de frutas produzidas pela APROFAM e comercializadas na feira (2021).....	263

LISTA DE TABELAS

Tabela 01-	Produção Agrícola Municipal - Lavoura Temporária nos municípios do Polo Assu-Mossoró (1974).....	82
Tabela 02 -	Produção Agrícola Municipal - Lavoura Permanente nos municípios do Polo Assu-Mossoró (1974).....	83
Tabela 03 -	Produção Pecuária nos municípios do Polo Assu-Mossoró (1973).....	84
Tabela 04 -	Estratificação da área desapropriada para construção do Perímetro Irrigado Baixo-Açu – 1988.....	100
Tabela 05 -	Lotes empresariais no Perímetro Irrigado Baixo-Açu.....	100
Tabela 06 -	Lotes empresariais no Distrito Irrigado Baixo Açu – 1ª etapa, 1988.....	103
Tabela 07 -	Distribuição dos lotes no Distrito Irrigado Baixo-Açu (Famíliares e Técnicos) – Primeira etapa, 1988.....	104
Tabela 08 -	Principais culturas do Perímetro Irrigado Baixo-Açu (2021).....	105
Tabela 09 -	Área Total e Densidade Demográfica dos Municípios que Integram o Polo de Desenvolvimento Integrado Assu-Mossoró (2010).....	108
Tabela 10 -	População rural no Polo Assu-Mossoró (2010).....	109
Tabela 11 -	População urbana no Polo Assu-Mossoró (2010).....	109
Tabela 12 -	Produção Agrícola Municipal - Lavoura permanente nos municípios do Polo Assu- Mossoró (2020).....	111
Tabela 13 -	Produção Agrícola Municipal - Lavoura Temporária nos municípios do Polo Assu-Mossoró (2020).....	111
Tabela 14 -	Rio Grande do Norte: Principais setores exportadores (% sobre total do agronegócio) – 2019.....	120
Tabela 15 -	Exportações dos municípios do Polo Assu-Mossoró (Produtos do Reino Vegetal) para o mercado externo (2020).....	120
Tabela 16 -	Número de assentamentos e de famílias assentadas nos municípios do Polo Assu-Mossoró (1980-2009).....	132
Tabela 17 -	Condição do agricultor camponês em relação às terras em que trabalham nos municípios que compõem o Polo Assu-Mossoró nos Censos Agropecuários de 2006 e 2017.....	133
Tabela 18 -	Número de estabelecimentos no Polo Assu-Mossoró (Familiar e Não Familiar) de acordo com os grupos de área total (2017).....	136

Tabela 19 -	Área ocupada pelos estabelecimentos da Agricultura Familiar e Não familiar no Polo Assu-Mossoró (2017).....	137
Tabela 20 -	Conflitos no campo brasileiro (2020).....	143
Tabela 21 -	Acesso ao crédito nos estabelecimentos da agricultura familiar no Polo Assu-Mossoró (2017).....	150
Tabela 22 -	Estimativas de Índice de Gini com ano de referência da última informação disponível - Países selecionados a partir do ranqueamento do Gini.....	166
Tabela 23 -	Produto Interno Municipal (2019) e Produto Interno Per Capita (2019) dos municípios do Polo Assu-Mossoró.....	168
Tabela 24 -	Porcentagem de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família no Polo Assu-Mossoró (2017).....	170
Tabela 25 -	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) -1991, 2000, 2010.....	172
Tabela 26 -	Índice de Gini nos municípios do Polo Assu-Mossoró (1991, 2000, 2010).....	172
Tabela 27 -	Percentual de pessoas consideradas pobres ¹ no Polo Assu-Mossoró (2010)....	174
Tabela 28 -	Percentual de pessoas consideradas extremamente pobres no Polo Assu-Mossoró (2010).....	175
Tabela 29 -	Percentual de pessoas consideradas vulneráveis à pobreza no Polo Assu-Mossoró (2010).....	176
Tabela 30 -	Nível de escolaridade formal dos chefes dos estabelecimentos familiares do Polo Assu-Mossoró (Censo agropecuário, 2017).....	176
Tabela 31-	Características gerais dos assentamentos rurais pesquisados.....	186
Tabela 32 -	Área coletiva do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer no PA Mulunguzinho, Mossoró.....	256
Tabela 33 -	Número de estabelecimento da agricultura familiar com Associação do produtor à cooperativa e/ou à entidade de classe nos municípios do Polo Assu-Mossoró (2017).....	266

¹ A pobreza é medida tendo como referência a linha de US\$ 5,5 PPC.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 -	Empresas integrantes do COEX e atuantes no Polo Assu-Mossoró (2021).....	116
Quadro 02 -	Principais manifestações no Polo Assu-Mossoró (2001-2020).....	159
Quadro 03 -	Processo de criação dos assentamentos rurais pesquisados através da organização e/ou da luta camponesa.....	183
Quadro 04 -	Programas estaduais no Rio Grande do Norte voltadas para agricultura camponesa.....	240
Quadro 05 -	Organização semanal da feira da APROFAM.....	261

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Rio Grande do Norte: Exportação, importação e saldo do agronegócio - 2018 e 2019 - Em US\$ milhões.....	118
Gráfico 02 - Número de estabelecimentos e a área ocupada pelos estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar no Brasil.....	130
Gráfico 03 - Evolução do financiamento Agrícola no Brasil de 2003-2020 (Bilhões de R\$)...	139
Gráfico 04 - Número de assassinatos no campo brasileiro de acordo com a categoria (2021).....	144
Gráfico 05 - Resumo total de registro de agrotóxicos no Brasil (2000-2020).....	248
Gráfico 06 - Uso de agrotóxicos nos estabelecimentos da agricultura familiar no Polo Assu-Mossoró – IBGE, 2017.....	249

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 01- Tipologia dos territórios do agronegócio e territórios camponeses.....	35
Diagrama 02 - Elementos estruturantes da produção camponesa.....	51
Diagrama 03 - Etapas da produção à comercialização direta aos consumidores na feira da APROFAM.....	258

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGRICORD	Agri Agência de apoio da Agricultura Familiar
AMEP	Associação de Meliponicultores e Meliponicultoras Potiguar
APROFAM	Associação de Produtores e Agricultoras da Feira Agroecológica de Mossoró
APT	Associação dos Parceiros e Parceiras da Terra
ASA	Articulação no Semiárido Brasileiro
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
COEX -	Comitê Executivo de Fruticultura do Rio grande do Norte
COMEX STAT	Comércio exterior do Brasil
CONDEL	Conselho Deliberativo da SUDENE
CONTRAF	Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar no Brasil
COOPERXIQUE	Cooperativa de Comercialização Solidária Xique Xique
COOPINGOS	Cooperativa da Agricultura Familiar de Novo Pingos e Vale do Assu
COOPYFRUTAS	Cooperativa dos Fruticultores da Bacia Potiguar.
COVID -19	Coronavírus (SARS-CoV-2)
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DIBA	Associação do Distrito Irrigado do Baixo Açu
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Agropecuária
EXPOFRUIT	Feira Internacional da Fruticultura Tropical Irrigada
FETARN	Federação dos Trabalhadores Rurais
FETRAF	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte
FIDA	Fundo Internacional do Desenvolvimento Agrícola
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GEIDA	Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrário
GTDN	Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDIARN	Instituto de Defesa e Inspeção do RN
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
IFRN	Instituto Federal de Educação do Rio Grande do Norte
IG	Indicação Geográfica
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAISA	Mossoró Agroindustrial S/A
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEA	Núcleo de Estudo em Agroecologia
NUGAR	Núcleo de Estudos de Geografia Agrária e Regional
OCB	Organização das Cooperativas Brasileira
OCS	Organização de Controle Social
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OMC	Organização Mundial do Comércio
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAB	Programa Alimenta Brasil
PAM	Pesquisa Agrícola Municipal
PCA	Paradigma do Capitalismo Agrário
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PECAFES	Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária
PENAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PIB	Produto Interno Bruto

PL	Projetos de Lei
PLP	Projeto de Lei Complementar
PLS	Projeto de Lei do Senado
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POF	Pesquisa de Orçamento Familiar
POLONORDESTE	
	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PPGG	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PPI	Programa Plurianual de Irrigação
PPM	Pesquisa da Pecuária Municipal
PROINF	Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais
PRONAMP	Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural
PROJETO FO4	
	Fortalecimento das Organizações da Agricultura Familiar
PROJETO SERTANEJO	
	Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
SAF/RN	Selo dos Produtos da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SEAP	Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDRAF	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semiárido
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	25
 CAPÍTULO I	
PENSANDO O CAMPESINATO E O SEU HISTÓRICO PAPEL NA SOCIEDADE.....	48
1.1. Os camponeses: elementos estruturantes.....	49
1.2 O desenvolvimento do capitalismo no campo: uma aproximação teórica sobre o destino do camponês.....	60
1.2.1 Kautsky e Lênin: a expansão do capital no campo resultaria no fim do campesinato.....	60
1.2.2 Rosa Luxemburgo e Alexander Chayanov: é possível a permanência do campesinato no capitalismo.....	67
1.3 O lugar do camponês no desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo brasileiro: algumas reflexões.....	74
 CAPÍTULO II	
O PROCESSO DE FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DO POLO ASSU-MOSSORÓ (RN)	79
2.1 O que antecede o processo de modernização do Polo Assu-Mossoró: o papel assumido pela agricultura camponesa	80
2.2 A atuação do Estado no Nordeste brasileiro: a ênfase na modernização da agricultura e a criação dos perímetros irrigados	86
2.2.1 A estruturação de políticas modernizantes e excludentes	89
2.2.2 O Projeto Baixo-Açu: o impulso para modernização.....	97
2.3 O Polo Assu-Mossoró: entre a resistência camponesa e o agronegócio da fruticultura irrigada.....	107
 CAPÍTULO III	
A PERMANÊNCIA HISTÓRICA DE VELHAS ESTRUTURAS: A CONCENTRAÇÃO DA TERRA, A VIOLÊNCIA E A POBREZA NO POLO ASSU-MOSSORÓ	126
3.1 A terra e a concentração da terra	127
3.1.1 A propriedade da terra pelos agricultores camponeses e a estrutura fundiária no Polo Assu-Mossoró	131
3.2 Os conflitos no campo brasileiro: algumas reflexões	139
3.2.1 Conflitos no Polo Assu-Mossoró	152
3.3 A questão da pobreza: Aspectos do Polo Assu-Mossoró.....	162
 CAPÍTULO IV	
ESTRATÉGIAS DE RECRIAÇÃO DOS AGRICULTORES CAMPONESES NO POLO ASSU-MOSSORÓ.....	179
4.1. Onde a recriação camponesa acontece: Os assentamentos rurais pesquisados no Polo Assu-Mossoró	180
4.1.1. Os quintais produtivos: as práticas agroecológicas, a diversificação e a autonomia na unidade de produção familiar.....	199

4.1.2 A utilização de tecnologias sociais e manejo ecológico dos recursos naturais nas unidades camponesas.....	217
---	-----

CAPÍTULO V

A ORGANIZAÇÃO DOS CAMPONESES COMO POSSIBILIDADE PARA A SUA RECRIAÇÃO.....228

5.1 A organização associativa e cooperativa.....	229
--	-----

5.1.1 A Cooperativa de Comercialização Solidária <i>Xique Xique</i> -COOPERXIQUE.....	235
---	-----

5.1.2 O Grupo de Mulheres Decididas a Vencer.....	252
---	-----

5.1.3 A Associação de Produtores e Produtoras da Feira Agroecológica de Mossoró (APROFAM).....	258
--	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....268

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS276

APÊNDICES288

ANEXOS.....300

INTRODUÇÃO

Este trabalho está centrado na questão agrária do que se constituiu geograficamente como o Polo Assu-Mossoró², localizado na região Oeste do estado do Rio Grande do Norte, tendo como tema central os elementos que envolvem as relações capitalistas no campo e o papel assumido nesse recorte pela agricultura camponesa. De início, é importante elucidar que existe um amplo debate teórico sobre o tema que envolve tanto questões conceituais, agricultor familiar e camponês, quanto aspectos relacionados às consequências do desenvolvimento do capitalismo no campo para esses sujeitos.

Para os teóricos do Paradigma do Capitalismo Agrário, a expansão do capital no campo geraria duas possíveis consequências: ou os camponeses se transformariam em “agricultores familiares” e se integrariam ao mercado capitalista ou iriam desaparecer, observando o camponês, como sinônimo de atraso e como resquício da barbárie e do feudalismo (FELÍCIO, 2006). Dessa forma, o camponês e o agricultor familiar são vistos a partir de perspectivas diferentes, sendo o último resultante da transformação do primeiro diante do desenvolvimento do capital no campo e isso seria uma condição necessária para o seu não desaparecimento.

Por outro lado, os teóricos do Paradigma da Questão Agrária, ao analisarem a evolução das forças capitalistas no campo, mostram que estas não se confirmaram como instrumento permanente de homogeneização das formas de produção econômica e reprodução social. Assim, os camponeses (em movimento) vão contra o que está posto sobre o seu desaparecimento, através da sua recriação contraditória (PAULINO; FABRINI, 2008).

No trabalho ora apresentado, nossas reflexões estarão pautadas pelas concepções do Paradigma da Questão Agrária, na qual adotamos o camponês como conceito norteador das nossas discussões, embora compreendamos e concordemos que “todo camponês é um agricultor familiar, mesmo que alguns autores não considerem que o contrário também seja verdadeiro.” (WELCH; FERNANDES, 2008, p. 166), ou, ainda, que “o camponês é o mesmo sujeito do agricultor familiar: uma organização econômica fundada no trabalho da família, ainda que possua algum grau de integração aos mercados e de tecnificação.” (AZEVEDO; SANTOS, 2017, p. 75).

² Salientamos que ao fazermos referência ao Polo Assu-Mossoró, a grafia será Assu, com dois “ss” e sem acento, seguindo documentos oficiais como relatórios do Banco do Nordeste. Outrossim, ao nos referirmos ao município de Açu, este apresentará grafia com “ç”, seguindo a terminologia adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Feitas essas breves reflexões, necessárias para nos situarmos em meio a esse debate, salientamos que o espaço agrário brasileiro se apresenta heterogêneo e vem passando por modificações provenientes de um processo de modernização considerado por muitos pesquisadores como conservador³, pois não beneficia com prioridade e zelo a agricultura camponesa, e sim os grandes produtores. Essa modernização se apresenta no espaço de maneira seletiva, em face da atuação de grandes empresas agropecuárias, articuladas ao agronegócio⁴, sejam elas nacionais ou internacionais, que, gradativamente, vêm tornando a paisagem do campo marcada pela presença de monoculturas e agroindústrias que direcionam seus produtos principalmente ao mercado externo, globalizado.

No Nordeste brasileiro, o impacto do processo de modernização do campo se deu sob forte influência e ação do Estado, por meio de políticas públicas, que viabilizaram tanto a realização de projetos de caráter público, em atendimento a produtores rurais, quanto a implementação de grandes projetos agropecuários da iniciativa privada. Esse processo se materializou de maneira mais visível após a década de 1970, sobretudo em espaços restritos, como os vales úmidos para a produção agrícola moderna através da formação de Perímetros Irrigados e a construção de grandes reservatórios hídricos sob a coordenação ou apoio de instituições, como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Seguindo essa lógica modernizante, um dos exemplos da atuação do Estado no Nordeste é a criação dos chamados Polos de Desenvolvimento Integrados do Nordeste, na década de 1990, que são criados na perspectiva de estratégias norteadas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Na teoria, apresentavam um viés voltado ao desenvolvimento local e, na prática, foram sinônimo de contribuição à expansão do agronegócio em áreas que apresentassem potencial econômico a esse fim, realidade que

³ “[...] O capital não transforma de uma só vez todas as formas de produção em produção ditadas pelo lucro capitalista. Dessa forma a sua expansão se faz de forma desigual e contraditória. É assim que ocorre com a chamada ‘modernização conservadora’ ou com a tecnificação ou ainda com o progresso técnico na agricultura.” (OLIVEIRA, 2010, p. 11).

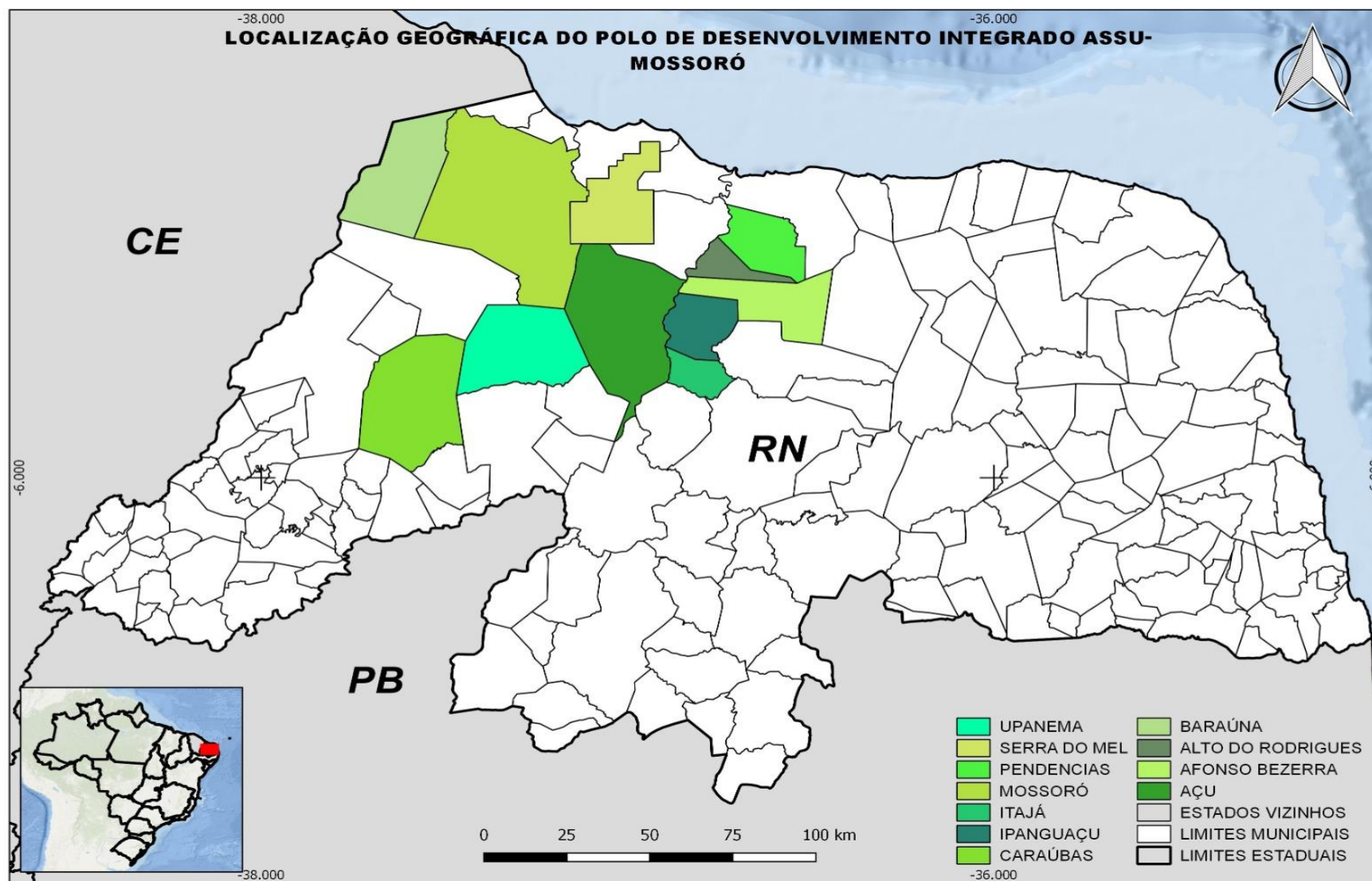
⁴ Sobre o que entendemos hoje com relação ao Agronegócio, é importante destacar que existe uma definição e até mesmo uma espécie de evolução desse conceito. O termo *Agribusiness* foi desenvolvido nos Estados Unidos por Ray Goldberg em 1957, posteriormente passa a ser denominado de Agronegócio e, atualmente, muitos se referem somente ao termo Agro. Para Mitidiero Junior e Goldfarb (2021, p. 05), inspirados nos trabalhos de Delgado (2012), “[...] o agronegócio é um modelo de produção e gestão resultante da associação do capital agroindustrial nacional e internacional com a grande propriedade fundiária. Dessa associação, acarretam o envolvimento cada vez maior do capital bancário e financeiro, da ciência, da tecnologia e da informação na apropriação das terras e na imposição e consolidação de um tipo de uso da terra e um tipo de produção alimentar, com uma série de impactos sociais e ambientais.”

possibilitou a criação do Polo de Desenvolvimento Integrado Assu-Mossoró⁵ na região Oeste do Rio Grande do Norte (Mapa 01)⁶, que se constitui no recorte espacial desse estudo. Nesse sentido, a ação regional de instituições como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), através do financiamento e coordenação desses espaços, vai ser de importante.

⁵ É importante salientar que esses Polos, com essas características e mobilizados nessa perspectiva, deixam de existir no âmbito do Banco do Nordeste do Brasil, no ano de 2003. Entretanto, optamos por manter o recorte do Polo Assu-Mossoró em nossa pesquisa, pois em sua constituição englobou geograficamente municípios em que se materializam a modernização do campo através da presença do agronegócio da fruticultura irrigada e, muito embora não represente mais essa política, não deixam de receber incentivos públicos e privados. Além disso, culturalmente e principalmente, no âmbito acadêmico, vários pesquisadores ainda utilizam o Polo Assu-Mossoró como recorte espacial de análise, sendo exemplos Nunes, Schneider, Filippi e Mello (2006); Nunes (2009); Hespanhol (2015; 2016). Assim, sendo o nosso objeto as permanências e a recriação na agricultura camponesa, e não o estudo ou o desenrolar dessa política que envolve os Polos, o recorte representou um espaço no qual se efetiva nossas análises e reflexões com base no objeto, pautando-se principalmente nas contradições que marcam a realidade camponesa em meio a presença do agronegócio da fruticultura irrigada.

⁶ O Polo de Desenvolvimento Integrado Assu-Mossoró foi constituído, a partir da sua criação, por 11 municípios: Afonso Bezerra, Alto do Rodrigues, Açu, Baraúna, Carnaubais, Ipanguaçu, Itajá, Mossoró, Pendências, Serra do Mel e Upanema.

Mapa 01- Localização Geográfica do Polo de Desenvolvimento Integrado Assu-Mossoró (RN).



Entendemos que esse processo modernizante, sob o viés tecnicista da Revolução Verde⁷, desencadeou diversas dinâmicas socioterritoriais e possibilitou a inserção da região na produção globalizada. No entanto e contraditoriamente, provocou consequências que impactaram diretamente na reprodução social e econômica dos agricultores camponeses⁸, na medida em que estes foram expropriados de suas terras em decorrência, no primeiro momento, da ação do Estado que se constituiu em um dos principais agentes desse projeto modernizador e, na sequência, da pressão da agroindústria com sua produção capitalizada. Como exemplo da atuação do Estado, destacamos a construção de infraestruturas direcionadas a essa perspectiva de amparo à modernização do campo, como as grandes barragens que foram construídas na região Nordeste, dentre elas a Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, na área do Polo Assu-Mossoró, que inundaram espaços antes apropriados pelos camponeses para o desenvolvimento de suas atividades.

Nessa perspectiva, o espaço agrário do que se constituiu no Polo Assu-Mossoró pode ser considerado como resultante do processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo no campo, na medida em que, de um lado, expressa a modernização da agricultura através da presença da fruticultura irrigada e, do outro, subjuga e expropria camponeses das localidades inseridas no Polo, fazendo com que eles se proletarizem ou busquem alternativas para se recriarem através, por exemplo, da luta pela terra, das feiras agroecológicas e das organizações cooperativa e associativista, negando com isso pressupostos teóricos que defendem o desaparecimento do campesinato como consequência da expansão do capital no campo.

Ressaltamos que anterior a esse processo de modernização ao qual foi submetido os municípios do referido Polo, os agricultores camponeses tinham sua produção voltada para as culturas de subsistência, tendo como intuito principal a reprodução familiar. A carnaúba, por exemplo, não somente para os camponeses, constituía-se em uma fonte de subsistência importante nesse território. Com o processo de tecnificação e intensificação da Territorialização do Capital, é inegável as alterações sobre o modo de vida camponês, inclusive no processo de

⁷ Terminada a Segunda Guerra Mundial em 1945, passam a ocorrer profundas transformações no âmbito da agricultura em todo o mundo através de um plano denominado Revolução Verde no campo. Desta forma, muitas das invenções utilizadas na guerra como produtos químicos e máquinas passaram a serem utilizados na agricultura (o veneno passa a ser utilizado como “remédio” para as plantas). No Brasil, esse processo passa a ocorrer a partir da década de 1950, na qual tem início a então denominada “modernização da agricultura tradicional brasileira”. (GÖRGEN, 2004).

⁸ Ao fazermos referência aos agricultores camponeses nesse trabalho também estão incluídas as mulheres que têm, inclusive, importante papel no desenvolvimento das atividades no campo e nas lutas camponesas. Ressaltamos ainda que em alguns momentos faremos uso do termo “agricultura familiar”, pois estaremos tendo como subsídio os dados do Censo Agropecuário do IBGE que faz uso dessa terminologia amparados na Lei 11.326/2006, que estabelece diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

produção destes, bem como no surgimento e/ou intensificação de vários problemas que caracterizam a questão agrária no Polo.

Permeiam, nesse contexto, o que denominaremos de permanências, que constituem contradições presentes nos espaços de desenvolvimento do capital e que não podem ser negligenciadas quando discutimos o rural brasileiro e o movimento da realidade, tendo em vista que, de acordo com Thomaz Júnior (2010, p. 36), sob nova roupagem, “o latifúndio se reafirma, a exploração do trabalho se refaz e a violência no campo se reproduz no Brasil, mediante perseguições, mutilações, mortes, formas assemelhadas a trabalho degradante e escravo etc”.

Apoiando-se nas reflexões de Thomaz Júnior (2010), ressaltamos que nas discussões encaminhadas ao longo do texto as permanências têm relação com essas marcas contraditórias que vão sendo construídas historicamente e que se refletem no espaço agrário, como o acesso precário a terra, à assistência técnica e à educação, a pobreza, a opressão e a exploração, a subjugação e outras relações de poder marcadas por aspectos políticos e econômicos. Também enfatizamos que a recriação, aqui elencada, faz parte das estratégias de reprodução dos camponeses para permanecerem na terra e, assim, garantirem a autossustentação da família frente ao desenvolvimento capitalista que é representado no recorte espacial da pesquisa por meio do agronegócio da fruticultura irrigada.

Com base nesse entendimento e, considerando o que foi exposto anteriormente, partimos de questionamentos que nos instigaram a transformá-los em propósitos de estudo, sendo a questão principal de pesquisa: como os agricultores camponeses do Polo Assu-Mossoró coabitam com essas dinâmicas que envolvem tanto as permanências como a recriação desses sujeitos frente ao capital?

Aliado a esse questionamento, também foram elaboradas, em um plano mais específico, as seguintes questões: qual o contexto em que se dá o processo de inserção do capital no espaço agrário do Polo Assu-Mossoró? Como os elementos que se enquadram nas permanências (relacionados aos aspectos históricos) desse espaço dificultam a recriação e reprodução do sujeito social no campo? De que maneira as dinâmicas territoriais influenciam as permanências e as recriações no âmbito da agricultura camponesa? Quais as formas que os agricultores camponeses estão utilizando para se recriar?

Contextualizada neste campo de problematização, a pesquisa em tela busca analisar as permanências e recriação no âmbito da agricultura camponesa frente à expansão do capital no Polo de Desenvolvimento Integrado Assu-Mossoró (RN). Dessa forma, partimos do pressuposto de que o capital, no campo do Polo Assu-Mossoró, tem se expandido ao longo dos anos através de sua territorialização e monopolização, o que tem gerado uma série de impactos

aos sujeitos sociais que ali vivem, em especial os agricultores camponeses, o que os tem levado a coabitar com dinâmicas de permanência e recriação frente às demandas do capital.

Para responder a estes questionamentos, os objetivos específicos estabelecidos buscam dar conta de: contextualizar o processo de formação e organização do espaço agrário do Polo Assu-Mossoró; refletir sobre as permanências provenientes do processo histórico de formação territorial, no intuito de compreender em que medida elas comprometem a recriação e reprodução do sujeito social no campo; debater as estratégias de recriação e os níveis de organização dos agricultores camponeses diante da inserção do capital; correlacionar dinâmicas territoriais com as permanências e recriações no âmbito da agricultura camponesa.

Enfatizamos que a realização dessa pesquisa parte de um interesse pessoal e acadêmico na busca pelo aprofundamento do conhecimento que envolve o espaço agrário brasileiro e, em especial, das dinâmicas que se materializam na realidade agrária do Polo Assu-Mossoró.

O despertar para os estudos nessa área surgiu ainda na graduação em Geografia⁹, com a disciplina Geografia Agrária, ministrada pelo professor Dr. Josué Alencar Bezerra, e teve maior relevância com a pesquisa do Mestrado sobre a agricultura familiar e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em que tive a orientação do professor Dr. Cícero Nilton Moreira da Silva, e a participação nas discussões e pesquisas desenvolvidas no Núcleo de Estudos de Geografia Agrária e Regional (NuGAR) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

O desenvolvimento desta proposta de tese junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, com área de concentração em Território, Trabalho e Ambiente, justifica-se pela importância em contribuir com as discussões que envolvem as dinâmicas territoriais que estão se dando no recorte ora estudado e que reverberam sobre a reprodução camponesa, sendo esses sujeitos objeto de valorosos trabalhos no âmbito desse programa.

Nesse viés de análise, buscamos considerar o contexto atual sem negligenciar os elementos históricos que influenciam o movimento e as contradições ali presentes. A busca pelo entendimento das permanências e recriação no âmbito da agricultura camponesa constitui-se, portanto, em elemento importante na compreensão da realidade agrária analisada, pois como enfatizado, o Polo Assu-Mossoró congrega a área mais moderna do agronegócio da fruticultura do Rio Grande do Norte, o que tem condicionado a presença do capital. Entretanto, nesse mesmo recorte, a agricultura familiar ocupa o maior número de estabelecimentos

⁹ A graduação em Geografia foi realizada na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus de Pau dos Ferros (RN).

agropecuários, 73,65%, sendo responsável pela ocupação de 15.815 pessoas (IBGE, 2017), o que nos dá subsídios para pensarmos em sua reprodução.

Embora existam outros estudos sobre esse recorte, porém com perspectivas analíticas distintas, esse trabalho traz sua contribuição e análise, inclusive, na leitura das contradições, ao ressaltar a ação e reprodução do campesinato, mesmo diante do avanço do capital a partir das ações do Estado.

Além disso, entendemos que a realização da pesquisa poderá contribuir com o conhecimento da realidade vivenciada pelos sujeitos sociais do campo, proporcionando, a partir disso, um olhar mais crítico no que se refere ao contexto social, econômico, político e territorial ao qual estão inseridos. Por fim, acreditamos que quando conhecemos, refletimos e podemos escrever sobre determinadas conjunturas as quais estão envoltas sujeitos sociais estamos tendo a oportunidade de dá, minimamente, visibilidade a esses sujeitos que são, em sua grande maioria, invisíveis para o poder público e para grande parte da sociedade. Cumpre-se assim o papel social da ciência geográfica e do próprio Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG).

a) Metodologia e estrutura do texto

O modo de produção capitalista e a intensificação de sua expansão no campo tem resultado em várias contradições. Ao mesmo tempo em que esse capital tudo transforma em mercadoria e gera riquezas para determinados grupos, também aguça os conflitos no campo, a degradação do solo, a destruição de biomas e suas riquezas naturais, o uso de agrotóxicos e o aumento da incidência da pobreza nesses espaços. O capital, com o seu perfil voltado à acumulação e que no campo se materializa no agronegócio, tem se apropriado das terras de grupos sociais tradicionais, como os camponeses, que ao longo da história brasileira têm sido os responsáveis pela produção da comida que chega em nossas mesas.

Diante disso, a Geografia, como ciência que congrega várias categorias, cumpre um importante papel na análise dessa realidade, bem como dos fenômenos a ela inerentes, como é o caso do objeto de estudo dessa tese, que envolve as permanências e os processos de recriação no âmbito da agricultura camponesa em meio à presença e à expansão do capital no campo.

Outrossim, é nesse sentido que visualizamos a necessidade de recorrer à dialética, pois é uma ferramenta teórico-metodológica importante por considerar as contradições e as mudanças pelas quais passam determinados fenômenos, proporcionando-nos melhor reconhecimento do objeto a ser estudado nas suas múltiplas realidades e determinações. Ela

constitui-se na estrutura contraditória da dinâmica do real. Em síntese, o movimento da realidade se daria pelo antagonismo entre o momento da tese e o da antítese, em que a contradição é superada pela síntese. Além da dinâmica contraditória do real, como enfatizado, outra categoria fundamental para entender a dialética é a da totalidade. O conhecimento é totalizante e a atividade humana, em geral, é um processo de totalização. Assim, o desenvolvimento da pesquisa requer uma visão conjunta do objeto estudado, observando as relações e dinâmicas que o envolvem (EGRY, 2006).

É nesse sentido que se impõe como importante o olhar do sujeito sobre o objeto à luz do conhecimento científico. Dessa forma, o nosso objeto, as permanências e recriação na agricultura camponesa no que se constituiu geograficamente como o Polo Assu-Mossoró, com o suporte da dialética, é entendido na perspectiva das dinâmicas dos processos que ali ocorrem, sem negligenciar os aspectos históricos que permeiam a construção desse espaço e o movimento da realidade. Ao se referir à relação sujeito e objeto, Sposito (2004) salienta que esse processo se dá de maneira contraditória em que não existe a soberania de um em relação ao outro.

Vistos esses aspectos que envolvem a dialética e os subsídios que ela dá à construção desse trabalho, destacamos também os procedimentos técnicos que foram adotados, como as pesquisas bibliográfica e documental e os trabalhos de campo em municípios do Polo.

Na pesquisa bibliográfica, que é definida com base em material já elaborado, constituída de livros, artigos científicos e outros do gênero, buscamos nos nortear a partir de conceitos e temáticas que viessem proporcionar uma leitura do nosso objeto.

Desta forma, recorreremos inicialmente ao conceito de camponês considerando-o na perspectiva de Shanin (2008), que define esses sujeitos sociais como uma classe e como um modo de vida. No intuito de aprofundar as discussões teóricas que os envolve e retratar os elementos estruturantes desses sujeitos e o seu papel na formação do território brasileiro, acabamos por priorizar os trabalhos de Tavares dos Santos¹⁰ (1978), Oliveira (2001) e Woortmann (1990).

Imbricadas as reflexões sobre os camponeses, mergulhamos nas discussões dos clássicos que ainda se mostram relevantes nas reflexões que envolvem o contexto atual por analisarem, a sua época, o papel que assumiria esses sujeitos a partir da expansão do capitalismo

¹⁰ José Vicente Tavares dos Santos formou-se sociólogo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). No livro *Colonos do vinho*, traz grande contribuição ao estudo do campesinato, tendo em vista desenvolver vasto estudo de caso sobre os produtores de uva da chamada zona colonial do Rio Grande do Sul. Embora finalize o seu trabalho com uma leitura evolucionista embasada nos clássicos e, portanto, dando indicativos do desaparecimento do campesinato, esses aspectos não negam a sua contribuição no estudo desses sujeitos, principalmente por elencarem e discutirem elementos estruturantes de sua produção como o trabalho familiar, a ajuda mútua, dentre outros.

no campo. Nessa perspectiva, nossas reflexões teóricas estiveram pautadas em autores como Kautsky (1980) e Lênin (1982) que, ao analisarem contextos diferentes, Alemanha e Rússia, respectivamente, chegaram à conclusão de que a expansão do capital no campo traria como consequência o fim do campesinato.

Em uma outra linha de discussão teórica, mais ainda ligada ao estudo do campesinato no contexto do capitalismo, autores como Chayanov (1924; 1974) e Rosa Luxemburgo (1970) também nortearam as nossas discussões sobre o tema, o primeiro autor por se dedicar a análise da unidade produtiva camponesa e, a segunda autora, por identificar os camponeses como sujeitos de dentro do capitalismo, mostrando a possibilidade de coexistência de diferentes modos de produção. A aproximação com os escritos de Rosa Luxemburgo também suscitou a possibilidade do diálogo com autores contemporâneos, entre eles destacamos David Harvey (2004; 2011), Oliveira (1986; 1992; 1999; 2001; 2007; 2010; 2016) e Paulino (2003; 2015) para assim entendermos o lugar do camponês no desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo brasileiro.

Ainda se remetendo ao aporte bibliográfico, visto a necessidade de nos aproximar do recorte espacial de pesquisa que envolve esse trabalho, na análise do processo de formação e organização do espaço agrário do Polo Assu-Mossoró, recorreremos aos autores que têm trabalhado a realidade do Nordeste, as políticas públicas que foram sendo ali desenvolvidas e que deram aparato para a modernização do campo, e aqueles autores que têm estudado o Polo em específico. Nesse sentido, os trabalhos de Andrade (2005), Araújo (2002) Gomes da Silva (1999), Boneti (1998), Nunes (2006; 2009), Nunes, *et al* (2006), Nunes; Schneider (2012), Azevedo; Nunes (2015), Hespanhol (2015; 2016), juntamente com os dados empíricos, nos deram-nos os subsídios necessários no entendimento dessa realidade.

Ressaltamos que as discussões teóricas e conceituais que buscamos utilizar nesse trabalho englobam sobremaneira o potencial analítico da ciência geográfica, sem negligenciar o papel de outras ciências, tanto no que se refere ao subsídio analítico proporcionado por muitos geógrafos como, principalmente, à contribuição de alguns dos conceitos dessa área do conhecimento, entre eles, o espaço e o território.

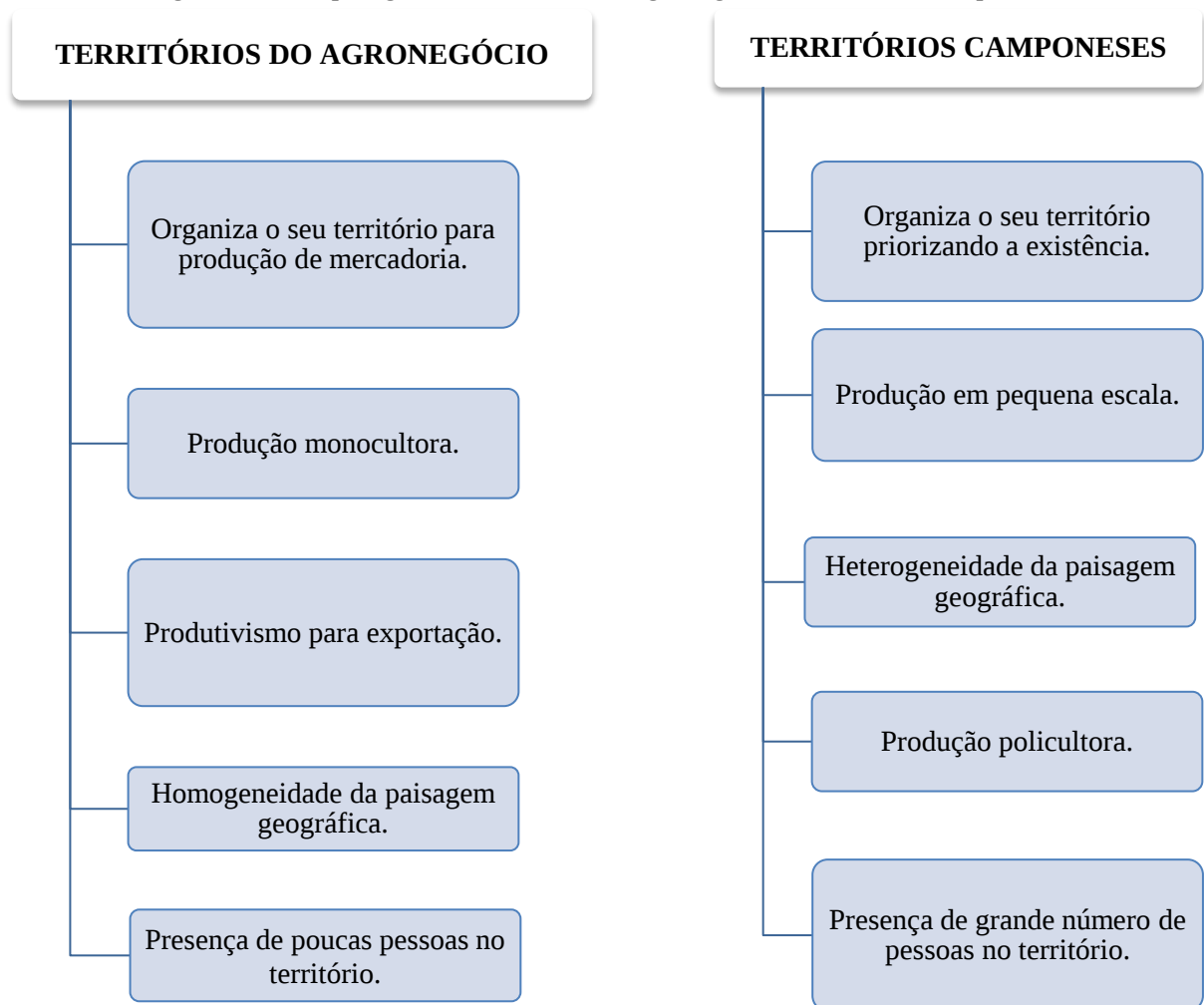
É nessa perspectiva que compreendemos o espaço, objeto de estudo da Geografia, como resultante do trabalho do homem, construído socialmente, sendo intermediado pelos objetos, sejam eles naturais ou artificiais (SANTOS, 2006). Assim, o espaço pode ser visto como dinâmico, em constantes transformações em que as relações do homem com o meio e a interação com outros homens serão de extrema importância.

O conceito de território será aqui entendido a partir do seu caráter multidimensional, a partir das relações de poder, seja no âmbito econômico, político ou social (RAFFESTIN, 1993).

Especificamente, na Geografia Agrária, as abordagens feitas por Oliveira (1999) e Fernandes (2019) sobre o território também são importantes e necessárias por nos possibilitar uma maior aproximação com o objeto de pesquisa, tendo em vista que para Fernandes (2019, p.10), o território é marcado por processos de dominação e conflitualidades, o que leva “uma classe a não se reproduzir no território de outra classe”, sendo distintos os territórios do agronegócio, camponeses e indígenas. Nesse viés, “o território é assim produto concreto da luta de classe travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (OLIVEIRA, 1999, p. 75).

No Diagrama 01, podemos observar as distinções apresentadas por Fernandes (2019) no que se remete aos territórios do agronegócio e camponeses.

Diagrama 01 - Tipologia dos territórios do agronegócio e territórios camponeses.



Fonte: Fernandes (2019).

Permeiam nas discussões apresentadas por Fernandes (2019) e Oliveira (1999) elementos que envolvem conflitos de classe, disputas, diversidade, contradições e também processos de regulação proporcionados pelo Estado, aspectos esses visíveis quando analisamos o contexto no qual se encontra inserido o Polo Assu-Mossoró em que a ação do Estado para beneficiar o agronegócio da fruticultura irrigada passa a agir em processos regulatórios e no aparato de infraestruturas.

Ainda ligados ao conceito de território, temos também os conceitos de Territorialização do Capital e a Monopolização do Território pelo Capital desenvolvidos por Oliveira (1992). Esses conceitos contribuem no entendimento de como o capital tem dominado o campo já que fazem referência a processos que se constituem na acumulação do capital a partir de relações capitalistas e não capitalistas de produção no campo.

No primeiro caso, na Territorialização do Capital, os capitalistas industriais e da agricultura se apropriam da terra e a explora a partir de relações capitalistas de produção, como ocorre com algumas das empresas do agronegócio da fruticultura irrigada no Polo Assu-Mossoró, o que tem levado muitos camponeses e filhos de camponeses a se submeterem ao trabalho assalariado temporário mesmo que o intuito seja a garantia da reprodução socioeconômica da família. De acordo com a reportagem do Repórter Brasil, publicada em 10 de novembro de 2021,

A maior parte dos trabalhadores da fruticultura, pelo menos 80%, são safristas. Isso significa que eles não têm vínculo (e, portanto, salário) o ano todo: atuam por um período determinado, apenas durante o plantio e a colheita. No caso do setor das frutas potiguares, as contratações têm início entre junho e julho e se estendem até dezembro, ou, no máximo, janeiro, dependendo da duração das chuvas. Segundo a Federação dos Trabalhadores Rurais (Fetarn), desde a flexibilização das leis trabalhistas aprovada pelo governo de Michel Temer (2016/2018), do MDB, tem aumentado também a quantidade de trabalhadores diaristas nessas lavouras — ou seja, por empreita, como trabalho intermitente, e não mais por safra, por alguns meses. “A maior parte desses safristas e diaristas atua nas grandes empresas exportadoras de frutas; são, na verdade, agricultores familiares impactados pela forte seca que temos enfrentado, e que ficam sem ter o que o que produzir — e, aí, acabam aceitando o salário que a empresa oferece”, afirma o engenheiro agrônomo Francisco Josealdo Medeiros do Vale, da Fetarn. (REPÓRTER BRASIL, 2021).

No segundo caso, na Monopolização do Território pelo Capital, o grande capital, sem se apropriar efetivamente da terra, consegue produzir capital advindo das atividades desenvolvidas no campo, isso se daria através da extração da chamada renda da terra. Esse processo envolveria o controle da comercialização dos produtos agrícolas, dos insumos, do crédito, que resultaria na subordinação do camponês ao capital, pois “Quando o capital

monopoliza o território, ele cria, recria, redefine relações de produção camponesa. Ele abre espaço para que a produção camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social.” (OLIVEIRA, 1992, p. 12).

Para entendermos como se dá a extração da renda da terra, primeiramente devemos entender a terra como um bem natural, tendo em vista que ela não é produto do trabalho e, portanto, não pode ser criada. Segundo, no capitalismo, a terra, como a força de trabalho, se transforma em uma mercadoria. Nessa perspectiva, para que o capital possa se apropriar da terra deverá pagar a renda. “Assim como o trabalhador cobra um salário para que a sua força de trabalho seja empregada na reprodução do capital, o proprietário de terra cobra uma renda para que ela possa ser utilizada pelo capital ou pelo trabalhador.” (MARTINS, 1981, p. 160).

Nesse sentido, é importante salientar que a renda capitalista da terra não nasce da produção, mas da *mais valia*, sendo que esta foi extraída do trabalho do trabalhador (MARTINS, 1981). Outrossim, Oliveira elucida que:

Quando na agricultura o capitalista e o proprietário da terra são personagens distintas, objetivamente separadas e contrapostas, só após completado o processo todo é que o capitalista entrega (transferindo) ao proprietário a renda da terra. Quando ambos estão unificados em uma mesma pessoa, ele embolsa não só o lucro médio como também a renda da terra. (OLIVEIRA, 2010, p. 06).

Enquanto isso, na agricultura pré-capitalista a propriedade da terra dá o direito à extração da renda do que é produzido pelo próprio titular. Isso ocorre quando o camponês paga pelo uso da terra, com partes da produção, dias de trabalho ou vende parte da produção e paga em dinheiro. Pelo que podemos observar, não existe a extração da *mais valia* como ocorre na renda capitalista da terra.

Além desses conceitos pertinentes nas discussões geográficas envolvendo o campo aqui apresentados, talvez entre aqueles que venham ler esse trabalho fique a interrogação sobre como as permanências serão tratadas. Que conceito seria esse? Qual autor o discute? Por isso, achamos necessário justificá-lo. A ideia de destacar as permanências que envolvem a realidade do Polo surgiu com a leitura do artigo intitulado *As correntes teóricas na geografia agrária Brasileira*, de Thomaz Júnior (2010), no qual é ressaltado que as permanências, além do sentido de permanecer na terra, como muito tem se discutido, também se inserem na perspectiva das tristes marcas que se movem sobre o rural brasileiro, como o latifúndio, a exploração do trabalho, a violência, dentre outras problemáticas. Foi a partir dessa perspectiva que buscamos trazê-las como elemento central em nosso trabalho e, assim, nos ampararmos em discussões

teóricas e referencial documental que as retratam, isto é, a questão da terra, os conflitos e a pobreza. No suporte documental contamos com os dados censitários, reportagens de jornais, documentos e registros oficiais.

Para que isso fosse alcançado, recorremos aos bancos de dados disponíveis para consulta, via *internet*, em órgãos de pesquisa, como: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais especificamente, os dados dos Censos Demográficos e Agropecuários, Pesquisa Agrícola Municipal; a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Os dados e informações que foram possíveis de identificar nos deram o suporte para conhecer as atividades produtivas que vêm sendo desenvolvidas no Polo, bem como, a condição do produtor em relação a terra em que trabalha, a área da propriedade, elementos referentes ao trabalho, conflitos no campo, pobreza, dentre outros. Tendo em vista o suporte bibliográfico e documental, sendo este disponível para pesquisa em *sites* oficiais, tivemos condições, ao apresentar as permanências, de englobar todos os municípios do Polo.

De posse do referencial bibliográfico com teorias, conceitos e dos dados documentais que subsidiaram nas nossas análises, partimos para o desenvolvimento da pesquisa de campo, com o intuito de obter “o conhecimento feito através da vivência em transformação” (SUETERGARAY, 2002, p. 66).

É ainda importante salientar que no contexto que envolve o método dialético, “o campo como realidade não é externo ao sujeito, o campo é uma extensão do sujeito, como é numa outra escala a ferramenta para trabalhar uma extensão do seu corpo, ou seja, a pesquisa é fruto da interação dialética entre sujeito e objeto” (SUETERGARAY, 2002, p. 65).

Na pesquisa de campo, como sujeito pesquisador, tivemos a oportunidade de conhecer aspectos que envolvem o objeto pesquisado. Além disso, podemos nos apropriar de conhecimentos de forma prática, sendo nesse quesito importantes as observações realizadas e registradas através de anotações e Figuras, o que caracteriza essa pesquisa também na perspectiva da observação participante. Esta, “[...] consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada” (GIL, 2008, p. 203), tendo em vista que como pesquisadores participamos das atividades diárias dos camponeses no âmbito dos assentamentos, na realização das feiras e nas organizações associativas e cooperativas, observando aspectos da sua rotina no dia a dia, bem como seus hábitos e costumes na organização do trabalho familiar.

A apropriação e construção do conhecimento através da pesquisa de campo também requer que nos questionemos sobre que tipo de olhar estamos tendo na análise do nosso objeto.

É nessa perspectiva que ressaltamos a importância do método já que “vemos o campo pelo olhar do método. O método escolhido é a expressão de nossa concepção do mundo. Método, portanto, é uma escolha que diz respeito ao nosso ritmo e a nossa compreensão/ética.” (SUETERGARAY, 2002, p. 66)

É importante salientar que na organização da pesquisa de campo selecionamos dois municípios que pudessem ser representativos no que estávamos investigando no Polo Assu-Mossoró. Para tanto, inicialmente, realizamos um levantamento de dados de todos os municípios do Polo a partir do IBGE Cidades, Censo Agropecuário (IBGE, 2017), INCRA e o Comitê Executivo de Fruticultura do Rio Grande do Norte (COEX), levando em consideração aspectos como: número de estabelecimentos da agricultura familiar, estabelecimento com agricultor familiar associado, número de domicílios rurais no município, número de assentamentos rurais e atuação de empresas no ramo do agronegócio da fruticultura irrigada. Em seguida, como será detalhado posteriormente, visitamos alguns municípios que consideramos estratégicos na definição do nosso recorte empírico como Alto do Rodrigues, Serra do Mel, Açu e Mossoró, sendo que muitos dos dados coletados no decorrer dessas visitas acabaram sendo utilizadas ao longo do trabalho.

Vistos esses dados e considerando que os municípios de maior dinamismo e que se definem como pontos de atração e influência no âmbito do Polo são Açu e Mossoró, optamos por desenvolver a pesquisa empírica nesses dois municípios. Reforça, ainda, a nossa escolha por esses municípios a compreensão de que foi a partir de Açu e Mossoró que se iniciou o processo de modernização do campo na área do polo. Em Açu os impactos da modernização do campo ocorreram a partir da instalação do Perímetro Irrigado Baixo-Açu, enquanto em Mossoró esse processo se deu pela presença de empresas, como a MAISA e a São João Agroindustrial¹¹.

Contraditoriamente, esses dois municípios nos chamam a atenção, pois embora sejam conhecidos pelas suas dinâmicas urbanas e um setor terciário pujante voltado também a complementaridade do agronegócio da fruticultura irrigada, concentrando inclusive grande número de empresas desse setor, têm se apresentado também importantes no que se refere à agricultura camponesa.

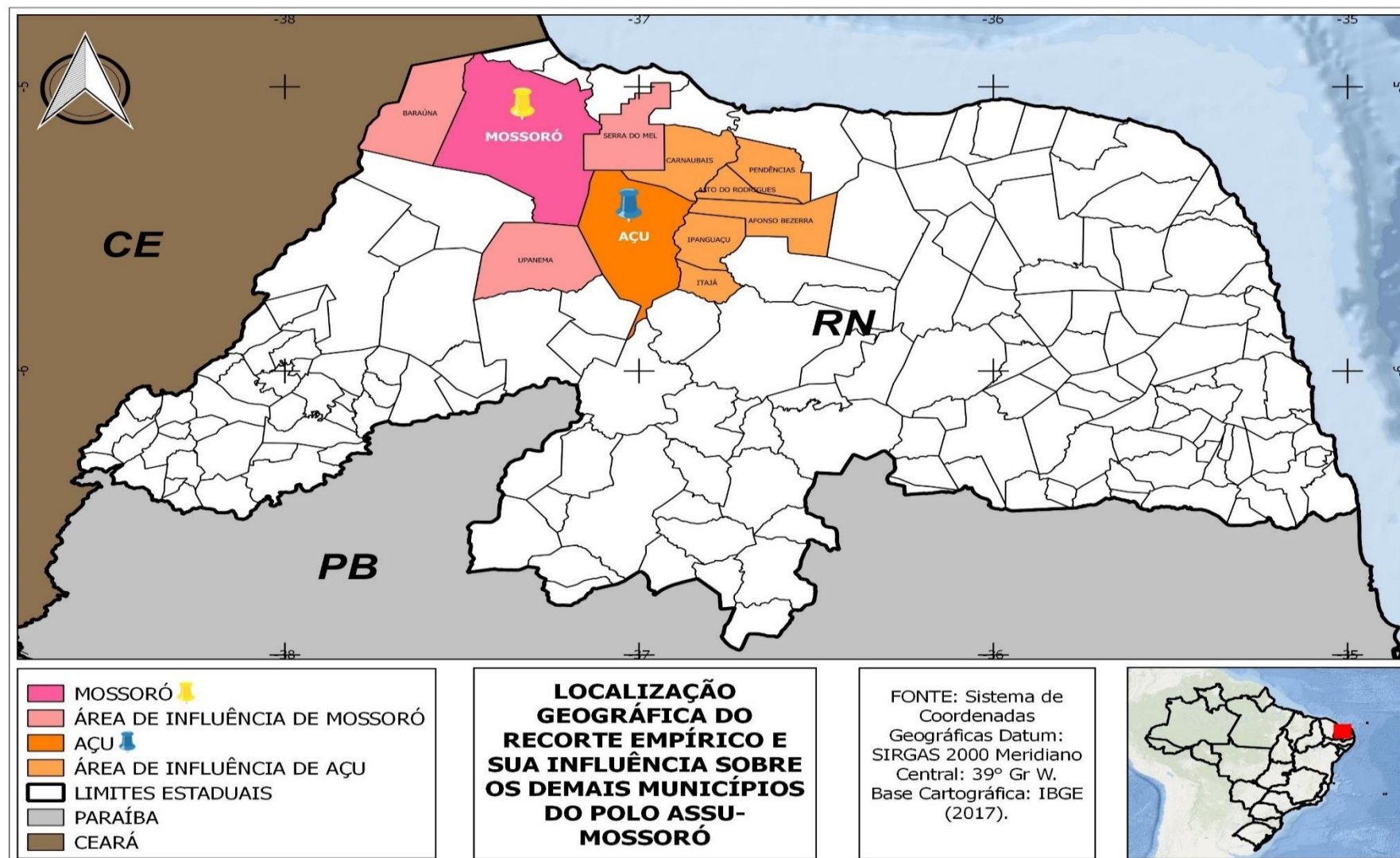
¹¹ A fazenda São João Agroindustrial, ao entrar em falência, abriu espaço, no município de Mossoró, para a luta dos seus próprios trabalhadores que passaram de assalariados nessa empresa a assentados, tendo em vista a desapropriação das terras dessa fazenda e a formação de assentamentos rurais. Isso justifica o fato de muitas famílias que viviam no espaço urbano passaram a viver no campo. Assim, a formação desses assentamentos rurais em Mossoró, bem como em todo o Polo Assu-Mossoró, denota também um processo de territorialização e resistência camponesa nesse recorte.

O município de Mossoró, por exemplo, pode ser visto como um irradiador de práticas voltadas para o desenvolvimento da agricultura camponesa, nas quais se destacam as feiras agroecológicas e o ímpeto associativista, cooperativista e agroecológico que vem se difundindo principalmente nos assentamentos rurais. O município possui 34 assentamentos rurais (INCRA, 2020) e tem o maior número de estabelecimentos da agricultura familiar entre os municípios do Polo, 1.327, dos quais 655 possuem vínculo associativo com alguma instituição (IBGE, 2017).

No município de Açu, existem seis assentamentos rurais (INCRA, 2020) e 610 estabelecimentos da agricultura familiar em que mais da metade desses estabelecimentos estão ligados a associações, como mostra o Censo agropecuário (IBGE, 2017). Dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010) apontam que mais de 30% da população ainda vive em domicílios rurais.

Outrossim, Açu e Mossoró, pelas suas centralidades, têm assumido um papel de influência sobre os demais municípios do Polo. Com isso, formam-se duas subáreas, sendo a primeira influenciada diretamente por Mossoró e constituída pelos municípios de Baraúna, Serra do Mel e Upanema; e uma segunda área que é polarizada por Açu, abrangendo os municípios de Ipanguaçu, Itajá, Carnaubais, Alto do Rodrigues, Afonso Bezerra e Pendências (HESPANHOL, 2016). No mapa 02 podemos observar a localização da área de estudo empírico (Mossoró e Açu) e sua influência sobre os demais municípios do Polo.

Mapa 02 – Localização geográfica do recorte empírico e sua influência sobre os demais municípios do Polo Assu-Mossoró.



Fonte: IBGE (2017).

Nesse contexto, os trabalhos de campo tiveram início no mês de agosto de 2021. Como já citado, primeiro buscamos nos aproximar da realidade do Polo e, por isso, além das pesquisas bibliográficas e documentais já realizadas visitamos várias localidades, como: a sede do Distrito Irrigado Baixo-Açu no município de Alto do Rodrigues; a Secretaria de Agricultura do município de Serra do Mel; a Cooperativa de Comercialização Solidária *Xique Xique* (COOPERXIQUE) e a Feira da Associação de Produtores e Agricultoras da Feira Agroecológica de Mossoró (APROFAM) em Mossoró; os Projetos de Assentamentos (PA) Mulunguzinho e Paulo Freire no município de Mossoró e o PA Professor Maurício de Oliveira em Açu.

No decorrer dessas pesquisas buscamos o diálogo como instrumento na obtenção de dados e informações sobre a realidade analisada e que viessem a contribuir na construção do trabalho. Assim, mesmo sendo um primeiro contato, buscamos fazer registros nos cadernos de campo e algumas Fotografias. Esses registros permeiam as discussões teóricas presentes na tese, sendo essa primeira aproximação necessária para continuarmos o trabalho de campo, pois passamos a conhecer lideranças locais que acabaram mediando o contato com outros sujeitos.

No mês de novembro de 2021, realizamos a nossa segunda incursão a campo. Esse momento apresentou menores dificuldades quando comparado ao momento anterior. Com o recorte já bem delimitado, direcionamos-nos a Mossoró e Açu e iniciamos os trabalhos de campo com a realização de entrevistas, as quais se encontravam organizadas e estruturadas, como podem ser vistas nos apêndices. Entretanto, ressaltamos que a rigidez muitas vezes foi substituída pela flexibilidade de diálogos que, às vezes, acabavam sendo longos e interessantes. Foram realizadas, nesse momento, entrevistas com a Presidente da COOPERXIQUE e da APROFAM, e com o Grupo de Mulheres Decididas a Vencer.

Ainda nessa segunda incursão a campo, também passamos a visitar os assentamentos rurais em Mossoró e Açu no intuito de desenvolver entrevistas com agricultores camponeses assentados. Tendo em vista a diversidade de sujeitos sociais no espaço agrário do Polo (agricultores camponeses proprietários de terra, agricultores camponeses parceiros, agricultores camponeses arrendatários, agricultores assentados de Reforma Agrária, assentado(a) esperando

titulação, indígenas¹², quilombolas¹³)¹⁴, delimitamos como os sujeitos sociais da pesquisa, como pode ser visto, os agricultores camponeses assentados, pois além de partirmos da perspectiva de que a *terra de trabalho* é de suma relevância para a recriação camponesa¹⁵, a delimitação dos assentamentos rurais para o desenvolvimento da pesquisa empírica facilitou a chegada até essas famílias.

A pesquisa englobou 10 assentamentos rurais no município de Mossoró, o que corresponde a 30% dos seus assentamentos, levando em consideração critérios como a acessibilidade a esses locais e a participação dos assentados nas feiras agroecológicas do município e na COOPERXIQUE, o que viabilizou os trabalhos de campo. No município de Açu, englobamos 3 assentamentos, totalizando 50%.

No mês de novembro de 2021, foram realizadas três entrevistas junto aos assentados. A primeira, no PA Mulunguzinho com uma assentada, cooperada e participante do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer. A segunda, no PA Paulo Freire, com o presidente da associação da comunidade e integrante da COOPERXIQUE e da APROFAM, ambos em Mossoró. A terceira entrevista ocorreu no PA Professor Maurício de Oliveira, em Açu, com uma assentada, integrante do Grupo de Mulheres local e da COOPERXIQUE.

Como nas demais entrevistas que foram realizadas, o registro das informações nem sempre era possível através da gravação, pois era perceptível que os entrevistados não se sentiam à vontade, mesmo após explicar que sua identidade seria resguardada e que seriam referenciados levando em consideração apenas o PA no qual residem ou o nome da instituição

¹² No Polo, 272 pessoas se declaram como indígenas, embora não vivendo em terra indígenas, sendo o município de Mossoró responsável por concentrar a maior parte dessa população (176 pessoas) (IBGE, 2010).

¹³ No Polo estão presentes 4 comunidades quilombolas reconhecidas pelo INCRA. As comunidades Cabeço dos Mendes e Curralinho estão localizadas no município de Afonso Bezerra, A primeira comunidade recebe certificação através da Portaria de Nº 280, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U) em 25/10/2017 e a segunda recebe certificação através da Portaria Nº 15, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U) em 01/03/2018 (SILVA, 2019). A comunidade quilombola Bela Vista Piató, localizada no município de Açu, recebe certificação através da Portaria Nº 65, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U) em 11/05/2001. A comunidade quilombola Picadas, localizada no município de Ipanguaçu, recebe certificação através da Portaria Nº 135, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U) em 04/11//2010 (SILVA, 2019).

¹⁴ Indígena e quilombolas congregam os então denominados de Povos e Comunidade tradicionais. De acordo com o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, Povos e Comunidades Tradicionais são “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.” (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 14 nov. 2022).

¹⁵ Almeida (2003) também nos traz valiosa contribuição sobre a recriação camponesa, tendo como diferencial o fato de lançar o seu olhar para os assentamentos rurais no Mato Grosso do Sul, defendendo que a luta vivenciada pelos camponeses pelo retorno a terra constitui-se em uma luta pela recriação de sua condição de classe sui generis.

na qual atuam. Assim, nessas situações, buscamos fazer uso das anotações no caderno de campo.

Ressaltamos ainda a vivência do/no campo nesse período. Assim, mesmo em um momento pandêmico, já com as primeiras doses da vacina Covid, adentramos a realidade pesquisada. Nesse contexto, vivenciamos a rotina de algumas das famílias em suas residências, nos quintais produtivos, na produção de polpas e doces caseiros e muitas vezes compartilhamos com elas algumas das suas refeições.

Muitas vezes tivemos que caminhar bastante para chegar até o lote do camponês porque para este era muito importante que pudéssemos conhecer a sua plantação, a sua criação de abelhas, o seu viveiro de mudas. Nas feiras da APROFAM, chegávamos cedo no intuito de conhecer todo o processo de organização daqueles sujeitos e, principalmente, de ouvir as suas conversas e histórias de vida e de luta. Na COOPERXIQUE, tivemos a oportunidade de participar de reuniões mensais, de acompanhar visitas técnicas, dialogar com o coordenador de projetos, observar o movimento na rede com a chegada dos cooperados para entregar seus produtos e vivenciar a entrega pela Rede da Certificação Orgânica¹⁶ para algumas famílias.

Além disso, foram importantes os momentos *online* em que pudemos visualizar o intercâmbio entre o Grupo de Mulheres Decididas a Vencer e outros grupos de mulheres da América Latina. As vivências desses momentos aparecem descritas nesse trabalho, mostrando que a face contraditória da Territorialização do Capital nesse recorte é essa recriação e resistência dos camponeses nos assentamentos rurais e, embora abordemos apenas algumas experiências que para nós se tornaram mais perceptíveis dentro dos municípios de Açu e Mossoró, ao enfatizarmos a APROFAM, a COOPERXIQUE, o Grupo de Mulheres Decididas a Vencer, vemos que essas são características intrínsecas à realidade do Polo. Como veremos, existe outras cooperativas também atuantes nesse recorte, bem como vários outros grupos de mulheres.

Retornando ao desenvolvimento das entrevistas, no mês de novembro de 2022, realizamos a nossa terceira incursão a campo, mesmo sendo necessário ressaltar que nesse intervalo de tempo continuamos a ele interligado, acompanhando-o através de noticiários jornalísticos e também das redes sociais. O retorno ao campo nos possibilitou concluir as entrevistas. No dia 03 de novembro, com o auxílio de um casal de assentados do Paulo Freire,

¹⁶ A certificação de produtos orgânicos é o procedimento pelo qual uma certificadora, devidamente credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e “acreditada” (credenciada) pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), assegura por escrito que determinado produto, processo ou serviço obedece às normas e práticas da produção orgânica. Disponível em: <https://www.organicnet.com.br/certificacao/manual-certificacao/>. Acesso em: 06 ago. 2021.

conseguimos visitar e realizar as entrevistas em quatro assentamentos de Mossoró: no PA Hipólito, entrevistamos um dos líderes da comunidade; no PA Quixaba, entrevistamos o presidente da associação; no Maísa entrevistamos o presidente da associação e integrante da APROFAM, e no PA Juazeirinho, entrevistamos um dos líderes da comunidade. No dia 04 de novembro, as entrevistas foram realizadas com uma integrante do Grupo de Mulheres do PA Favela e também associada à APROFAM; no Boa fé, entrevistamos um líder comunitário e Vice-Presidente da Federação dos Apicultores; nos assentamentos Santa Elza e Jurema, entrevistamos assentados e associados à APROFAM. No dia 05, as entrevistas se deram nos assentamentos de Açú: no Novo Pingos, a entrevista ocorreu com o Presidente da associação comunitária e também da Cooperativa da Agricultura Familiar de Novo Pingos e Vale do Assu (COOPINGOS); e, no Bom Lugar II, a entrevista se deu com o presidente da associação. O diálogo com essas lideranças nos possibilitou uma visão geral dos assentamentos e dos processos que ali ocorrem pertinente ao que se busca discutir nesse trabalho.

Ao todo, foram treze assentados entrevistados, não sendo aqui computados numericamente os diálogos informais com camponeses nos assentamentos, na feira da APROFAM, com os cooperados da COOPERXIQUE, já que não nos predemos a um rigor estatístico, mas qualitativo de informações e conhecimentos que poderíamos obter nesses momentos sobre a unidade produtiva, a história de luta pela terra e para permanecer na *terra de trabalho*¹⁷, sobre a importância do associativismo e cooperativismo, da comercialização nas feiras, das práticas agroecológicas, sobre os desafios enfrentados, as perspectivas de futuro, dentre tantos outros elementos.

Muito do que foi apontado no decorrer das entrevistas e também dos diálogos informais é ressaltado ao longo do texto ora apresentado. Para isso, procuramos nos manter fiel ao que nos foi falado, transcrevendo em algumas passagens a fala dos entrevistados, mesmo que garantindo o seu anonimato¹⁸. Sendo assim, vale ressaltar que o campo permeia toda a tese. Optamos por seguir esse caminho metodológico por entender que assim haveria uma maior integração entre o teórico e o prático. Além disso, e dentro das nossas possibilidades, procuramos trazer os registros fotográficos, entendendo que, como uma ferramenta eficaz, eles

¹⁷ “[...] A terra de trabalho remete à propriedade familiar, a terra de negócio faz referência à propriedade capitalista. Ainda que estejamos diante da propriedade privada da terra em ambos os casos, há que se atentar para conteúdos distintos: enquanto que o sentido desta é a exploração do trabalho alheio e ou a apropriação da mais-valia social, a primeira tem por princípio a reprodução da família a partir de seu próprio trabalho.” (PAULINO, 2003, p. 411).

¹⁸ Aos entrevistados garantimos o anonimato. Como o trabalho não envolveu experimentação humana, não houve a necessidade de um parecer do Comitê de Ética, entretanto, a todos os entrevistados foi solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCL).

serão capazes de mostrar, mesmo que minimamente, o que vivenciamos na construção dessa tese.

É importante elucidar que a pesquisa de campo não esteve desvinculada do aporte teórico-conceitual, tendo em vista que na busca por identificar processos de recriação no âmbito da agricultura camponesa não fugimos do entendimento de que “a recriação camponesa não é peça de um exercício utópico, mas do próprio movimento da realidade, o qual tem lançado por terra o decreto que preconizava o fim de uma classe social.” (PAULINO, 2003, p. 191). Nessa perspectiva, existem várias evidências no Polo que mostram que os camponeses desenvolvem estratégias diante do que é posto pelo capital no intuito de garantir a sua autossustentação e com isso negam a tese que preconiza o seu desaparecimento.

Em relação ao recorte temporal da pesquisa, consideramos o período que compreende a década de 1970 ao ano de 2022, sendo este o ano em que concluímos os trabalhos de campo. Esse recorte se justifica porque é a partir da década de 1970 que se dá início as políticas de estímulo à irrigação em áreas que estivessem situadas nos vales úmidos, dos quais o Polo faz parte, tendo sido despendidos recurso financeiros por meio de programas governamentais como o POLONORDESTE e o Polo Sertanejo, que acabaram por conduzir a construção de açudes e os perímetros irrigados públicos no Rio Grande do Norte, entre eles o Perímetro Irrigado Osvaldo Amorim, posteriormente, denominado de Distrito Irrigado do Baixo Açu (DIBA). Desse modo, é possível inferir que foram as políticas de irrigação direcionadas ao Nordeste que possibilitaram a expansão do capital no que se constituiu o Polo Assu-Mossoró, impactando a agricultura camponesa.

Tendo em vista esses aspectos, a tese que aqui apresentamos encontra-se estruturada em cinco capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo tem como título “*Pensando o campesinato e o seu histórico papel na sociedade*”, no qual trataremos reflexões sobre os elementos estruturantes da produção camponesa, o contexto que envolve a expansão do capital no campo e os possíveis destinos a serem trilhados pelos camponeses, enfatizando também o papel do campesinato tendo em vista a realidade brasileira.

O segundo capítulo, “*O processo de formação e organização do espaço agrário do Polo Assu-Mossoró (RN)*”, busca retratar esse processo amparando-se nos elementos que antecedem a modernização desse espaço, o papel assumido pela agricultura camponesa e a atuação do Estado como um dos protagonistas do processo de modernização. O capítulo tem o seu fechamento com características do Polo, principalmente aspectos que explicitam a dialética através da presença do território do agronegócio da fruticultura irrigada e, por outro lado, a presença da resistência camponesa.

O terceiro capítulo, encontra-se intitulado “*A permanência histórica de velhas estruturas: a concentração da terra, a violência e a pobreza no Polo Assu-Mossoró.*” Nele, buscamos analisar as contradições geradas por processos de modernização do campo que, ao mesmo tempo em que gera riquezas, aumenta os problemas que envolvem a questão agrária impactando na concentração da terra, na violência e agravando os problemas relacionados à pobreza.

O quarto capítulo é intitulado “*Estratégias de recriação dos agricultores camponeses no Polo Assu-Mossoró*”. Este se constituiu em um capítulo em que buscamos abordar os elementos que envolvem a recriação e resistência camponesa no Polo Assu-Mossoró correlacionado com as dinâmicas territoriais que se dão nesse espaço. Nesse sentido, foi dada ênfase à organização produtiva das famílias em seus respectivos assentamentos rurais a partir dos quintais produtivos, das práticas agroecológicas e da própria luta campesina pelo acesso a terra.

O quinto e último capítulo da tese, que entendemos ser uma continuidade das reflexões apresentadas no quarto capítulo, encontra-se intitulado “*A organização dos camponeses como possibilidade para a sua recriação*”. Neste capítulo buscamos mostrar a atuação de algumas organizações associativas e cooperativas as quais fazem parte as famílias camponesas no Polo Assu-Mossoró, destacando nesse sentido o papel desempenhado pela Rede Xique Xique de Comercialização Solidária, o Grupo de Mulheres Decididas a Vencer e a APROFAM.

Ao final são apresentadas as considerações finais dessa tese, onde retomamos, de modo conclusivo, reflexões e questões apresentadas no decorrer do texto.



19

CAPÍTULO I - PENSANDO O CAMPESINATO E O SEU HISTÓRICO PAPEL NA SOCIEDADE

Não há dúvida de que o campesinato vive hoje em uma sociedade capitalista. Mas viver em uma sociedade capitalista não significa, por si só, que a vida de uma família camponesa seja de modo semelhante à vida de uma família em uma sociedade capitalista. (SHANIN, 2017, p. 247)²⁰.

Este capítulo aborda o papel do campesinato na sociedade, mostrando que historicamente ele tem ocupado as reflexões de grandes estudiosos da questão agrária, tanto no século XIX, em que ganhava força a expansão do capitalismo no campo europeu, como nos dias atuais, em que a expansão do capital continua cada vez mais intensa, resultando na dominação de espaços, expropriando e subjugando os sujeitos sociais do campo. No caso

¹⁹ Domínio público. Disponível em: https://www.instagram.com/feira_dos_organicos/. Acesso em 15 de nov. 2022. A figura retrata a organização familiar no processo de produção de hortaliças no PA Paulo Freire, Mossoró.

²⁰ Entrevista concedida por Shanin no *New Extractivism Peasantries and Social Dynamics: Critical Perspectives and Debates*, em Moscow, Rússia, 2017. Sistematizada por: ALVES, Vicente Eudes Lemos, *et al.* Questões rurais e campesinato: uma entrevista com Teodor Shanin. **Rev. NERA**, Presidente Prudente v. 21, n. 44, p. 236-244 set-dez. 2018.

brasileiro, as ações do capital têm reverberado de maneira intensa sobre os territórios dos agricultores camponeses, indígenas e quilombolas.

Seguindo por essa linha de reflexão, buscamos, inicialmente, adentrar nos elementos da produção camponesa, enfatizando as suas principais características e o que os torna não somente o sinônimo de um modo de vida, mas um elo de resistência no campo nos dias atuais.

Trazer para o debate os camponeses e elementos históricos a eles inerentes é uma forma de aprendermos com os seus ensinamentos, pois são sujeitos que têm nos dados lições de como enfrentar crises as quais são vivenciadas e inerentes ao capitalismo. Assim, admitimos, como Shanin (2008, p. 28-29), que “precisamos estudar os camponeses não só para ajudá-los, mas para nos ajudar. Nós não temos que ensinar aos camponeses como viver, nós é que temos que aprender com eles como viver e como resolver problemas nos quais a maior parte da população está envolvida.”

Após tratar dos elementos estruturantes da produção camponesa, aproximamo-nos de autores que fazem uma leitura do desenvolvimento do capitalismo no campo e o papel do campesinato, inicialmente na realidade europeia do século XIX e, posteriormente, a partir da análise do contexto mais atual, englobando a realidade brasileira.

Para uma melhor compreensão, nortearam as discussões desse capítulo os seguintes questionamentos: Que elementos podemos considerar como sendo estruturantes da produção camponesa? Com a expansão do capital no campo europeu do século XIX, quais análises foram feitas pelos então denominados de Marxista Ortodoxos sobre o campesinato e o seu futuro? E pelos Marxistas Heterodoxos? Qual o lugar assumido pelos camponeses com o desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo brasileiro? Desaparecimento do campesinato ou a sua recriação?

1.1 Os camponeses: elementos estruturantes

Conceitualmente, compreendemos que o camponês apresenta elementos estruturantes que dão a ele um caráter singular e que são capazes de diferenciá-los de outros sujeitos. Entendemos ainda que o campesinato além de ser uma classe é um modo de vida, e isso é essencial para compreendermos a sua natureza, pois “esse aspecto é mais central que qualquer outra coisa em sua definição.” (SHANIN, 2008, p. 37).

No Brasil, as discussões sobre o campesinato são alvo de debates nos campos teóricos, políticos e nos próprios movimentos sociais. Nas políticas públicas²¹ que foram direcionadas

²¹ Um exemplo é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em que observamos o Estado utilizando o conceito de Agricultura Familiar. Para Wanderley (2014, p. 30), com isso, diluía-se o

ao campo, principalmente a partir da década de 1990, podem-se observar elementos dessa natureza em que é colocado em questão que conceito utilizar: “camponês” ou “agricultor familiar”?

Concordamos com Wanderley (2014) que, ao se referir a essa dicotomia, tendo como base a história social do campesinato, assim se posiciona:

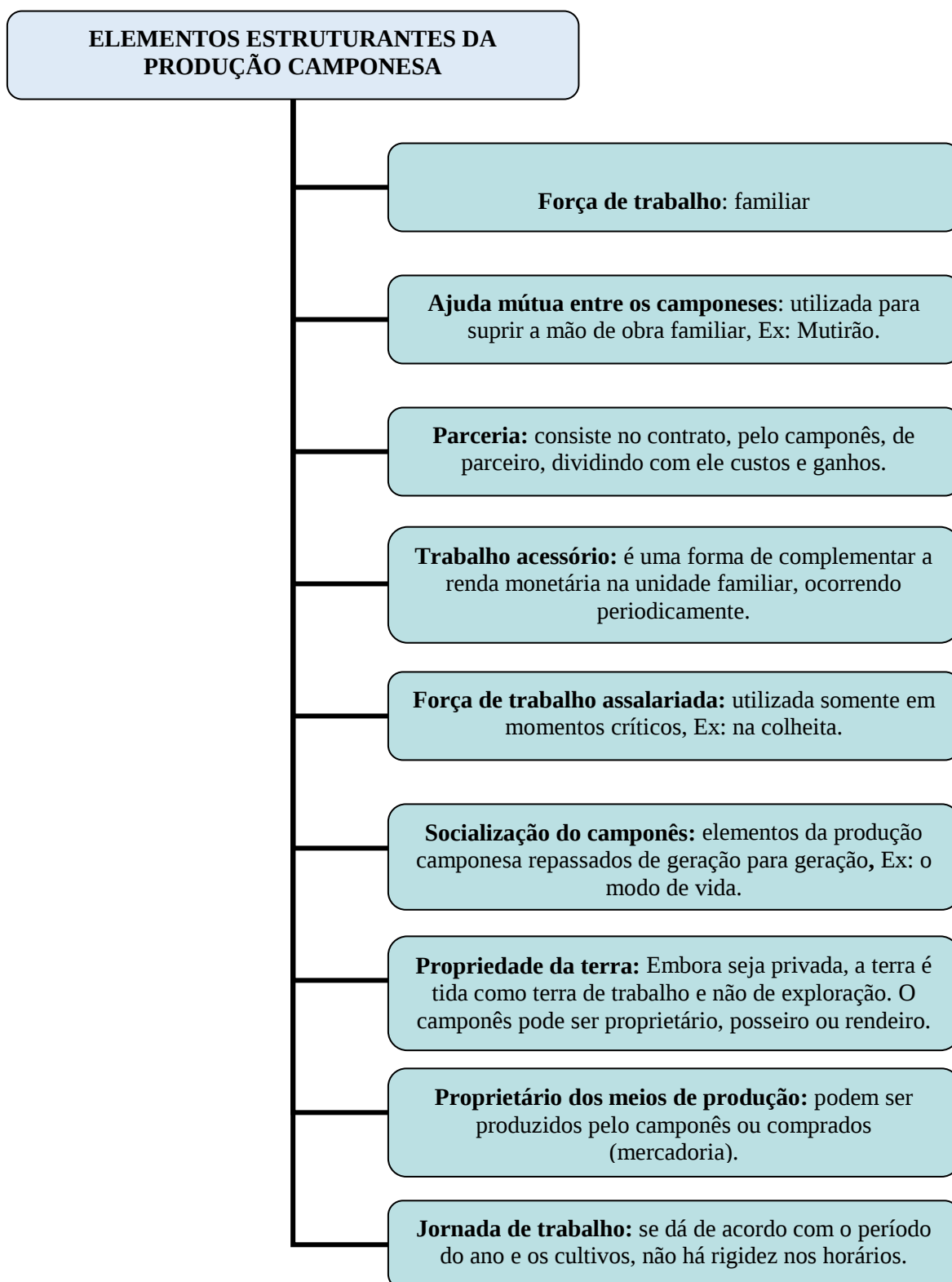
Parece-nos, portanto, evidente que, mais do que recortar campos distintos, com denominações particulares, atribuindo a cada um características excludentes e, mesmo antagônicas em relação aos demais, deve-se atentar para a constituição de um vasto campo de agricultores não patronais e não latifundiários que [...] exercitam formas próprias de viver e trabalhar no mundo rural. Esse conjunto se caracteriza por uma grande diversidade de situações concretas, que geram múltiplas identidades, com distintas relações com a cidade, com o mercado e com o Estado. (WANDERLEY, 2014, p. 31).

Mais do que a preocupação com a delimitação do campo conceitual, é notória a importância do camponês como um sujeito social em especial na formação do território brasileiro, embora todo o processo que o envolve tenha sido marcado pela exclusão, seja no acesso a terra ou às políticas públicas, problema que se intensificou com o golpe direcionado à presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e a inserção posterior de governos, como o Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro, que não apresentaram preocupações com os grupos minoritários, entre eles os camponeses.

No intuito de refletir sobre características e elementos estruturantes da produção camponesa, apresentaremos nove elementos que em conjunto e articulados podem ajudar nesse processo (Diagrama 02).

conteúdo histórico-político que a palavra "camponês" inspirava, ao mesmo tempo em que se afirmava, pela primeira vez, o reconhecimento da condição de produtor agrícola e uma valoração positiva de suas particularidades. Atualmente, ela é consagrada, não só pelas instituições do Estado, mas também pelos próprios atores sociais, seus beneficiários.

Diagrama 02 – Elementos estruturantes da produção camponesa



Fonte: Tavares dos Santos (1978).

Ressaltamos que apresentar esse delineamento não significa negar a heterogeneidade do camponês nos diferentes espaços, no interior dos territórios e, principalmente, no percurso da história. E é nesse contexto que o trabalho familiar assume papel fundamental na produção

camponesa, como enfatizado por Woortmann (1990, p. 24), ao afirmar que “apesar da variedade com que tem sido construído o conceito de camponês, ressalta um ponto comum: o caráter familiar do trabalho. Este seria o elemento central de uma lógica econômica própria do ‘modo de produção’ camponês.” Portanto, é com base nesse elemento principal que a família abre possibilidade de articulação com outras relações de trabalho que podem se dar no seio da família, como é o caso da ajuda mútua, do trabalho assalariado e da parceria (OLIVEIRA, 2001).

Nesse viés de análise, entendemos que é a base familiar um dos sustentáculos do modo de vida camponês. É nesse ínterim que atividades são partilhadas, os frutos das atividades também são partilhadas e garantem que a cultura e o seu modo de vida vão se perpetuando no seio das gerações familiares.

Durante os primeiros trabalhos de campo, realizados no mês de agosto e novembro de 2021, visitamos o PA Paulo Freire e dialogamos informalmente com famílias camponesas. Na ocasião, tivemos condições de entender a importância desses laços não somente na lida da roça, mas também no enfrentamento dos próprios desafios internos da família. Isso porque são os membros dessas famílias que fazem os cultivos, são elas que também levam o excedente até as feiras para comercialização, e são principalmente os responsáveis por desenvolver práticas agroecológicas (Figuras 01 e 02), cuidando da terra que lhes tem garantido o sustento e a autonomia do seu trabalho.

Vale ressaltar que a agroecologia pode ser compreendida como uma nova abordagem da agricultura. Em síntese, uma base científica responsável por imbricar elementos agronômicos, ecológicos e socioeconômicos na produção de alimentos, além de realizar a crítica ao que denominamos de agricultura convencional, conduzindo a auto sustentabilidade tendo em vista orientar no correto manejo dos agroecossistemas. Por isso, a agroecologia pode ser entendida como

[...] uma nova abordagem da agricultura que integra diversos aspectos agronômico, ecológicos e socioeconômicos, na avaliação dos efeitos das técnicas agrícolas sobre a produção de alimentos e na sociedade como um todo. Trata-se do resultado de um sistema de produção agrícola que busca manejar, de forma equilibrada, o solo e demais recursos naturais (água, plantas, animais, insetos etc.), conservando-os em longo prazo e mantendo a harmonia desses elementos entre si e com os seres humanos. Desse modo, para se obter um alimento verdadeiramente orgânico, é necessário administrar conhecimentos de diversas ciências para que, através de um trabalho harmonizado com a natureza, se possa ofertar ao consumidor alimentos que promovam não apenas a saúde deste último, mas também do planeta como um todo. (MARCOS, 2007, p. 191).

Figura 01 - Aspectos da produção agroecológica de tomates, PA Paulo Freire, Mossoró.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2022).

Figura 02 - Aspectos da produção agroecológica de hortaliças, PA Paulo Freire, Mossoró.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2022).

Outro elemento que dialoga com o papel da família é a ajuda mútua. Esta “é a solução encontrada pelos camponeses para completar o trabalho que a família não conseguiu realizar pois, em geral, seus rendimentos monetários não permitem pagar trabalhadores continuamente.” (OLIVEIRA, 2001, p. 56). Assim, ela se dá a partir da troca de dias entres as famílias ou em forma de mutirão, por exemplo.

O mutirão engloba um grande número de pessoas que pode ser da mesma comunidade ou de comunidades diferentes. No decorrer da pesquisa de campo, podemos observar nos relatos das famílias camponesas a importância do mutirão, tendo sido enfatizada a rapidez na concretização das tarefas na roça e o papel das associações na articulação e organização desses momentos.

É comum a formação de mutirão no PA para realização de determinadas atividades. Geralmente quando a gente precisa de fazer algum serviço, junta toda a turma e vai fazer, depois, a gente ajuda ao próximo e assim as coisas vão dando certo. (Assentada do PA Favela. Entrevista concedida em novembro de 2022).

Por outro lado, em algumas situações, a família consegue temporariamente contratar um assalariado para ajudar no processo produtivo, sendo importante destacar que não existe nesse contexto uma negação do trabalho familiar. Pelo contrário, é uma forma de suprir a mão de obra no próprio seio da família que, ao não conseguir suprir a demanda nos períodos de plantação e colheita, por exemplo, acabam por recorrer a essas soluções.

Ao se referir à contratação de assalariados durante o pico do ciclo agrícola, Woortmann²² (1990) destaca que

[...] é o volume de trabalho realizado neste momento que irá determinar o trabalho realizado durante todo o ciclo. Por isso, os trabalhadores temporários irão viabilizar a atividade dos membros da família e não a ela se opor. Visto a partir do ângulo que me interessa mais de perto, o uso do trabalho assalariado, nas situações onde ocorre, é condição para que se realizem o pai de família e a hierarquia familiar, isto é, o valor-família, e não apenas a “produção doméstica”. (WOORTMANN, 1990, p. 26).

Se remetendo à parceria, é importante considerar que ela se constitui em uma das formas de relação de produção mais antiga no campo, podendo ser encontrada nos mais diversos modos de produção da história, sendo que no caso brasileiro, essa relação perdura desde o período escravagista. Como relação de trabalho no seio da família camponesa, a parceria constitui-se

²² Klaas Woortmann é um renomado antropólogo brasileiro. No texto *Com parente não se negueia* aqui tratado, ele traz muitas contribuições para pensar o camponês. Ressaltamos que o autor não tem como objetivo tratar o camponês como um pequeno produtor, mas refletir sobre elementos que envolvem a sua subjetividade, por isso se refere a Campesinidade. Em síntese, traz uma etnografia do campesinato brasileiro, buscando perceber a ética camponesa a qual denomina de uma ordem moral, a partir das relações entre os homens e entre esses e as coisas, principalmente a terra. Para tanto, busca analisar a fala, valores e tradições desses sujeitos operacionalizando categorias culturais centrais do universo camponês brasileiro como o trabalho, a família, a liberdade e a comida.

em uma forma de superar a falta de capital variável. Assim, “o camponês ao contratar o parceiro divide com ele custos e ganhos.” (OLIVEIRA, 2001, p. 56).

O trabalho acessório do camponês constitui-se em outro elemento intrínseco à produção camponesa. É sabido que durante os períodos de plantio e de colheita é maior a demanda por mão de obra e que, nos outros momentos, esse processo se inverte. Assim, muitos camponeses acabam se transformando periodicamente em assalariados, sendo importante ressaltar que os recursos adquiridos se transformam em uma fonte complementar das atividades ou culturas desenvolvidas no seio da unidade familiar.

Empiricamente, no Polo Assu-Mossoró, é possível observar situações dessa natureza. No âmbito da família, alguns dos filhos têm buscado outras alternativas na cidade através dos estudos, outros, juntamente com os pais recorrem ao trabalho assalariado temporário nas empresas do agronegócio como forma de garantir a autossustentação e permanência no campo, outros ainda buscam alternativas no arrendamento, na parceria e nas atividades não agrícolas.

É importante ressaltar que toda essa complexidade calcada na introdução e/ou articulação com outras relações de trabalho se dão a partir da família camponesa, intrínseca à hegemonia que o trabalho familiar exerce na unidade de produção e de consumo.

Na agricultura camponesa, o intuito principal não é o lucro médio, mas a busca pela sobrevivência²³. Dessa forma, uma parte da produção advinda do trabalho da família é para o consumo direto, para subsistência imediata, e o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializado (OLIVEIRA, 1986). É posta nesse contexto a autonomia dos camponeses, já que eles têm a possibilidade de escolher se vão vender o excedente, a quem vão vender e a que preço vão vender, sendo este último elemento mais restritivo, pois, estando inseridos em um modo de produção capitalista dominante, os preços dos produtos advindos da unidade camponesa acabam sofrendo a sua influência.

Entretanto, sobre a comercialização do excedente, referindo-se à produção camponesa, é importante salientar que ela se distingue da produção capitalista. Nesta, o movimento da circulação do capital se dá da seguinte forma: D-M-D (Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro) na sua versão simples, e D-M-D (Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro) na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, o que se observa é a seguinte fórmula simples de circulação das mercadorias: M-D-M (Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria) (OLIVEIRA, 1986).

²³ Chayanov (1974) trata essa questão a partir da perspectiva de que a organização da unidade de produção camponesa se dá com base na relação trabalho-consumo, ou seja, força de trabalho familiar disponível e o número de dependentes, em que o objetivo principal é a satisfação das necessidades da família.

Na fórmula simples, a conversão da mercadoria em dinheiro tem como objetivo a compra de outras mercadorias para satisfação das necessidades da família. Dessa forma, entendemos que o camponês não vende com o intuito de acumular, mas de comprar o que necessita e não tem condições de produzir internamente. Nesse quesito, no recorte empírico, as feiras da agricultura familiar, bem como a ligação das famílias camponesas com as cooperativas, tem sido uma forma de inserção do excedente no mercado, constituindo-se também em uma oportunidade de as famílias terem acesso aos produtos que necessitam.

Woortmann (1990), ao se referir à relação do camponês com o mercado, destaca o exemplo das feiras, onde

Vender a própria produção e realizar o valor monetário do trabalho é expressão da autonomia camponesa. Neste sentido, a feira é um espaço de realização do pai de família que no roçado encarna o trabalho familiar e na feira “governa” a transformação desse trabalho em ganho, necessário para “botar de um tudo dentro de casa”, outro atributo do pai. Neste plano, na feira se afirma a honra do pai, pois quem só pode vender para o patrão, como o morador de engenho, não “governa” o ganho; e sujeito (objeto de sujeição), já que não pode dispor livremente do produto do processo de trabalho, mesmo que este tenha sido realizado autonomamente com base num saber próprio. (WOORTMANN, 1990, p. 39).

Assim, esse processo, além de ser sinônimo de autonomia para esses sujeitos, reitera a resistência a eles intrínseca.

Em Mossoró, um dos municípios integrantes do Polo e que foi selecionado para a pesquisa empírica, temos o caso da APROFAM que se constitui em uma associação formada por camponeses voltada à organização de feiras, proporcionando a comercialização do excedente diretamente aos consumidores, que sintetiza o que estamos buscando discutir nesse momento quando nos remetemos à autonomia e à resistência dos agricultores camponeses ao buscarem no mercado uma forma de reprodução. Entretanto, como discutiremos posteriormente, ao contrário dessa centralidade na figura patriarcal apresentada em Woortmann (1990), é predominante o papel da mulher no processo de comercialização do excedente na feira.

Destacamos ainda que, em algumas situações, o camponês pode conseguir uma situação privilegiada no mercado, o que o leva a acumular dinheiro como produto do trabalho familiar. (OLIVEIRA, 1986). Assim,

Sitiantes-comerciantes, por vezes, se tornam exclusivamente comerciantes. Mas, e apenas em situações de diferenciação social acentuada que o negociante deixa de ser, também, sitiante. Nestes casos, há um

“descolamento”, uma ruptura com relação aos valores e a ética camponesa, e o valor expresso pela categoria trabalho é substituído por outros, como tino comerciar, coerente com a nova prática. Para a maioria, porém, o negócio é um dos meios para se chegar a terra, isto é, ao patrimônio, condição de realização do pai como sujeito trabalhador e transmissor da terra. Neste plano, não há incompatibilidade entre o negócio e o trabalho, pois o primeiro é o meio para que se realize o segundo. No entanto, é preciso afastar o negócio (impuro) da casa (espaço de família) e do território camponês, localizando-o na cidade. (WOORTMANN, 1990, p. 40).

Nessa perspectiva, as relações comerciais pelos camponeses são importantes principalmente quando através desse processo o camponês consegue o acesso a terra. Somente em situações de extrema imersão do camponês nessas negociações comerciais o levariam a processos de diferenciação social e a um comprometimento dos valores e preceitos da ética camponesa. Em virtude disso, o autor sugere que essas relações de negócio que possam se constituir como impuras sejam feitas na cidade, distante do seio da família e do território camponês.

São esses aspectos que quando analisados nos dão condições de entender a diferenciação interna do campesinato e, conseqüentemente, as diversas situações vivenciadas no âmbito da família camponesa em cada território, dando a eles características heterogêneas. Nessa perspectiva, concordamos com Woortmann (1990), quando conclui que produzir para o mercado não é a mesma coisa de estar integrado ao mercado. De fato, são contextos diversos principalmente quando consideramos realidades empíricas específicas.

Ainda se remetendo aos elementos estruturantes da produção camponesa, destacamos a socialização do camponês que também é apresentada como elemento que pode caracterizar esses sujeitos. Esse processo se dá quando as crianças atingem 12, 14 anos, momento em que passam a desenvolver atividades antes consideradas responsabilidades dos adultos (OLIVEIRA, 2001).

Imbricada a socialização do camponês, empiricamente podemos constatar a complexidade que esse processo carrega no Polo Assu-Mossoró, pois mesmo existindo a preocupação no âmbito da família de que a socialização ocorra, muitos jovens buscam trilhar outros caminhos. Assim, constatamos a presença de uma jovem que cursou universidade e hoje é a responsável pela comercialização de produtos na feira agroecológica; um outro jovem que vai à universidade e continua acompanhando as atividades do pai tanto no PA como na comercialização do excedente na feira; e ainda existem os jovens que preferiram não trilhar os caminhos dos pais, o que abriu espaço para relatos sobre filhos que foram viver e trabalhar na cidade ou como assalariados nas empresas do agronegócio.

Todas essas contradições são compreensíveis principalmente no interior dos assentamentos rurais, tendo em vista a limitação do tamanho da terra que essas famílias dispõem para trabalhar. Assim, à medida que a família vai crescendo ou que os filhos vão formando novas famílias em função do casamento, a necessidade de terra vai também aumentando.

Outro elemento estruturante da produção camponesa é a propriedade da terra. Salientamos inicialmente que ela difere da propriedade da terra pelo capitalista. Na primeira situação, a terra é tida como *terra de trabalho* e, constituindo-se como elemento da natureza, possui valor de uso na qual o camponês busca prover o seu sustento e também a sua moradia. A terra como propriedade capitalista, ao contrário, é tida como uma mercadoria, sendo considerada como *terra de negócio*.

Nessa perspectiva, ressaltamos que

A propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem; é propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha. Não é propriedade capitalista; é propriedade do trabalhador. Seus resultados sociais são completamente distintos, porque nesse caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não são reguladas pela necessidade de lucro do capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra. O trabalhador e lavrador não recebem seu lucro. Os seus ganhos são ganhos do seu trabalho e do trabalho de sua família e não ganhos de capital, exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho. Apenas quando o capital subordina o pequeno lavrador, controlando os mecanismos de financiamento e comercialização, processo muito claro no Sul e no Nordeste, é que sub-repticiamente as condições de existência do lavrador e sua família, suas necessidades e possibilidades econômicas e sociais, começam a ser reguladas e controladas pelo capital, como se o próprio lavrador não fosse o proprietário da terra, como se fosse um assalariado do capitalista. (MARTINS, 1980, p. 59-60).

Woortmann (1990), em suas análises, não vê a terra apenas como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade. Nas suas palavras, muito além do seu valor de uso, pois sobre a terra é projetado o trabalho, ela tem a sua importância por constituir um patrimônio da família, uma dádiva de Deus e, portanto, não pode ser tratada simplesmente como uma coisa ou mercadoria.

Como de grande relevância para a reprodução social da família camponesa, como destaca Martins (1980), e também como patrimônio da família, na concepção de Woortmann (1990), o fato é que a terra e, conseqüentemente, a possibilidade de os camponeses terem a sua propriedade é a garantia de um uso diferenciado, pois envolve o cuidado, a não exploração do trabalho de outrem e um meio que garante a sua reprodução social no campo.

As pesquisas de campo que realizamos dão conta de que no Polo Assu-Mossoró o projeto público de irrigação e a infraestrutura criada acabou favorecendo o capital privado. Assim, a *terra de trabalho* antes apropriada pelos camponeses vai se transformando em *terra de negócio*, a terra como mercadoria. Com a implantação do Projeto e a construção da Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, inicia-se um processo de “modernização” desse espaço, com a vinda de grandes empresas nacionais e internacionais. Por outro lado, muitos agricultores familiares camponeses vão sendo expropriados de suas terras, seja em virtude da construção da barragem e do Perímetro Irrigado, seja em virtude da valorização do preço dessas terras que vão se tornando inacessíveis a muitos camponeses (DOSSIÊ PERÍMETROS IRRIGADOS, 2015). Nesse sentido, é a separação entre o trabalhador e os meios de produção que o forçará a vender sua força de trabalho, promovendo assim a reprodução do capital (MARTINS, 1981).

Por outro lado, é necessário ressaltar que o acesso a terra e, principalmente, a propriedade da terra pelo camponês é importante para a sua autossustentação. Além disso, com a apropriação de parcelas do território, o campesinato inscreve nele um uso próprio que vai se construindo a partir do processo de territorialização. De maneira clara, isso refere-se à forma de subsistência criada pelo camponês calcada na perspectiva da terra de vida e de trabalho, que difere do uso capitalista da terra (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

Além da propriedade da terra, outro elemento estruturante da produção camponesa é a propriedade dos meios de produção. Estes podem ser adquiridos, sendo, portanto, considerados como mercadoria, ou podem ser produzidos pelo próprio camponês, como ocorre com a produção de cera e melgueira para conduzir sua criação de abelhas por um assentado do PA Quixaba em Mossoró, não se constituindo assim em mercadoria.

É nessa relação de compra no mercado de meios de produção e outras mercadorias que boa parte da renda camponesa é drenada pelo capital industrial e bancário, já que uma grande fatia dos empréstimos tomados pelos agricultores camponeses é direcionada à reposição dos meios de produção.

O último elemento que compõe a estruturação da produção camponesa se refere à jornada de trabalho. Ela está fundamentada na não rigidez do horário diário para realização das atividades, ao contrário do que acontece na produção capitalista.

Essa é uma característica ou peculiaridade do trabalho camponês e só ocorre porque é o camponês o dono do seu trabalho, ficando sob sua responsabilidade decidir como vai utilizá-lo. Assim, uns decidem por trabalhar mais horas, outros optam por trabalhar apenas oito horas e

utilizar o resto do tempo para ficar livre de atividades. O que influencia nessas decisões são aspectos de natureza cultural ou a própria escolha dos indivíduos (SHANIN, 2008).

São esses elementos que dão ao camponês um aspecto importante, a autonomia e a liberdade de maneira concreta, o que não se observa no modo de produção capitalista em que os trabalhadores têm hora de entrar no trabalho, hora de sair e metas a serem alcançadas. A liberdade e autonomia na produção pelos camponeses têm sido muitas vezes alvo de críticas, nas quais muitos preferem tê-los como preguiçosos. Entretanto, são esses elementos inerentes ao seu modo de vida que caracterizam a produção camponesa e que dão a ela um caráter próprio, singular e também complexo que precisam ser compreendidos.

1.2 O desenvolvimento do capitalismo no campo: uma aproximação teórica sobre o destino do camponês

Nesse tópico será colocada em evidência a contribuição de teóricos clássicos para os estudos agrários no intuito de buscar entender, em suas análises, o desenvolvimento do capitalismo no campo e o futuro do camponês. Ressaltamos a importância desse exercício teórico, uma vez que temos como objetivo discutir elementos que envolvem o espaço agrário e, a ele intrínseco, o papel do campesinato. Temos clareza de que, embora não seja possível a aplicação pronta e acabada desse arcabouço teórico na nossa realidade, o retorno a essas teorias em pleno século XXI é um indicativo de que a construção do conhecimento está em movimento, se aprimorando, e que não podemos nos distanciar do conhecimento científico acumulado no decorrer do desenvolvimento da ciência.

1.2.1 Kautsky e Lênin: A expansão do capital no campo resultaria no fim do campesinato

No intuito de conhecer as discussões de Kautsky sobre o campesinato, é importante considerar o seu livro *A Questão Agrária*, escrito no final do século XIX. Essa obra foi produzida em meio a amplas discussões ocorridas dentro da social democracia da Alemanha do final desse século, em que os debates se davam em torno das transformações da sociedade, com ênfase no papel da agricultura e do próprio campesinato frente às transformações que vinham se dando com o desenvolvimento do capitalismo. Assim, o livro teria um papel de responder aos críticos que apresentavam leituras divergentes da realidade.

Nesse sentido, como fruto desse debate, a referida obra apresenta uma análise sobre a agricultura, tendo como suporte o pensamento de Marx, presente em *O Capital* e nas teorias sobre a *mais-valia*, enfatizando que o capitalismo, ao penetrar no campo, geraria várias

transformações, sendo uma delas a concentração da riqueza, da mesma forma como ocorria na indústria. Além disso, as grandes propriedades absorveriam as pequenas e os camponeses não suportando os impostos e dívidas cobradas pelos grandes capitalistas e latifundiários se submeteriam ao processo de proletarização.

É importante ressaltar que Kautsky faz parte da corrente teórica dos então denominados Marxistas Ortodoxos²⁴, corrente que pressupunha o desaparecimento do campesinato frente ao contexto de desenvolvimento do capitalismo no campo. Assim, as suas análises partem do pressuposto de que o capitalismo se desenvolveria inicialmente nas cidades, em primeiro lugar na indústria. Entretanto, com o passar do tempo, a agricultura também seria inserida nesse processo, pois entendia que a indústria já havia modificado o caráter da produção rural.

Com isso, é posto em debate o caráter indestrutível da agricultura camponesa, pois era dessa forma que ela era vista por Kautsky (1980) ao fazer referência à Idade Média. As famílias camponesas, nesse período, caracterizavam-se por serem uma sociedade econômica autossuficiente que produzia não somente os seus gêneros alimentícios, mas sua casa, seus utensílios domésticos, ferramentas, confeccionavam a sua própria roupa, etc. O camponês ia ao mercado no intuito de vender o sobejo do que produzia e, a partir disso, comprava o supérfluo. “Do resultado do mercado poderiam depender a sua abastança e o seu luxo, mas nunca a sua existência.” (KAUTSKY, 1980, p. 12).

Essa sociedade econômica que se bastava inteiramente ou quase inteiramente, como apresentado, só se tornaria vulnerável a aspectos ou fenômenos inerente à natureza que viessem a interferir na dinâmica da produção e sobrevivência desses camponeses como, por exemplo, as secas, a invasão do inimigo, colheitas infelizes, etc. Mesmo nesses escritos que não foram ao todo aqui apresentados, Kautsky (1980, p. 12) deixa pistas sobre o poder dos camponeses para reverter as situações que lhes afetam e enfrentar as crises, pois assim ele se expressa: “Mesmo esses golpes do acaso só constituíam um mal passageiro; não secavam as fontes de vida [...] se os braços necessários continuavam válidos, se os homens e o gado nada haviam sofrido, o mal era de fácil reparação.”

Entretanto, era século XIX, e o foco principal era de fato entender como a agricultura reagiria ao desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, a indústria capitalista passa a ser

²⁴ Para Guzmán e Molina (2005), o Marxismo Ortodoxo Agrário, de maneira sintética, pode ser definido como um esquema teórico que interpreta a evolução da estrutura agrária no contexto de desenvolvimento histórico tendo como base: 1. Evolução unilinear; 2. Sequência histórica; 3. Dissolução do campesinato; 4. Superioridade da grande empresa agrícola; 5. Contraposição entre a grande e a pequena exploração.

vista nas análises do autor com um alto nível de superioridade, sendo capaz de eliminar rapidamente a indústria doméstica camponesa que produzia para atender as suas necessidades:

Quanto mais tal processo avança, e mais se desagrega a indústria doméstica a que se dedicava primitivamente o camponês, tanto mais aumenta a sua necessidade por dinheiro, não apenas para compra de coisas dispensáveis, e mesmo supérflua, mas também para a compra de coisas necessárias. Ele não pode mais lavar a sua terra, não pode mais prover a sua manutenção sem dinheiro. (KAUTSKY, 1980, p. 13).

Seria justamente essa busca por dinheiro elencada acima que alimentaria o processo de exploração do camponês. Com isso, ao publicar sua obra, Kautsky evidencia que o camponês deixaria de ser o senhor da sua propriedade e acabaria por se transformar em um anexo da exploração industrial. Portanto, apresentaria maior vulnerabilidade a todo esse processo.

Ao se referir a essa conjuntura, Paulino e Almeida (2000) destacam que para Kautsky, as unidades camponesas, mesmo apresentando características impermeáveis, sucumbiriam ao modo de produção industrial, sendo esta o veículo para o seu desaparecimento. Assim, concluem que nesse modelo teórico, a proletarianização camponesa seria um processo irreversível e irrestrito. Além disso, existia a inviabilidade da pequena produção camponesa e o destaque para a grande produção capitalista.

De fato, as reflexões de Kautsky dão conta de uma verdadeira transformação dos camponeses em proletários, que de posse de pouca terra teriam que recorrer à venda da força de trabalho nas grandes propriedades. Seria na sua concepção o fim dos camponeses, aspecto que tem alimentado o discurso de muitos teóricos até os dias atuais. Entretanto, por outro lado, visualizamos algumas pistas para pensarmos através desse autor a possibilidade da permanência camponesa no modo capitalista de produção que se expandiria no campo. Um exemplo são as indicações sobre o trabalho acessório em que os camponeses não deixam suas terras, não perdem a sua autonomia do trabalho que continuam a desenvolver e ainda podem garantir que, com os recursos obtidos através do trabalho acessório, possam melhorar a sua propriedade, mesmo que para Kautsky (1980), todo esse processo que envolve a inserção do capital no campo e a proletarianização do camponês com a consequente relação explorador e explorado, acabe gerando a destruição da antiga harmonia presente no seio dessa classe.

Além disso, o autor não trata de abordar apenas o processo de proletarianização sofrido pelo camponês, uma vez que nesse movimento ele acaba retratando os pontos negativos que resultam da transformação desses sujeitos de camponeses do campo em proletários, principalmente nos espaços urbanos. Exemplificando essa realidade, esclarece Kautsky (1980):

Tomemos por exemplo, um pequeno camponês que tem um rendimento de 500 francos, mas que não paga aluguel e produz a maior parte dos seus próprios gêneros alimentícios. Uma infelicidade o atira ao proletariado. Deve então ir à cidade. Lá encontra um emprego de 1.000 francos anuais. Seu ganho dobrou e, contudo, a sua situação piorou. Precisa pagar um aluguel, talvez a passagem da estrada de ferro para ir à fábrica. O leite, os ovos, os legumes, a carne de porco, que nada lhe custavam, ele agora os compra caros. Os seus filhos já não podem correr de pés no chão. As condições higiênicas, piores, exigem despesas maiores com o médico e a farmácia. Mas para o estatístico do imposto sobre a renda ele está numa situação duas vezes melhor. Prova-se assim, irrefutavelmente, que o conforto geral aumentou. (KAUTSKY, 1980, p. 84)

Como proletário, vivendo na cidade, o camponês sofre uma total transformação em seu modo de vida e passa a comprar o que antes conseguia livremente produzir no campo. Passa a ter um ganho maior, entretanto, as suas despesas também se elevam consideravelmente a partir dessa transformação de camponês em proletário.

Mesmo como esses entraves referentes ao processo de proletarização, Kautsky a via como um mal necessário, pois o futuro, a partir do que o autor analisa no século XIX, se constituirá no modo de produção moderno no qual predominarão o trabalho assalariado do camponês e a indústria agrícola do grande lavrador. Não existirá a separação entre a indústria e agricultura, sendo que do ponto de vista econômico ocorreria o domínio da primeira sobre a segunda, que estará refém as suas ordens. Assim, se a direção da evolução industrial serve de regra para a evolução agrícola e se a indústria segue a orientação para o socialismo, a agricultura deveria trilhar o mesmo caminho (KAUTSKY, 1980). “A grande empresa socialista não expropriará o pequeno camponês. Ela o arrancará ao inferno em que a sua propriedade privada hoje o acorrenta.” (KAUTSKY, 1980, p. 184).

Na perspectiva de discussões envolvendo a questão agrária e o Marxismo Ortodoxo, na realidade da Rússia, destacamos também a contribuição de Lênin. Para entendermos as suas reflexões nesse contexto, faz-se necessário considerar que a Rússia apresentava características que a distinguiu da realidade da Europa Ocidental no final do século XIX, como por exemplo, ter sido o último estado europeu a abolir a servidão; a comuna camponesa russa (*mir*) mantivera-se até meados do século XIX pouco alterada, e o fato de possuir grande quantidade de terras desocupadas. (SILVA, 2012).

Uma das obras mais importantes de Lênin sobre o tema é *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, tendo sido escrita quando ele se encontrava exilado na Sibéria e publicada no ano de 1899.

Nessa obra, o autor lança críticas aos Narodiniks (populistas) que acreditavam ser possível a Rússia evitar a fase do capitalismo e que a comuna rural poderia servir de base para o comunismo.

Havia em vários setores da sociedade uma expectativa de que a comuna camponesa poderia se manter no futuro, independentemente do caminho que a Rússia trilhasse. À esquerda, os populistas acreditavam que ela poderia ter um lugar na construção do socialismo. À direita, acreditava que ela era compatível com o desenvolvimento capitalista. A essência do pensamento dos populistas era que a Rússia não precisaria passar por uma fase de capitalismo para atingir o socialismo. Para eles (como para uma parte da direita, mas por razões diversas), a comuna camponesa era dotada de qualidades que tornavam indesejável sua substituição pela economia e democracia ocidentais. Essas qualidades, como a democracia direta e a proteção dos indivíduos pelo coletivo, deveriam ser preservadas, pois continham a semente do socialismo futuro. (SILVA, 2012, p. 113).

A visão de Lênin (1982) diverge da realidade acima apresentada. Defende que as comunas rurais já haviam sido aniquiladas pelo capitalismo, acreditando que até o feudalismo já estava sucumbindo nesse país. Observa ainda aspectos como o crescimento de bens na Rússia, que viria a substituir os mercados locais, bem como um processo de decomposição dos pequenos agricultores, o que acabava beneficiando a formação de uma força de trabalho advinda do campesinato pobre.

Compreendemos que faltaram no que foi analisado e escrito por Lênin (1982), no entendimento sobre o futuro da comuna russa a partir da introdução do capitalismo, as respostas de Marx endereçadas à Vera Zasulich, componente do grupo marxista Emancipação do Trabalho. Vera Zasulich chegou a escrever para Marx em 16 de fevereiro de 1881, preocupada com esse assunto.

Na carta, Vera Zasulich destaca a leitura do livro *O Capital* de Marx pelos russos e a forma como ele vem sendo interpretado. Remetendo-se ainda às duas possibilidades visualizadas no que se refere ao futuro da comuna. A primeira seria a sua liberdade com a possibilidade de se desenvolver pela via socialista e, portanto, em bases coletivas. A segunda, envolveria o perecimento da comuna, com as terras dos camponeses sendo passadas às mãos da burguesia. Diante disso, solicita o posicionamento de Marx sobre o assunto, “Se o tempo não lhe permite apresentar suas ideias de uma forma bem detalhada, então, enfim, que faça a gentileza de fazer isso na forma de uma carta a qual possamos traduzir e publicar na Rússia”. (SHANIN, 2017, p. 148).

As respostas a essa correspondência não chegaram de imediato às mãos de Zasulich, só sendo encontradas os seus rascunhos em 1911 por D. Riazanov, e publicadas em 1924, alguns anos após a morte de Marx que ocorreu em 1883.

Foram quatro rascunhos que se remetem a uma tentativa de esclarecimentos e respostas às inquietações de Zasulich sobre o destino da comuna russa. Neles, podemos perceber também a existência de uma preocupação por parte de Marx no que se refere à forma como o seu livro *O Capital* foi interpretado por alguns leitores russos. Assim, ele enfatiza a realidade que analisa em seu livro que é a Inglaterra e o fato de restringir a “inevitabilidade histórica” aos países da Europa Ocidental e que, portanto, é um contexto que difere do que vivenciavam os russos.

No segundo rascunho da carta de Marx direcionada a Zasulich, ao se referir à comuna russa, ele escreve que “[...] apropriando-se dos resultados positivos desse modo de produção (no caso, o capitalismo), ela será capaz de desenvolver e transformar a forma ainda arcaica de sua comuna rural, em vez de destruí-la.” (SHANIN, 2017, p. 152). Nesse sentido, entendemos que Marx propõe que a comuna russa possa se beneficiar dos pontos positivos provenientes do desenvolvimento do capitalismo sem precisar deixar de existir enquanto comuna.

Ainda como registro das cartas de Marx, no que passou a ser posto como o primeiro rascunho, Marx escreve que “para salvar a comuna russa, deve haver uma revolução russa”. (SHANIN, 2017, p. 170), o que sugere o não etapismo que defende a necessidade de passagem pelo capitalismo e só posteriormente a revolução socialista. Já no terceiro e no quarto rascunho fica ainda mais explícita a dedicação de Marx em buscar compreender a realidade da comuna russa a partir de estudos empreendidos com base em fontes originais que o levam a perceber que a comuna poderia ser um ponto de partida para a regeneração da sociedade russa. Entretanto, nesses rascunhos ele reconhece os elementos externos prejudiciais que atacam a comuna e que necessitam ser eliminados para que ocorresse o seu desenvolvimento espontâneo. Dentre os elementos, destacam-se a opressão provocada pelo Estado e a exploração empreendida pelos intrusos capitalistas.

Esse conjunto de pensamentos e análises apresentadas por Marx já no final da sua trajetória de vida suscitam até hoje muitos debates. Alguns preferem se referir a esse momento como uma fase da evolução do pensamento desse autor, denominando-o de *Marx tardio*. O fato é que o conhecimento desses estudos tão aprofundados sobre a comuna nos leva a confirmar que ele também dedicou o seu tempo a estudar os camponeses. Assim, ao sugerir várias reflexões em suas cartas respostas a Zasulich, percebemos as possibilidades de permanência desses sujeitos no campo mesmo frente às ameaças externas provenientes do desenvolvimento do capital naquele país.

Assim, embora Lênin (1982) tenha chegado as suas conclusões com base em estudos empíricos, na realidade concreta observada em várias províncias da Rússia, o mesmo conclui sobre a desintegração da comunidade camponesa, vista pelos populistas como igualitária e homogênea. Essa desintegração daria origem a três segmentos com características diferentes e até mesmo conflitantes: os camponeses ricos que iriam compor a burguesia rural; os camponeses médios e os camponeses pobres. Estes últimos dariam origem ao proletariado rural.

Ao analisar essa diferenciação resultante do processo de desintegração da comunidade camponesa, Correia (2011) assim se expressa:

Lênin (1982) ainda nos remete ao processo de diferenciação interna do campesinato. Essa diferenciação consiste no empobrecimento da grande maioria dos camponeses e, simultaneamente, no aumento do poder financeiro e do controle sobre maiores extensões de terra por parte de uma parcela ínfima desse mesmo campesinato. Desse processo resultariam fragmentos sociais diferenciados: os camponeses ricos (em sua minoria que supostamente viria a constituir os capitalistas agrários); os camponeses pobres (que em prol de sua sobrevivência terão que vender sua força de trabalho formando o proletariado rural); e os camponeses médios (com o passar do tempo passariam a aumentar a fila dos proletários rurais). (CORREIA, 2011, p. 22).

Observamos a partir disso que a desintegração do campesinato, na visão da autora, em padrões e operários agrícolas era importante dentro do contexto de desenvolvimento do capitalismo na Rússia, tendo em vista constituir a base sobre a qual teria origem o mercado interno na produção capitalista. Os operários agrícolas constituiriam um mercado para os artigos de consumo, enquanto os patrões ou a burguesia rural seria um mercado para os meios de produção.

Ao concluir as discussões sobre a desintegração do campesinato, Lênin (1982) pontua que a situação econômica e social em que se insere o campesinato russo é a da economia mercantil e mesmo os camponeses das regiões mais atrasadas estariam inteiramente subordinados ao mercado. Seriam as contradições presentes no campesinato e que constituíam aspectos da sua desintegração que possibilitariam a origem de outro tipo de população rural.

[...] a base de uma sociedade é dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. Esses novos tipos são a burguesia rural (sobretudo a pequena burguesia) e o proletariado rural – a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos operários agrícolas assalariados. (LÊNIN, 1982, p. 114).

Em síntese, os escritos de Lênin (1982), bem como os de Kautsky (1980), dão conta do desaparecimento do campesinato, a partir de uma visão baseada no Marxismo Ortodoxo “para quem o campesinato não seria mais que um resíduo anacrônico que haveria de ser sacrificado

nos altares do progresso.” (GÚSMAN; MOLINA, 2005, p. 53). Por isso, não teria funcionalidade a permanência dos camponeses no contexto em que envolve o desenvolvimento do capital.

1.2.2 Rosa Luxemburgo e Alexander Chayanov: é possível a permanência do campesinato no capitalismo

Não podemos negligenciar o pensamento de Guzmán e Molina (2005, p. 45) quando afirmam que “os planos de Marx eram outros ao considerar que seu trabalho ainda não estava maduro para letra impressa, quando a morte o surpreendeu, em plena análise do campesinato.” Essa “incompletude” nos estudos de Marx sobre o campesinato frente ao desenvolvimento do capitalismo abriu espaço não só para o que denominamos até aqui de Ortodoxos, mas também para outra corrente de pensamento conhecida por Marxismo Heterodoxo em que podemos destacar como expoentes autores como Rosa Luxemburgo que desenvolve a teoria dos “*espaços vazios do capitalismo*” e também Alexander Chayanov com a “*teoria da economia camponesa*”. Muitas das reflexões desses autores irão interferir no pensamento crítico contemporâneo e, portanto, irão subsidiar as reflexões sobre as permanências e recriação do campesinato no Polo Assu-Mossoró.

Como já enfatizado, o surgimento da corrente denominada de Marxismo Heterodoxo abre horizontes para refletirmos sobre o campesinato, bem como o processo de desenvolvimento e acumulação capitalista. É importante considerar que os autores dessa corrente apresentam fortes discrepâncias com os aspectos defendidos pelos Marxistas Ortodoxos. Além disso, são escritos que trazem possibilidades de pensar a resistência e a recriação camponesa no contexto em que é predominante o modo de produção capitalista.

Rosa Luxemburgo²⁵ é uma das principais autoras dessa corrente. Dentre os seus vários escritos, *Introdução à Economia Política* constitui-se como muito importante, pois nele encontra-se presente a construção de uma tríade de formação das classes sociais capitalistas que não está calcada em uma análise etapista e evolucionista da história, sendo que destruição, resistência e recriação dos modos comunitários de produção e do campesinato são possibilidades no contexto de expansão do capitalismo pelos territórios (PRIETO, 2017).

Esse viés de análise apresentado por Prieto (2017) sobre Luxemburgo diverge do que é defendido na perspectiva teórica do Marxismo Ortodoxo, na qual se observa uma evolução

²⁵ Rosa Luxemburgo nasceu no ano de 1871, na Polônia, fundou a Liga Spartakus que se constituía em uma organização socialista, anti-imperialista e que, posteriormente, deu origem ao Partido Comunista Alemão.

etapista ou sequencial dos modos de produção. Ao contrário desse pensamento, ao desenvolver a *teoria dos espaços vazios do capitalismo*, a autora nos mostra que qualquer sociedade pode coexistir com regimes de produção diferentes, existindo entre eles, inclusive, intercâmbios. “Nesse sentido, o campesinato, como estrutura social não capitalista, possui mecanismos de funcionamento que marcaram fortes peculiaridades em seu intercâmbio com a forma de exploração dominante nessa determinada sociedade.” (GUSMÁN; MOLINA, 2005, p. 49).

Assim, os modos de produção podem coexistir, o que nos leva a entender que o desenvolvimento do capitalismo no campo não significa a desintegração e/ou desaparecimento do campesinato como defendiam Lênin (1982) e Kautsky (1980), mas condições para sua reprodução, muito embora o capital em determinadas circunstâncias acabe se beneficiando da produção camponesa.

Esses aspectos podem ser vistos na realidade empírica do Polo Assu-Mossoró, uma vez que, embora em territórios diferentes e em realidades divergentes, é possível observar que a expansão do agronegócio da fruticultura irrigada não anula a presença camponesa.

Dessa forma, a reprodução contraditória do capital constituiria fator preponderante para o surgimento da resistência, reprodução e recriação do campesinato já que, ao se desenvolver, o capitalismo acaba por se beneficiar de relações de produção não capitalista, porém é importante enfatizar que esse processo não ocorre sem expropriação e subjugo dos sujeitos sociais presentes no campo, sobretudo os camponeses.

A obtenção da *mais valia*, por exemplo, estaria previamente ligada a produtores e consumidores não capitalistas, sendo esses necessários para que o capital possa se reproduzir e também para que ocorra a acumulação. No livro *A acumulação do Capital*, Luxemburgo (1970, p. 316) assim se expressa: “a acumulação capitalista necessita, para seu desenvolvimento, de um meio ambiente de formações sociais não capitalistas; avança em constante troca de matérias com elas e só pode subsistir enquanto dispõe desse meio ambiente.”

É nessa perspectiva que a autora não se refere à acumulação primitiva²⁶ somente como um processo inerente ao fim da Idade Média, mas como um processo que tem continuidade nos dias atuais:

²⁶ A acumulação primitiva é tratada por Marx (2013) como aquele momento do regime feudal em que vai ocorrer os cercamentos. Assim, os servos ficam sem condições de se reproduzir, pois deles foram retiradas as terras, obrigando-os a migrarem para a cidade levando somente a força de trabalho para vender aos capitalistas na indústria nascente. É importante aqui ressaltar que autores como Rosa Luxemburgo e David Harvey, ao desenvolverem suas reflexões, muito se aproximaram do pensamento de Karl Marx sobre as características da acumulação primitiva.

Na acumulação primitiva, isto é, nos primórdios históricos do capitalismo na Europa, fins da Idade Média até a metade do século XIX, a libertação em massa dos camponeses constitui, na Inglaterra e no continente, o meio mais importante para se transformar maciçamente em capital os meios de produção e as forças de trabalho. Na política colonial moderna, porém, o capital realiza atualmente a mesma tarefa numa escala muito maior. É uma ilusão esperar que o capitalismo se conforme com os meios de produção que pode obter pelo caminho do comércio de mercadorias. A dificuldade nesse ponto consiste em que, nas grandes zonas da superfície terrestre, as forças produtivas estão em poder de formações sociais que ou não se encontram inclinadas ao comércio de mercadorias ou não oferecem os meios de produção mais importantes para o capital porque as formas económicas ou estrutura social constituem um obstáculo. É o caso, por exemplo, da terra, com suas riquezas minerais, seus prados, bosques e forças hidráulicas, enfim, dos rebanhos dos povos primitivos dedicados ao pastoreio. Confiar-se ao processo secular lento de decomposição interna dessas estruturas económicas e em seus resultados equivaleria para o capital a renunciar às forças produtivas daqueles territórios. Por isso é que o capitalismo considera, como uma questão vital, a apropriação violenta dos meios de produção mais importantes dos países coloniais. Como os laços tradicionais dos indígenas constituem a muralha mais forte de sua organização social e a base de suas condições materiais de existência, o método inicial do capital é a destruição e o aniquilamento sistemáticos das estruturas sociais não capitalistas, com que tropeça em sua expansão. Isso não significa já a própria acumulação primitiva, mas seu processo continua até hoje. (LUXEMBURGO, 1970, p. 319-320).

Essa forma de compreensão apresentada pela autora pautou análises e reflexões de diversos teóricos. Assim como Luxemburgo, Harvey (2004), por exemplo, tece reflexões sobre a expansão geográfica (imperialismo) para o sucesso da acumulação capitalista. Além disso, ele nos apresenta o conceito de acumulação por despossessão (ou espoliação) que muito se aproxima das discussões da autora no tocante a uma acumulação primitiva permanente.

Ao se referir à acumulação por espoliação, Harvey (2004) busca um conceito novo no intuito de reavaliar a persistência de práticas vistas como predatórias (encontra-se em andamento) e que marcaram a então chamada acumulação primitiva no contexto do processo que envolve a acumulação do capital. Assim, salienta o autor: “Como parece estranho qualificar de ‘primitivo’ ou ‘original’ um processo em andamento, substituirei [...] esses termos pelo conceito de acumulação por espoliação.” (HARVEY, 2004, p. 121).

A acumulação por espoliação é um processo permanente e vai se dando à medida que o capital se apropria de novos espaços. Um exemplo é a expansão do agronegócio sobre as terras dos agricultores familiares camponeses, dos indígenas e dos quilombolas no campo brasileiro, que retirou desses sujeitos o seu meio de autossustentação mais importante que é a terra.

Em uma aproximação com o nosso recorte de pesquisa, constatamos que esse processo está sendo materializado a partir da prioridade dada às empresas na disponibilização de terras públicas do Perímetro Irrigado Baixo Açu em detrimento das famílias de agricultores familiares

camponeses. Outrossim, muitas das terras que hoje compõem esse Perímetro pertenciam outrora a famílias camponesas que foram sendo desapropriadas em prol dos ideais desenvolvimentistas do Estado em benefício da acumulação do capital.

Para Harvey (2011):

A despossessão da massa da população do acesso direto aos meios de produção (a terra, em particular) libera a força de trabalho como uma mercadoria no mercado. O relato de Marx sobre a “acumulação primitiva” pode ser dramatizada ou simplificada em demasia, mas sua verdade essencial é inegável. De alguma forma ou outra, a massa da população tem sido colocada em uma posição em que tem de trabalhar para o capital para sobreviver. A acumulação primitiva não terminou com a ascensão do capitalismo industrial na Grã-Bretanha no final do século XVIII. Nos últimos trinta anos, por exemplo, cerca de 2 mil trabalhadores assalariados foram adicionados à força de trabalho global disponível, em função da abertura da China e do colapso do comunismo na Europa central e oriental. Em todo o mundo, aconteceu a integração das populações camponesas até então independentes nas forças de trabalho [...]. (HARVEY, 2011, p. 55).

Ainda de acordo com o autor,

A lista dos destituídos e despossuídos é tão imponente como longa. Inclui todas as populações camponesas e indígenas expulsas da terra, privadas de acesso a seus recursos naturais e modos de vida por meios ilegais e legais (ou seja, sancionados pelo Estado), coloniais, neocoloniais e neoimperialistas, e forçosamente integradas ao mercado comercial (em oposição ao escambo e outras formas costumeiras de troca) pela monetização e tributação violenta. A conversão dos direitos de bem comum em direitos de propriedade privada da terra conclui o processo. A terra se transforma em mercadoria. Essas formas de expropriação, ainda existentes, mas mais fortemente representadas nas fases iniciais do desenvolvimento capitalista, tem muitos equivalentes modernos [...]. Parece, por vezes, como se houvesse um plano sistemático para expulsar as populações de baixa renda e indesejáveis da face da terra. (HARVEY, 2011, p. 197).

Diante das reflexões apresentadas por Harvey (2011), é importante aqui enfatizar o papel do Estado em todos os processos imbricados à acumulação por espoliação, processo esse que vem se perpetuando ao longo da história, mantendo a sua lógica territorial e capitalista em conexão. O Estado não chega a medir forças e faz uso da violência dentro de suas próprias definições que ampara a legalidade.

Entretanto, não podemos deixar de enfatizar que esse processo não se dá sem resistências, embora sejam em sua maioria localizadas, faltando a esses sujeitos uma luta que não priorize apenas as causas e problemas individuais. Um exemplo são os camponeses que

têm apresentado formas de resistências e de luta pela manutenção na *terra de trabalho*, envolvendo o próprio enfrentamento com os processos de proletarização ao qual estão sujeitos em seus respectivos territórios.

Por ocasião dos trabalhos de campo constatamos que esses processos de resistências podem ser sintetizados não só pela organização e participação em movimentos sociais, como a luta pela terra organizada pelo MST, mas também pelas práticas agroecológicas que as famílias camponesas têm adotado em seus quintais produtivos²⁷, pelo uso das sementes crioulas, pela diversificação produtiva e pela organização das mulheres²⁸. Isso, de certo modo, configura um modelo que contraria o que se desenvolve pelas empresas do agronegócio da fruticultura irrigada no entorno dos territórios camponeses no Polo Assu-Mossoró.

A aproximação com os escritos de Rosa Luxemburgo e a possibilidade de identificar a ligação com autores contemporâneos, como David Harvey, possibilita-nos entender a sua contribuição no que se refere aos estudos que envolvem o capitalismo no campo e também a questão agrária contemporânea. Ao nos aproximar do nosso recorte empírico de pesquisa, podemos fazer a aliança da teoria e da prática, tendo em vista que no espaço do Polo Assu-Mossoró identificamos várias contradições inerentes a essa busca pela acumulação e reprodução do capital ali representado pelo agronegócio da fruticultura irrigada, bem como, formas de recriação no âmbito da agricultura camponesa, como indicado anteriormente.

Outro expoente do Marxismo Heterodoxo, Alexandre Vassilievitch Chayanov, que nasceu na Rússia em 1888, ficou conhecido pelas suas contribuições no estudo da estrutura da agricultura camponesa. “Ele estava principalmente interessado em investigar as razões de sua existência; os meios através dos quais eles vivem e se reproduzem; o funcionamento interno de sua economia e sua comparabilidade com a economia capitalista.” (SHANIN, 2018, p. 239).

Por isso, em suas reflexões observamos o distanciamento da concepção linear do desenvolvimento do capitalismo, ao demonstrar a preocupação em desvendar aspectos do modo

²⁷ Definimos como quintais produtivos pequenos recortes de terra que circundam as residências dos assentados. Nesses espaços, as famílias desenvolvem o cultivo de frutíferas, hortaliças bem como a criação de animais de pequeno porte.

²⁸ Destacamos a presença no Polo Assu-Mossoró da resistência feminina no campo, sendo esse aspecto materializado na formação de grupos de mulheres, como é o caso do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer do PA Mulunguzinho em Mossoró (RN). Além disso, é forte a atuação do Grupo Feminista 8 de março, também localizado no município de Mossoró, mas com uma atuação regional. “Atualmente, a instituição desenvolve ações alicerçadas em três elementos: feminismo, organização e formação. Nossas atividades têm (o Grupo Feminista) como finalidade proporcionar o fortalecimento das organizações de mulheres nos espaços sociais, em especial as trabalhadoras rurais, oferecendo apoio, assessoria e formação em gênero aos grupos de mulheres, comissões de mulheres dos sindicatos rurais, entidades de assessoria técnica, gerencial e organizativa que atuam no meio rural e urbano de Mossoró e região.” Disponível em: <https://centrofeminista.com/a-instituicao/>. Acesso em: 27 de mai. De 2022.

de vida camponês em comparação com o modelo capitalista²⁹. Assim, é notória a ênfase dada pelo autor sobre a flexibilidade no trabalho familiar e a relação dessa flexibilidade com aspectos inerentes às condições naturais e sociais, como o número de membros da família e aspectos econômicos, sempre se voltando para o bem-estar da família camponesa.

Nessa perspectiva, Chayanov (1974) também reconhece, no âmbito econômico, a relação da unidade familiar camponesa e o sistema no qual se encontra inserido, que é baseado no modo de produção capitalista:

Em la actualidad, la unidad económica campesina em casi todas partes está ligada al mercado capitalista de mercancías; em muchos países sufre la influencia del capital financeiro, que la hecho empréstitos, y coexiste com la industria organizada al modo capitalista, em algunos lugares, también com la agricultura capitalista. Las empresas campesinas tienen interrelaciones sociales demasiado complejas com todos estos elementos em la economía actual. (CHAYANOV, 1974, p. 42).

São essas relações da unidade familiar camponesa que dão vida à compreensão de que o desenvolvimento do capital no campo não constitui no desaparecimento desses sujeitos. Relações que como podemos observar envolve a interferência do capital financeiro e do mercado que embora haja a inserção do camponês não significa enfatizar que essas relações sejam somente benéficas. Entretanto, como temos enfatizado, é necessário em algumas situações que os camponeses passem por processos que envolvam a sua negação para terem condições de se recriarem.

Chayanov era considerado como um expoente da Escola Organizacional Produtiva, corrente predominante no pensamento econômico russo em seu tempo. Essa insistia na necessidade de acompanhar as reformas sociais com inovações organizativas como as cooperativas e inovações técnicas, por exemplo. Por isso, muitos dos seus escritos ainda iluminam as reflexões contemporâneas sobre o cooperativismo e sua importância para as famílias camponesas.

Wanderley (2009)³⁰ em texto produzido sobre Alexandre V. Chayanov fala das virtudes das produções desse autor mostrando que elas apresentam grandes contribuições, não somente pela vasta análise da questão agrária da Rússia, mas pelo seu caráter também político.

²⁹ Shanin (2018, p. 235) ao fazer referência ao pensamento de Chayanov sobre o funcionamento interno da economia camponesa e a sua comparabilidade com a economia capitalista expressa que para esse autor “a economia camponesa não é como a economia capitalista em sentido estrito, embora certamente apresente algumas das características da economia capitalista, especialmente nos países capitalistas.”

³⁰ “Chayanov não pretendia simplesmente conhecer a realidade da agricultura tradicional russa, nem apenas lutar para reproduzi-la enquanto tal, isto é, reproduzir suas características tradicionais. O que o motivava era, ao meu ver, antes de tudo, a explicitação das potencialidades do campesinato russo. Minha convicção é de que sua

Chayanov (1924) em texto sobre a *Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas* se remete às características da unidade de produção camponesa, ao enfatizar que

O camponês ou o artesão que gerem a sua própria empresa, sem recurso ao trabalho assalariado, obtêm, como resultado do trabalho de um ano, uma quantidade de produtos que, depois de vendidos no mercado, formam o produto bruto da sua exploração. Deste produto bruto temos de deduzir uma soma correspondente aos custos de produção materiais necessários durante o ano; fica então o aumento de bens materiais em valor obtido pela família graças ao seu trabalho do ano, ou, por outras palavras, o produto do trabalho desta família. Este produto do trabalho familiar é a única categoria possível de rendimento para uma exploração artesanal ou camponesa baseada no trabalho familiar, visto não existir maneira de decompor analítica e objetivamente o rendimento. Posto que o fenómeno social do salário não existe, também não existe o fenómeno social do lucro líquido. É, portanto, impossível aplicar o cálculo capitalista do lucro. (CHAYANOV, 1924, p. 482)

Pelo exposto, não é possível a *mais valia* no processo produtivo da unidade familiar já que o produtor familiar é, além de proprietário, a pessoa que trabalha. Ao se referir a essa realidade, salienta Wanderley (2009, p. 138): “[...] quem trabalha é o agricultor familiar e sua família e é familiar a propriedade do estabelecimento.”

Além desses elementos apresentados, existem ainda outros aspectos que permeiam a unidade de produção familiar nas análises feitas por Chayanov como, por exemplo, o fato de o rendimento da produção constituir-se como indivisível, não sendo possível, portanto, a separação entre o que foi gerado pelo trabalho, pelo investimento do capital ou como renda da terra. Refere-se ainda ao balanço entre trabalho e consumo, que envolve o esforço exigido no trabalho e o grau de satisfação da família.

Dessa forma, o objetivo principal dessas unidades produtivas é a satisfação das suas necessidades, o que implica considerar vários elementos que influenciam nessa dinâmica, como a própria composição familiar e as condições do solo no qual estaria localizada essas explorações pois, “Minuciosos estudos empíricos relativos às explorações camponesas da Rússia e de outros países permitiram-nos verificar a seguinte tese: o grau de auto exploração é determinado por um equilíbrio específico entre a satisfação da procura familiar e a fadiga devida ao trabalho.” (CHAYANOV, 1924, p. 482).

Ademais, existe uma estreita relação entre número de pessoas que compõem o núcleo familiar e o volume de atividade econômica a ser desenvolvida,

concepção sobre a produção familiar guarda, sob vários aspectos, uma atualidade surpreendente, e por essa razão precisa ser resgatada.” (WANDERLEY, 2009, p. 133).

En conocimiento de esta dependencia podemos tratar el problema del carácter interno de esta reacción y suponer que no es el tamaño de la familia lo determina el volumen de la actividad económica familiar como pensamos antes; por el contrario, podemos decir que el grado de actividad agrícola determina a composición de la familia. (CHAYANOV, 1974, p. 61).

Para Wanderley (2009) no que se refere ao esforço de Chayanov em compreender o campesinato, em seu contexto mais global da sociedade capitalista moderna, são importantes as discussões que envolvem a circulação geral da economia mundial que influenciava a agricultura naquele momento em específico. Percebemos a partir disso que Chayanov não negligencia em suas análises os aspectos externos, denominando de “fatores dados”, isto é, “ligaduras sociais”. Outro aspecto importante é que Chayanov, ao contrário de Lênin, por exemplo, não visualizava o desaparecimento do campesinato diante do desenvolvimento do capitalismo. Assim, mesmo afetando as unidades de produção camponesa, o desenvolvimento do capitalismo não seria capaz de anular as especificidades desse grupo, “mesmo estando integrada ao movimento geral de valorização do capital, a economia camponesa se reproduz sobre a base dos princípios gerais de seu funcionamento interno, nos termos apresentado por Chayanov.” (WANDERLEY, 2009, p. 143).

Nessa perspectiva, reconhecemos a pertinência do aporte teórico aqui apresentado, pois as reflexões e contribuições dos teóricos clássicos não podem ser negligenciadas ou desconsideradas em pesquisas que abordem o campesinato. Entretanto, convém destacar que existem algumas ressalvas ou cuidados que precisamos ter ao utilizarmos esses referenciais, tendo em vista o universo empírico e o momento histórico em que se deu o desenvolvimento desses trabalhos. Nesse sentido, no próximo item buscaremos uma maior aproximação com a realidade brasileira a partir de autores que debatem a questão agrária no país, os quais têm uma proximidade com as teorias antes apresentadas.

1.3 O lugar do camponês no desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo brasileiro: algumas reflexões

A partir da segunda metade do século XX, o campo brasileiro vivencia com mais intensidade a presença do capital, que se materializa através de empresas, expansão das agroindústrias e a própria circulação de mercadorias. Como resultado desse processo, passa a ocorrer também a intensificação da concentração das terras e a expropriação de muitos camponeses.

O que se observa, nessa conjuntura, é um espaço agrário marcado por contradições, pois, ao mesmo tempo em que está em funcionamento o agronegócio, baseado na produção de *commodities* em que é predominante o capital financeiro, a conexão com o mercado externo e com grande concentração de terras, temos, por outro lado, a agricultura camponesa que permanece, que tem apresentado várias formas de resistência no campo.

No Polo Assu-Mossoró, o processo de modernização vivenciado por grupos e espaços seletos resultou na expropriação de muitos camponeses de suas terras em virtude da implantação de obras de infraestrutura hídrica e na criação do Perímetro Irrigado Baixo-Açu, mas, por outro lado, evidências empíricas também dão conta da materialização da luta camponesa nesse recorte.

Assim, devemos entender que imbricados a essas contradições presentes no campo brasileiro, no âmbito teórico-político ocorrem vastas discussões sobre qual o papel deverá ser assumido pela classe camponesa. Estaria ela prestes a desaparecer ou permanecerá como resistência?

Oliveira (1986), buscando refletir sobre as transformações vivenciadas no campo, assim se expressa:

De uma maneira geral, poderíamos dizer que todos os estudiosos da questão agrária concordam, tanto para o campo como para a cidade, com o processo de generalização progressiva por todos os ramos e setores da produção - o assalariamento, relação de produção específica do modo capitalista de produção. No entanto, existem discordâncias quanto a interpretação do processo. Para uns, ele leva inevitavelmente à homogeneização: a formação de um operariado único num polo, e de uma classe burguesa no outro. Para outros, esse processo é contraditório, portanto, heterogêneo, o que leva a criar obviamente, no processo de assalariamento no campo, o trabalho familiar. (OLIVEIRA, 1986, p. 06).

Como podemos perceber, a partir do que é explicitado pelo autor, existe um consenso entre os estudiosos no que se refere ao processo de generalização do assalariamento no campo. Este se constitui em uma característica intrínseca ao capitalismo. Entretanto, também é notória a presença do trabalho familiar. Diante disso, faz-se necessário buscar compreender como as diferentes correntes teóricas analisam esse processo.

No Brasil, há um grupo de autores que apresentam um embasamento calcado nos clássicos e que, portanto, defendem o pensamento de que o campesinato será destruído e que os latifúndios irão se modernizar. Dentre eles destacamos aqui José Graziano da Silva, que em seus escritos destaca elementos como a proletarianização do campesinato. Na sua visão “[...] se a pequena produção perde importância como ofertante de gêneros alimentícios, paralelamente ela

ganha destaque como reservatório de braços para as atividades capitalistas.” (SILVA, 1981, p. 24).

A partir desse olhar, a agricultura, com o desenvolvimento do capitalismo, estaria suscetível às transformações provocadas por esse sistema. Assim, tenderia a haver um maior uso de adubos, inseticidas, fertilizantes, máquinas, trabalho assalariado, tornando a agricultura com características mais intensivas, o que resultaria em uma diferenciação social que seria marcada pela inserção ou não ao mercado, por exemplo.

Outro grupo de autores que discutem a realidade do campo brasileiro defendem a permanência das relações feudais. Assim, buscam entender o desenvolvimento da agricultura sob o capitalismo vendo nos camponeses e nos latifúndios elementos que caracterizam as relações feudais de produção. Correia (2011) salienta que autores como Alberto Passos Guimarães, ao analisar a questão agrária brasileira a partir do desenvolvimento do capitalismo, concorda com a existência de uma economia feudal colonial no nosso país com formas arcaicas de produção.

Essa corrente parte do princípio de que há uma penetração das relações capitalistas no campo. De certo modo creem esses autores que há uma dualidade em jogo: um setor urbano industrial capitalista nas cidades e um setor feudal, semifeudal-pré-capitalista atrasado no campo. Esses autores entendem que a penetração das relações capitalistas no campo ocorre a partir do rompimento com as estruturas políticas tradicionais de dominação. Acreditam mesmo que a economia colônia (expressão da política mercantilista dos países europeus) é caracterizada por instituições políticas e jurídicas feudais, que são os instrumentos necessários à dominação econômica das metrópoles. (OLIVEIRA, 1986, p. 09).

Entendemos que esse pressuposto teórico não tem mais tanto espaço nas discussões sobre o espaço agrário brasileiro atual, entretanto, pelo seu papel cumpre aqui destacá-lo. Como podemos observar, não há nessa corrente uma negação da presença do capitalismo no campo, entretanto, defendem a existência de uma dualidade que seria representada pelo urbano industrial capitalista e por um campo em que as relações pré-capitalistas, feudais, iriam predominar. O campo é visto como local atrasado e que, portanto, a penetração do capital se daria com o rompimento das estruturas tradicionais de dominação. Estas estariam marcadas, de acordo com essa corrente de autores, por instituições políticas e econômicas feudais.

Outros autores, como Bernardo Mançano Fernandes (2004) e Eliane Tomiasi Paulino (2003), apresentam uma visão diferenciada e defendem a permanência do campesinato em meio a expansão do capitalismo no campo. Essa perspectiva vai ao encontro do que Oliveira (1986) nos apresenta como a criação e recriação do campesinato e do latifúndio.

Entendendo que o capital se desenvolve apresentando contradições, o seu desenvolvimento daria espaço para a criação de relações não capitalistas de produção³¹. Assim o campesinato deve ser entendido como de dentro do capitalismo e não como algo externo a este. “O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e) migrar”. (OLIVEIRA, 1986, p. 11).

Como sujeito de dentro do capitalismo, como sujeitos trabalhadores que querem entrar na terra, o campesinato também está sujeito ao capital. Essa sujeição ao capital se dá através da renda da terra, processo esse que ocorre através da compra e venda da terra e também pela subordinação da produção camponesa ao capitalismo (OLIVEIRA, 1986).

Como podemos observar, é de maneira crítica que Oliveira (1986) analisa a realidade do campesinato no contexto de desenvolvimento do capitalismo no campo, procurando situar o papel do campesinato em toda essa conjuntura. Entende ainda que o capital ao se desenvolver contraditoriamente acaba por dar origem a dois processos distintos: a *Territorialização do Capital* e a *Monopolização do Território pelo Capital*. O primeiro faz referência à ação territorial do capital sobre a agricultura, enquanto no segundo, sem ocorrer o processo de territorialização, o capital acaba por monopolizar o território.

Enquanto isso, ao defender a recriação do campesinato frente à expansão do capital no campo, Fernandes (2004) considera que ao mesmo tempo em que existe a subordinação do campesinato ao capital, é esse mesmo campesinato que através do seu processo de recriação acaba dando condições para o desenvolvimento do capitalismo. É importante enfatizar que o campesinato, ao se reproduzir com base em suas estratégias, não utiliza relações de trabalho e de produção capitalistas.

De acordo com esse autor,

Num processo de configurações diversas, de identificação e de estranhamento, formadas pela contradição e pelo paradoxo da questão agrária, ocorrem simultaneidades e descontinuidades, em que o campesinato concebe múltiplas estratégias de recriação da própria existência, subordinando e resistindo, reinventando-se no fazer-se do dia-a-dia. Martins chama o processo de mudanças em que o camponês se insere e é inserido nas relações mercantis modernas de “reinvenção social”. (FERNANDES, 2004, p. 20).

³¹ Como podemos observar, esse pensamento dialoga com Rosa Luxemburgo, tendo em vista que essa autora defende que o capital pode coexistir com outros modos de produção, sendo que estes pode ser importante para que o capital possa se reproduzir e acumular (LUXEMBURGO, 1970).

Reitera ainda que,

Contraditoriamente, os camponeses destroem e constroem o capitalismo, evidente que em uma proporção bem menor do que a capacidade do capitalismo em destruir e recriar o campesinato. Ocupando a terra, destruindo o latifúndio, conquistando o assentamento; comprando terra, migrando, trabalhando, produzindo, industrializando, vendendo, consumindo, contribuindo com o desenvolvimento local, lutando, estudando, participando, reocupando terra, esses camponeses estão promovendo o desenvolvimento do capitalismo e suas estratégias de recriação. Todavia, também estão construindo sonhos, brechas, possibilidades, condicionantes. Os camponeses permanecem como sujeitos históricos e os movimentos articulados na Via Campesina vão além, manifestam-se na construção de um outro mundo: socialista? Esta é uma questão cada vez mais presente e mais distante. Presente porque a convicção da luta contra o capital é manifestada de todas as formas. Distante, porque as referências esvaem-se e o que permanece é a irreverência dos limites e dos desafios de construir espaços e de projetar o futuro. (FERNANDES, 2004, p. 24-25).

Como podemos perceber, são várias as formas e estratégias utilizadas pelos camponeses para se recriarem e, nesse processo, acabam por contribuir com o desenvolvimento do capitalismo. Seria essa uma forte contradição, embora necessária, diante dos desafios que são impostos a esses sujeitos.

Eliane Tomiasi Paulino (2003) também comunga dessa vertente. Existe, por parte da autora, uma preocupação em entender a permanência e reprodução camponesa no Brasil tendo como subsídios as contradições que permeiam o capitalismo. Tendo como recorte geográfico em sua tese o Norte do Paraná, uma área constituída por um alto índice de tecnificação e produtividade agrícola, apresenta evidências de que o desenvolvimento do capitalismo no campo não tem provocado o desaparecimento do campesinato, mas a sua recriação.

Nessa perspectiva, utilizando-se do conceito de *Monopolização do Território pelo Capital*, a autora apresenta o pressuposto de que a territorialização camponesa acontece concomitante a esse processo, já que resulta do desenvolvimento contraditório do capital. Esses elementos se dariam a partir da integração dos camponeses às indústrias, por exemplo.

Nesse contexto, destacamos a nossa concordância com o pensamento dos autores que seguem essa corrente e que ela servirá de base para as reflexões apresentadas nos capítulos seguintes. Isso porque, empiricamente, constatamos na área da pesquisa várias dinâmicas que propiciam a permanência e a recriação camponesa no campo, mesmo naqueles espaços onde há forte atuação do capital, como ocorre no agronegócio da fruticultura irrigada no Polo Assu-Mossoró, não sendo assim possível, portanto, falar no desaparecimento do campesinato.



32

CAPÍTULO II: O PROCESSO DE FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DO POLO ASSU-MOSSORÓ (RN)

Entender o processo de formação e organização do espaço agrário que compõem o Polo Assu-Mossoró requer adentrarmos um pouco nos aspectos que marcam a história, no sentido da existência de uma organização social e produtiva da agricultura camponesa ali presente e que antecede o processo de modernização deste espaço. Requer ainda que consideremos a atuação do Estado no que se refere ao desenvolvimento de políticas públicas para o Nordeste brasileiro, com ênfase inicial na ideia de combate às secas³³, seguido da construção de infraestrutura hidráulica e o desenvolvimento dos perímetros irrigados, a partir de um viés desenvolvimentista e amparado na busca pela modernização da agricultura. É toda essa conjuntura propositiva que irá resultar na estruturação do agronegócio da fruticultura irrigada nesse espaço.

Nessa perspectiva, nosso entendimento sobre esse processo parte de alguns pressupostos. Assim, compreendemos que a formação do que se constituiu no Polo Assu-

³² Imagens de Rafael Pereira da Silva (2019), retratando o processo de modernização vivenciado pelo Polo e a predominância da monocultura.

³³ A questão da seca no Nordeste brasileiro se constitui em um problema recorrente visto as condições climáticas inerentes a essa região. Nesse contexto, podemos observar discursos e ações políticas que se alimentam dessa realidade sem, entretanto, desenvolver atitudes efetivas que possam contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população que habita esse espaço. Ao longo do tempo muitas têm sido as reflexões sobre essa conjuntura, sendo um exemplo o romance *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida, em que a tragédia amorosa por ele retratada tem como intuito principal a questão denunciativa dos problemas sociais e econômicos do Nordeste, bem como os dramas vivenciados pelos retirantes da seca, vítimas da injustiça e da exploração.

Mossoró foi resultado da dinâmica agrícola voltada principalmente para a fruticultura irrigada implantada nesse espaço a partir do Vale do Açu e do Vale do Apodi-Mossoró, principalmente com a instalação do Perímetro Irrigado Baixo-Açu. Entretanto, por outro lado, temos o entendimento de que a expansão do capital impulsionada pelo Estado não anulou a presença da agricultura camponesa que ali já se constituía como predominante, mesmo impondo a estes sujeitos novos desafios e processos de resistências para que possam se reproduzir e permanecer na terra.

A metodologia utilizada para conduzir essas reflexões envolveu pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Os dados do IBGE, através do Censo Agropecuário e, também, a Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM), deram-nos subsídios para conhecermos o papel da agricultura camponesa nos municípios que compõem o Polo Assu-Mossoró, tanto antes do desenvolvimento do projeto modernizador quanto no contexto atual; os dados e informações do Comitê Executivo de Fruticultura do Rio Grande do Norte (COEX), da Associação do Distrito de Irrigação do Baixo Açu (DIBA), Comércio exterior do Brasil (COMEX STAT) e relatórios do Banco do Nordeste disponíveis em *sites* oficiais nos subsidiaram no entendimento da atuação do agronegócio da fruticultura irrigada aí presente, a partir das empresas e de sua dinâmica voltada ao mercado externo através das exportações.

Posto esses elementos, procuramos ao longo do capítulo pautar as nossas reflexões na busca de respostas para os seguintes questionamentos: o que caracterizava o espaço agrário no qual se estrutura o Polo Assu-Mossoró? Como se dá a formação e organização do espaço agrário do Polo Assu-Mossoró? Quais agentes foram e são ainda importantes nesse processo? Que impactos reverberaram sobre os agricultores familiares camponeses?

2.1 O que antecede o processo de modernização do Polo Assu-Mossoró: o papel assumido pela agricultura camponesa

- Aqui era a casa; o rio passava ali; o chiqueiro dos porco e das galinha era lá, mais embaixo.

- **Onde é que vocês plantavam?**

- Nós prantava no beijo do rio, na vazante. Ali dava milho, feijão macaça, macaxeira e capim prá vaca. Quando chuvia a gente prantava tombém no tabuleiro, ali mais pra cima, mais longe do rio, onde as terras são mais seca. Quando a gente sabia que vinha chuva, a gente já ia e brocava a terra do tabuleiro.

- **Como vocês sabiam que ia chover?**

- Pelos ventos e pela água do rio. Aqui em nós tinha dois vento que passava aqui, um d'aqui e outro de lá. O vento d'aqui trazia chuva, então pronto, quando ventava d'aqui, a gente se preparava que vinha chuva.

- Agora não tem mais nada aqui, o rio não passa mais aqui, sua casa não está mais aqui, o senhor não planta mais aqui. Agora aqui está tomado por frutas tropicais. Conta pra gente, como foi que o senhor soube que teria que sair d'aqui?

- veio um home aí, dizem que ele é um doutô do governo, sei lá. Ele deixou o carrinho dele (branquinho, chega luzia nos óio da gente) lá em cima e ele veio di péis descendo, descendo, escascaviando nas pedra; chegô aqui e mostrou uns papéis e disse que nós tinha que ir simbora, que isso aqui era du governo. (BONETI, 1998, p. 14).

A passagem acima faz parte de um trabalho de pesquisa desenvolvido por Boneti (1998) sobre o Vale do Açu, que juntamente com municípios do Vale do Apodi-Mossoró, deram origem ao que passou a ser chamado posteriormente de Polo Assu-Mossoró. Ela retrata características de uma organização familiar camponesa que foi impactada pelo processo de modernização do campo. Solos férteis, a presença de rios foram elementos naturais que atraíram a atenção do Estado e, posteriormente das empresas, para esse território, no sentido de aproveitá-lo economicamente a partir de um aparato técnico de irrigação e dele extrair a renda capitalista da terra.

Como está sendo discutido, em prol desse moderno, muitos camponeses foram expropriados de suas terras a partir da construção da Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves e do Perímetro Irrigado Baixo-Açu, e o seu modo de vida, sua cultura não receberam atenção. Com relação ao Perímetro, como veremos no decorrer desse trabalho, a prioridade não foram as famílias camponesas expropriadas de suas terras pelo Estado desenvolvimentista e, sim, as empresas.

Em síntese, envoltos por interesses meramente econômicos, passam a ver a agricultura camponesa como arcaica, atrasada e desejam, a todo custo, perseverar pelo que eles (os detentores do capital) defendem como o moderno, como o progresso ou como o desenvolvimento. Nesse sentido,

Antes da implantação do Projeto Baixo-Açu, o Vale do Açu se caracterizava por ter uma economia razoavelmente desenvolvida, apesar do baixo nível técnico utilizado na sua agricultura. Sua economia baseava-se fundamentalmente na agropecuária, contando com boa diversificação de culturas, cuja finalidade preponderante era a de abastecer o cardápio regional. Destacava-se a produção de feijão, milho, algodão herbáceo, algodão arbóreo, carnaúba, banana e outros. A pecuária era constituída pela criação de ovinos, caprinos, suínos e, destacando-se, a criação bovina. (BONETI, 1998, p. 35).

Atentando-se para as culturas alimentares, no ano de 1974, os dados do IBGE, através da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM)³⁴, dão conta dessa diversificação apresentada pelo autor na produção agrícola dos municípios não só do Vale do Açu, mas também em todo o Polo Assu-Mossoró (Tabelas 01 e 02).

Tabela 01- Produção Agrícola Municipal - Lavoura Temporária nos municípios do Polo Assu-Mossoró (1974).

Municípios	Batata Doce (t)	Feijão (t)	Melancia (Mil frutos)	Melão (Mil frutos)	Milho (t)	Mamona (t)	Tomate (t)	Arroz (t)	Sorgo (t)	Mandioca (t)
Açu	6.860	800	57	18	1.001	96	85	145	24	696
Afonso Bezerra	40	38	1		60		2			
Alto do Rodrigues	300	45	1	1	60		4			
Baraúna										
Carnaubais	3.040	718	46	11	730	214	38	101	1.288	428
Ipanguaçu	2.091	549	24	9	672		38	115	20	77
Itajá										
Mossoró	360	489	20		4.320		10	13	2.064	3.800
Pendências	300	41	1	5	60					
Serra do Mel	200	108	7		383			6		42
Upanema	6.860	800	57	18	1.001		85			696
TOTAL:	20.051	3.588	214	62	8.287	310	262	380	3.396	5.739

Fonte: Elaborado com base na Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE (1974).

³⁴ A utilização dos dados da PAM referentes ao período analisado, 1974, tem relação com o fato da mesma englobar individualmente os municípios. Aspectos que não se dá com os dados do Censo Agropecuário que embora apresente séries temporais desse período, se referem a unidade da federação como um todo, no caso, o Rio Grande do Norte.

Tabela 02 - Produção Agrícola Municipal - Lavoura Permanente nos municípios do Polo Assu-Mossoró (1974).

Municípios³⁵	Algodão arbóreo em caroço (t)	Algodão herbáceo em caroço (t)	Banana (Mil cachos)	Caju (Mil frutos)	Coco- da-baía (Mil frutos) ³⁶	Laran- ja (Mil frutos)	Ma- mão (Mil frut os)	Manga (Mil frutos)	Lim- ão (Mil fruto s)
Açu	1.248	1.003	27	2.560	80	390	17	1.170	480
Afonso Bezerra	3.686				18				
Alto do Rodrigues	253	108	4		12				
Baraúna	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carnaubais	215	310	87	320	539	320	15	420	720
Ipanguaçu	174	305	53	240	110	360	17	1.120	400
Itajá	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mossoró	3.908	844	120	240.000	150	480	24	700	520
Pendências	346	324	4						
Serra do Mel	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Upanema	74	73	7					80	
TOTAL:	9.904	9.904	302	243.120	909	1.550	73	3.490	2.120

Fonte: Elaborado com base na Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE (1974).

Como podemos observar, é notória a importância do algodão nesses municípios. Ele compunha, juntamente com a pecuária e a cera de carnaúba, o trinômio voltado para a comercialização e de suma importância para a economia local. Assim, “do ponto de vista do trabalhador, o algodão desenvolveu-se como parte integrante de produção de subsistência na qual o produtor cultivava não só alimentos para o autoconsumo, mas também mercadorias para vender.” (FELIPE; CARVALHO, 2002, p. 25).

Outros produtos como o arroz, o feijão, o milho, a batata-doce e frutíferas também aparecem como destaque, dentre elas o melão, a melancia, a manga e o limão, sintetizando que naquele momento existia uma organização econômica voltada para a autossustentação da família.

³⁵ Serra do Mel não aparece entre os municípios porque só em 13 de maio 1988, através Lei nº 803, obtém sua autonomia política, teve suas terras desmembradas de Açu, Areia Branca, Carnaubais e Mossoró e tornou-se um novo município do Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/serra-do-mel/historico>. Acesso em 09 de jul. 2021.

³⁶ A partir do ano de 2001, as quantidades produzidas de produtos como abacate, banana, caqui, figo, goiaba, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, melancia, melão, pera, pêssego e tangerina passam a ser expressas em toneladas. Nos anos anteriores eram expressas em mil frutos, com exceção da banana, que era expressa em mil cachos. O rendimento médio passa a ser expresso em Kg/ha. Nos anos anteriores era expresso em frutos/ha, com exceção da banana, que era expressa em cachos/ha. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457#resultado>. Acesso em 09 jul. 2021.

Especificamente no Vale do Açu, a produção agrícola estava dividida em dois tipos diferentes, aquela produzida pelos camponeses e voltada principalmente para o consumo da família, e a produção direcionada à comercialização. A primeira se dava às margens do rio Piranhas-Açu, em pequenas propriedades rurais. Produziam nas chamadas vazantes, aluvião do rio e, embora tivessem como objetivo principal a sua autossustentação, o excedente que produziam também era comercializado nas feiras livres³⁷. Nos tabuleiros, ambientes mais secos, cultivavam lavouras de algodão cuja produção era destinada ao mercado.

Com relação à produção pecuária (Tabela 03), em todos os municípios do Polo podemos observar a sua expressividade, sendo importante ressaltar a criação de bovinos, caprinos e ovinos, além da avicultura.

Tabela 03 – Produção Pecuária nos municípios do Polo Assu-Mossoró (1973).

Tabela 05 - Produção Pecuaría nos municípios do Rio Açu - Mossoró (1978).						Avicultura (galinhas, perus, patos marrecos e ganso)
MUNICÍPIOS	Bovinos	Equinos	Suínos	Caprinos	Ovinos	
Efetivo por cabeça						
Açu	12.916	678	1.257	3.842	3.804	7.978
Afonso Bezerra	3.014	445	445	931	1.798	3.590
Alto do Rodrigues	1.722	171	353	901	1.591	3.986
Baraúna*	-	-	-	-	-	-
Carnaubais	8.037	543	399	2.290	4.034	7.272
Ipanguaçu	8.611	906	859	1.404	3.735	3.344
Itajá*	-	-	-	-	-	-
Mossoró	26.334	1.388	5.275	20.199	12.127	38.954
Pendências	4.018	311	260	1.300	2.236	2.930
Serra do Mel*	-	-	-	-	-	-
Upanema	7.391	523	705	3.472	2.789	3.689
TOTAL:	72.043	4.965	9.553	34.339	32.114	71.743

Fonte: Elaborado com base na Pesquisa da Pecuária Municipal do IBGE (1973).

*Municípios com dados não disponíveis.

Os dados do IBGE, tanto na Pesquisa Agrícola Municipal quanto a apresentada sobre a pecuária, têm suas limitações quando o foco de análise é a produção camponesa, tendo em vista que ele não delimita esses sujeitos e engloba todo o conjunto da produção municipal, inclusive aquela desenvolvida nas grandes propriedades. Entretanto, a apresentação desses dados mostra que a economia desses municípios, no que se refere ao campo, apresentava diversidade produtiva, o que pode ser constatado a partir da análise dos dados.

³⁷ Ressaltamos que as feiras livres, que ocorriam nas sedes dos municípios, ainda são bastante utilizadas atualmente pelos camponeses no intuito de comercializar o excedente da produção. Esse aspecto nos faz perceber como estão intrínsecas a relação entre o campo e a cidade, bem como as estratégias de autossustentação desses sujeitos.

Nesse sentido, embora essas atividades tivessem uma dimensão diferenciada no âmbito da classe social dominante, já que era a burguesia agrária latifundiária a maior detentora de terras, muitas das famílias camponesas também desenvolviam essas atividades em suas pequenas propriedades. Por exemplo, “no passado, a produção da cera de carnaúba constituía uma atividade econômica explorada pelos camponeses. Historicamente, a cera de carnaúba exercia o papel de ligação da produção camponesa com o mercado.” (BONETI, 1998, p. 36). Além da cera de carnaúba, também era importante a comercialização do algodão e a pecuária que se constituía como um subsídio para as famílias camponesas, pois em momentos de grandes necessidades dessas famílias a comercialização desses animais funcionava, e ainda funciona nos dias atuais, como uma forma de poupança. Fica notória, assim, a flexibilidade da organização familiar camponesa nesse território, principalmente no que se refere a aspectos econômicos e que se voltam para o bem-estar da família.

A partir de uma produção com o uso de tecnologias tradicionais, o fato é que as famílias camponesas já assumiam um papel de fundamental relevância antes da chegada do Projeto Baixo-Açu, tanto na sua própria organização quanto subsidiária no contexto econômico ao qual estavam inseridas, já que essas famílias também forneciam mão de obra no período entressafra, bem como, com a venda dos seus excedentes, conseguiam consumir produtos oriundos do mercado local.

Entretanto, ao contrário da organização produtiva que se apresentava nesses municípios, o intuito do Estado, através do desenvolvimento de políticas públicas, tinha como premissa um perfil desenvolvimentista e modernizante, e os elementos que compunham a realidade social e cultural dos camponeses passam a serem vistos como atrasados, arcaicos e, portanto, ao longo dos anos foram sofrendo com as consequências da negligência estatal com relação a esse grupo.

Com isso, não temos observado a prioridade ao social, ao homem do campo, aos camponeses, através de ações que venham melhorar a qualidade de vida daqueles que foram também precursores na formação desse território. Ao contrário, a prioridade tem sido os interesses externos que envolvem o desenvolvimento do capitalismo em detrimento do que é humano, cultural e mesmo o ambiental. Prova disso são os desmontes das políticas públicas, que ganharam uma dimensão crítica após o Golpe de 2016, anteriormente aqui citado, com a diminuição de recursos antes direcionados à agricultura familiar e a intensificação da deterioração da assistência aos sujeitos do campo.

2.2 A atuação do Estado no Nordeste brasileiro: a ênfase na modernização da agricultura e a criação dos perímetros irrigados

A partir da década de 1950, no Nordeste, passam a ganhar enfoque questões relacionadas às diferenciações regionais em que se comparam elementos socioeconômicos do Nordeste e do Centro-Sul. Este com um perfil industrial se consolidando, aquele ainda muito ligado à agropecuária tradicional e exportadora.

A questão regional, como ficou conhecido esse momento marcado por um ímpeto comparativo das duas regiões, foi impulsionada principalmente por ações populares provenientes do próprio Nordeste, com destaque para as lutas camponesas. Sobre o assunto, Guimarães Neto (1997) salienta que foram fortes as ações camponesas no campo que colocaram na pauta do dia as suas reivindicações, principalmente pelo acesso a terra e uma Reforma Agrária radical. Por outro lado, os grandes latifundiários passaram a se sentir ameaçados pelo risco de desapropriação de suas terras.

É dentro desse contexto que o Estado passa a ter uma atuação diferenciada com relação à economia nordestina. Passam a desenvolver, sob a coordenação de Celso Furtado, relatórios sobre as diversas características dessa região, tendo sido importante o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). O relatório produzido por esse grupo fundamentou a estratégia inicial de ação da SUDENE, em que constava que nas décadas anteriores o fraco dinamismo era a característica mais importante da base produtiva instalada na região, pois “enquanto a indústria comandava o crescimento econômico no Sudeste, o velho setor primário-exportador implantado no Nordeste dava mostras de sua incapacidade para continuar impulsionando o desenvolvimento econômico.” (ARAÚJO, 2002, p. 03).

As disparidades na questão da renda e a busca pelo combate à seca também são apresentadas no relatório. Defendiam que o combate à seca a partir do assistencialismo a curto prazo e, a longo prazo, a construção de açudes não foram medidas capazes de atacar o problema em sua raiz. De fato, os açudes foram sendo construídos em cooperação com os grandes proprietários e acabaram servindo aos objetivos destes. Essas ações acabaram abrindo espaço para relações de poder opressoras, pois os grandes grupos oligárquicos, de posse da terra e da água são, capazes de inibir a liberdade dos agricultores camponeses desprovidos desses recursos naturais.

A construção de açudes e as medidas assistencialistas de curto prazo fizeram com que se estruturasse no Nordeste o que passou a ser chamado de indústria da seca³⁸ em que as ações de cunho assistencialistas não conseguem reverter problemas estruturais presentes nessa região, mas servem como troca de favores entre os grandes comerciantes, grupos oligárquicos e políticos locais.

Assim, além de mostrar elementos inerentes à questão da seca e as disparidades de renda entre as regiões Nordeste e a Centro-Sul, o Relatório do GTDN (1967) também propunha um Plano de Ação. Nele são explicitadas as seguintes diretrizes:

- a) A intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de produção manufatureira;
- b) Transformar a economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada;
- c) Transformação progressiva da economia das zonas semiáridas no sentido de elevar a sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas;
- d) O deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas da *hinterland* maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semiárida. (GTDN, 1967, p. 12).

Como podemos perceber, o Plano apresentava um perfil industrializante para o Nordeste, mas por outro lado, direcionava olhares para o campo através do aproveitamento da faixa úmida para produção de alimentos e a busca pela intensificação da produtividade na zona semiárida, o que no papel tornaria essa área menos vulnerável às condições climáticas locais. A industrialização seria, pelo que podemos observar, um dos vetores centrais na busca pela resolução dos problemas referentes às desigualdades regionais e ao atraso do Nordeste. Enquanto isso, com relação à produtividade na zona semiárida, entendemos que, para o GTDN,

³⁸ Ao se referir a essa problemática no contexto do semiárido nordestino e as ações governamentais apresentadas nesse sentido, assim se expressam Silva, Medeiros e Silva (2015, p. 300): “Essa maneira de compreender os problemas do semiárido, considerando a falta de água como o único, provocou o surgimento da indústria da seca, vista como um caminho seguro para a (re) configuração ou (re) produção do domínio político das oligarquias locais. Para isso, as ações emergenciais contribuíram mais para mascarar a realidade do que transformá-la. A política praticada nas áreas afetadas pelas estiagens ainda se fundamenta no assistencialismo sazonal, já que durante a seca o governo federal auxilia os municípios atingidos com a liberação de verbas, distribui cestas básicas para a população mais pobre e o perdão, total ou parcial, as dívidas contraídas, principalmente, por empresários e fazendeiros. Nessa lógica, os fazendeiros e os empresários são beneficiados, enquanto o restante da população, os que realmente precisam, poucos são contemplados pelas ações governamentais. Assim, pensar o semiárido a partir apenas do período seco é cair nas armadilhas dos concentradores de riquezas, que têm a água e a terra como elementos para o estabelecimento de relações de poder. Desse modo, as intervenções que ocorreram ao longo dos anos no território semiárido e a atuação das oligarquias nordestinas permite afirmar que a seca foi um meio para se conseguir investimentos governamentais na região, para o estabelecimento de políticas de favores e, sobretudo, para efetivação do conceito de combate às secas.”

mais do que a questão da produção de alimentos para a autossustentação dos camponeses, estava a preocupação com a pouca inserção desses alimentos no mercado tendo em vista que “A parte mais importante da produção agrícola [...] não era comercializada e, portanto, não se beneficiava das vantagens proporcionadas pelas formas mais complexas de organização da produção.” (GTDN, 1967, p. 66).

Portanto, mesmo considerando que boa parte dos problemas identificados por Celso Furtado e o GTDN na região Nordeste não foram resolvidos, percebemos que a partir da década de 1960, vários empreendimentos são direcionados a essa região em decorrência da atuação do Estado, por meio de incentivos fiscais, créditos e isenção de impostos, e também do capital privado, representado por empresas nacionais e internacionais (ARAÚJO, 2002). São esses elementos que, de acordo com a autora, vão impulsionar o crescimento econômico dessa região contribuindo para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)³⁹.

Além do incentivo à indústria, através do suporte de investimentos estatais e privados, o Estado, por meio da SUDENE, também despendeu esforços no sentido de buscar aparelhar a região Nordeste com infraestrutura econômica, a partir da construção de estradas, fornecimento de energia elétrica e estudos voltados para um melhor conhecimento dos aspectos naturais da região.

A construção dessa infraestrutura, posteriormente, constituiria em ferramenta a ser utilizada pelo capital no âmbito dos territórios. Assim, como poderemos ver no tópico seguinte, as políticas que foram se estruturando ao longo do tempo para essa região não foram capazes de construir uma base interna que servisse de sustentação para os agricultores camponeses, entretanto, vêm servindo aos grandes empresários do agronegócio. Com isso, no Nordeste, permanecem problemas estruturais que embora tenham e sejam frutos de reivindicações, como é o caso da terra e da água, pouco tem recebido os olhares do Estado. É nessa perspectiva que Oliveira (2016, p. 116) destaca que “[...] o agronegócio continua sendo a reprodução do passado. Um passado, que vem desde o período colonial, e que não trouxe benefício algum às regiões onde se desenvolveu”.

³⁹ "O Produto Interno Bruto - PIB, a preços de mercado, mede o total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados ao consumo final, sendo equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. Por outro lado, é também equivalente à soma das rendas primárias. Portanto, o PIB [...] pela ótica da produção [...] é igual ao valor bruto da produção a preços básicos menos o consumo intermediário a preços de consumidor mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos." (BRASIL, 2008, p. 30 *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 102).

2.2.1 A estruturação de políticas modernizantes e excludentes

As políticas públicas⁴⁰ podem ser compreendidas como uma forma utilizada pelo Estado no intuito de responder aos anseios e direitos da sociedade, o que não inibe nesse processo a existência de grupos de interesses e, conseqüentemente, a correlação de forças entre esses grupos envolvendo aspectos diversos, sejam eles ideológicos, políticos ou, principalmente, econômicos.

Assim, como o próprio Estado é marcado por contradições, ao desenvolver determinadas políticas, ele busca a resolução de conflitos entre classes sociais antagônicas, mas acaba agindo no intuito de privilegiar a classe social dominante, dando subsídios para reprodução do capital⁴¹ (CORREIA, 2011).

Para Souza (2006), as políticas públicas congregam alguns elementos que podem ser considerados como principais, sendo eles:

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz; A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes; A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras; A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados; A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo; A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação. (SOUZA, 2006, p. 36-37).

As políticas voltadas à realidade agrária do Nordeste se deram através de ações que privilegiaram a instalação de grandes reservatórios e a criação de instituições encarregadas de desenvolver estudos e planos operacionais, no intuito de serem utilizados como estratégia no combate aos efeitos da seca e colocarem em prática os ideais desenvolvimentistas.

Dentre essas instituições podemos destacar, como exemplo, a criação, em 1909, da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), que passou a ser denominada de Inspetoria Federal

⁴⁰ Ressaltamos a presença em território brasileiro de algumas políticas públicas, políticas estas que para o campo brasileiro, vão resultar da luta dos movimentos sociais e em virtude dessas lutas, o Estado passa a agir no intuito de atenuar os conflitos de classe. Assim, destacamos a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); a criação, através do art. 19 da Lei nº 10.696 de 02 de julho de 2003, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PENAE), que através da Lei nº 11.947, de 16/06/2009, explicita que 30% do valor repassado pelo PENAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar; o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), dentre outras.

⁴¹ Contraditoriamente, compreendemos que as políticas públicas, ao mesmo tempo que podem beneficiar em algumas instâncias a reprodução do capital, como é o caso do PRONAF em relação ao capital financeiro, suscitam a possibilidade de resistências para os agricultores camponeses ao dá condições, mesmo que insuficientes, de que esse sujeitos possam ter formas de garantir a sua reprodução e permanência no campo.

de Obras Contra as Secas (IFOCS), em 1919, e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), a partir do ano de 1945. Na década de 1950, foram criados o Banco do Nordeste do Brasil e a SUDENE e, na década de 1970, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF). A estrutura organizacional e as obras provenientes da ação desses órgãos serviriam como arcabouço para a implantação dos preceitos da modernização e a ela intrínseca a criação de áreas de irrigação no Nordeste. Para tanto, é importante considerar, inicialmente, que esse ímpeto pela modernização da agricultura tem relação com aspectos externos ao contexto regional nordestino, como é o caso do que se convencionou denominar de Revolução Verde e que impactou o território brasileiro principalmente a partir da década de 1960.

No geral, a Revolução Verde acabou por se constituir em um programa de desenvolvimento do capitalismo na agricultura e na pecuária, que tem sua produção direcionada ao mercado e, com maior objetivo, o lucro. Além disso, “Os que criaram a Revolução Verde diziam que ela iria aumentar a produção e a produtividade agrícola, iria produzir tantos alimentos que acabaria com a fome do planeta terra.” (GÖRGEN, 2004, p. 26).

Além de não ter sanado a fome, já que esta transcende a questão da produção e é bem mais complexa, tem se intensificado no campo o uso de insumos químicos, bem como transgênicos, resultando em impactos negativos para as pessoas e para os recursos naturais, visto a contaminação destes.

Apesar desses aspectos negativos, há autores que defendem a Revolução Verde e ainda tecem críticas àqueles que conseguem visualizar os danos por ela provocados. Exemplo disso é o que defendem Buainain, Alves, Silveira e Navarro (2014), no que eles denominaram de *Sete teses sobre o mundo rural brasileiro*.

Não são raras, ainda hoje, as referências críticas ao pacote tecnológico da Revolução Verde. Seus autores ignoram que o impacto positivo da agricultura moderna para a humanidade quem sabe possa ser apenas rivalizado pelo impacto da penicilina. Em sua origem, a Revolução Verde permitiu a intensificação do uso e do rendimento da terra, recurso escasso em países populosos, como Índia, Paquistão, China e México. Foram mudanças que viabilizaram o crescimento da produção agropecuária, tendo afastado o fantasma malthusiano que ameaçava aquelas sociedades, além de terem contido a ameaça da fome catastrófica e disseminada. (BUAINAIN; ALVES; SILVEIRA; NAVARRO, 2014, p. 1170).

O fato é que não existe apenas uma rejeição ideológica com relação à agricultura moderna como tem sugerido os autores citados, tendo em vista que além de todas as mazelas provocadas por essa revolução e que, portanto, contrariam as afirmações desses autores, as

formas de produção desenvolvidas pelos agricultores camponeses passam a ser tidas como atrasadas ou arcaicas.

Vale ressaltar que o estímulo do Estado à modernização da agropecuária vai ser importante para que esse processo ocorra, gerando várias consequências, pois, ao mesmo tempo em que altera as bases técnicas, resulta na ampliação da concentração fundiária e também libera a mão de obra do campo, provocando o êxodo rural, a concentração de renda e a ampliação das desigualdades sociais (HESPANHOL, 2016).

Na região Nordeste, a SUDENE foi responsável por fomentar esse processo de modernização, visto o financiamento de projetos de irrigação em áreas específicas do semiárido⁴².

As ações da SUDENE, no início de suas atividades, tinham como principais metas integrar o Nordeste ao Centro Sul do país por meio da industrialização. Para isso fez necessário equipar o território com infraestruturas (rodovias, eletrificação, portos, aeroportos, construção de barragens etc.) para viabilizar a expansão do capitalismo no meio rural nordestino e, consequentemente, a instalação de agroindústrias na região. (SOUSA; LOPES; SILVA, 2012, p. 03).

O projeto de irrigação no São Francisco foi “o primeiro projeto importante de irrigação do Nordeste.” (FURTADO, 1997, p. 100), o que exigiu estudos do solo e apoio financeiro e técnico das Nações Unidas. Esse apoio técnico e financeiro proveniente dessa instituição expressava a dependência externa brasileira no que se refere a recursos financeiros, técnicos e humanos.

Tendo início esse projeto de aproveitamento do Rio São Francisco, restavam

As bacias dos açudes, onde estavam acumulados cerca de sete bilhões de metros cúbicos de água. Por que não pensar em utilização dessa água para fins de irrigação, fazendo surgir nas áreas povoadas do semiárido uma constelação de núcleos produtores de alimentos? Nem sempre os açudes haviam sido construídos com vistas a maximizar as possibilidades de irrigação, mas os estudos já disponíveis punham em evidência que 45 mil hectares adicionais podiam ser irrigados com a água já acumulada nos sistemas Jaguaribe, Piranhas, Curu, Acaraí, Paraíba, Pajeú, Moxotó e Itapicuru. As obras em curso permitiram ir mais longe. O governo federal não dispunha de terras, mas tinha

⁴² Em dezembro de 2021, o Conselho Deliberativo da SUDENE (CONDEL) publicou a Resolução 150/2021 que alterou a delimitação do Semiárido. Com isso, foram excluídos 50 municípios do mapa do semiárido brasileiro e incluídos outros 215. “Agora, passa a ter 1.427, seis deles de um estado que, até então, não estava incluído nessa, o Espírito Santo. Dos 50 municípios retirados do mapa, 42 são do Nordeste e oito são de Minas Gerais”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/02/19/delimitacao-do-semiarido-entra-espirito-santo.htm>. Acesso em: 25 mar. 2022.

o controle do fator mais escasso, a água represada, e podia valer essa carta. (FURTADO, 1997, p. 107).

A riqueza advinda da presença desses recursos hídricos poderia alavancar o desenvolvimento das atividades agropecuárias e condicionar melhores condições de vida aos agricultores camponeses. Ao longo do tempo, entretanto, o que se pode observar é que esses espaços vêm servindo ao grande capital, reforçando a estrutura fundiária concentradora, bem como a ampliação ou controle do território por empresas do agronegócio, mesmo nos espaços públicos, o que tem gerado o aumento das desigualdades, da exploração do trabalho e diversas formas de violência no campo. Esse modelo pouco tem contribuindo para a produção de alimentos que possam ser consumidos internamente em nosso país, tendo em vista a prioridade dada ao mercado externo.

Vale ressaltar que a presença de açudes e barragens na região Nordeste tem forte relação com a histórica defesa de que a solução para os problemas regionais poderia se dar com o represamento da água. Como explicitado, ao longo do tempo vão sendo criados órgãos com essa finalidade e a eles imbricados, posteriormente, a perspectiva de irrigação.

Nessa perspectiva, na década de 1960, mais especificamente em 1968, é criado o Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrário (GEIDA), com o objetivo de realizar estudos com vistas à elaboração de políticas públicas federais direcionadas à difusão da agricultura irrigada. No entendimento de Silva e Silva (2006), esse foi um marco importante no que se refere ao empenho em desenvolver a irrigação no semiárido nordestino. Foi esse grupo o responsável pela elaboração do Programa Plurianual de Irrigação (PPI), tendo este sido divulgado no ano de 1971.

Delineia-se, como podemos observar, a construção de infraestruturas amparadas pela criação de instituições que vão efetivando o desenvolvimento de políticas, preparando o campo para a modernização agrícola e integrando os interesses do agronegócio e do grande capital.

Nesse período, as preocupações com o meio rural do Nordeste ainda se calcavam nas discussões sobre os problemas regionais referentes à instabilidade na produção agrícola e à própria vulnerabilidade proveniente das condições climáticas, tendo sido elaboradas estratégias a partir dos chamados Planos Diretores no nível regional (SOUZA, 1997).

O I Plano Diretor (1961-1963) norteava-se por quatro linhas de ações no que se refere ao setor primário: “o aproveitamento racional dos recursos hídricos, a reestruturação da economia agrícola, a racionalização do abastecimento e a política de colonização.” (TOLEDO, 2013, p. 39). O II Plano Diretor (1963-1965) tinha relação com o plano anterior, mas também

inclui projetos agrícolas beneficiados pelo Artigo 34/18⁴³. Com o III e IV Planos Diretores (1966-1968 e 1969-1973), foram dadas maior ênfase para pesquisas em hidrologia e hidrogeologia. Além disso, visualizamos nesses planos o reforço à política de expansão na oferta de terras agricultáveis. Existem com relação a esses dois planos sérias críticas, como a não aplicação dos recursos planejados e a falta de articulação da SUDENE com outros órgãos federais (TOLEDO, 2013). Foram esses aspectos, de acordo com Souza (1997), os condicionadores da substituição em 1972 do IV Plano Diretor pelo então denominado Plano de Desenvolvimento do Nordeste para adequá-lo ao Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND – 1972-1974).

Observamos com isso mudanças de direcionamento, nas quais ocorre a saída dos Planos Diretores na perspectiva regional para o âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento a partir da criação do PND, o que constituía para Nunes (2009, p. 100) a tentativa de “compatibilizar os objetivos e esforços regionais com o planejamento em nível nacional.”

O I PND foi responsável pela criação de dois programas dentro do âmbito do planejamento nacional. Eles eram o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA). Esses dois programas também obteriam fundos através de deduções de imposto de renda, tal como feito pelo Artigo 34/18 na década de 1960. (TOLEDO, 2013, p. 41).

Dentro do Programa de Integração Nacional exposto acima, duas linhas de ações direcionam-se especificamente ao Nordeste, sendo a primeira voltada para um Plano de Irrigação direcionado ao aproveitamento dos vales úmidos, pretendendo aumentar a produtividade do semiárido. A segunda buscava a implantação de corredores de exportação na região (TOLEDO, 2013). O que podemos perceber pelo exposto é que dentro do contexto dessa política já é perceptível a valorização pela modernização do campo através da introdução das agroindústrias.

Outro programa que foi concebido no contexto do PIN foi o PROTERRA, que tinha como objetivo a compra e a desapropriação de terras e a concessão de créditos com juros subsidiados. Assim,

O PROTERRA tinha duas linhas de ação principais: a compra e desapropriação de terras e a concessão de créditos com juros subsidiados. O programa tinha como alvo principal o pequeno produtor, em especial o minifundiário e os que não possuíam terras. Suas ações eram, em geral, focadas na concessão de crédito de longo prazo com juros baixos para

⁴³ Refere-se a medidas de incentivos fiscais do Fundo de Investimento no Nordeste (FINOR).

estimular a expansão da agroindústria na região. Além disso, o PROTERRA também previa o apoio ao pequeno produtor, oferecendo assistência técnica e terras. (TOLEDO, 2013, p. 40).

Os objetivos do programa, como apresentados acima, foram desviados. De acordo com as análises de Nunes (2009), o Estado teria sido o responsável, já que passou a direcionar os recursos desse programa para favorecer projetos de modernização agrícola a partir da expansão de grandes empresas no Nordeste. Dessa forma, podemos perceber que a agricultura camponesa foi mais uma vez negligenciada e a prioridade continuou sendo calcada na lógica capitalista empresarial no campo.

Com o II PND (1975-1979) foram criados dois novos programas: o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) e o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste (Projeto Sertanejo). No ano de 1979, ocorre também a criação da Política Nacional de Irrigação que teve como principais desdobramentos a instalação de projetos públicos de irrigação, o que possibilitou inserir a região Nordeste nas atividades agrícolas modernas, com destaque para a produção da fruticultura irrigada (SILVA, 2019).

O POLONORDESTE tinha como objetivo selecionar subáreas que apresentassem maior potencialidade, “considerando a proximidade de mercados e as atividades tradicionais, e torná-las polos de dinamização do desenvolvimento no Nordeste. O programa pretendia fortalecer a infraestrutura rural a fim de intensificar o desenvolvimento agropecuário da região.” (TOLEDO, 2013, p. 41).

O programa traz uma preocupação de cunho social, tendo em vista buscar soluções que viessem a facilitar as atividades dos pequenos produtores, em que o grupo beneficiário envolveria aqueles agricultores que não tinham acesso a terra; agricultores com acesso precário a terra como os arrendatários, ocupantes, posseiros, parceiros e moradores; agricultores que tinham a propriedade da terra, mas que apresentavam baixa viabilidade econômica necessitando vender a força de trabalho e explorar a terra de terceiros e aqueles agricultores proprietários com área que possibilitasse a exploração econômica e que fosse a agricultura a principal fonte de renda. (REDWOOD; FIORENTINO, 1981). Entretanto, como já discutido, com base em Nunes (2009, p. 100), muitos dos recursos “foram destinados para outra concepção: do incentivo a grandes empresas em projetos de modernização e na ótica desenvolvimentista dos polos de crescimento [...]” Assim, o Estado, ao privilegiar o progresso tecnológico, atendendo às estratégias do capitalismo em determinados espaços, acaba por excluir uma grande maioria de sujeitos do campo.

O Projeto Sertanejo tinha em sua concepção a busca pela implantação de projetos públicos de irrigação sob a coordenação do DNOCS⁴⁴. São exemplos o Polo Agroindustrial Petrolina (PE), Juazeiro (BA) no Vale do São Francisco, o núcleo de produção de Irecê (BA) e da produção de frutas frescas no Projeto Baixo-Açu. Nesse projeto,

[...] o propósito inicial do Projeto Sertanejo era o de construir um perímetro público a partir de um grande projeto de assentamento destinado à agricultura familiar e com o controle do Estado. Entretanto, a escolha do Estado autoritário e desenvolvimentista foi estimular a modernização por meio da grande empresa, além de ceder o controle do Projeto Baixo-Açu ao capital privado e de fora. Com isso se distanciou totalmente do projeto e desperdiçou uma oportunidade histórica de iniciar um desenvolvimento a partir de dentro, criando talvez um custo futuro irrecuperável para a região. (NUNES, 2009, p. 116).

Assim como ocorreu com o POLONORDESTE, o Projeto Sertanejo acabou por contribuir na redefinição das formas dos usos agrícolas do território, tendo em vista a difusão de sistemas de irrigação no semiárido (SILVA, 2019).

Ainda na perspectiva de incentivo à irrigação e valorização de áreas modernas, no ano de 1997, surge no âmbito do Programa Brasil em Ação, os então denominados Polos de Desenvolvimento Integrado do Nordeste, os quais iremos detalhar posteriormente, mas que sintetizam que a escolha do Estado foi a iniciativa privada, a partir da instalação das grandes empresas, resultando no agravamento das desigualdades, tendo em vista que a riqueza gerada fica restrita aos detentores do capital.

Ademais, o que podemos observar é que os sucessivos governos têm dado ênfase à irrigação no Brasil. Em janeiro de 2013, através da Lei nº 12.787⁴⁵, ao dispor sobre a Política Nacional de Irrigação, a ser executada em todo o território nacional, são explicitados princípios e objetivos.

Dentre os princípios, destaca-se:

Art. 3º A Política Nacional de Irrigação rege-se pelos seguintes princípios:
I - Uso e manejo sustentável dos solos e dos recursos hídricos destinados à irrigação;
II - Integração com as políticas setoriais de recursos hídricos, de meio ambiente, de energia, de saneamento ambiental, de crédito e seguro rural e

⁴⁴ O DNOCS, na área semiárida do Nordeste, construiu e opera perímetros irrigados nos estados da Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte.

⁴⁵ Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação; altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; revoga as Leis nºs 6.662, de 25 de junho de 1979, 8.657, de 21 de maio de 1993, e os Decretos-Lei nºs 2.032, de 9 de junho de 1983, e 2.369, de 11 de novembro de 1987; e dá outras providências. (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12787.htm. Acesso em: 28 jul. 2021).

seus respectivos planos, com prioridade para projetos cujas obras possibilitem o uso múltiplo dos recursos hídricos;

III - Articulação entre as ações em irrigação das diferentes instâncias e esferas de governo e entre estas e as ações do setor privado;

IV - Gestão democrática e participativa dos Projetos Públicos de Irrigação com infraestrutura de irrigação de uso comum, por meio de mecanismos a serem definidos em regulamento;

V - Prevenção de endemias rurais de veiculação hídrica. (BRASIL, 2013).

Dentre os objetivos,

Art. 4º A Política Nacional de Irrigação tem por objetivos:

I - Incentivar a ampliação da área irrigada e o aumento da produtividade em bases ambientalmente sustentáveis;

II - Reduzir os riscos climáticos inerentes à atividade agropecuária, principalmente nas regiões sujeitas a baixa ou irregular distribuição de chuvas;

III - Promover o desenvolvimento local e regional, com prioridade para as regiões com baixos indicadores sociais e econômicos;

IV - Concorrer para o aumento da competitividade do agronegócio brasileiro e para a geração de emprego e renda;

V - Contribuir para o abastecimento do mercado interno de alimentos, de fibras e de energia renovável, bem como para a geração de excedentes agrícolas para exportação;

VI - Capacitar recursos humanos e fomentar a geração e transferência de tecnologias relacionadas a irrigação;

VII - Incentivar projetos privados de irrigação, conforme definição em regulamento.

Estabelecendo uma articulação entre o que explicita essa Lei e a realidade dos perímetros irrigados do Nordeste brasileiro, chegamos à conclusão de que a condução dos perímetros irrigados tem seguido uma racionalidade totalmente diversa, pois a sustentabilidade, o desenvolvimento local, a gestão democrática e participativa está ausente diante das evidências empíricas observadas, o que mostra na prática a negação de muitos dos objetivos e princípios presentes na Lei. O que se tem visto, na essência, é uma forte aliança entre o público e o privado e uma exaltação ao desenvolvimento e expansão do agronegócio, desconsiderando o modo de vida e as formas de produzir daqueles que vivem no campo.

No decorrer das pesquisas de campo constatamos que do pequeno número de lotes familiares, 169 no total, presentes no Perímetro Irrigado Baixo-Açu, apenas 121 estão em funcionamento, o que sintetiza o desamparo a essas famílias e a prioridade para o setor empresarial. Além disso, pode ser vista ainda a existência de agricultores que sofrem com o subjugo às empresas do agronegócio, pois em conversa informal realizada durante pesquisa de campo em Alto do Rodrigues, constatamos a presença de agricultores familiares integrados a empresas e que explicitam não ter a liberdade de colocar em prática os seus conhecimentos, já

que se submetem às normas e exigências da empresa que compra o seu produto (no caso, o mamão) para comercialização no mercado interno e externo.

Compreendemos que o poder do agronegócio nesses espaços, em que se dá fortemente a sua atuação, impacta até mesmo na identidade de classe desses sujeitos. Muitos agricultores camponeses conseguem ascender socialmente, conforme já previa Lênin (1982) em suas reflexões sobre o camponês e a expansão do capital no campo, que resultaria de acordo com o autor na diferenciação social entre esses sujeitos, e como resultado, muitos não se veem mais como camponeses, mas como empresários. Assim, não ficamos surpresos de, em campo, dentro do Perímetro Irrigado Baixo-Açu em específico, nos depararmos com situações dessa natureza ao sermos convidados a conhecer o meio de transporte moderno utilizado por um dos agricultores e tomarmos conhecimento de que seus produtos eram destinados à comercialização via mercado externo por intermédio da integração com empresas do agronegócio da fruticultura irrigada.

Pesquisas realizadas em outros recortes espaciais também têm evidenciado a forma como as empresas têm atuado em perímetros irrigados. Como exemplo, destacamos o trabalho de Lima, Vasconcelos e Freitas (2011) sobre o Perímetro Baixo Acaraú no Ceará, em que se discutem as desapropriações, a desterritorialização dos camponeses e as contaminações pelo uso de agrotóxicos.

Riggoto *et al* (2016, p. 112), ao analisarem a Política Nacional de Irrigação, atendendo-se para as fases de desapropriação e operação de perímetros irrigados do Ceará e do Rio Grande do Norte, concluem que essa política “tem conformado conflitos ambientais e violado os direitos dos povos do campo a terra, ao território, à água, ao ambiente, à saúde, ao trabalho e à participação política, quando estes deveriam ser concretizados pelas políticas públicas”.

De fato, a acumulação por espoliação ou despossessão (HARVEY, 2011) pode ser vista de maneira nítida nesses espaços, sendo nesse caso as comunidades de agricultores camponeses as mais afetadas. Nesse sentido, as terras de caráter público como as do Perímetro Irrigado Baixo-Açu, que poderiam beneficiar famílias camponesas locais, passam a constituir interesse privado dos grandes capitalistas, como poderemos analisar com mais detalhes no tópico seguinte.

2.2.2 O Projeto Baixo-Açu: o impulso para modernização

A implantação do Perímetro Irrigado Baixo-Açu se deu no ano de 1989. No entanto, os serviços de administração e manutenção da infraestrutura de uso comum se deram cinco anos depois, em 1994. O Perímetro se encontra localizado na região centro-norte do estado do Rio

Grande do Norte, englobando áreas dos municípios de Ipanguaçu, Alto do Rodrigues e Afonso Bezerra.

As condições climáticas, o solo e a infraestrutura hidráulica construída possibilitaram o aparato necessário para a estruturação e desenvolvimento do projeto modernizante do Estado. Nas palavras de Hespanhol (2016, p. 66), “o aproveitamento da Bacia Hidrográfica Piranhas-Açu⁴⁶ para irrigação era uma ideia cogitada na década de trinta do século passado”, mas foram os estudos técnicos financiados pela SUDENE e DNOCS e realizados em 1963 que permitiram vislumbrar o aproveitamento dessa área para fins de irrigação.

Assim, o chamado Vale do Açu⁴⁷ passa a ser indicado como área prioritária no que se refere ao desenvolvimento de projetos de irrigação no Programa Plurianual de Irrigação (PPI), tendo sido publicado pelo GEIDA no ano de 1971 (HESPANHOL, 2016).

Já no ano de 1975, através do Decreto nº. 76.046 de 29 de julho de 1975, 158,48 mil hectares referentes ao Vale do Açu passam a ser de utilidade pública e interesse social.

Fica declarada de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (D.N.O.C.S.), uma área de terra titulada a diversos particulares, com 158.476,84 ha (cento e cinquenta e oito mil, quatrocentos e setenta e seis hectares e oitenta e quatro ares), aproximadamente, dos quais 67,036 ha (sessenta e sete mil e trinta e seis hectares) serão abrangidos pela bacia hidráulica e faixa seca do açude público "Eng. Armando Ribeiro Gonçalves", situada nos Municípios de Jucurutu, Janduis, Parau, São Rafael, Santana do Matos, Ipanguaçu e Açu, e 91.440,84 (noventa e um mil, quatrocentos e quarenta hectares e oitenta e quatro ares) abrangidos pelo projeto de irrigação "Baixo Açu", situado nos Municípios de Açu, Ipanguaçu, Afonso Bezerra, Carnaubais, Alto Rodrigues e Pendência, todos no Estado do Rio Grande do Norte [...]. (BRASIL, 1975, p. 01)

Com a publicação desse decreto, ainda em 1975, os imóveis que se encontrassem na área que seria de utilidade pública e interesse social não teriam mais acesso a crédito rural. Tal fato contribuiu para a desestruturação do complexo gado-algodão, da atividade extrativa da cera de carnaúba e da agricultura de subsistência que se desenvolvia nas áreas de inundação do Rio Piranhas/Açu (HESPANHOL, 2016).

⁴⁶ Ressaltamos que a Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves é construída na Bacia Hidrográfica Piranhas-Açu.

⁴⁷ O Vale do Açu constitui em uma Microrregião do Rio Grande do Norte (antiga delimitação do IBGE), sendo formado pelos municípios de Jucurutu, São Rafael, Itajá, Ipanguaçu, Açu, Alto do Rodrigues, Carnaubais, Pendências e Porto do Mangue.

Inicia-se, com isso, um processo que terá como resultado a desapropriação das famílias, muitas camponesas, que seriam atingidas pela construção da Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves e pelo próprio Perímetro Irrigado.

Falar em desapropriação dessas famílias requer entendermos que elas cultivavam laços de afetividade e identidade com o território no qual viviam, pois construíram ao longo do tempo as territorialidades (RAFFESTIN, 1993), que correspondem às relações sociais no interior da família, entre as famílias, entre grupos e classes sociais, aspectos estes não levados em consideração no momento em que predominavam interesses estritamente econômicos.

Tendo em vista estes aspectos, passam a ocorrer processos de resistências tanto das famílias camponesas como também dos latifundiários. Estes alegavam a ausência de informações concretas por parte dos técnicos do DNOCS sobre o processo de desapropriação e de indenizações, aspectos estes também colocados pelas famílias camponesas. Além disso, ressaltamos que para os grandes latifundiários a preocupação era com o impacto que poderiam reverberar sobre as suas propriedades, para os camponeses isso se daria de maneira mais complexa, já que detinham pouca terra e corriam o risco de perdê-la.

Se moldam neste espaço vários impasses e um conjunto de forças opostas. Na verdade, todos tinham interesses próprios e disso partiam as suas defesas e manifestações sobre o projeto junto ao Estado. Em todo caso, os mais atingidos foram de fato os agricultores camponeses.

Além dos impactos no que se refere às atividades de subsistências, muitos dos camponeses que tiveram suas terras abarcadas pelo projeto, seja em virtude da construção da barragem ou do próprio Perímetro Irrigado, não conseguiram ser indenizados já que não possuíam os títulos de propriedade.

Os ocupantes de áreas rurais e moradores que não dispunham dos títulos de propriedade não receberam qualquer indenização do DNOCS, situação em que se encontravam cerca de 70% da população da área decretada de utilidade pública e de interesse social, de acordo com Boneti (1998). Àqueles que os possuíam foram pagas as indenizações somente no ano de 1979, com os valores reais corroídos pelo processo inflacionário. (HESPANHOL, 2016, p. 67).

A estratificação da área desapropriada para construção do Perímetro pode ser visualizada na Tabela 04 seguinte.

Tabela 04 - Estratificação da área desapropriada para construção do Perímetro Irrigado Baixo-Açu – 1988.

ÁREA DESAPROPRIADA	ÁREA (ha)
Área de sequeiro	-
Área irrigável	6.000,00
A implantar	832,05
Implantada	5.167,95
Com produtor	5.167,95

Fonte: Elaborado com base no DNOCS (2012).

Embora o decreto faça referência aos municípios de Açu, Ipanguaçu, Afonso Bezerra, Carnaubais, Alto Rodrigues e Pendência, como a área de abrangência do Perímetro Irrigado, este encontrava-se até o mês de novembro de 2021, quando realizamos a segunda visita a campo, circunscrito apenas aos municípios de Ipanguaçu, Afonso Bezerra e Alto do Rodrigues.

Ao analisarmos dados disponíveis no *site* do DNOCS (2012), percebemos que os pequenos produtores são detentores da menor quantidade de terras, enquanto as empresas foram privilegiadas nesse processo. E isso contraria as justificativas dos técnicos do DNOCS que afirmavam que “o projeto havia sido elaborado tendo como primeiro objetivo beneficiar os pequenos camponeses, interessados em irrigar sua produção.” (BONETI, 1998, p. 50). É a partir desse viés, e considerando a realização da pesquisa, que questionamos a validade social gerada pelo Projeto Baixo-Açu.

Na pesquisa de campo realizada na Associação do Distrito Irrigado Baixo-Açu, constatamos que a segunda etapa de implantação de lotes no Perímetro Irrigado Baixo-Açu, que se encontrava em fase de implantação no ano de 2021, direciona-se exclusivamente às empresas (Tabela 05).

Tabela 05 – Lotes empresariais no Perímetro Irrigado Baixo-Açu. (Segunda etapa de implantação), 2021 *.

Lotes Empresariais	Área (ha)
14 - A	20,07
17 - A	25,56
17 - B	15,08
18	109,2
21	133,01
22	140,85
2	110,28
15	109,44
27	143,53
28	150,11
29	130,18
12 A	37,05
12 C	47,9
19	100,4

20	69,02
17 C	124,65
23	123,09
24	147,02
26	76,11
15	109,44
11	102,03
25 - A	59,27
25 - B	51,93
Número de lotes: 23	Área total: 2.137,38 há

Fonte: os autores

*Dados obtidos em agosto de 2021.

São 23 lotes e o número de hectares varia de 15 a mais de 150 hectares, o que nos faz concordar com Silva (2019), ao ressaltar que a criação dos perímetros irrigados acaba se constituindo também em um mecanismo de controle do território. Esse controle teria relação com a forma como o Estado delimita os lotes de terra e a distribuição destes junto aos agricultores, empresas, técnicos agrícolas e engenheiros, possibilitando um maior domínio sobre a produção agrícola irrigada, assim como um melhor conhecimento sobre os agentes responsáveis pela atuação na atividade produtiva. Com isso, entendemos como as relações de poder de caráter econômico, político e até mesmo social, discutidas por Raffestin (1993), estão a compor o território.

Como podemos observar a área média (ha) disponível à categoria empresarial é superior àquela destinada ao pequeno produtor, que, contraditoriamente, na primeira etapa teve acesso a lotes de apenas a 8,32 ha. Isso nos leva a compreensão de que ocorre uma fusão entre o Estado nacional e o capital agrícola nos perímetros irrigados do Nordeste. Além disso, essa disparidade no tamanho dos lotes resulta, de acordo com Silva (2019, p. 247) “da reorientação nos rumos das políticas de irrigação ocorrida no início dos anos 1990, sobre a prerrogativa de possibilitar maior participação do Nordeste nas dinâmicas da economia nacional.”

No Perímetro também foram destinadas áreas para Engenheiros Agrônomos e Técnicos agrícolas, elementos que acabam mostrando a maneira desigual em que se constitui o acesso a terras no Brasil, no Nordeste e no interior dos projetos públicos de irrigação que aderem às lógicas do agronegócio (SILVA, 2019).

Outro elemento importante foi a vinda de empresários de várias regiões do país no intuito de se instalar a jusante da Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves.

No período compreendido entre a conclusão da obra da barragem, em 1983, e o início do funcionamento do perímetro irrigado, em 1994, agricultores capitalizados provenientes de outras regiões do Nordeste e algumas empresas agroindustriais adquiriram terras e se instalaram nos municípios situados à

jusante da represa, para produzir algodão irrigado e frutas tropicais, utilizando a água do baixo curso do Rio Açu que, desde o final da obra, foi perenizado numa extensão de quase 100 quilômetros, da barragem até a sua foz, no município de Macau. (HESPANHOL, 2016, p. 68)

Observa-se nesse processo o incentivo do Estado na instalação dessas agroindústrias, gerando, como já enfatizado anteriormente, a concentração de terras nas mãos de empresários do agronegócio que são também responsáveis por introduzir nesse espaço os insumos e máquinas oriundos da Revolução Verde.

Ao contrário do que difundiu o DNOCS sobre a prioridade que seria dada aos produtores rurais desapropriados a montante e a jusante da barragem na concessão dos lotes, o que se observou foi uma forte prioridade aos agricultores capitalizados. Em 1993, com a abertura da concorrência pública para selecionar os 75 primeiros irrigantes, foram colocados como critérios a capacidade financeira e o conhecimento técnico e gerencial daqueles interessados (HESPANHOL, 2016). Assim, como se pode perceber, esses critérios não vão ao encontro dos aspectos que caracterizam os agricultores camponeses que habitavam essas terras, marcados pela baixa escolaridade.

A segunda etapa de construção da infraestrutura do Perímetro foi constituída de estações de bombeamento, 18,2 quilômetros de canais de irrigação, bem como a construção de três vilas habitacionais. Serviços básicos como escola, posto de saúde e de polícia foram construídos, entretanto, esses serviços não ficaram disponíveis à população, o que levou à utilização inapropriada dessas instalações como depósitos de mercadorias (HESPANHOL, 2016), mostrando, assim, a ineficiência organizativa dos órgãos responsáveis e a pouca preocupação com a gestão do Perímetro, abrindo espaço para a entrada de interesses externos, de indivíduos que têm como fim principal a obtenção de lucro e acumulação do capital.

No projeto difundido pelo DNOCS também havia como meta a construção de um Polo Pesqueiro, o que poderia se constituir em uma fonte de sustento para a população desapropriada. Entretanto, o projeto não saiu do papel. Analisando essa realidade é possível dizer que essa foi uma forma de acalmar os ânimos daqueles que seriam atingidos pela construção da barragem e pelo Perímetro Irrigado, como evidenciado por Boneti (1998) e Gomes da Silva (1999).

Os camponeses queriam a permanência de seus antigos meios de sobrevivência, lutavam contra a ideia de terem que abandonar sua pequena produção e terem que seguir um caminho incerto. Esses sujeitos sociais, enquanto proprietários, parceiros, rendeiros dependiam diretamente das atividades que desenvolviam na agricultura e, com o projeto, teriam como preocupação a fragilidade de suas condições econômicas.

No que se refere aos rebatimentos sociais que implicaria a estruturação desse Polo de dinamismo, Gomes da Silva (1999) salienta que já na fase inicial de sua implantação, década de 1970, era perceptível que o modelo de desenvolvimento modernizador que se direcionava aos vales dos rios Piranha/Açu e Apodi/Mossoró apresentava indícios de um alto grau de exclusão para maioria da população residente nesse espaço.

As conclusões apresentadas pelos autores refletem, por exemplo, o processo de desapropriação das famílias que foram excluídas, em sua grande maioria, do acesso a indenizações e a participação como irrigante do Perímetro Baixo-Açu ali instalado, levando à compreensão de que estava arquitetado nesse panorama modernizante a formação de excluídos que poderiam vender a sua força de trabalho junto aos empreendimentos do agronegócio.

Após o desenvolvimento do projeto, estruturou-se nesse território uma base produtiva voltada para a produção de fruticultura irrigada. Ao término da construção da barragem começa a se perceber que não haveria naquele espaço um grande projeto público de irrigação, na verdade, o “público” estaria circunscrito apenas aos discursos, o que abriu a possibilidade de entrada de empresas que já tinham conhecimento sobre o potencial do Vale. (GOMES DA SILVA, 1999).

Na Tabela 06 podemos observar informações sobre os lotes empresariais implantados no Perímetro Baixo-Açu logo na primeira etapa do projeto.

Tabela 06 – Lotes empresariais no Distrito Irrigado Baixo Açu – 1ª etapa, 1988.

Lotes empresariais	Área do lote (ha)	Empresa atuante	Origem da Empresa
Lote empresarial 01	100,80	Laranjeira Agropecuária	Natal
Lote empresarial 02	124,40	Integral agroindustrial	Fortaleza
Lote empresarial 03	103,94	Frutam –Frutas Tropicais	Mossoró
Lote empresarial 04	126	Santana Agropecuária	Natal
Lote empresarial 05	106	Pé da Serra	Natal
Lote empresarial 06	100	JV frutas	Mossoró
Lote empresarial 07	98,8	Rural Representações	Sem informações
Lote empresarial 08	76,6	Sebastião Franco Filho	João Câmara
Lote empresarial 09	100	Terra Santa (Vários empreendimentos)	Sem informações

Fonte: os autores.

Esses lotes são dominados por empresários de vários municípios do Rio Grande do Norte e do Ceará, inclusive, com uma área territorial de tamanho considerável, variando de 76, a 126 ha. Contraditoriamente, aos agricultores camponeses foram destinadas áreas restritas (8,16 ha), inferiores até mesmo à área destinada aos técnicos (16,32 ha). Atualmente, a distribuição dos lotes entre familiares e técnicos apresenta a seguinte estruturação (Tabela 07).

Observando o Setor 01 que congrega 24 lotes, cada um com 8,32 ha, e comparando com a área ocupada pelos lotes empresariais, em que algumas apresentam mais de 100 ha, podemos ter uma dimensão do nível de concentração de terras do Perímetro nas mãos dos empresários.

Tabela 07 - Distribuição dos lotes no Distrito Irrigado Baixo-Açu (Familiars e Técnicos) – Primeira etapa, 1988.

Setores	Lotes Familiares Em Funcionamento	Lotes Familiares Sem Funcionamento	Lotes Técnicos Em Funcionamento	Lotes Técnicos Sem Funcionamento
Setor 01	24	05		
Setor 02	21	06		
Setor 03	16	04		
Setor 04	02	01	06	
Setor 05	20	04		02
Setor 07	15		01	
Setor 10	16	12		
Setor 11	10	16		
Total:	121	48	07	02

Fonte: os autores.

Observando a Tabela 07, chama ainda a nossa atenção o número de lotes, principalmente familiares, que não se encontram em funcionamento, o que nos leva a questionar: qual o apoio que vem sendo dado aos pequenos produtores nesse espaço? De fato, o que podemos observar é a inserção da agricultura do Rio Grande do Norte no processo de globalização⁴⁸, entendendo que esse era o principal objetivo do Estado ao adotar um modelo de irrigação dessa natureza que privilegiava a iniciativa privada em detrimento do grande número de agricultores familiares camponeses ali existentes.

Assim, a fruticultura irrigada acaba sendo o destaque na produção do Perímetro do Baixo-Açu, com ênfase na produção de banana (40,41%), mamão (4,29%), manga (3,0%) e a melancia que juntamente com a abóbora ocupa 3,05% (Tabela 08).

⁴⁸ Albano (2020, p. 118-119), ao discutir a globalização da agricultura no Rio Grande do Norte, enfatiza “No contexto do Estado do Rio Grande do Norte, tem-se a Globalização da Agricultura espacializada nas seguintes regiões geográficas intermediárias, atualmente: Região Geográfica Intermediária de Natal, onde se destaca a uma pequena escala de exportação de frutas (Ceará-Mirim, Rio do Fogo, Pureza e Nísia Floresta); e na Região Geográfica Intermediária de Mossoró, onde se concentra a parte mais significativa das exportações agrícolas do RN, com destaque para dois polos exportadores: o Vale do Açu e áreas adjacentes, onde tem destaque a fruticultura irrigada com exportações de bananas e mangas (Ipanguaçu) e melões (Macau e Jandaíra) e a Chapada do Apodi e áreas adjacentes, com ênfase para a exportação de castanha de caju e a fruticultura de melão, melancias e mamões (Mossoró, Baraúna, Apodi, Governador Dix-Sept Rosado e Upanema).

Tabela 08 - Principais culturas do Perímetro Irrigado Baixo-Açu (2021).

CULTURAS	(%)
Banana	40,41
Feijão	11,74
Coco	10,57
Feno	7,4
Sorgo	5,75
Gramma	5,34
Mamão	4,29
Milho	3,74
Abóbora e melancia	3,05
Manga	3,01
Limão	1,47
Outras	3,23

Fonte: Elaborada com base em dados do Distrito Irrigado Baixo Açu (2021).

Ressaltamos que a perenização do curso do Rio Piranhas-Açu com a construção da Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves foi imprescindível para todo esse processo, sintetizando o que temos discutido neste trabalho sobre o papel do Estado em desenvolver uma infraestrutura que passa a ser apropriada pelo capital, em sua grande maioria, isenta da preocupação com o meio ambiente e a desestruturação que irá influenciar nos sujeitos sociais presentes nesses territórios.

Embora seja explicitado pela Associação do Distrito Irrigado Baixo-Açu que esse projeto desenvolva a sua função social ao gerar, entre outros benefícios, cerca de 1.500 empregos diretos nas atividades produtivas desenvolvidas nas lavouras irrigadas e 1.000 empregos gerados indiretamente, os rebatimentos sociais são seguramente questionáveis tanto nos municípios englobados pelo Perímetro como nos demais municípios do Polo Assu-Mossoró.

[...] é isso que vem ocorrendo no Vale do Açu, onde multinacionais tem se instalado, submetido comunidades locais, explorando força de trabalho em relações precárias, desalojando famílias rurais com a expansão da área, contaminando o solo e poluindo o rio Piranhas-Açu comprometendo a saúde das famílias ribeirinhas. (NUNES, 2009, p. 71-72).

As organizações sindicais têm sido responsáveis por empreender as denúncias junto à justiça, sendo que as mesmas acabam se limitando às relações de trabalho. Enquanto isso, as organizações de cunho ambiental têm ações empreendidas em virtude da mortandade de animais e a derrubada indiscriminada da carnaúba.

É importante enfatizar ainda que o desenvolvimento da fruticultura irrigada no Rio Grande do Norte não vai se restringir à área circunscrita ao Perímetro do Baixo-Açu ou municípios limítrofes, pois devido às condições climáticas, a presença de água oriunda da perenização do Rio Piranhas-Açu a partir da construção da barragem, a utilização de poços

artesianos e o incentivo do Estado movido por uma perspectiva desenvolvimentista, outros municípios passam a se tornar atraentes para produtores capitalizados e para instalação de agroindústrias. É nesse contexto que também destacamos o chamado Vale do Apodi-Mossoró como receptor de investimentos propositivos à modernização agrícola.

É dentro dessa conjuntura de introdução da modernização do campo e a valorização do agronegócio da fruticultura irrigada por outros municípios que se estrutura nesse recorte do Rio Grande do Norte o que passou a ser denominado de Polo Assu-Mossoró, como será melhor detalhado no item seguinte.

Em todo esse processo modernizante, vão ser importantes em sua condução as políticas coordenadas pela SUDENE e pelo DNOCS, bem como ações impulsionadas a partir do apoio de bancos públicos como o Banco do Nordeste (BNB) e o Banco do Brasil (BB), bem como instituições da esfera Estadual e Federal de ensino e pesquisa.

Ademais, a chegada das águas do Rio São Francisco ao Rio Grande do Norte⁴⁹ constituirá em mais um elemento de incentivo à irrigação nesses espaços mostrando, mais uma vez, o papel do Estado no amparo a esse modelo de desenvolvimento econômico.

Na verdade, esse projeto de integração da bacia do Rio São Francisco com as outras bacias nordestinas é principalmente um projeto de desenvolvimento econômico, porque essa água será comprada pelas empresas da agropecuária, da indústria, para garantir o abastecimento de que precisam. É claro que será usada também para o consumo humano, mas a gente tem dito que muita gente que precisa dessa água não tem condições de pagar”, considera, João Maria Cavalcanti, Secretário de Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte, em entrevista. (G1 RN, 2022).

Como destino final, o Eixo-Norte da transposição, que englobará o Rio Grande do Norte, além de levar água até a Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves e com obras em andamento, também terá o Ramal Apodi⁵⁰, que só em 24 de junho de 2021 recebeu ordens

⁴⁹ No projeto de transposição em desenvolvimento, no denominado Eixo Norte, as águas do Rio São Francisco deverão chegar à Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves. Isso se dará com sua entrada pelo Rio Piranhas-Açu. Assim, após a sua chegada à Paraíba que ocorreu em janeiro de 2022, a abertura das comportas da Barragem Engenheiro Ávidos em Cajazeiras (PB) fará com que a água chegue ao reservatório São Gonçalo em Souza (PB) e, posteriormente, se misturará com as águas do Rio Piranhas-Açu, entre os municípios de Pombal e São Bento, no qual deverão seguir o curso normal do rio. “Seguindo o curso do rio, finalmente a água vai entrar no Rio Grande do Norte por Jardim de Piranhas (RN) [...]. Quando as águas entrarem no Rio Grande do Norte, deverão abastecer a barragem Oiticica, em Jucurutu, e seguir até a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, em Assu. (Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2022/02/08/entenda-como-as-aguas-da-transposicao-do-rio-sao-francisco-vao-chegar-ao-rn.ghtml>. Acesso em: 30 mai. 2022.).

⁵⁰ O Ramal Apodi vai levar as águas do Eixo Norte a 54 municípios nos estados do Rio Grande do Norte (32), Paraíba (13) e Ceará (9), atendendo 750 mil pessoas. (Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2022/02/08/entenda-como-as-aguas-da-transposicao-do-rio-sao-francisco-vao-chegar-ao-rn.ghtml>. Acesso em: 30 mai. 2022).

de serviço, reafirmando e dando ainda mais subsídios ao desenvolvimento da agricultura moderna nesse recorte.

2.3 O Polo Assu-Mossoró: entre a resistência camponesa e o agronegócio da fruticultura irrigada

O que passou a ser denominado de Polo Assu-Mossoró foi resultado da junção de municípios que apresentavam uma forte dinâmica da fruticultura irrigada. Esses municípios faziam parte do Vale do Açu, onde o Perímetro Irrigado Baixo-Açu está inserido, e do então denominado Vale do Apodi-Mossoró.

Neste recorte, a fruticultura irrigada começa a sua expansão já no final dos anos de 1960, a partir da atuação de duas empresas: a Mossoró Agroindustrial S/A (MAISA) e a São João Agroindustrial (Fazenda São João). (HESPANHOL, 2016). Com isso, Mossoró acaba tendo grande destaque em toda a dinâmica regional, porque nesse espaço:

[...] concentram-se as principais empresas do circuito produtivo de frutas (a montante e a jusante) tanto na prestação de serviços especializados para a agricultura irrigada, quanto para o comércio de insumos e processamento agroindustrial. Além dessa localidade, a produção irrigada de frutas também assume destaque em um pequeno número de municípios situados no território oeste do estado, parte deles despontando como os principais portadores de características que indicam uma elevada especialização produtiva agrícola, destacando-se Alto do Rodrigues, Açu, Baraúna, Carnaubais e Ipanguaçu. (ALVES *et al*, 2018, p. 41).

Tendo em vista a dinâmica apresentada pelos municípios que compõem a área de abrangência do chamado Vale do Açu e do Vale Apodi-Mossoró, foi no ano de 1997, no âmbito do Programa denominado Brasil em Ação⁵¹, que criou um conjunto de empreendimentos estratégicos, dentre os quais 12 Polos de Desenvolvimento Integrado em municípios do Nordeste e do Norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Os Polos de Desenvolvimento Integrado são espaços geográficos delimitados com características socioeconômicas homogêneas e potencialmente dinâmicos, em função da existência de recursos naturais, empresários, tecnologia e infraestrutura mínima centrados no eixo econômico principal de cada polo. O Banco do Nordeste estruturou treze polos até o ano 2001. O grande objetivo desse esforço do Banco é transformar estas mesorregiões em espaços geográficos globalizados, irradiadores desta nova estratégia de

⁵¹ O Programa Brasil em Ação foi desenvolvido no governo de Fernando Henrique Cardoso. O mesmo objetivava “enfrentar os problemas estruturais e sociais do País com ações gerenciadas, em parceria com a iniciativa privada e com garantia efetiva de investimento”, sendo esse o princípio básico do programa. (Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/publicacoes/programa-brasil-em-acao-2-anos>. Acesso em 04 abr. 2023).

desenvolvimento, para os demais espaços econômicos do Nordeste. (BANCO DO NORDESTE, 2001, p. 49).

Dentre esses Polos está o Polo de Desenvolvimento Integrado Assu-Mossoró (RN). Entretanto, Já no ano de 2003, como foi explicitado, os Polos de Desenvolvimento Integrados deixam de existir no âmbito do Banco do Nordeste do Brasil, enquanto recorte de suas estratégias e empreendimentos, passando a ser adotado o recorte dos Territórios Rurais e da Cidadania, que também foram extintos no ano de 2016.

Culturalmente continuamos a se referir ao Polo Assu-Mossoró como área dinâmica da fruticultura irrigada. Ao todo, foram onze municípios incluídos nesse Polo de Desenvolvimento Integrado, cobrindo uma área que corresponde a aproximadamente 5,93 mil km² (Tabela 09), o que representa 10,1% da superfície total do Estado do Rio Grande do Norte, que é de 58,8 mil km² (IBGE, 2010).

Tabela 09 - Área Total e Densidade Demográfica dos Municípios que Integram o Polo de Desenvolvimento Integrado Assu-Mossoró (2010).

MUNICÍPIOS	ÁREA (EM KM ²)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA HAB/KM ²
Açu	1.303,44	40,84
Afonso Bezerra	576,18	18,82
Alto do Rodrigues	191,33	64,31
Baraúna	825,68	29,29
Carnaubais	542,53	17,99
Ipanguaçu	374,25	37,02
Itajá	203,62	34,04
Mossoró	2.099,36	123,76
Pendências	419,13	32,05
Serra do Mel	616,49	16,69
Upanema	873,93	14,87
Polo Assu-Mossoró	5.929,05	72,12
Estado do RN	58.811,126	59,99

Fonte: Elaborado com base no IBGE (2021).

A coordenação dos Polos de Desenvolvimento Integrados foi exercida primeiramente pela SUDENE e, posteriormente, pelo Banco do Nordeste do Brasil. Eles seguiam alguns parâmetros que envolviam uma perspectiva de produção voltada ao mercado externo e com forte presença de capital privado nacional e internacional. Como ressaltado por Nunes (2009):

Esses arranjos representam um aprofundamento da modernização ajustada para uma realidade de mercado, e mantêm acesa no ambiente institucional da região Nordeste as instituições da era desenvolvimentista e, com ela, a rejeição

pelas formas tradicionais de produção, a exemplo da agricultura familiar. (NUNES, 2009, p.109).

Desse modo, percebemos que a agricultura camponesa não ocupou lugar de destaque no âmbito desses projetos. Ao contrário, a agricultura camponesa foi e continua sendo vista com rejeição e como sinônimo de atraso. Visto dessa forma, “a tendência em priorizar apenas setores modernos e desprezar o tradicional é aprofundar cada vez mais a desigualdade de uma região já subdesenvolvida e desigual.” (NUNES, 2009, p. 110).

Entretanto, essa rejeição ou tentativa de negação da agricultura camponesa não impede a sua existência e resistência nesse recorte, exemplo disso é o fato de 74% dos estabelecimentos agropecuários serem da agricultura familiar (IBGE, 2017). Além disso, os dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010) ⁵² referentes aos municípios do Polo revelam a presença significativa de pessoas vivendo no campo (Tabela 10).

Tabela 10 - População rural no Polo Assu-Mossoró (2010).

MUNICÍPIOS	População total	População vivendo no espaço rural	%
Açu	53.227	13.868	26,05
Afonso Bezerra	10.844	5.085	46,89
Alto do Rodrigues	12.305	3.432	27,8
Baraúna	24.182	8.972	37,1
Carnaubais	9.762	5.005	51,2
Ipanguaçu	13.856	8.473	61,1
Itajá	6.932	1.231	17,7
Mossoró	259.815	22.574	8,6
Pendências	13.432	2.858	21,2
Serra do Mel	10.287	2.698	26,2
Upanema	12.992	6.694	51,5

Fonte: Elaborado com base no Censo Demográfico, IBGE (2010).

Tabela 11 - População urbana no Polo Assu-Mossoró (2010).

MUNICÍPIOS	População total	População vivendo em áreas Urbanas	%
Açu	53.227	39.359	73,9
Afonso Bezerra	10.844	5.759	53,1
Alto do Rodrigues	12.305	8.873	72,1
Baraúna	24.182	15.210	62,8
Carnaubais	9.762	4.757	48,7
Ipanguaçu	13.856	5.383	41,1
Itajá	6.932	5.701	82,2
Mossoró	259.815	237.241	91,3
Pendências	13.432	10.574	78,7
Serra do Mel	10.287	7.589	73,7

⁵² Ressaltamos que trabalhamos com o Censo Demográfico de 2010 porque esse constitui-se na base dados que temos disponível. Só em 2022, 12 anos do Censo de 2010, é que foi desenvolvido um novo Censo e até o momento da construção desse trabalho ainda não havia sido disponibilizado os dados.

Upanema	12.992	6.298	48,4
---------	--------	-------	------

Fonte: Elaborado com base no Censo Demográfico, IBGE (2010).

Como podemos observar, nos municípios de Carnaubais, Ipanguaçu e Upanema mais de 50% de sua população habitavam o espaço rural no ano de 2010. No entanto, há municípios que apresentam uma dinâmica mais urbana e com forte presença de serviços, como é o caso de Mossoró, que concentra apenas 8,6% da sua população no espaço rural. Entretanto, ele acaba sendo um ambiente de irradiação dos pontos fixos e feiras agroecológicas⁵³ da agricultura camponesa, como são os exemplos da Rede Xique Xique e a Associação de Produtores e Produtoras da Feira Agroecológica de Mossoró, sendo estes elementos imprescindíveis para a reprodução camponesa em todo o Polo. Além disso, os movimentos sociais utilizam-se da visibilidade desse município para apresentar suas reivindicações e manifestações em prol da luta pela terra e por direitos sociais dos povos do campo.

No que se refere à produção agrícola municipal⁵⁴ no âmbito do Polo, as lavouras permanentes⁵⁵ que se sobressaem são as culturas da banana, da castanha de caju, da goiaba, do mamão e do maracujá. Muitas dessas são produzidas para o mercado, pelos grandes capitalistas. Entretanto, isso não quer dizer que elas também não tenham destaque na agricultura camponesa, principalmente no abastecimento das feiras locais. O diferencial está nas formas de cultivo e a organização presentes na agricultura camponesa, calcada no cuidado e zelo pela terra e com o objetivo principal que é autossustentação da família, enquanto a agricultura capitalizada utiliza-se de insumos técnicos, agrotóxicos, com foco principal no mercado e pouca preocupação ambiental.

⁵³ Ao se referir as feiras agroecológicas, no caso específico da Feira Agroecológica do Campus I da UFPB, Valéria de Marcos (2008, p. 209) nos mostra a sua importância. “Penso que uma alternativa mais viável seja a de um comércio equo local, como o que acontece com a “Feira Agroecológica do Campus I da UFPB [...], e as tantas outras que se espalharam pelo estado da Paraíba a partir desta primeira experiência. O que há de novo nessas feiras? Difícil escolher a ordem de prioridades. Os camponeses saem na frente e oferecem à sociedade produtos seguros – agroecológicos – cultivados sem agrotóxicos e em práticas culturais que respeitam o ambiente e promovem a sua recuperação, ao mesmo tempo em que garantem a manutenção da biodiversidade. É uma experiência de base local, baseada nos saberes e potencialidades daqueles que a realizam. São produtos da reforma agrária, prova de que ela já é uma realidade e, sobretudo, de que é viável. São as formas que encontraram para reconstruir aquilo que o capital havia separado: a relação produtor/consumidor. Estas relações, porém, são reconstruídas em outras bases, dentro da lógica camponesa da confiança, da solidariedade, do respeito, da amizade que aos poucos vão se selando entre as pessoas, não mais entre produtor e consumidor. A feira, assim – refiro-me em específico àquela do Campus I da UFPB, que pude acompanhar de perto – transforma-se no momento do encontro, da conversa sem pressa, da troca de receitas. São os camponeses nos alertando ter chegado o tempo de mudar o ritmo, e de recuperar o controle do tempo que o capital teima subtrair de todos”.

⁵⁴ Justificamos a utilização dos dados da PAM, em detrimento aos dados do Censo Agropecuário de 2017, pelo fato deste explicitar somente a produção de estabelecimentos que apresentam acima de 50 pés. Isso acaba por minimizar a importância de determinados cultivos que muitas vezes estão presentes nos estabelecimentos em um reduzido número de pés.

⁵⁵ As culturas permanentes apresentam um ciclo longo. Assim, as colheitas podem ser realizadas por vários anos sem que haja a necessidade de novo plantio.

A castanha de caju, por exemplo, tem no município de Serra do Mel a sua maior produção no Polo (em 2020, produziu 5.600 toneladas). Enfatizamos que esta produção é majoritariamente da agricultura camponesa e que nesse município a organização dos camponeses é de suma relevância, inclusive, dos 761 estabelecimentos da agricultura familiar, 283 se apresentam associados a algum tipo de organização Cooperativa e/ou Entidade de Classe (IBGE, 2017).

Tabela 12 - Produção Agrícola Municipal - Lavoura permanente nos municípios do Polo Assu-Mossoró (2020).

MUNICÍPIOS	Banana (t)	Castanha de Caju (t)	Goiaba (t)	Mamão (t)	Manga (t)	Coco-da-Baía (mil frutos)
Açu	9.175	60	218	1.179	5.200	38
Afonso Bezerra	2.400	18	-	1.137	1.024	-
Alto do Rodrigues	38.000	-	117	1.622	904	6.840
Baraúna	10.000	21	250	32.000	405	30
Carnaubais	12.000	233	-	459	3.507	-
Ipanguaçu	2.548	11	70	756	17.103	-
Itajá	-	-	-	-	-	-
Mossoró	360	1.010	-	5.700	1.150	54
Pendências	334	-	-	-	556	-
Serra do Mel	-	5.600	-	-	-	-
Upanema	1.160	-	-	-	389	-

Fonte: Elaborado com base na Pesquisa Agrícola Municipal, IBGE (2020).

Nas Lavouras temporárias⁵⁶ (Tabela 13), podemos observar a relevância social da agricultura camponesa no Polo, tendo em vista que se sobressai a produção de alimentos necessários a cesta básica da população local e regional. Nesse contexto, destacamos a batata doce presente em (45,4 % dos municípios), o feijão (100% dos municípios), o milho (100 % dos municípios), a mandioca (54,5 % dos municípios), o tomate (36,3 % dos municípios) e a cebola (18,1 % dos municípios). Esses dados reforçam a compreensão de que é a produção camponesa a responsável pela maioria dos alimentos destinados à mesa dos brasileiros.

Tabela 13 - Produção Agrícola Municipal - Lavoura Temporária nos municípios do Polo Assu-Mossoró (2020).

MUNICÍPIOS	Batata Doce	Feijão	Melancia	Melão	Milho	Tomate	Mandioca	Cebola
	Quantidade produzida em toneladas (t)							
Açu	74	360	4.645	2.405	238	648	63	-
Afonso Bezerra	-	179	2.748	6.777	140	353	28	-

⁵⁶ As culturas temporárias são aquelas de curta ou média duração, uma vez que seu ciclo reprodutivo é inferior a um ano, e, depois de colhidas, precisam de um novo plantio.

Alto do Rodrigues	-	125	750	-	70	-	-	-
Baraúna	90	229	12.5000	18.000	1.554	160	200	8.400
Carnaubais	-	400	2444	100	300	504	-	-
Ipanguaçu	54	120	463	-	48	-	28	-
Itajá	-	50	-	-	48	-	-	-
Mossoró	-	713	70.000	224.000	990	-	415	1.080
Pendências	75	500	93	80	330	-	50	-
Serra do Mel	-	3948	80.000	-	181	-	-	-
Upanema	550	167	1.450	2.050	455	-	-	-

Fonte: Elaborado com base na Pesquisa Agrícola Municipal, IBGE (2020).

* A partir do ano de 2001 as quantidades produzidas dos produtos melancia e melão passam a ser expressas em toneladas. Nos anos anteriores eram expressas em mil frutos.

Já com relação ao agronegócio da fruticultura irrigada que se desenvolve no Vale do Açu e no Vale Apodi-Mossoró, existe forte presença de produtores e empresas capitalizadas, sendo notório o aparato estatal a esse setor. Em noticiário do jornal Tribuna do Norte⁵⁷, em agosto de 2020, é divulgada a seguinte matéria: *RN terá R\$ milhões liberados pelo BNB no Plano Safra 2020/2021*. Ao adentrarmos na discussão da matéria fica explícito o ímpeto estatal em destinar recursos ao setor do agronegócio em detrimento da agricultura camponesa. “O Banco do Nordeste tem recursos públicos para atender a demanda do setor do agronegócio, em todos os portes de clientes, no volume de R\$ 8,3 bilhões, por meio do Plano Safra 2020/2021, o que representa um incremento de 6% em relação ao ano passado.” (TRIBUNA DO NORTE, 2020).

É sabido que as empresas privadas acabam por se apropriar dos recursos financeiros e da infraestrutura disponibilizada pelo Estado, sendo que em algumas situações, a presença desses elementos acaba sendo requisito para a instalação dessas empresas ou a sua permanência no território.

Dessa forma, os municípios de Mossoró⁵⁸ e Açu, através da fruticultura irrigada, têm assumido a liderança econômica nesse Polo congregando a maior quantidade de empresas voltadas ao desenvolvimento da fruticultura irrigada. Em Mossoró,

⁵⁷ Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/rn-tera-r-264-milha-es-liberados-pelo-bnb-no-plano-safra-2020-2021/483905>. Acesso em: 20 set. 2021.

⁵⁸ Em Mossoró, de dois em dois anos, ocorre a Feira Internacional da Fruticultura Tropical Irrigada (EXPOFRUIT). A mesma é organizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e pelo Comitê Executivo de fruticultura do Rio Grande do Norte (COEX), tendo como objetivo expor para o público e compradores a qualidade das frutas produzidas. A edição de 2018, teve como tema: “Todo mundo vê o desenvolvimento da fruticultura. Está estampado em nossa cara”. Na edição de 2021, o tema foi: “Valorizando as oportunidades na fruticultura irrigada”. (EXPOFRUIT, 2021).

A atividade de grande porte é iniciada em 1968 com a empresa Mossoró Agroindustrial S.A. (MAISA)⁵⁹, situada numa área de 20.202 hectares no município de Mossoró. O projeto inicial da MAISA era a produção em grande escala de frutíferas perenes como o cajueiro, a graviola e o maracujá. Apenas na segunda metade dos anos oitenta, num atendimento a uma demanda direcionada pelo mercado nacional e externo, é que a empresa, seguida por outras, entra na produção de frutas irrigadas de ciclo curto. (NUNES, *et al*, 2006, p. 07).

No que se refere ao município de Açu,

A irrigação de grande porte tem início em 1985 com destaque para a empresa Fruticultura do Nordeste Ltda. (FRUNORTE)⁶⁰ de 10.920 hectares, sediada no município de Carnaubais. Sob a influência do Projeto Baixo-Açu, ela inicia com outras empresas que se instalaram no Vale do Açu a partir de 1985 para produzirem predominantemente algodão irrigado, mas, com a crise do algodão e, em seguida, com a tendência do mercado nacional e internacional passaram a se dedicar à fruticultura irrigada com vistas à produção de frutas de mesa para à exportação e mercados do Centro-Sul. (NUNES, *et al*, 2006, p. 07).

Enfatizamos que embora já ocorresse o desenvolvimento de atividades voltadas para a fruticultura antes da construção da Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves e do Perímetro Irrigado Baixo Açu, principalmente no caso de Mossoró, essas atividades passam a ter uma maior amplitude e visibilidade a partir da instalação desses aparatos sobre o território.

No Vale do Açu, por exemplo, a construção da barragem e do Perímetro Irrigado foi de grande relevância na consolidação dessa área como produtora de fruticultura irrigada. No Vale Apodi-Mossoró, o desenvolvimento da fruticultura teria sido impulsionado pela presença da MAISA e a Fazenda São João Agroindustrial. Essas duas empresas utilizavam sistema de irrigação por gotejamento, fazendo uso de água extraída de aquíferos, como o Jandaíra e Açu, por meio da utilização de poços artesianos (HESPANHOL, 2016).

Na década de 1990, as empresas vinculadas ao agronegócio das frutas passaram a trabalhar com a integração. Esse processo se daria com os pequenos e médios produtores rurais tanto no Baixo Açu como no Vale do Apodi. O Sistema de integração impõe aos produtores

⁵⁹ A MAISA entra em falência em 2003, sendo desapropriada para fins de Reforma Agrária. É importante salientar, através dos estudos empíricos, que após o processo de desapropriação dessa fazenda e a formação dos assentamentos rurais, não somente pessoas do campo foram beneficiadas, mas também famílias que viviam no espaço urbano do município de Mossoró e, com o acesso a terra, passaram a viver no espaço rural. “A implantação de assentamentos rurais nas áreas anteriormente sob domínio das grandes empresas ligadas ao setor frutícola, provocou mudanças significativa na dinâmica econômica e social da região, ampliando a produção de subsistência e a própria produção de frutas, principalmente a voltada ao abastecimento interno”. (HESPANHOL, 2016, p. 10). Vale ressaltar, com base em pesquisa de campo que a divisão da MAISA deu origem a vários assentamentos rurais, sendo que seis estão localizados no município de Mossoró, três no município de Baraúna e um com terras em Baraúna e Mossoró.

⁶⁰ No ano de 2022, a FRUNORTE ainda permanecia atuando no município de Carnaubais.

várias regras e também se constitui na apropriação do trabalho contido na produção familiar camponesa e a sujeição da renda da terra.

Nesse processo, o agricultor camponês recebe do capitalista instrumentos e insumos para desenvolver em suas terras a produção que, posteriormente, é repassada para o grande capitalista. São essas formas de subjugo que continuam podendo ser observadas empiricamente no Polo Assu-Mossoró. Inclusive, dentro no Perímetro Irrigado Baixo Açu muitos dos agricultores familiares que possuem lotes acabam se submetendo ao processo de integração. Aspectos estes explicáveis diante da forte Territorialização do Capital.

Entendemos que esse aspecto que envolve a integração não deixa de ser uma forma de recriação para muitos agricultores camponeses presentes no Polo, pois com a comercialização de seus produtos junto às empresas, poderão investir na sua unidade produtiva. Entretanto, ressaltamos que esse processo, em várias situações, é marcado pela falta de liberdade fazendo com que esses sujeitos tenham que se submeter aos ditames e interesses do capital. Isso porque no processo de integração

há uma série de regras impostas aos produtores, o que indica que as empresas monitoram diretamente a produção das matérias-primas que alimentam a indústria, pois a taxa de lucro das integradoras depende diretamente da equação: qualidade, quantidade e preços das mesmas. Desse modo não resta dúvidas de que a integração abre caminho para a reprodução do capital, através da definição de preços da matéria-prima, o que seria o mesmo que admitir que, através da sujeição da renda da terra ao capital, se está apropriando do trabalho contido na produção camponesa. Eis aí razão pela qual esses são tomados pelas integradoras como “parceiros” ideais. (PAULINO, 2003, p. 111).

Nesse sistema de integração passa a se difundir insumos técnicos, elevadas exigências em que só apenas alguns agricultores familiares camponeses são capazes de se adaptar. Além disso, entendemos que o sistema de integração sana a liberdade, o direito de escolha e a autonomia camponesa, impactando no seu modo de vida e subtraindo desses sujeitos as possibilidades de desenvolvimento de atividades produtivas diversificadas.

Martins (1980) ao se referir à integração, assim se posiciona:

Nestes casos, embora as grandes empresas não expropriem diretamente o lavrador, elas subjugam o produto do seu trabalho. Tem sido assim com grandes empresas de industrialização de leite, uva, carne, fumo, tomate, ervilha, laranja, frutas em geral. Na verdade, os lavradores passam a trabalhar para essas empresas nos chamados sistemas integrados, embora conservando a propriedade nominal da terra. Só que, nesse caso, a parcela principal dos ganhos fica com os capitalistas. É comum os consumidores desses produtos nas cidades queixarem-se do preço exorbitante, que têm que pagar por eles, preços que crescem continuamente. Essa queixa está em contradição com as

queixas dos lavradores, de que recebem cada vez menos por aquilo que produzem. É o que podem constatar facilmente comparando a elevação dos preços dos insumos de que necessitam nas suas tarefas, como o adubo, a semente, o inseticida, etc. Na verdade, estamos diante de uma clara transferência de renda da pequena agricultura para o grande capital. (MARTINS, 1980, p. 51).

Ressaltamos que essa busca pela integração entre as empresas capitalistas e os agricultores camponeses no Polo Assu-Mossoró é reflexo da Territorialização e da Monopolização do Território pelo Capital. Sobre o território o capital tem se apropriado, seja através das empresas, seja através do desenvolvimento de um setor terciário, que conta com forte atuação do Estado e que busca responder às demandas geradas por essas empresas. Assim,

Entendidas como esforço para revitalizar e modernizar a economia e alçadas à condição de “Polo de Dinamismo” da agropecuária do Nordeste em geral, e do Rio Grande do Norte em particular, as suas atividades com ênfase para a fruticultura irrigada têm sido alvo da atenção do poder público, explicitada pelo direcionamento de expressiva soma de recursos financeiros. O que permanece discutível, entretanto, é o retorno do modelo adotado, ou seja, a contrapartida social e econômica para a região do Polo Assu-Mossoró deste esforço no campo da produção agropecuária e agroindustrial tão fortemente incentivada pelo Estado. (NUNES; SCHNEIDER, 2012, p. 03).

Um dos reflexos dessa modernização e dinamismo da agropecuária é a criação do Comitê Executivo de Fruticultura do Rio Grande do Norte (COEX), com o intuito de defender os interesses da fruticultura e dos produtores da região.

O COEX, além de procurar desenvolver intenso controle fitossanitário da região, com barreiras de monitoramento etc., contribui com assistência técnica especializada aos produtores. Para isso, criou o Departamento de Capacitação para produção Integrada de Frutas, responsável pela realização de cursos e consultorias aos produtores interessados em adequar-se às exigências do mercado nacional e internacional. Assim, o Departamento tem como principal função orientar os produtores a cumprir rigorosamente os critérios exigidos pela produção integrada nacional e pelo sistema de produção internacional de frutas, que legitima a adequação através dos sistemas internacionais de certificação de qualidade, especialmente europeus e norte-americanos, tais como Eurep-Gap e o USA-Gap. (SPÓSITO; ELIAS; SOARES, 2010, p.157).

O (Quadro 01) nos traz um retrato da abrangência desse ramo nos municípios que compõem o Polo Assu-Mossoró. Enfatizamos que nesse Comitê não estão inclusas algumas das grandes empresas que atuam nesses municípios, como a multinacional norte-americana *Del Monte Fresh* (no município de Ipanguaçu), a *Frunorte* (no município de Carnaubais) e a *Agrícola Famosa* (no município de Mossoró).

Quadro 01 – Empresas integrantes do COEX e atuantes no Polo Assu-Mossoró (2021).

Municípios do polo Assu-Mossoró	Relação das empresas	Produção
Açu	▪ Fazenda Olho d'água FINOBRASA	Manga
	▪ Sítio Olho d'água Piato LTDA	Manga
	▪ Sítio Santo Antonio	Manga
	▪ Fazenda São João	Manga
	▪ Fazenda Santo Antônio	Manga
	▪ Fazenda Poassá	Manga
Afonso Bezerra	▪ Agrícola Salutaris LTDA - Terra Brasilis	Melancia, melão, mamão e banana
Alto do Rodrigues	▪ Fazenda São Miguel ⁶¹	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ Fazenda Bamburral	Melancia, melão, mamão e banana
Baraúna	▪ Agropecuária Modelo	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ AGROSOL - jiem agrícola e comercial LTDA	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ W.G Produção e distribuição de frutas LTDA	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ Cris frutas LTDA - Fazenda Otani	Melancia, melão, mamão e banana
Carnaubais	-	-
Ipanguaçu	▪ Fazenda Ubarana e Malheiros – FINOBRASA	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ Fazenda São Francisco	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ Fazenda Veneza	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ Sítio Canto Grande	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ Fazenda Seridó	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ K & F fruticultura LTDA	Manga
Itajá	-	-
	▪ NORFRUIT – Nordeste de frutas LTDA (COOPYFRUTAS)	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ Brazil melon prod. exp. e imp. LTDA	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ Bollo Brasil prod. comercialização de frutas LTDA	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ Cooperativa dos fruticultores da bacia potiguar – COOPYFRUTAS	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ Dinamarca industrial agrícola LTDA – COOPYFRUTAS	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ Doce vida produção e distribuição de fruta LTDA	Melancia, melão, mamão e banana

⁶¹ Projeto Baixo Assú, setor III lote 68 a 70 e setor I lote 28, Zona Rural.

Mossoró	▪ Faz. Fruta vida prod. Import. E expor. LTDA – COOPYFRUTAS	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ Faz. Agrícola bom Jesus – COOPYFRUTAS	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ Agrícola jardim prod. E com. De frutas – EIRELI	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ Mata fresca produção e comercialização LTDA	Melancia, melão, mamão e banana
Pendências	-	-
Serra do Mel	-	-
Upanema	▪ Renovare Upanema agroindustrial LTDA – MELANCIA	Melancia, melão, mamão e banana
	▪ Agrícola Campo Verde Eireli	Melancia, melão, mamão e banana

Fonte: Elaborado com base no COEX (2021).

Como podemos observar, as empresas estão concentradas principalmente nos municípios de Mossoró, Açu, Ipanguaçu e Baraúna, sendo predominante a fruticultura irrigada, com produtos que se repetem nas várias empresas, como a manga, a banana, o melão e a melancia (Nas Tabelas 09 e 10 podemos ver a expressividade da produção dessas frutas em cada município do Polo). Estes aspectos condizem com o perfil seletivo e monocultor que vem sendo discutido nesse trabalho, em que as empresas têm como principal intuito atender demandas internas e principalmente externas do mercado, contribuindo com a intensificação da concentração de terras nesses municípios, como iremos discutir posteriormente.

No ano de 2013, de acordo com o COEX, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial concedeu o Registro de Indicação Geográfica⁶² (Figura 03) para as regiões brasileiras de Mossoró, que, localizada no oeste do Rio Grande do Norte, constitui-se em umas das regiões de maior produção de melão, que também está entre as frutas mais exportadas.

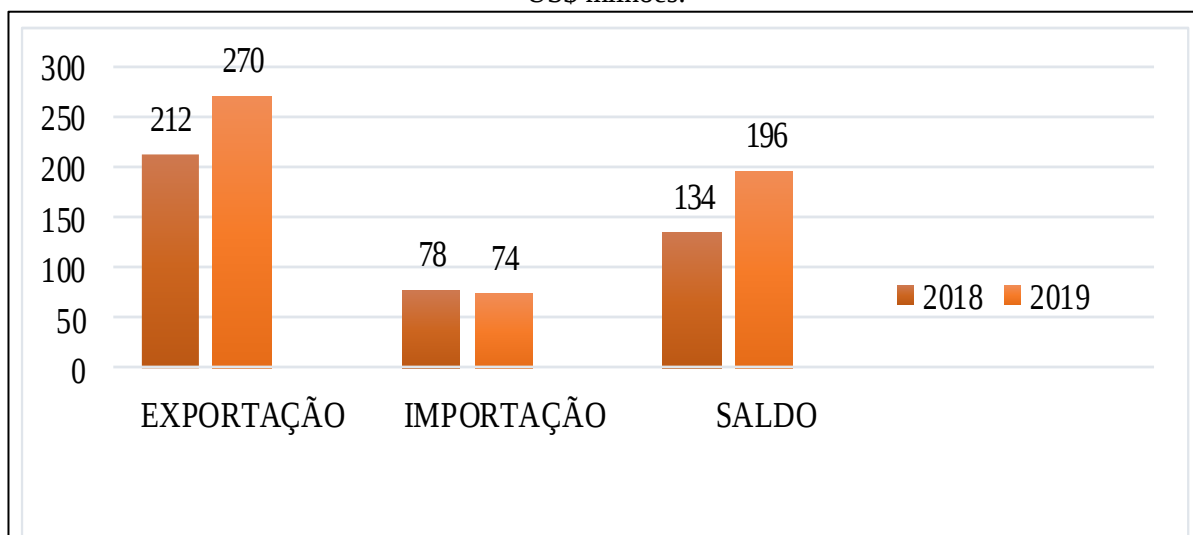
⁶² A Indicação Geográfica (IG) é um certificado que atesta a procedência regional e a qualidade de um produto, garantindo proteção e diferenciação no mercado. O certificado garante maior credibilidade do produto junto ao mercado e, ao mesmo tempo, potencializa o seu valor comercial. Isso porque, ao delimitar a área de produção e restringir o uso do produto aos produtores da região (normalmente reunidos em entidades representativas), a IG ajuda a manter os padrões de qualidade do produto e impede que outras pessoas utilizem o nome da região em produtos ou serviços indevidamente. (<https://coexrn.com.br/indicacao-geografica>. Acesso em: 07 de jul. 2021).

Figura 03 – Registro de Indicação Geográfica.⁶³

Fonte: COEX (2021).

Em 2019, o Rio Grande do Norte tornou-se o maior exportador de frutas do Brasil, sendo que a fruticultura arrecadou US\$ 152 milhões em suas exportações. No Gráfico 01, podemos observar os valores das exportações e importações e o saldo do agronegócio, correspondendo aos anos 2018-2019.

Gráfico 01 - Rio Grande do Norte: Exportação, importação e saldo do agronegócio - 2018 e 2019 - Em US\$ milhões.



Fonte: Elaborado com base no BNB/ETENE (2020).

Através dos dados do gráfico podemos perceber que de 2018 para 2019 houve crescimento no montante de recursos financeiros obtidos com as exportações e uma pequena

⁶³ É um tipo de indicação Geográfica (IG) que se refere ao nome do local que se tornou conhecido por produzir, extrair ou fabricar determinado produto ou prestar determinado serviço. (<https://coexrn.com.br/indicacao-geografica>. Acesso em: 07 jul. 2021).

redução nas importações desse setor. O saldo apresentou positivo, tendo tido uma elevação de US\$ 62 milhões.

O crescimento nas exportações acima elencado tem explicação, que não se restringe apenas às condições climáticas locais que favorecem a produção, mas que também estão atreladas a políticas de benefícios fiscais que favorecem os produtores exportadores, bem como a exploração da mão de obra local de camponeses e filhos de camponeses e a facilidade estratégica de escoamento dessa produção através do Porto de Natal e o Porto do Pecém em Fortaleza (CE).

Em 2020, o Banco do Nordeste divulgou relatório destacando que:

O segmento Frutas, nozes e castanhas (inclusive preparações e conservas) concentrou 73,3% das vendas do agronegócio do Estado, no ano de 2019, alcançando receita de US\$ 197,9 milhões. Comparativamente a 2018, registrou acréscimo nas vendas externas de 46,5%. Melões frescos foi o principal produto comercializado pelo segmento, em 2019, com participação de 59,1%, ou US\$ 116,9 milhões. Foram enviados ao exterior 186,8 mil toneladas da fruta. Relativamente a 2018, houve um crescimento de 65,1% do valor exportado e de 72,7% da quantidade embarcada. (BANCO DO NORDESTE, 2020, p.16)

É nesse contexto que o mercado externo acaba sendo a grande prioridade para o agronegócio no Rio Grande do Norte, tendo em vista que:

As vendas externas de melancias frescas e mamões (papaia) frescos contribuíram com 16,9% e 6,4%, respectivamente, das exportações do segmento. Ante 2018, as vendas de melancias caíram 1,1% e as de Mamões cresceram 122,2%. Países Baixos (Holanda) (49,0%), Reino Unido (42,7%) e Espanha (3,1%) foram os principais importadores de Melancias frescas, enquanto Portugal (27,8%), Alemanha (27,5%) e Espanha (26,7%) foram os principais países de destino de Mamões (papaia) frescos. Vale ressaltar que o Estado foi o maior exportador de melões frescos (72,9% de participação) e melancias frescas (76,3%) do País e o segundo maior de mamões frescos (26,8%). Outro produto importante do segmento Frutas, nozes e castanhas, em 2019, foi a Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca, com 10,4% de participação. Entretanto, no período em análise, registrou ligeira queda de 1,6% no valor exportado. Segundo maior exportador do País com 17,0% de participação, o fruto teve como principais destinos Países Baixos (Holanda) (24,3%), Estados Unidos (17,8%) e Canadá (12,4%). O segmento Fibras e produtos têxteis (inclusive vestuário), com destaque para os Tecidos de algodão, participou com 10,3% das vendas do agronegócio do Estado, no ano de 2019. Comparativamente a 2018, registrou queda nas vendas externas de 13,0%. O segmento Peixes, crustáceos e moluscos (inclusive preparações e conservas) participou com 7,6% das vendas externas do agronegócio, apresentando crescimento 2,0%, no período 2019/2018. O destaque foram as exportações de Atum (US\$ 10,3 milhões), direcionadas, totalmente, aos Estados Unidos. (FREIRE, 2020, p. 16-17).

No sentido de ampliar a compreensão sobre esse processo, apresentamos os principais setores exportadores do agronegócio do Rio Grande do Norte (Tabela 14).

Tabela 14 - Rio Grande do Norte: Principais setores exportadores (% sobre total do agronegócio) – 2019.

EXPORTAÇÃO		
Principais Setores	Valor (US\$ Milhões)	Participação. %
Frutas, nozes e castanhas (inclusive preparações e conservas)	197.935	73,3
Fibras e produtos têxteis (inclusive vestuário)	27.682	10,3
Peixes, crustáceos e moluscos (inclusive preparações e conservas)	20.641	7,6
Demais produtos de origem animal	13.440	5,0
Produtos alimentícios diversos	7.839	2,9
Demais produtos de origem vegetal	1.026	0,4
Produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos	707	0,3
Sementes, farelos e óleos de oleaginosos (exclui soja)	459	0,2
Plantas vivas e produtos de floricultura	9 1	0,0
Sucos de fruta	4 4	0,0
Demais setores	3 6	0,0
Total:	269.900	100,0

Fonte: Elaborado com base no BNB/ETENE, dados da FUNCEXDATA (2020).

Como podemos perceber nos dados contidos na tabela, são as frutas, nozes e castanhas que concentram 73,3% da participação na pauta de exportações do estado no setor do agronegócio.

Especificamente nos municípios do Polo Assu-Mossoró, podemos visualizar os principais destinos e o montante em dólares decorrente das exportações para o mercado externo no ano de 2020. (Tabela 15).

Tabela 15 - Exportações dos municípios do Polo Assu-Mossoró (Produtos do Reino Vegetal) para o mercado externo (2020).

Municípios	Continente	País	Valor FOB (US\$)	Quilogram a Líquido
Açu	Europa	Países Baixos (Holanda)	1.948.366	4.102.869
Açu	Europa	Alemanha	160.753	402.843
Afonso Bezerra	Europa	Países Baixos (Holanda)	3.297.334	8.205.638
Afonso Bezerra	Europa	Reino Unido	686.123	1.623.315
Afonso Bezerra	Europa	Espanha	512.192	1.118.606
Afonso Bezerra	América do Norte	Canadá	295.396	799.005
Afonso Bezerra	Europa	Itália	152.627	403.338
Afonso Bezerra	Europa	Rússia	120.374	207.842
Afonso Bezerra	Europa	Irlanda	15.406	42.570
Baraúna	Europa	Reino Unido	6.626.934	12.383.074

Baraúna	Europa	Países Baixos (Holanda)	3.617.945	6.969.887
Baraúna	Europa	Alemanha	2.992.838	3.606.186
Baraúna	Europa	Espanha	2.706.427	3.599.623
Baraúna	Europa	Portugal	1.738.616	2.34.320
Baraúna	Europa	Itália	544.284	829.135
Baraúna	Europa	França	287.689	298.100
Baraúna	Europa	Irlanda	172.170	390.362
Baraúna	América do Norte	Canadá	115.982	197.674
Baraúna	Europa	Bélgica	112.432	125.304
Baraúna	Europa	Áustria	88.368	105.457
Baraúna	Europa	Suíça	23.755	24.075
Baraúna	América do Norte	Estados Unidos	17.940	20.700
Baraúna	Europa	Grécia	10.637	21.780
Baraúna	Europa	Suécia	10.232	10.350
Baraúna	Europa	Rússia	9.907	19.845
Baraúna	Europa	Dinamarca	5.828	5.850
Baraúna	Europa	Luxemburgo	4.277	5.346
Ipanguaçu	América do Norte	Estados Unidos	4.115.394	5.419.763
Ipanguaçu	Europa	Países Baixos (Holanda)	1.889.170	2.214.635
Ipanguaçu	Europa	Portugal	449.964	1.214.642
Ipanguaçu	Europa	Alemanha	319.393	803.231
Ipanguaçu	Europa	Espanha	310.690	662.557
Ipanguaçu	Europa	França	183.377	450.593
Ipanguaçu	Europa	Itália	179.558	450.593
Ipanguaçu	América do Norte	Canadá	133.728	188.110
Ipanguaçu	Europa	Polônia	116.976	352.638
Ipanguaçu	Europa	Rússia	107.552	115.591
Ipanguaçu	Europa	Reino Unido	39.772	69.749
Ipanguaçu	Oriente Médio	Emirados Árabes Unidos	16.632	23.395
Mossoró	Europa	Países Baixos (Holanda)	28.074.251	48.331.594
Mossoró	Europa	Reino Unido	24.411.201	42.047.630
Mossoró	Europa	Espanha	22.507.305	35.813.237
Mossoró	Europa	Itália	3.092.076	4.990.232
Mossoró	América do Norte	Canadá	2.600.990	3.581.369
Mossoró	Europa	Alemanha	1.543.241	9.88895
Mossoró	América do Sul	Argentina	1.375.381	372.475
Mossoró	Europa	Bélgica	894.032	1.623.713
Mossoró	Europa	França	833.889	229.450
Mossoró	América do Norte	Estados Unidos	806.034	1.600.931
Mossoró	Europa	Noruega	697.480	1.077.224
Mossoró	Europa	Rússia	550.653	799.184
Mossoró	América do Sul	Chile	388.779	47.628
Mossoró	Oriente Médio	Emirados Árabes Unidos	368.885	471.571

Mossoró	Europa	Irlanda	353.228	686.233
Mossoró	Europa	Suécia	319.329	423.164
Mossoró	Oceania	Nova Zelândia	195.922	47.628
Mossoró	Europa	Estônia	107.373	31.752
Mossoró	Europa	Finlândia	90.461	166.892
Mossoró	Ásia (Exclusive Oriente Médio)	China	79.888	112.210
Mossoró	Europa	Ucrânia	73.931	24.994
Mossoró	Europa	Dinamarca	71.414	108.088
Mossoró	Oceania	Austrália	65.324	15.196
Mossoró	América do Sul	Uruguai	49.647	7.938
Mossoró	Europa	Portugal	24.454	38.180
Mossoró	Oriente Médio	Arábia Saudita	18.407	22.370
Mossoró	África	Congo, República Democrática	10.681	25.000
Upanema	Europa	Países Baixos (Holanda)	1.080.033	2.846.229
Upanema	Europa	Reino Unido	637.909	1.662.062
Upanema	América do Norte	Canadá	109.436	282.196
Upanema	Europa	Rússia	25.725	65.628
Upanema	Europa	Espanha	21.084	41.808
Upanema	Oriente Médio	Emirados Árabes Unidos	17.360	19.840

Fonte: Elaborado com base no COMEX (2020).

É importante enfatizar que a produção da fruticultura irrigada ocorre em espaços específicos da região Nordeste e do próprio Rio Grande do Norte, mas que fazem parte do que Araújo (2002) denomina de “movimentos importantes da economia brasileira.” Esses movimentos têm um forte papel do Estado a partir do desenvolvimento de políticas públicas e também da iniciativa privada, como já destacamos anteriormente. Esta se beneficia grandemente de todas essas ações ao buscar a acumulação de capital, gerando a produção de subespaços dotados de estruturas econômicas modernas, que tem se constituído em “focos de dinamismo em grande parte responsáveis pelo desempenho relativamente positivo apresentado pelas atividades econômicas na região.” (ARAÚJO, 2002, p. 11-12).

Nos espaços de agricultura irrigada, as forças políticas do território se tornam reféns das grandes empresas nacionais e transnacionais. Estas, através do seu poder econômico, instalam filiais nas áreas consideradas propícias, mas à medida que elas deixam de ser rentáveis, logo as abandonam e procuram novos lugares em que possam atuar e obter a maior soma de lucro possível. É o capital buscando um ajuste espacial para uma acumulação constante.

Além disso, a maior parte da riqueza gerada por essas grandes empresas não fica nas áreas em que se instalam, dirigindo-se para o exterior, onde ficam as suas sedes. Para o local, principalmente no caso da fruticultura irrigada no Rio Grande do Norte, as evidências empíricas

dão conta de sérios impactos, sejam eles ambientais ou sociais, tendo em vista a alta exploração da mão de obra dos trabalhadores, a desorganização da economia pré-existente e a degradação ambiental pelo uso de agrotóxicos, produção de resíduos e difusão da transgenia sobre a produção agrícola dos agricultores camponeses.

No decorrer da pesquisa de campo nos municípios de Mossoró e Açu nos foram relatadas pelos agricultores camponeses as dificuldades que estão enfrentando para manter as sementes crioulas, como ocorria no passado, pois a proximidade de suas plantações com as fazendas do agronegócio que utilizam sementes híbridas e transgênicas tem resultado na contaminação de suas sementes. Como o Estado está desenvolvendo um projeto voltado para a aquisição de sementes crioulas⁶⁴ juntos agricultores camponeses, ao fazerem a testagem dessas sementes, tem-se detectado esse problema.

Outro problema que observamos é que as empresas, ao territorializarem e monopolizarem os territórios em busca da acumulação de capital, fazem com que muitos agricultores camponeses sejam obrigados a deixarem suas terras temporariamente, pois sem condições de se reproduzir e sem o apoio do Estado, obrigam-se a trabalharem nessas empresas. Isso não nega sua condição enquanto camponês, mas é reflexo da omissão por parte do poder público que poderia incentivar as suas atividades produtivas.

Os espaços do agronegócio, além dos graves problemas que geram, são também espaços da resistência camponesa e de diversas formas de recriação. O capital se apropria e se beneficia da renda da terra camponesa, mas esses não deixam de existir e não abrem mão do modo de vida camponês, da permanência na terra, da luta pelo acesso a terra. Pois como já enfatizado anteriormente, o capitalismo age para seu desenvolvimento de forma contraditória e, conseqüentemente, gera relações de produções não capitalistas (OLIVEIRA, 2007).

Se referir a resistência e recriação camponesa nesses espaços em que é preponderante a força de dominação do capital, não significa negligenciar as contradições ali presentes, aspectos que mostram os problemas que eles acabam enfrentando, como já enfatizamos alguns. Além disso, a pobreza continua sendo uma das marcas da região Nordeste⁶⁵ quando vista no contexto nacional e do Polo Assu-Mossoró em específico, sendo que esse dinamismo propiciado por

⁶⁴ Posteriormente, detalharemos aspectos desse projeto.

⁶⁵ “A riqueza é muito concentrada no Nordeste, e os contrastes sociais são enormes. Além disso, nas últimas décadas, a dinâmica e as transformações na base produtiva instalada na região foram muito mais intensas e profundas que as alterações para melhor na qualidade de vida dos nordestinos. O crescimento econômico reduziu de maneira insuficiente os déficits sociais, e a crise dos anos recentes só fez agravar o quadro social regional.” (ARAÚJO, 2002, p. 32).

algumas atividades produtivas não fora capaz de provocar alterações significativas. Prova disso é que:

Temos uma rede de proteção social valiosa, mas insuficiente; uma sociedade brutalmente desigual, onde a riqueza coexiste com a vulnerabilidade de enormes contingentes de pessoas; uma economia complexa, mas frágil, com formas de regulação e incentivos que privilegiam o comportamento oportunista e que passa por retrocessos, tornando-se cada vez mais dependente da exportação de bens primários, algo insuficiente perante o que são os desafios postos à humanidade no século XXI, em especial, no que diz respeito à promoção da inclusão social e da conservação ambiental. (ARAÚJO; FAVARETO, 2020, p. 10).

Além da pobreza, a ausência da assistência técnica e o analfabetismo que persiste, destacamos ainda a estrutura fundiária que consideramos apresentar-se como um dos gargalos para um possível desenvolvimento. A concentração da propriedade da terra inibe o acesso a sua posse por um grande número de camponeses, que não cultivando terras próprias, são obrigados a pagar renda aos proprietários, sendo também vítimas de determinadas relações de poder.

Na realidade, aqueles que cultivam por conta própria a terra alheia, mesmo pagando regularmente rendas aos proprietários veem-se às vezes quase sempre sem garantias contra os interesses e, às vezes, a prepotência destes, devido não só a uma legislação omissa e desatualizada, como, principalmente, ao desnível entre o poder econômico e o político existente entre o arrendatário e o médio e grande proprietário. (ANDRADE, 2005, p. 63).

A concentração fundiária perdura desde o processo de colonização do território brasileiro, sendo resultante da maneira como essas terras foram distribuídas e também do caráter agroexportador ao qual foi atribuído ao Nordeste. Assim, no caso do Semiárido em específico, no período de seca se agrava a já elevada concentração de terras nas mãos de pouquíssimos produtores, pois os pequenos produtores muitas vezes são obrigados, em virtude das condições pouco propícias, a venderem suas terras a preços baixos, contribuindo para o crescimento dos latifúndios, como nos explica Andrade (2005). Dessa forma, a *terra de trabalho* se transforma em mercadoria, sendo apropriada pelo grande capital.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que as áreas com forte aparato técnico em que o capital se territorializou e monopolizou, conseguindo interligar-se as outras regiões do Brasil e também ao mercado externo, globalizado, como é o caso do Polo Assu-Mossoró, ao mesmo tempo, contraditoriamente, permanecem como espaços de estruturas sociais e econômicas que ainda não foram tocadas de fato como deveriam. É o caso da terra, das condições sociais da população e da violência que aí permanecem e que em nossas discussões serão aprofundados

no próximo capítulo. São esses aspectos que dão a heterogeneidade e complexidade que permeiam a modernização do campo, e que também nos dão condições de buscar compreender como a agricultura camponesa, nos espaços em que predomina o capitalismo ali representado por empresas nacionais e transnacionais, não deixou de existir, buscando permanecer na terra, mesmo coabitando com elementos contraditórios e negativos intrínsecos à história de construção do território.



66

CAPÍTULO III: A PERMANÊNCIA HISTÓRICA DE VELHAS ESTRUTURAS: A CONCENTRAÇÃO DA TERRA, A VIOLÊNCIA E A POBREZA NO POLO ASSU-MOSSORÓ

*Malditas sejam todas as cercas!
Malditas todas as propriedades privadas
que nos privam de viver e de amar!
Maldita sejam todas as leis, amanhadas por
umas poucas mãos, para ampararem cercas e
bois e fazerem da terra escrava e escravos
os homens!
(Pedro Casaldáliga).*

Nesse capítulo, temos como objetivo refletir sobre o que vem sendo tratado nessa tese como permanências, buscando compreender em que medida elas comprometem a recriação e a reprodução dos camponeses. Para isso, levaremos em consideração, sem negligenciar a totalidade, a realidade do Polo Assu-Mossoró que, como já enfatizado anteriormente, sofre com os impactos do processo de modernização e com a presença do agronegócio da fruticultura irrigada.

Como metodologia, tivemos como suporte a pesquisa bibliográfica, documental e o campo. Os dados secundários coletados em *sites* do IBGE, mais especificamente os Censos

⁶⁶ A figura que introduz o capítulo faz parte de uma operação do Ministério do Trabalho no Rio Grande do Norte, tendo resgatado 25 pessoas que encontravam em condições análogas à escravidão. Os trabalhadores desenvolviam atividades de extração da palha das palmeiras nativas e em cerâmicas, no município de Carnaubais no Polo Assu-Mossoró. Domínio público. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2018/11/15/operacao-do-ministerio-do-trabalho-resgata-25-pessoas-de-trabalho-escravo-no-interior-do-rn.ghtml>. Acesso em 15 out. 2022.

Agropecuários, juntamente com os dados do INCRA, deram-nos subsídios para a reflexão sobre a questão agrária do Polo Assu-Mossoró. Para termos uma dimensão dos conflitos presentes no Polo, tivemos o aporte de estudos bibliográficos sobre o tema, bem como dados disponíveis no *site* da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e notas jornalísticas envolvendo a realidade local. No que se refere à questão da renda e à presença da pobreza no Polo Assu-Mossoró, além do aporte bibliográfico, utilizamos dados disponíveis no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Assim, tendo em vista a complexidade das temáticas abordadas, optamos por organizar as discussões introduzindo-as com aspectos teóricos e conceituais em que está inclusa a nossa reflexão a partir de autores, como Oliveira (1986; 2001; 2016), Martins (1980; 1981; 1994), Paulino; Almeida (2010), Mitidiero Júnior (2016; 2017), Rocha (2011), Piketty (2013), Araújo (2002), dentre outros.

Para nortear as reflexões, nos subsidiarão os seguintes questionamentos: Como se caracteriza a estrutura fundiária no Polo Assu-Mossoró? Que tipos de conflitos e formas de violência podem ser identificadas no espaço agrário do Polo? Como se apresenta a distribuição da renda e a questão da pobreza no Polo Assu-Mossoró? Como esses elementos sobre os quais temos levantados questionamentos impactam na reprodução dos sujeitos sociais do campo?

3.1 A terra e a concentração da terra

Iniciamos esta seção ressaltando que a propriedade da terra camponesa difere da propriedade da terra pelo capitalista. Na primeira situação, a terra é tida como *terra de trabalho* e, constituindo-se como elemento da natureza, possui valor de uso na qual o camponês busca prover o seu sustento e também um local para a sua moradia. A terra como propriedade capitalista, ao contrário, é tida como uma mercadoria, sendo considerada como *terra de negócio*. Sobre o assunto, assim se expressa Lima, Vasconcelos e Freitas (2011, p. 202):

Se a agricultura se torna um investimento, visando a lucratividade, o solo é visto como um meio para tal finalidade. Assim, a terra do trabalho, essencial para alimentação e moradia é apropriada por grupos capitalistas, metamorfoseando-a em terra do (agro) negócio, ou seja, mercadoria.

Nessa perspectiva, os aspectos acima elencados que envolvem a metamorfose da *terra de trabalho* em *terra de negócio* refletem na intensificação do processo de concentração de terras, pois o modo capitalista de produção tem resultado no monopólio de uma classe sobre um meio de produção específico, que é a terra (OLIVEIRA, 1986). Assim, entendemos que

esse monopólio por um grupo seletivo tem inibido ao longo da história brasileira que muitas pessoas possam ter acesso a esse bem natural.

O embasamento teórico e a vivência no empírico presente nesse trabalho possibilitaram o entendimento de que no Polo Assu-Mossoró o projeto público de irrigação e a infraestrutura criada acabaram favorecendo o capital privado. Assim, a *terra de trabalho*, antes apropriada pelos camponeses, foi se transformando também em *terra de negócio*, a terra como mercadoria, uma vez que a vinda de grandes empresas nacionais e internacionais resultou na expropriação de agricultores camponeses e também na valorização do preço da terra.

Esse processo, que é eivado de perversidades, faz parte da expansão do capitalismo no campo. Segundo Martins (1981), ao estudar os camponeses e a política no Brasil, a expropriação é necessária para que ocorra a expansão do capitalismo em qualquer espaço, seja ele urbano ou rural, pois é essa separação entre o trabalhador e os meios de produção que o forçará a vender sua força de trabalho, promovendo, assim, a reprodução do capital. É nesse contexto que a expansão do capitalismo no campo explica até mesmo fatos opostos entre si, pois “se os camponeses não são expulsos da terra, isso é por causa da expansão do capitalismo, se são expulsos também é por causa da expansão do capitalismo.” (MARTINS, 1981, p. 151).

Nessa linha de reflexão, é importante a ressalva de que o acesso a terra e, principalmente, a propriedade da terra pelo camponês, é de fundamental importância para a sua reprodução social, política e econômica, uma vez que:

O campesinato tem com a terra e, portanto, com a propriedade dela, uma relação não capitalista; e isso nos coloca a necessidade de pensar a base e os contornos dessa relação não capitalista. Acreditamos que a base, por sua vez, fundamenta-se numa economia moral amalgamada a uma ordem anticapitalista que se encontra nos interstícios da economia e da ordem capitalista, ou seja, como contradição. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 48-49).

Além disso, com a apropriação de parcelas do território, o campesinato inscreve nele um uso próprio que vai se construindo a partir do processo de territorialização (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

De maneira clara, isso se refere à forma de autossustentação criada pelo camponês que é calcada na perspectiva da terra de vida e de trabalho, como ressaltado antes, e isso difere completamente do uso capitalista da terra. Isso porque, ao se apropriarem de grandes extensões de terras, os capitalistas acabam usando desse domínio como reserva de valor, ou seja, têm como objetivo a especulação e a possibilidade de se apropriar da renda da terra. Na verdade,

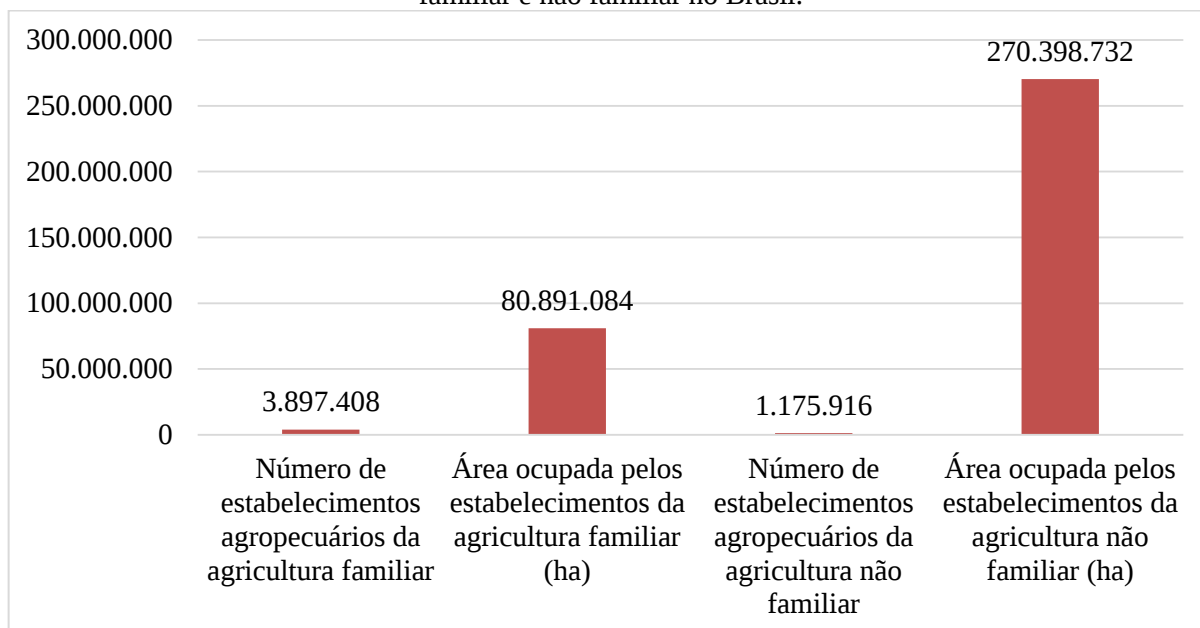
esses são sujeitos de dentro do capitalismo e que, ao contrário dos camponeses, têm a terra como uma mercadoria e como um dos mecanismos de reprodução do capital (OLIVEIRA, 1986).

Ademais, quando se discute a presença do capitalismo no campo, é preciso ainda fazer algumas ressalvas, tendo em vista que no campo o instrumento de fundamental importância para produção é a terra e esta não se constitui no capital, pois, como enfatiza Martins (1981), o capital é produto do trabalho assalariado, e a terra é um bem natural que, além de se constituir como finito, não pode ser criado e nem reproduzido, portanto, não é a materialização do trabalho humano. São essas características que levaram Martins (1981, p. 160) a concluir que a terra é um instrumento de trabalho que difere qualitativamente de outros meios de produção, assim, “quando alguém trabalha na terra, não é para produzir a terra, mas para produzir o fruto da terra. O fruto da terra pode ser produto do trabalho, mas a própria terra não o é”.

Falar sobre terra requer, ainda, que se reflita também sobre a sua concentração, como já enfatizado anteriormente, tendo em vista que a concentração de terras no Brasil é um processo intrínseco a sua história. Ao analisarmos a estrutura fundiária brasileira, podemos perceber que historicamente a forma de distribuição e acesso a terra foi desigual, sendo que primeiro esse acesso teria se dado através das capitâneas hereditárias e os seus respectivos donatários e, posteriormente, as sesmarias. Estas foram as responsáveis pelos grandes latifúndios que se formaram em nosso país.

Como reflexo desse processo, temos ainda no contexto atual uma estrutura fundiária concentrada no Brasil, pois enquanto os estabelecimentos da Agricultura familiar, que são maioria, 3.897.408 estabelecimentos agropecuários, ocupam uma área de 80.891.084 hectares; os estabelecimentos não familiares, em menor número, 1.175.916, ocupam uma área bem maior, correspondendo a 270.398.732 hectares (Gráfico 02).

Gráfico 02 - Número de estabelecimentos e a área ocupada pelos estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar no Brasil.



Fonte: Elaborado com base no Censo Agropecuário do IBGE (2017).

No Rio Grande do Norte, aliada a essa forma de divisão das terras, foi inicialmente a atividade econômica canavieira também responsável pela sua concentração, tendo resultado em uma das principais causas da pobreza que permanece até os dias atuais.

Naquele momento, elas (as terras) eram doadas em forma de “Sesmaria” a pessoas influentes junto ao rei de Portugal ou aos donatários, que faziam as doações de extensas áreas de terras onde novos proprietários ou sesmeiros obrigavam-se a ocupá-las, criando assim as condições para o povoamento. Sesmeiros e posseiros, portanto, ao dominar a riqueza maior – a terra – formaram uma sociedade elitista e dividida em classes sociais, onde o poder econômico e paramilitar é exercido pelo dono das terras, os senhores de engenho, que organizam as vilas, povoados e cidades e passam a exercer também o poder político, votando e sendo votados para os cargos e funções políticas como as Câmaras Municipais e as Intendências. (FELIPE; CARVALHO, 2002, p.18).

No Polo Assu Mossoró, em específico, não vai ser a cana de açúcar a atividade produtiva predominante. Nesse espaço, como já enfatizamos, vai predominar a pecuária e a extração da cera de carnaúba e, mais recentemente, o agronegócio da fruticultura irrigada, que vão resultar em processos de concentração de terras nessa localidade.

Como resultado desse processo histórico e de conjunturas políticas a elas propícias, foram se intensificando e se tornando visíveis ao longo do tempo os problemas oriundos da concentração de terra. Portanto, em cada recorte espacial que buscamos estudar, passamos a visualizar reflexos de um problema que é nacional, histórico e que, no âmbito político, pouco

se discute transformações estruturais. Como diz o poeta Pedro Casaldáliga, em trecho citado na abertura do capítulo, “malditas sejam todas as cercas! Malditas todas as propriedades privadas que nos privam de viver e de amar! [...]”

3.1.1 A propriedade da terra pelos agricultores camponeses e a estrutura fundiária no Polo Assu-Mossoró

Vistos anteriormente aspectos sobre a formação do Polo Assu-Mossoró e a ela intrínsecos a questão agrária, buscamos, nesse momento, adentrar nessa reflexão, tendo como premissa o fato de que nesse recorte tem se intensificado a presença do capital, mas, também, têm ocorrido processos que envolvem a territorialização camponesa, sendo um exemplo a luta pela terra e a presença de acampamentos e assentamentos rurais.

Entender essa conjuntura requer que consideremos as contradições que norteiam a expansão do capital no campo e o fato de que esse processo não anula a presença e reprodução do camponês. Pelo contrário, para o capital é importante a presença de relações de produção não capitalistas no campo coabitando com as relações capitalistas de produção. Isso ocorre porque a produção do capital, em especial no campo, se dá de maneira contraditória e desigual. Assim, para se desenvolver, o capital acaba criando aspectos aparentemente contraditórios a si mesmo (OLIVEIRA, 2001).

Trazer para o debate elementos inerentes à questão agrária também contribui para compreendermos que mesmo com a tecnificação desse espaço em que o agronegócio se faz presente interferindo e, na maioria das vezes, moldando aspectos do modo de vida camponês, a luta pela terra e a busca pela territorialização camponesa progride concomitante a essas transformações. Temos, assim, a recriação do campesinato no Polo Assu-Mossoró, prova disso é a expansão dos projetos de assentamentos rurais, principalmente no período entre 1980 e 2009, momento em que ocorreu a implantação e a consolidação da modernização desse território.

Além da luta camponesa que se fez presente nesse espaço, não podemos deixar de elencar que esse entusiasmo estatal no desenvolvimento de projetos de criação de assentamentos rurais no Polo Assu-Mossoró nesse período tem relação com o objetivo de acalmar os ânimos dos camponeses frente ao intenso processo de desapropriação e expropriação em decorrência da construção da Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves e o Perímetro Irrigado Baixo-Açu. No intervalo temporal entre 1980 e 2009, foram criados 81 assentamentos e assentadas 6.471 famílias, sendo o maior número de projetos (34) e de famílias assentadas (3.211) no município de Mossoró (Tabela 16).

Tabela 16 – Número de assentamentos e de famílias assentadas nos municípios do Polo Assu-Mossoró (1980-2009).

MUNICÍPIOS	Número de assentamentos	Número de famílias assentadas
Afonso Bezerra	4	758
Alto Do Rodrigues	0	0
Açu ⁶⁷	5	238
Carnaubais	12	571
Baraúna	12	582
Ipanguaçu	1	45
Itajá	0	0
Mossoró	34	3.211
Pendências	1	34
Serra do Mel	0	0
Upanema	13	1.032
Total:	81	6.471

Fonte: Elaborado com base no INCRA (2020).

O INCRA classifica os projetos de assentamentos rurais de acordo com a fase de implementação, ou seja, 00 (Em Obtenção), 01 (Pré-Projeto de Assentamento), 02 (Projetos de assentamento em Criação), 03 (Projetos de assentamento Criado), 04 (Projetos de assentamento em Instalação), 05 (Projetos de assentamento em Estruturação), 06 (Projetos de assentamento em Consolidação), 07 (PA Consolidado), 08 (Projetos de assentamento Cancelado) e 09 (Projetos de assentamento Revogado).

Com base nessa classificação, constatamos que os assentamentos dos municípios que compõem o Polo estão entre as fases 03 e 07, não apresentando assentamentos em obtenção, pré-projetos de assentamentos rurais e projetos de assentamento em criação. Tal constatação comprova a retração das políticas públicas agrárias voltadas para a criação de assentamentos rurais após 2009 nesse espaço, aspecto que só tem se intensificado em todo o território brasileiro nos últimos governos, em especial Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro, que apresentaram ações que negligenciaram a importância da Reforma Agrária em nosso país.

Analisando os dados disponibilizados pelo INCRA⁶⁸, podemos observar que no estado do Rio Grande do Norte, que conta com 305 projetos de assentamentos rurais e 21.531 famílias

⁶⁷ Em 2016 é criado mais um PA no município de Açu, o PA Artur Sabino. Vale ressaltar ainda que o PA Bom Lugar, apresenta terras nos municípios de Açu e Upanema. Assim, o Bom Lugar II faz parte de Açu e Bom Lugar I e III pertence ao município de Upanema.

⁶⁸ É importante ressaltar que com o decreto nº 20.252 de fevereiro de 2020, o presidente Jair Messias Bolsonaro provocou significativas mudanças na estrutura e competência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). De acordo com o Brasil de Fato “A autarquia deixa de ter competências de formulação e toda a política agrária fica subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. “Em especial a destinação das terras públicas, a seleção de famílias para assentamentos de Reforma Agrária e a normatização e formação de grupos para elaboração de estudos de identificação e demarcação de terras remanescentes de quilombos”, diz o texto”. (Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/28/com-decreto-de-bolsonaro-ministerio-da-agricultura-assume-atribuicoes-do-incra>. Acesso em: 11 nov. 2021).

assentadas, poucos municípios foram beneficiados com projetos de assentamentos a partir do ano de 2009, 13 no total, sendo que de 2018 a novembro de 2021, não ocorreu nenhum registro de novo projeto sob a responsabilidade desse órgão (INCRA, 2021).

Além disso, ainda se apresenta significativo o número de famílias que se encontram assentadas, mas que ainda estão à espera da titulação. São 1.765 famílias camponesas que estão aguardando a titulação da terra em municípios que fazem parte do Polo, as quais estão assim distribuídas: Afonso Bezerra (245 famílias), Açu (259 famílias), Carnaubais (77 famílias), Baraúna (103 famílias), Ipanguaçu (133 famílias), Mossoró (508 famílias), Pendências (68 famílias) e Upanema (372 famílias). Os municípios de Itajá, Serra do Mel e Alto do Rodrigues são exceções por não apresentarem assentamentos rurais do INCRA. (IBGE, 2017).

Não ter a titulação da terra significa que esses agricultores não poderão ter acesso a políticas públicas específicas para esse segmento, como é o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Tal condição se constitui em uma problemática relacionada à questão agrária existente no país, tendo em vista que há tempo se discute que o acesso a terra, somente, não é suficiente para a reprodução socioeconômica das famílias assentadas. Para essas famílias, compreendemos ser importante a terra e, aliada a ela, a orientação técnica que reconheça e valorize os conhecimentos e culturas desses povos, uma educação que também esteja voltada aos seus anseios, um acompanhamento na área da saúde e outros benefícios que deem condições de permanência na terra.

Ainda se remetendo a diminuição ou ausência na criação de projetos de assentamentos rurais e fazendo uma ponte com a estrutura fundiária do Polo, destacamos que a formação de assentamentos se faz necessária e urgente nesses municípios, tendo em vista que, além da concentração da propriedade da terra, ainda há um significativo número de agricultores sem-terra, agricultores arrendatários, agricultores ocupantes e agricultores parceiros, como representado na Tabela 17.

Tabela 17 - Condição do agricultor camponês em relação às terras em que trabalham nos municípios que compõem o Polo Assu-Mossoró nos Censos Agropecuários de 2006 e 2017.

Municípios	Estabeleciment o com									
	agricultor proprietário		Arrendatário		Ocupante		Parceiro		Produtor sem área	
	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Afonso Bezerra	218	148	1	1	5	1	2	6	47	0
Alto Do Rodrigues	211	141	2	9	33	0	2	3	36	0
Açu	270	288	9	14	14	35	5	6	18	0

Carnaubais	431	206	9	15	17	12	3	4	1	2
Baraúna	423	384	7	13	48	3	5	13	12	2
Ipanguaçu	276	221	5	8	119	3	7	8	97	9
Itajá	48	33	-	1	1	13	4	1	57	1
Mossoró	478	771	12	10	69	1	8	19	48	2
Pendências	286	66	-	1	-	0	-	0	9	2
Serra do Mel	1.101	687	-	0	-	0	2	1	-	3
Upanema	415	464	-	8	22	1	3	36	30	0
Total:	4.157	3.409	45	80	328	69	41	97	355	21

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE), 2006; 2017. Organizado pela autora, 2020.

Vale ressaltar que os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017) apontam para uma redução de 1.099 estabelecimentos da agricultura familiar no Polo Assu-Mossoró, visto que em 2006 haviam 6.761 estabelecimentos, enquanto, em 2017, eles totalizaram 5.662. Consequentemente, o número de estabelecimentos com agricultor proprietário também foi reduzido, como podemos observar na Tabela, em 2006, totalizavam 4.157 estabelecimentos, número que foi reduzido para 3.409 em 2017. Essa redução pode ter uma explicação metodológica por parte do IBGE, como também pode estar relacionada à atuação das empresas que passaram a adquirir terras para a expansão do agronegócio, já que o número de estabelecimentos da agricultura não familiar elevou-se de 1.076, em 2006, para 2.025 em 2017. (IBGE, 2006; 2017).

Os dados apresentados na Tabela 17 também revelam que no período entre 2006 e 2017 houve aumento no número de arrendatários (35) e parceiros (56), o que no nosso entendimento sinaliza não apenas para o problema do acesso a terra, mas também é um indicativo da busca para permanecer na terra e expressões de resistência ao subjugo às empresas do agronegócio e, consequentemente, ao capital. A presença de parceiros no campo brasileiro é tratada por Oliveira (2001, p. 71) como uma “comprovação inequívoca de que a lógica contraditória do desenvolvimento capitalista tem criado e recriado a possibilidade histórica para a reprodução camponesa no Brasil.” Também é um indicativo de que muitos agricultores camponeses se submetem a pagar renda, através da parceria ou do arrendamento, como forma de garantir certo grau de autonomia, aspecto que perderiam ao vender a sua força de trabalho para as empresas capitalistas.

Quanto ao número de ocupantes, observamos que ocorreu uma diminuição no número de estabelecimentos (44)⁶⁹. Também ocorreu uma redução significativa no número de

⁶⁹ No Censo 2017, houve a inclusão da categoria “Terras em regime de comodato”. Para comparação de “Terras ocupadas” entre 2017 e 2006, há que somar os valores (2017) de “Terras ocupadas” e de “Terras em regime de comodato” e compará-los com os valores (2006) de “Terras ocupadas”. (Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>. Acesso em: 21 set. 2021).

produtores sem área, aspecto este que não dialoga com o que constatamos anteriormente sobre a diminuição e até mesmo a ausência na formação de novos assentamentos rurais.

Ao analisarmos esses dados, constatamos ainda que, embora a condição de agricultor familiar proprietário nos estabelecimentos seja predominante, é importante enfatizar que muitos estabelecimentos agropecuários se encontram estratificados em um pequeno número de hectares, tendo em vista que historicamente a forma de distribuição e acesso a terra no Brasil é desigual. Assim, poucos são detentores de grandes extensões de terras e uma grande maioria detém uma menor quantidade da área total, como será visto mais adiante.

A concentração de terras se constitui como problema estrutural e podemos afirmar ser inerente ao modelo de organização da propriedade que aqui se estrutura com a colonização. Esse modelo perdura nos dias atuais com as mesmas formas, entretanto, tem ganhado novos conteúdos a partir do processo de modernização e a expansão do agronegócio.

Assim sendo, o não acesso à propriedade da terra ou a perda desse acesso é mais uma forma de violência estabelecida contra as famílias camponesas, sobretudo em contextos marcados pela territorialização e monopolização do capital. Além disso, também devemos considerar que nesses espaços vem ocorrendo a valorização do preço da terra que, dependendo da sua localização e das condições naturais, como a fertilidade do solo⁷⁰, tem se transformando em um negócio que pode ser “lucrativo” momentaneamente para os agricultores camponeses frente à pressão exercida pelo capital e o desamparo por parte do Estado em relação às suas demandas e anseios.

Isso ocorre porque, com a implantação do Projeto Baixo-Açu, estruturou-se nesse território um verdadeiro mercado de terras, alterando a estrutura fundiária que se tornou ainda mais concentrada. Gomes da Silva (1999) não negligencia os efeitos das desapropriações na conformação da estrutura fundiária dos municípios, entretanto, destaca o papel que têm desempenhado os agentes do capital nesse processo. Nesse sentido, é importante conhecermos como se dá a estratificação das áreas dos estabelecimentos agropecuários considerados familiares e não familiares no Polo Assu-Mossoró (Tabela 18).

⁷⁰ A questão da fertilidade do solo e a localização das terras é tratada por Oliveira (1986) como a renda diferencial (renda diferencial I), elemento que independe do capital.

Tabela 18 – Número de estabelecimentos no Polo Assu-Mossoró (Familiar e Não Familiar) de acordo com os grupos de área total (2017).

Grupos de área total	Número de estabelecimentos da agricultura familiar	Número de Estabelecimentos da agricultura não familiar
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	21	6
De 0,1 a menos de 0,2 ha	10	1
De 0,2 a menos de 0,5 ha	22	9
De 0,5 a menos de 1 ha	30	12
De 1 a menos de 2 ha	123	49
De 2 a menos de 3 ha	139	46
De 3 a menos de 4 ha	142	42
De 4 a menos de 5 ha	117	26
De 5 a menos de 10 ha	801	303
De 10 a menos de 20 ha	1776	636
De 20 a menos de 50 ha	1457	462
De 50 a menos de 100 ha	780	164
De 100 a menos de 200 ha	184	90
De 200 a menos de 500 ha	36	98
De 500 a menos de 1.000 ha	2	46
De 1.000 a menos de 2.500 ha	0	22
De 2.500 a menos de 10.000 ha	0	4
De 10.000 ha e mais	1	0
Produtor sem área	21	9
Total:	5.662	2.025

Fonte: Elaborado com base no Censo Agropecuário, IBGE (2017).

A leitura sobre a estrutura fundiária do Polo Assu-Mossoró apresentada na tabela requer o entendimento sobre quem são os agricultores familiares a que os dados apresentados se referem. Para isso, tomamos por base a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006⁷¹, que foi utilizada como orientação dos critérios estabelecidos na coleta de dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017). De acordo com essa Lei, considera-se agricultor familiar aquele que atende, simultaneamente, os seguintes requisitos:

- I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

⁷¹ Com o Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017, sancionado por Michel Temer, Unidade Familiar de Produção Agrária e o empreendimento familiar rural deverão atender aos seguintes requisitos: I - possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais; II - utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda; III - auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e IV - ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar. (Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9064-31-maio-2017-785001-publicacaooriginal-152929-pe.html>. Acesso em: 02 set. 2022).

IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.
(BRASIL, 2006).

Os dados apresentados pelo Censo Agropecuário de 2017 (Tabela 18) retratam a presença da concentração fundiária, quando se considera a estratificação de áreas dos estabelecimentos entre os categorizados como agricultores familiares e não familiares. Dos estabelecimentos agropecuários com área acima de 200 hectares, 170 estão nas mãos de pessoas que não são agricultores familiares, enquanto apenas 39 estabelecimentos são da agricultura familiar. Ademais, quando analisamos os dados referentes aos estabelecimentos com menores grupos de área (como de 0 a 20 hectares), constatamos que eles são predominantes entre os agricultores familiares, uma vez que correspondem a um total de 3.181, o equivalente a mais de 50% dos estabelecimentos desse grupo. Os estabelecimentos de 1.000 a 10.000 hectares pertencem, no Polo Assu-Mossoró, exclusivamente aos agricultores não familiares, que são 26 no total.

Quando observamos a área em hectares ocupada pelos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e a agricultura não familiar (Tabela 19) e estabelecemos a correlação entre a área e o número de estabelecimentos de cada seguimento, podemos visualizar melhor as disparidades existentes no Polo Assu Mossoró.

Tabela 19 – Área ocupada pelos estabelecimentos da Agricultura Familiar e Não familiar no Polo Assu-Mossoró (2017).

Municípios	Número de estabelecimentos da Agricultura Familiar	Área dos estabelecimentos da Agricultura Familiar (ha)	Número de estabelecimentos da Agricultura não Familiar	Área dos estabelecimentos da Agricultura não Familiar (ha)
Açu	610	18.061	246	26.852
Afonso Bezerra	402	11.256	110	9.124
Alto do Rodrigues	165	2.670	81	7.018
Baraúna	549	13.083	244	15.932
Carnaubais	334	18.514	145	8.665
Itajá	417	6.828	84	12.081
Ipanguaçu	65	3.129	23	4.930
Mossoró	1325	27.067	636	35.311
Pendências	153	3.960	39	10.676
Serra do Mel	731	34.579	122	9.329
Upanema	909	20.040	286	15.123
Total (%)	5.662 (73,7%)	159.187 (50,6%)	2.016 (26,2%)	155.041 (40,3%)

Fonte: Elaborado com base no Censo Agropecuário, IBGE (2017).

A agricultura não familiar, com apenas 2.016 estabelecimentos agropecuários, ocupa uma área praticamente igual àquela dos estabelecimentos da agricultura familiar, que apresenta um número bem superior, no caso, 5.662 estabelecimentos.

A problemática toma uma dimensão ainda mais crítica quando comparamos de maneira individualizada alguns dos municípios, considerando principalmente aqueles de forte atuação do agronegócio da fruticultura irrigada, como no caso de Mossoró em que os 635 estabelecimentos não familiares presentes no município concentram uma área territorial bem superior àquela ocupada pelos estabelecimentos da agricultura familiar que possui 1325 estabelecimentos dessa categoria. Essa conjuntura se repete na realidade de Açu e Baraúna, por exemplo, nos quais a atuação das empresas se dá de maneira mais expressiva no Polo.

Em resumo, o Polo Assu-Mossoró expressa o processo histórico de expropriação, exclusão e concentração de terras presente no território brasileiro, o qual encontra sustentáculo nas ações do Estado e na atuação de grupos empresariais do agronegócio que estão a difundirem de maneira cada vez mais intensa o uso de aparatos técnicos, insumos químicos e alta seletividade espacial. Esses grupos, é importante destacar, têm pouca ou nenhuma preocupação com o meio ambiente e com a reprodução socioeconômica e cultural dos agricultores camponeses.

Nesse processo, entendemos que o Estado se ausenta na atenção ao camponês, mostrando pouco interesse efetivo no que se refere aqueles que objetivam das mais diversas formas garantir a autossustentação. O número restrito de assentamentos rurais para as famílias sem-terra, a concentração da terra são indicativos desse processo de negligência que só tem se intensificado com a presença e expansão do capital. Aliada a isso, observamos ainda a ineficiência ou ausência de políticas públicas que auxiliem os camponeses através da assistência técnica, da comercialização do excedente e até mesmo uma assistência básica na saúde e na educação que possa chegar até as famílias camponesas de maneira continua.

Por outro lado, constatamos o empenho do Estado na valorização do agronegócio, buscando das mais diversas formas construir infraestrutura, disponibilizar crédito e regular os processos de comercialização. Na mídia, são exaltados, como se fossem de fato os responsáveis por prover os alimentos básicos necessários à população.

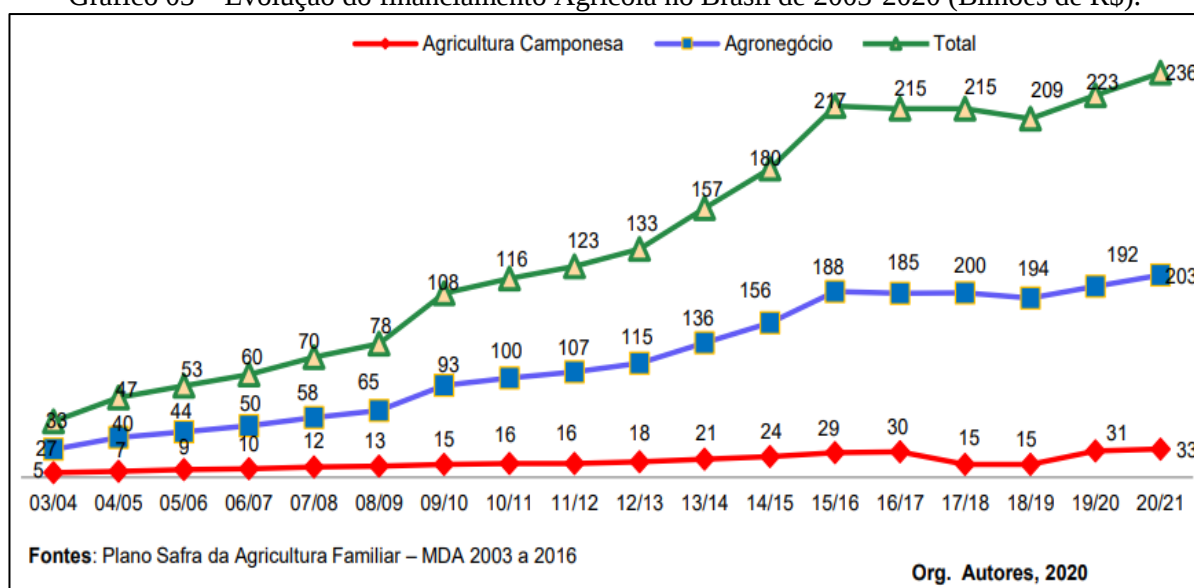
Essa ausência do Estado e os privilégios ao agronegócio não acabam por resultar somente na expansão do capital, mas também têm sido responsáveis pela geração de vários conflitos no campo, como podemos observar nos tópicos seguintes.

3.2. Os conflitos no campo brasileiro: algumas reflexões

Os conflitos no campo são reflexos de uma estrutura agrária pouco alterada e que, por isso, carente de transformações. Resultam também de um capital materializado no agronegócio que se expande, de uma Reforma Agrária que não acontece, dos direitos dos trabalhadores (as) do campo que não são atendidos, dos direitos dos trabalhadores (as) que são retirados, dos privilégios que só são direcionados a um grupo que se constitui nos grandes proprietários e que tudo tem feito no Brasil para garantir a propriedade privada da terra.

Imbricado a essa conjuntura, por um lado, vemos hoje no Brasil um grande número de trabalhadores (as) da agricultura camponesa, produzindo mais de 70% dos alimentos necessários à nossa sobrevivência, tendo que conviver sem garantias de direitos e ainda com pouca terra. Por outro lado, temos uma elite agrária que concentra terra, produz pensando em exportar principalmente para o mercado externo e que recebe os privilégios advindos do Estado. Como reflexo, subsiste a valorização desse último, já que para eles é destinada a maior porção do financiamento agrícola brasileiro, como podemos observar no Gráfico 03.

Gráfico 03 – Evolução do financiamento Agrícola no Brasil de 2003-2020 (Bilhões de R\$).



Fonte: Carvalho; Oliveira (2020, p. 48).

Haja vista esses aspectos, visualizamos no gráfico que a evolução do financiamento agrícola direcionado ao agronegócio só cresceu no período considerado, alcançando o seu maior valor no Plano Safra 2020-2021, o que resulta da valorização desse setor pelo governo Bolsonaro. Enquanto isso, a agricultura camponesa vivencia, no período de 2003 a 2016, uma tímida evolução quando comparada ao agronegócio para, após esse período, sofrer um decréscimo até o ano de 2018. Nos Planos Safra 2019-2020 e 2020-2021, os recursos

direcionados a esse grupo voltam a ter um tímido crescimento, porém continuam expressando a pouca valorização da agricultura camponesa.

Dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2020), revelam que o agronegócio brasileiro exportou US\$ 7,30 bilhões. Dentre os principais setores exportadores do agronegócio destacam-se a participação das carnes (20,6%); de cereais, farinhas e preparações (14,3%); do complexo sucroalcooleiro (13,7%); dos produtos florestais (12,6%); e das fibras e produtos têxteis (8,2%).

Nesse sentido, não é só o fato de o agronegócio priorizar o mercado externo, outro agravante desse setor é o fato dele fazer parte da cadeia que envolve a financeirização da agricultura. Nessa perspectiva, as sucessivas crises do capital, principalmente a crise de 2008, têm levado os negociadores da bolsa a materializarem o seu capital e isso tem resultado na compra de terra e no desenvolvimento da produção de grandes *commodities*.

É essa conjuntura que tem levado pesquisadores brasileiros como Mitidiero Junior, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a analisar esse momento que envolve uma estratégia global pela acumulação e reprodução do capital a partir de dois processos distintos e articulados. O primeiro processo envolveria a busca pela transformação do capital fictício (capital que se apresenta como especulativo, volátil) em patrimônio material, ou seja, o que é papel nas bolsas de valores seria materializado através, por exemplo, da compra de terras. O segundo processo teria relação com a transformação da natureza em ativo financeiro, em outras palavras, é a financeirização dos bens naturais.

Observando essas reflexões, é fácil entender a demanda por terra oriunda dos setores do agronegócio, o que resulta na pressão dessa elite agrária sobre os territórios camponeses, indígenas e quilombolas, provocando a expropriação desses sujeitos. A expropriação tem sido responsável por muitas das inquietações que ocorrem no campo, imbricada à exploração dos trabalhadores que têm visto diminuir a sua autonomia e os fazem se submeterem a condições de vida precárias e brutais. A partir disso, é possível observar que:

Em nosso país, nos dias de hoje, o capitalismo articula, a um só tempo, ainda que em espaços distintos, a *expropriação e a exploração*, processos que, a rigor, se deram separadamente na história clássica do capital. O mesmo grupo econômico, nacional ou multinacional que utiliza técnicas sofisticadas e contratuais na exploração do trabalho do operário em São Paulo ou nas grandes capitais europeias, utiliza a violência do jagunço, sobrepõe o poder privado ao poder público, para expropriar o posseiro na Amazônia, e até mesmo emprega trabalho escravo para abrir suas fazendas. (MARTINS, 1980, p. 17).

Esse posicionamento de Martins foi posto há mais de 40 anos, entretanto, ele ainda é muito atual, uma vez que reflete a complexidade da questão agrária brasileira, na qual a presença do capital no campo, em específico, tem se sobreposto aos direitos sociais, gerando conflitos e violência. Tudo tem sido feito para assegurar a expulsão dos trabalhadores da terra. O próprio Estado, que teria como uma de suas funções zelar pelos direitos fundamentais da pessoa, acaba se envolvendo em conflitos pela terra. Como exemplo desse envolvimento, podemos citar as desapropriações para construção de barragens como ocorreu no Polo Assu-Mossoró, pois, [...] “Raciocinando como capitalistas, no intuito de supostamente diminuir custos, os representantes do Estado nesses empreendimentos esquecem sempre que os lavradores [...] não tem terra para negociar, mas para trabalhar.” (MARTINS, 1980, p. 51-52).

Ademais, a Reforma Agrária não se concretiza no campo brasileiro e os sucessivos governos dão mostras de que até mesmo assentar as famílias camponesas acaba por ser um processo muito lento. Ao fazer uma retrospectiva do número de famílias assentadas nos governos Lula e Dilma (2003-2006), Oliveira (2016) nos dá pistas dessa lentidão:

O governo Lula no primeiro mandato diz que assentou 381 mil famílias, mas, em verdade, assentou apenas 150 mil famílias em novos assentamentos. A diferença ficou com a velha matemática do Incra que soma aos novos assentamentos aqueles da regularização fundiária, reconhecimento de assentamentos antigos, reassentamentos, etc. No segundo mandato, o governo Lula afirmou que assentou 232 mil famílias, entretanto, assentou apenas 65 mil. O governo Dilma no primeiro mandato garante ter assentado 105 mil famílias, todavia, assentou apenas e tão somente 31 mil famílias em assentamentos novos. (OLIVEIRA, 2016, p. 28-29).

O autor nos lembra ainda que a Reforma Agrária, que deve ser realizada pelo Estado, é um preceito constitucional e, portanto, obrigação dos nossos governantes realizá-la. A negação desse preceito, é importante que possamos justificá-la, tem relação com a manutenção do poder oligárquico de uma elite agrária presente em nosso país. Realizar uma Reforma Agrária não é visto com bons olhos por essa elite que almeja, a todo custo, manter o seu poder de dominação.

Vale ressaltar que, mesmo sendo visível a questão agrária em nosso país, o que sugere a urgência da Reforma Agrária, existem autores brasileiros que a tratam como algo em via de extinção. De acordo com Navarro (2014):

Como se vê, a questão agrária brasileira deixou praticamente de existir, pelo menos nos termos postos pelo passado social e político brasileiro e segundo a sua formulação clássica. Alguma dimensão de conflito social deverá permanecer, mas vai se tornando residual com o passar do tempo, reduzindo-se à esfera trabalhista, nas poucas regiões onde permanece importante um contingente de trabalhadores rurais assalariados (os conflitos centrando-se nos salários pagos, nas condições de trabalho, nos direitos previdenciários e em

temas correlatos). As outras dimensões de conflito continuarão ocorrendo (talvez se intensificando), mas apenas no interior das cadeias produtivas, as quais devem se fortalecer cada vez mais, gerando conflito distributivo do “bolo total” da riqueza gerada em cada caso (por exemplo, entre a indústria processadora e os produtores integrados, situações que tendem a crescer). E, finalmente, conflitos entre o governo federal e interesses setoriais mais gerais (como o endividamento agrícola) ou mais específicos, como quedas de preços ocasionais de alguns produtos. Passivos históricos, como a apropriação fraudulenta da terra em diversas regiões e em épocas distintas, a essa altura, não têm a menor possibilidade política de que sejam revistos, tendendo a ser definitivamente legalizados. Em síntese, a questão social brasileira, nos últimos 30 anos, deixou o campo e foi para as cidades. E a questão agrária tradicional começa a entrar nos livros de história como uma página do passado, retirando a reforma agrária, para sempre, da agenda política do Brasil. (NAVARRO, 2014, p. 713).

Concordamos com o autor quando ele nos faz entender que os tempos são outros, sim, a história está em movimento! Entretanto, o nosso entendimento é o de que a questão agrária se encontra cada vez mais viva no contexto atual e não é possível falar em arrefecimento desse assunto quando os conflitos por terra têm se intensificado cada vez mais em nosso país, principalmente com a expansão do agronegócio sobre as terras dos agricultores camponeses, dos indígenas e quilombolas. De fato, o tema Reforma Agrária tem sido banido da pauta dos últimos governos brasileiros, entretanto, isso não significa que ela não seja necessária e urgente para as populações do campo.

Nessa perspectiva, se não tem Reforma Agrária, permanecem também os conflitos no campo, os quais se materializam nas mais diversas formas de violência e envolvem desde “[...] assassinatos, tentativas de assassinatos, ameaças, pistolagem, expulsões, despejos e destruição de bens de populações camponesas, índios e quilombolas.” (MITIDIERO JUNIOR, 2017, p. 01).

No ano de 2020, foram registrados no Brasil 2.054 conflitos, 18 assassinatos e um total de 914.144 pessoas envolvidas (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA⁷², 2021).

Assim, a Comissão Pastoral da Terra classifica os conflitos no campo em: Conflitos por terra, Conflitos Trabalhistas, Conflitos pela água. Podemos observar esses dados através do Tabela 20 abaixo:

⁷² A Comissão Pastoral da Terra (CPT), desde a sua criação, em 1975, se defronta com os conflitos no campo e o grave problema da violência contra o que se convencionou nomear de trabalhadores e trabalhadoras da terra, termo que engloba diversas categorias camponesas, entre elas comunidades tradicionais, assalariados rurais, indígenas, pescadores e pescadoras artesanais que vivem em espaços rurais e têm no uso da terra e da água seu sistema de sobrevivência e dignidade humana. Desde o início, também faz o levantamento de dados sobre as lutas de resistência pela terra, pela defesa e conquista de direitos, e denuncia, por diversos meios, sobretudo através de seu Boletim, a violência sofrida pelos povos e comunidades (CPT, 2021, p.11).

Tabela 20 – Conflitos no campo brasileiro (2020).

CONFLITOS POR TERRA	NÚMERO DE CONFLITOS
Ocorrências ⁷³	1.576
Ocupações/ Retomadas	29
Acampamentos	03
Assassinatos	14
Pessoas envolvidas	687.872
CONFLITOS TRABALHISTAS	
Trabalho escravo	96
Assassinatos	-
Pessoas envolvidas	1.104
Superexploração	-
Assassinatos	-
Pessoas envolvidas	-
CONFLITOS PELA ÁGUA	
Conflitos	350
Assassinatos	04
Pessoas envolvidas	225.168
Assassinatos	-

Fonte: Elaborado com base na CPT (2021).

Os dados do Tabela 20 apontam para a presença de vários conflitos no campo brasileiro, sendo que aqueles relacionados à questão da terra se sobressaem sobre os demais. Como podemos observar, foram 1.576 ocorrências dessa natureza; o número de assassinatos também foi maior nesses conflitos, 14 assassinatos. Em seguida, temos grande expressão dos conflitos envolvendo a água, foram 350 conflitos e 4 assassinatos, o que mostra que a questão da água e da terra continua sendo motivos para vários conflitos no campo brasileiro. Por último, temos os conflitos que envolvem a questão trabalhista, sendo detectados 96 conflitos que envolvem o trabalho escravo e 1.104 pessoas envolvidas nesse processo.

Em 2021, o número de conflitos no campo registrado pela CPT permaneceu elevado.

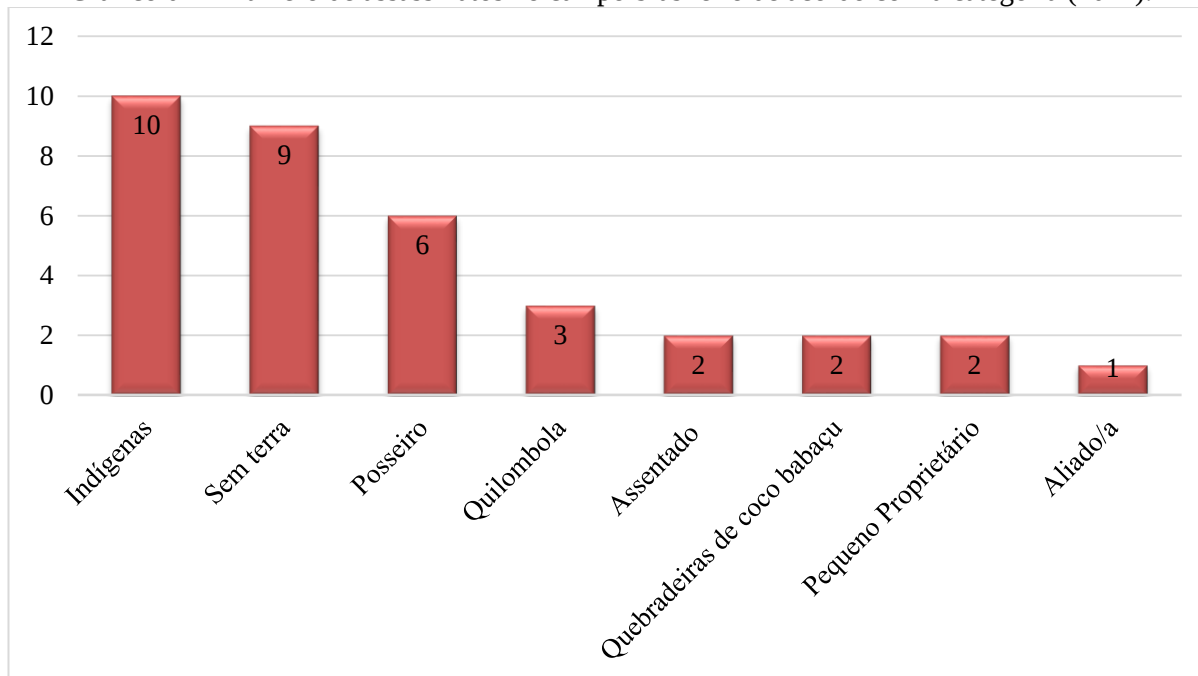
Os conflitos no campo seguiram acima da média no terceiro ano do governo Jair Bolsonaro (PL). Em seu levantamento anual, “Conflitos no Campo Brasil 2021”, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 1.768 ocorrências, uma média de 34 por semana. Nos dois primeiros anos de Bolsonaro na presidência, foram computadas 1.903 e 2.054 ocorrências, respectivamente. A média para os 18 anos anteriores, entre 2001 e 2018, é de 1.408 ocorrências de conflitos. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2022).

Naquele ano foram registrados 35 assassinatos envolvendo conflitos no campo, número superior ao ano de 2020, quando foram registrados 20 assassinatos. Entre as vítimas da violência estão indígenas, sem-terra, posseiros de terra, quilombolas, assentados, pequenos

⁷³ Os dados do nº de Ocorrências referem-se aos despejos e expulsões, ameaças de despejos e expulsões, destruição de casas, roças e pertences; pistolagem, grilagem, invasões etc.

proprietários e quebradeiras de coco babaçu (Gráfico 04) (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2022).

Gráfico 04 – Número de assassinatos no campo brasileiro de acordo com a categoria (2021).



Fonte: Elaborado com base na Comissão Pastoral da Terra (2022).

Seguindo o aumento da violência no campo brasileiro, até novembro de 2022, a CPT já havia registrado 33 assassinatos, chamando à atenção o aumento no número de assassinatos de jovens e crianças nesses conflitos.

Esses assassinatos estão relacionados, sobretudo, à forte concentração de terras e à luta pelo seu acesso e pelo direito de nela permanecer, o que nos leva a concordar com Oliveira (2001) quando ressalta que ao longo de mais de 400 anos a estrutura fundiária herdada do regime de capitanias/sesmarias sofreu pouca alteração, tendo um caráter extremamente concentrador. Oriundas da ausência de uma Reforma Agrária, imperam no campo várias formas de violência, que também são resultado, além da ausência do Estado, da forte presença do capital no campo que aguça a concentração da terra, aumenta o domínio sobre os recursos hídricos e explora a mão de obra do trabalhador.

Indubitavelmente, muitos desses conflitos não passam por uma investigação minuciosa ou não são nem mesmo notificados e, assim, muitos dos culpados continuam em liberdade. Para os trabalhadores (as) permanece a sensação de impunidade e a convivência em um país em que não existe a garantia dos direitos e onde a justiça não opera como deveria, pois “não julga, e quando julga nem sempre condena os criminosos. Enfim, o direito não se respeita e a justiça não se faz [...]” (OLIVEIRA, 2016, p. 42).

Mitidiero Junior (2016), ao se referir à violência no campo, em texto intitulado *Ataque aos direitos dos povos do campo*, traz grande contribuição, pois, além de se reportar à violência física, reflete também sobre outras estratégias que vêm sendo desenvolvidas no Brasil e que podem ser entendidas como ações violentas, pois vão de encontro aos direitos dos povos do campo. Com isso,

A análise dos dados sistematizados pela CPT desde 1985 revela que o ato da violência física ou da ameaça dela é uma constante e serve como mediação entre o avanço do capital agronegócio no espaço rural e as populações que ali vivem ou anseiam viver. Dessa forma, a violência contra a pessoa constitui uma estratégia antiga e atual dos ruralistas para proteger e garantir, dentre outras coisas, a considerada “inabalável” propriedade privada da terra. Entretanto, na conjuntura atual, podemos estar assistindo à organização de novas estratégias que podem se constituir como ações violentas que ferem uma constelação de homens e mulheres do campo. O ataque aos direitos dos povos do campo não se realiza diretamente contra a pessoa, mas ao conjunto delas. (MITIDIERO JUNIOR, 2016, p. 166).

Em suma, são ações empreendidas no âmbito governamental que envolvem Senadores e Deputados com um objetivo único: alterar, diminuir ou extinguir direitos dos trabalhadores (as) do campo por meio da legislação, uma vez que:

Desde a eclosão da crise econômica de 2008 a expressão “segurança jurídica” habita os noticiários e as análises econômicas da imprensa. Segundo essas análises, o investidor necessita de segurança jurídica ao seu capital, em outras palavras, o capitalista precisa de leis que protejam seu investimento no “livre” mercado capitalista. Por um lado, essa necessidade leva à criação de leis que favoreçam, acima de tudo, o capital; e, por outro lado, à destruição de leis que de alguma forma atrapalham a produção e reprodução ampliada do dinheiro investido. É nesse ponto, no bojo da questão agrária brasileira, que a segurança jurídica do capital agronegócio significa, sem rodeios, a insegurança social dos povos do campo. (MITIDIERO JUNIOR, 2016, p.166).

É nesse contexto que leis e normatizações levadas à frente pela Bancada Ruralista ou Frente Parlamentar da Agropecuária têm tido um papel decisivo na defesa do agronegócio brasileiro e na supressão dos direitos dos povos do campo. Ressaltamos que quando nos referimos aos direitos dos povos do campo, devemos esclarecer que eles são mínimos quando comparados à valorização do agronegócio pelo próprio Estado brasileiro. Além disso, eles resultam de lutas empreendidas por vários movimentos sociais do campo no decorrer da história

brasileira, e por que não destacarmos aqui a importância das Ligas Camponesas⁷⁴ e, no contexto mais atual, a ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Desse modo, através da análise de Projetos de Lei (PL), Projeto de Lei Complementar (PLP), Projeto de Emenda Constitucional (PEC), Projeto de Lei do Senado (PLS), Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que se desenrolaram de 2000 a 2015, Mitidiero Junior (2016) nos dá subsídios para compreendermos os ataques e o verdadeiro desmonte que vem se dando com relação aos direitos dos sujeitos sociais do campo, e concluirmos que a violência nesse espaço não é só física, mas que tem um caráter político e econômico bastante forte.

No recorte temporal considerado pelo autor, foram desenvolvidas 23 ações que direta ou indiretamente têm relação com os direitos dos sujeitos sociais do campo e privilegiam o agronegócio, por isso, o autor as denomina de “*Ataques do poder legislativo federal (Câmara e Senado) aos direitos dos povos do campo*”. Dentre os ataques citados pelo autor, destacamos aqueles que: a) envolvem a criação de empecilhos para realização da Reforma Agrária; b) buscam proteger a grande propriedade improdutiva das desapropriações e privilegiam o proprietário de terra desapropriada por utilidade pública ou para fins de realização de Reforma Agrária; c) retiram dos movimentos sociais o direito à liberdade, tipificando como ações terroristas a invasão de propriedade alheia, ato este que é realizado no intuito de pressionar o governo para realização da Reforma Agrária; d) favorecem cortes orçamentários no INCRA; e) buscam proteger as propriedades em que sejam encontrados trabalhadores em condições análogas à escravidão; f) atacam os indígenas, não reconhecendo aquelas terras nas quais ocorreram ocupações; g) buscam criar critérios para uma justa indenização da propriedade rural, encarecendo o processo e influenciando na efetivação da Reforma Agrária; h) buscam municipalizar a Reforma Agrária ceifando o direito de camponeses migrantes de ter acesso a terra em outro local que não seja o seu domicílio eleitoral; e i) criam CPIs para investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), do INCRA e os maus tratos a animais, direcionando seus olhares, nesse último caso, para incriminar o MST. (MITIDIERO JUNIOR, 2016).

Ao visualizarmos essas ações, somos levados a constantes inquietações e questionamentos, principalmente no que se refere ao Estado: a quem ele está servindo nesse momento? Infelizmente não é aos interesses da grande maioria do campo, mas a um grupo pequeno e poderoso que se constitui na elite agrária brasileira que tem em mãos o poder econômico e o político.

⁷⁴ Sobre as Ligas Camponesas é elucidativo o texto de Francisco Julião: *Que são as Ligas Camponesas?* (1962). Este texto se encontra no livro *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*.

Cabe ressaltar ainda o fato de que no período de 2000 a 2015, prevalecia o que poderíamos aqui denominar de governos populares, como foi o caso do Partido dos Trabalhadores (PT), em que, a partir de 2003, se sucederam no poder os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (em dois mandatos) e o governo da presidenta Dilma Vana Rousseff, que, reeleita em 2014, foi vítima de um golpe parlamentar e midiático em 2016. Com isso, a violência no campo brasileiro ganhou uma dimensão ainda maior.

Sobre esse fato político, Mitidiero Junior (2017), assim se expressa:

O golpe político/parlamentar/jurídico/midiático de 2016 *violentou* a jovem democracia brasileira. A opção eleitoral de milhões de brasileiros foi sumariamente descartada ao passo que setores da elite nacional e do capital internacional arquitetaram a tomada do poder pelo viés de um golpe parlamentar alicerçado nas duas casas legislativas: Câmara e Senado. Deputados e senadores da legislatura 2014-2018, os quais formam o congresso mais conservador desde o golpe militar de 1964, sem temor e com retumbante tranquilidade, imputaram à presidente da República, Dilma Rousseff, um crime de responsabilidade que ela não cometeu, pelo menos na forma da acusação e de suas consequências. Como típico de um golpe, ele foi acompanhado da violência da mentira, da covardia, da difamação, do lobby, da corrupção, etc.; porém, a despeito das várias dimensões que o conceito de violência pode significar, o sentido mais concreto do conceito, que é a violência contra a vida, parece ter ganhado liberdade para acontecer, sobretudo no campo brasileiro diante da conjuntura de usurpação da democracia. (MITIDIERO JUNIOR, 2017, p. 01).

Já em 2016, ano do golpe, o número de conflitos no campo brasileiro chegou a 1.536, com 61 assassinatos e 909.843 pessoas envolvidas (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2016). Sobre essa conjuntura,

A explicação pode ser buscada na contramão dos processos democráticos, ou seja, em um período de usurpação da soberania popular, mesmo que a existência das instituições do Estado transparea funcionar por meio dos ritos democráticos. É de um golpe político que se trata, e essa conjuntura criou um sentimento de “*tudo pode*” aos ruralistas e seus defensores. No fundo, o golpe veio a potencializar uma tônica dominante nas formas de agir dos ruralistas, que é executar a violência alicerçada na certeza da impunidade. (MITIDIERO JUNIOR, 2017, p. 08).

Além da violência física, esse caminho em contramão aos direitos e processos democráticos e que usurpa a soberania popular permanece intacto provocado pela violência institucional. Exemplo disso é a continuação de um desmonte nas políticas públicas direcionadas ao campo, pois ainda em 2016, através da criação da Medida Provisória nº 726, pelo então governo Michel Temer, é alterado e revogado os dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, extinguindo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). As

competências deste Ministério passam a ser responsabilidade da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). Ainda em 2016, ocorre a Extinção da Política de Desenvolvimento Territorial (Territórios Rurais e da Cidadania) (OLIVEIRA, 2021).

A partir de 2017, com a eleição de Jair Messias Bolsonaro, podemos afirmar que na prática, tivemos a continuação do golpe e que vem favorecendo o grande capital, dando espaço para a permanência da violência no que se refere aos sujeitos sociais do campo. No ano de 2019, com a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, é extinto o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). O Decreto nº 9.759 de 2019 extinguiu as reuniões dos colegiados e Conselhos⁷⁵. Foram anexados ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), através da Medida Provisória nº 870 de 2019, a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca - SEAP e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) (OLIVEIRA, 2021).

Diante disso nos perguntamos como um único ministério, no caso o MAPA, poderia atender interesses divergentes, da agricultura camponesa e do agronegócio? Como a agricultura brasileira, tão heterogênea, pode ser vista como uma só? São de fato muitos questionamentos que pairam em nossa cabeça com relação aos rumos que foram dados no governo de Jair Messias Bolsonaro ao campo brasileiro. A única certeza é de que os interesses do capital são preponderantes e que essas ações têm afetado direta e indiretamente a reprodução no âmbito da agricultura camponesa.

O Censo Agropecuário de 2017 nos dá indicativos desse desmonte nas políticas públicas para o campo ao constatar que a proporção de produtores que receberam orientação técnica diminuiu de 22% para 20%. Enfatizamos que a assistência técnica é importantíssima no desenvolvimento da agricultura camponesa, tendo em vista que ela pode auxiliar no uso e aproveitamento dos recursos naturais e contribuir com a perspectiva agroecológica.

O ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, de acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar no Brasil (CONTRAF), vetou quase por completo o Projeto de Lei - PL 735/2020, conhecido como Lei Assis Carvalho, que se propunha a disponibilizar créditos emergenciais aos agricultores. “O presidente do Senado Davi

⁷⁵ O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA é extinto em 2019, voltando a ser reinstalado no início de 2023, com a chegada ao poder do Governo Lula.

Alcolumbre atrasa a apreciação dos vetos, num evidente descaso a crise enfrentada por quem produz alimentos em nosso país.” Aliado a esse desmonte,

O PL 735 é um projeto de lei que foi construído por diversos movimentos do campo e das águas que perceberam o impacto imediato da crise na vida de quem produz alimentos no país. Dos 17 pontos do projeto, 14 foram vetados por Jair Messias Bolsonaro, alguns que foram excluídos tratavam do auxílio emergencial no valor de R\$600 pagos em cinco parcelas (nos moldes do auxílio concedido aos trabalhadores urbanos), recursos para compras públicas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), renegociação e adiamento de financiamentos e linhas de crédito emergenciais. (GONTRAF, 2021).

Em entrevista publicada pelo G1, em 11 de agosto de 2021, Paulo Petersen, que é um dos integrantes do Núcleo Executivo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), salienta que o PAA⁷⁶ e o PNAE sofrem com a sua descaracterização no contexto atual (no caso, o Governo Jair Messias Bolsonaro), o que impacta no seu papel como fomentadores da produção de alimentos diversificados: “O PAA se tornou mais burocratizado e, no passado, ‘permitia que agricultores de menor porte fossem fornecedores’, avalia o integrante da Articulação Nacional de Agroecologia.” (G1, PORTAL DE NOTÍCIAS DA REDE GLOBO, 2021).

Nesse mesmo caminho, salienta Paulo Petersen que o PRONAF, embora apresente juros mais baixos, concentra a maior parte de seu crédito não a agricultura familiar que produz alimentos, mas as *commodities* (G1, PORTAL DE NOTÍCIAS DA REDE GLOBO, 2021).

No Plano Safra 2019/2020, enquanto o Pronaf, que congrega o maior universo de produtores no campo brasileiro, recebeu 29 bilhões de reais, o Pronamp recebeu 27,9 bilhões e o Agro 134,8 bilhões. A desigualdade na distribuição dos créditos é potencializada quando checamos com os dados de número de contratos. Enquanto o Pronaf, que respondeu a 1.416.064 milhão de contratos, ficou somente com 12,8% dos recursos; o Pronamp com 186.363 mil dos contratos e com 12,4% dos créditos; e os Demais, que correspondem a apenas 328.066 mil contratos, recebeu 59,9% da totalidade dos créditos. (MITIDIERO JÚNIOR; GOLDFARB, 2021, p. 15)

⁷⁶ O PAA foi criado no ano de 2003 com a finalidade de fomentar a agricultura familiar e também contribuir no combate à insegurança alimentar das camadas mais pobres da população. Esse tem sido um programa que tem apresentado um importante papel principalmente no que se refere à comercialização no âmbito da agricultura familiar no Brasil e também na difusão do acesso a alimentos saudáveis para os vulneráveis. Vale ressaltar que em 2021, o PAA passa a ser denominado de Programa Alimenta Brasil (PAB), o que no nosso entendimento simboliza uma descaracterização dessa política. Aliado a isso, o programa sofre com a falta de recursos nos últimos anos. De acordo com o Jornal Carta capital (2022), O PAA chegou a ter 586 milhões aplicados em 2012, com a entrada do governo Bolsonaro, em 2019, os recursos não passaram de 100 milhões. Em 2020, com a pandemia do Covid -19, voltou ao patamar de 500 milhões, entretanto, foram executados menos de 300 milhões e, em 2021, mesmo com a continuidade da pandemia, os recursos do programa só chegaram a 58,9 milhões. Até maio de 2022, apesar de toda a propaganda, o governo só gastou 89 mil reais, podendo vislumbrar, nesse sentido um verdadeiro apagão desse programa. Com o retorno do Governo Lula, que se inicia em janeiro de 2021, o PAA volta a sua nomenclatura inicial, deixando assim de ser denominado de PAB.

Os dados do Censo Agropecuário de 2017 também expressam que no Polo Assu-Mossoró um número restrito de estabelecimentos da agricultura familiar tem tido acesso ao crédito (Tabela 21). Ainda se sobressaem os estabelecimentos localizados nos municípios de Itajá, Afonso Bezerra e Serra do Mel. Nos demais municípios, menos de 20% dos estabelecimentos foram beneficiados.

Tabela 21 – Acesso ao crédito nos estabelecimentos da agricultura familiar no Polo Assu-Mossoró (2017).

Municípios	Número de estabelecimentos da agricultura familiar	Número de estabelecimentos que tiveram acesso a crédito (%)
Açu	610	19,1%
Afonso Bezerra	402	27,8%
Alto do Rodrigues	165	15,7%
Baraúna	549	18,2%
Carnaubais	334	16,4%
Ipanguaçu	417	16%
Itajá	65	38,4%
Mossoró	1.327	15,2%
Pendências	153	16,9%
Serra do Mel	731	21,7%
Upanema	909	15,8%

Fonte: Elaborado com base no Censo Agropecuário, IBGE (2017).

A origem do crédito considerado pelo Censo envolve o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Implantação e Instalação de Assentamentos (INCRA), Programa Terra Forte e Terra Sol, Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais (PROINF), Programa Fomento, Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP) e outros programas desenvolvidos na esfera federal, estadual ou municipal. Desses programas, o PRONAF tem tido uma maior abrangência sobre os estabelecimentos do Polo. Dos estabelecimentos que tiveram acesso ao crédito, 1.046 no total, 25,9% eram oriundos do PRONAF.

Sem apoio para os agricultores camponeses, a sociedade geral paga um preço, um preço por alimentos mais caros e com pouca qualidade, tendo em vista que o agronegócio, em sua grande maioria, encontra-se preocupado com a produção de *commodities*, o que resulta na diminuição da produção de comida e, como consequência o aumento no preço dos produtos alimentícios, a importação de alimentos e a fome de parcela da população brasileira, sobretudo aquela em situação economicamente menos favorecida e de vulnerabilidade.

Internamente, dependemos e somos influenciados por essas dinâmicas de exportação e importação de alimentos e podemos observar a queda na produção de arroz, feijão e mandioca

e o aumento na produção de soja, cana de açúcar, pois muitos vão produzir aquilo que apresenta um melhor preço no mercado ou que tenha uma maior valorização na Bolsa de Valores, uma vez que como visto, os produtos agropecuários estão inseridos na dinâmica da financeirização, uma fase do capitalismo em que o dinheiro se relaciona com o dinheiro, gerando um elevado processo de acumulação. Assim, grandes empresas do agronegócio inseridas no mercado financeiro veem seus ganhos se elevarem na compra e venda de ações nas bolsas, gerando, muitas vezes, mais lucro do que a compra e venda de produtos no mercado.

O Mercado de Futuro, na Bolsa de Valores, é onde se negocia moeda e *commodities*. Não ocorre aí uma comercialização física, mas uma compra de papéis que representam valores. Nesse mercado, os produtores podem vender o que ainda não produziram, o que acaba os protegendo da variação de preços no mercado.

Entretanto, com essa dinâmica, a sociedade passa a sofrer com as variações de preços e, além disso, continuamos como no passado, a exportar produtos da pauta primária, enquanto compramos tecnologias, o que tem levado muitos pesquisadores a se referir a esse momento como reprimarização da nossa economia.

Outro problema constitui-se no fato de que muitos agricultores camponeses, ao produzirem, não têm uma garantia de que vão conseguir inserir os seus produtos no mercado. Todas essas políticas, como O PRONAF, PAA, PNAE, requerem que o agricultor camponês tenha em mãos a sua Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP) atualizada, aspecto que nem sempre é possível porque muitos não têm acesso à assistência técnica e nem sempre estão inseridos em uma associação que possa ajudá-los nesse processo. Diante disso, acabam se tornando reféns desse contexto de exclusão.

Resta, diante disso, suscitar a necessidade de distribuição de terra para quem não as tem e que deseja produzir e nela viver. Não podemos comungar silenciosamente com as posturas que vêm sendo cultivadas em todo território brasileiro que envolvem a exaltação do agronegócio em detrimento da agricultura camponesa ao mesmo tempo em que observamos vidas sendo ceifadas, terras sendo dominadas por monoculturas e sérios impactos sociais e ambientais. Com relação à violência no campo, não são apenas números que são registrados, são famílias de camponeses impactadas ao lutar contra o processo avassalador do agronegócio sobre suas terras.

E como veremos no próximo tópico, no qual abordaremos mais detalhadamente a realidade do Polo Assu-Mossoró, são várias as formas de violência que ali se materializam sob a forma de tentativas de homicídios, exploração trabalhista e expropriações dos sujeitos sociais do campo.

3.2.1 Conflitos no Polo Assu-Mossoró

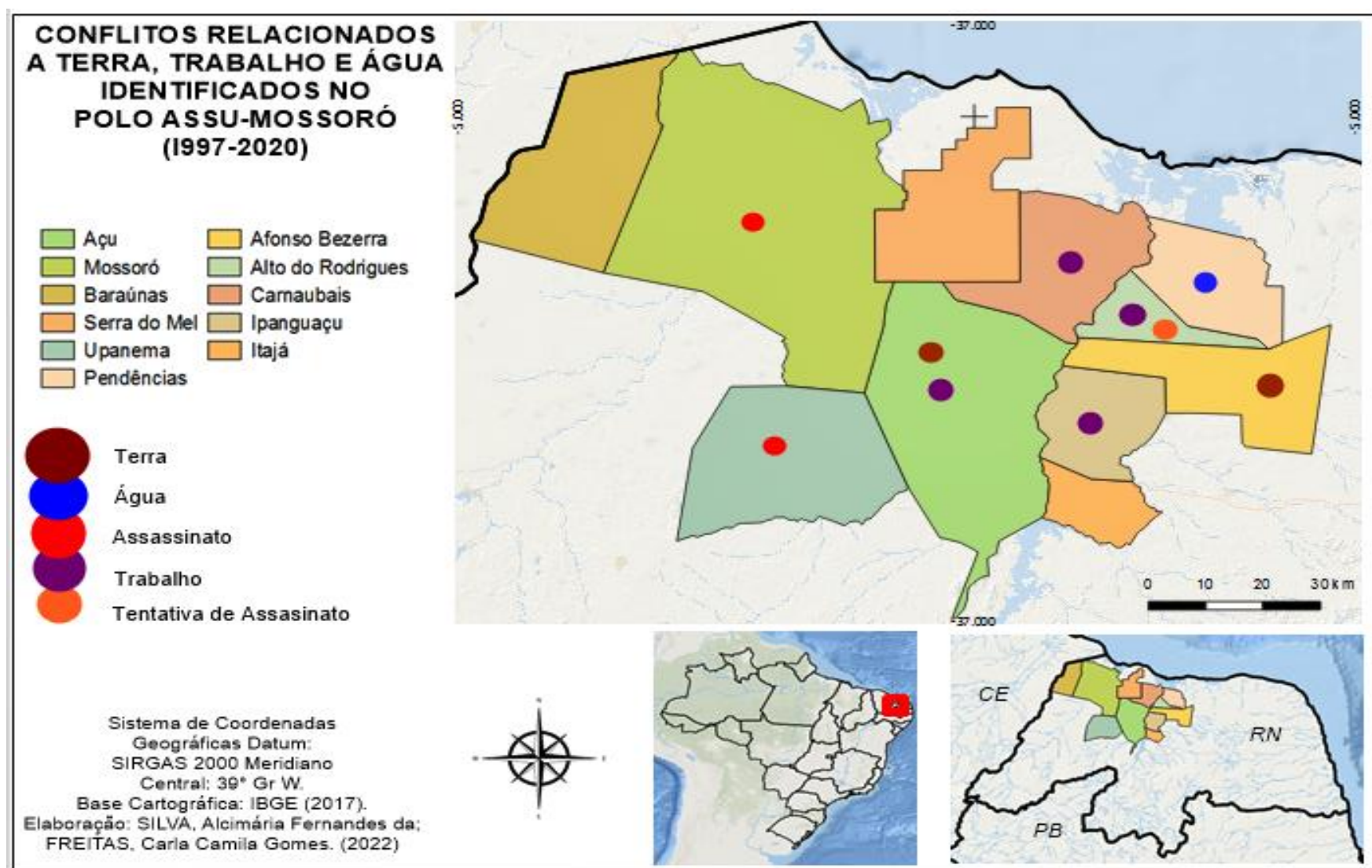
Nas reflexões anteriores, procuramos evidenciar como têm se dado diversos conflitos no campo brasileiro, para, nesse tópico, realizarmos uma aproximação com a realidade do Polo Assu-Mossoró nos atentando para os processos que envolvem a expropriação⁷⁷, exploração e violência, as quais têm impactado os agricultores camponeses nesse território.

A violência no Polo Assu-Mossoró tem um caráter econômico e político institucional, impactando diretamente na reprodução dos sujeitos sociais do campo, pois sem terra onde trabalhar, muitos camponeses são obrigados a se submeterem a diversas formas de trabalho, algumas degradantes. Ao analisarmos os dados da CPT (1997-2020)⁷⁸, tivemos condições de identificar conflitos que vêm ocorrendo no campo do Polo Assu-Mossoró envolvendo a questão da terra, conflitos trabalhistas e a questão da água. No Mapa 03, buscamos apresentar a sua espacialização.

⁷⁷ A expropriação é constituída na “instauração do divórcio entre o trabalhador e as coisas de que necessita para trabalhar - a terra, as ferramentas, as máquinas, as matérias primas – é a primeira condição e o primeiro passo para que se instaure, por sua vez, o reino do capital e a expansão do capitalismo”. É justamente essa separação, esse divórcio, “que tecnicamente se chama de expropriação – o trabalhador perde o que lhe é próprio, perde a propriedade dos instrumentos de trabalho. Para trabalhar, terá que vender a sua força de trabalho ao capitalista, que é quem tem agora esses instrumentos.” (MARTINS, 1980, p. 54-55).

⁷⁸ Nos restringimos a esse período, pois dependíamos do registro de dados presentes nos arquivos da CPT para consulta no *site*.

Mapa 03 – Conflitos relacionados a terra, trabalho e água identificados no Polo Assu-Mossoró (1997-2020)



Fonte: IBGE (2017).

Analisando as informações contidas no mapa, podemos constatar que os conflitos por terra foram identificados nos municípios de Açu e Afonso Bezerra. Em Açu, no ano de 2020, 72 famílias sem terras no Acampamento Boa Sorte Coração de Jesus sofreram ameaças de despejo. Já no município de Afonso Bezerra, no acampamento Antônio Batista, foram registrados pela CPT por dois anos seguidos, 2018 e 2019, conflitos envolvendo 100 famílias que sofreram ameaças de expulsão. As ações contra essas famílias teriam sido impetradas por parte das empresas e do próprio Estado.

Oriundo do acampamento Antônio Batista, um militante do MST sofreu uma tentativa de assassinato. O Jornal Brasil de Fato, em 02 de agosto de 2019, veiculou a seguinte notícia:

Um militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Rio Grande do Norte foi alvo de um atentado criminoso durante a noite desta quinta-feira. Por volta das 19h, um carro avançou e bateu na moto do Sem Terra, quando ele voltava do trabalho. O crime ocorreu numa rodovia entre os municípios do Alto do Rodrigues e Baixo Açu, próximo ao Distrito de Irrigação do Baixo Açu (DIBA). De acordo com testemunhas, que vinham logo atrás, a colisão foi tão forte que jogou o militante para longe da pista, deixando-o desacordado. Após a batida, o carro ainda teria parado por alguns instantes e depois partido, como uma forma de verificar se o homem estava morto, o que aumentam as suspeitas de crime. O Sem Terra foi levado ao hospital vivo, porém com ferimentos graves. As informações do MST é de que ele chegou a quebrar a clavícula e ter um coágulo na cabeça após a colisão [...]. O Acampamento Antônio Batista, do qual faz parte o militante atingido, está localizado numa área de grande conflito por disputas de terra entre a agricultura familiar e empresários da fruticultura irrigada da região. O MST reivindica que a área seja destinada para produção de alimentos saudáveis desde 2015. Segundo Damiana Cunha, militante no acampamento, houve bons avanços nas negociações desde então, o que provocou “muitas ameaças por empresários da região”. Exemplo disso são as constantes rondas de um mesmo carro nos arredores do acampamento. A militante diz que, inclusive, esse veículo é o principal suspeito de ter causado o crime. Em contrapartida ao ocorrido, o MST/RN realizará uma vigília em forma de ato público, para denunciar o crime e pressionar por investigações. “Não vamos nos calar e estaremos sempre vigilantes acreditando que tudo isso será apurado”, completa militante. (JORNAL BRASIL DE FATO, 2019).

São esses elementos, como foram explicitados, que dão conta dos interesses do capital sobre as terras dos agricultores camponeses nesse território. Em acampamentos, esses agricultores objetivam pressionar o Estado para organização de assentamentos rurais e com isso conseguirem a sua tão sonhada *terra de trabalho*.

Na notícia acima, a referência ao acampamento Antônio Batista faz parte do conflito entre o agronegócio e a agricultura camponesa. Esse acampamento surgiu a partir da ocupação de parte das terras do Perímetro Irrigado Baixo-Açu no ano de 2016, sobre as quais os

agricultores camponeses reivindicam o direito a um pedaço de terra para que possam trabalhar e produzir alimentos saudáveis.

Em 06 de agosto de 2021, esses agricultores conseguiram que seus objetivos fossem postos em pauta. Assim, ainda no mês de agosto desse ano foi aberta uma licitação para o processo de seleção de 300 ha destinadas à agricultura camponesa no Perímetro Irrigado Baixo-Açu. Sobre o assunto, assim se posicionou o MST:

Hoje (06) o governo do estado do Rio Grande do Norte, inaugurou o Distrito de Irrigação do Baixo Açu que beneficiará quem trabalha e produz alimentos saudáveis, a agricultura familiar e camponesa. O acampamento Antônio Batista, localizado entre os municípios de Alto do Rodrigues e Afonso Bezerra, organizado pelo MST está ocupando o perímetro irrigado desde o ano de 2016, na defesa do território, meio ambiente, cultura e cuidando da vida das pessoas, construindo na luta diária a Reforma Agrária Popular, a reivindicação é de 300 hectares para a agricultura familiar e camponesa. A implementação e destinação da segunda etapa do DIBA é fruto de uma luta histórica do MST e uma conquista das trabalhadoras e trabalhadores do Baixo Açu. Viva a reforma agrária popular! Viva o MST! (MST, 2021).

Relacionada aos conflitos ⁷⁹ pela terra no Polo Assu-Mossoró, identificamos a ocorrência de assassinatos no campo nos municípios que compõem o Polo Assu-Mossoró. Assim, no município de Mossoró, no ano de 2007, foi assassinado Cirilo de Oliveira Neto (52 anos), violência esta que ocorre na Fazenda São João, acampamento Nova Esperança. Posteriormente, no ano de 2010, no município de Upanema foi registrado o assassinato de Antônio Arnaldo (37 anos) e o seu assassinato ocorreu no Projeto de PA São Geraldo. Os camponeses assassinados eram lideranças em suas comunidades.

Com relação aos conflitos trabalhistas, foram identificados no Polo Assu-Mossoró a ocorrência de condições de trabalho análogas à escravidão. Assim, no ano de 2004, no município de Alto do Rodrigues, na plantação de banana em imóvel que tem como proprietários

⁷⁹ De acordo com a CPT, no Rio Grande do Norte, em 2020, quase dobra o número de famílias envolvidas em conflitos por terra em comparação ao ano de 2019. Diferente de 2019, em 2020 não foram identificados conflitos pela água ou conflitos trabalhistas no estado. Sendo assim, todos registros no Rio Grande do Norte foram enquadrados pela CPT na categoria conflitos por terra. 3.316 pessoas envolvidas nesses conflitos vivem nos acampamentos Boa Sorte e Coração de Jesus, que juntos formam a comunidade Artur Sabino, no município de Açu [...] Acompanhada pela CPT e pela Diocese de Mossoró, a comunidade passou a enfrentar a grilagem desde que começou a fazer articulações com o poder público em busca de vistorias e da posse da terra. O conflito se deu com um empresário do ramo imobiliário e, também, com a empresa Graúnas Agropecuária. Depois de 4 anos de conflito com essa última, as famílias entraram em acordo e conquistaram um pedaço de terra dentro do imóvel rural. Assim, de acordo com José Carlos, da CPT em Mossoró, entre 2019 e 2020, elas já tinham um lugar para se fixar, morar e cultivar alimentos. Contudo, a violência contra a comunidade por parte do empresário grileiro não cessou. (Disponível em: <https://www.cptne2.org.br/noticias/noticias-por-estado/rio-grande-do-norte/5565-rn-em-2020-quase-dobra-o-numero-de-familias-envolvidas-em-conflitos-por-terra-em-comparacao-a-2019>. Acesso em 13 out. 2021).

Guilherme Moraes e Ricardo Tavares dos Santos foram identificados e libertados 29 trabalhadores.

No ano de 2018, foram libertados no município de Carnaubais 25 trabalhadores submetidos a trabalho degradante no campo. Estes desenvolviam atividades relacionadas ao extrativismo da carnaúba e atividades nas cerâmicas locais. Em noticiário do G1 é explicitado que:

Nas áreas de extração fiscalizadas foram resgatados 19 trabalhadores. Destes, 10 laboravam e pernoitavam no meio da mata, e outros 9 que estavam pernoitando no interior do baú de um velho caminhão que servia como local de moagem. Outros 6 foram resgatados em cerâmicas locais. Eles dormiam no local, sem as mínimas condições de higiene e segurança. Na primeira propriedade de extração fiscalizada, de 15 trabalhadores que atuavam no meio da mata, todos na informalidade, 5 dormiam em redes presas aos troncos das árvores, inclusive no tronco das carnaúbas. “O empregador fornecia apenas uma lona para que fosse utilizada caso chovesse”, conta a coordenadora. Os fiscais constataram que nenhum dos 15 trabalhadores contratados na propriedade havia sido registrado. Cada empregado recebia uma média de R\$ 300 a R\$ 350 por quinzena, já descontados o valor referente à alimentação, de acordo com a produção da equipe. [...] a “degradância das condições de vida e trabalho desses trabalhadores se ampliava ainda mais porque, afora a falta de alojamento, nenhuma estrutura que compõe uma área de vivência minimamente digna era ofertada a eles”. Na segunda área fiscalizada, os 9 trabalhadores dormiam na carroceria fechada de um caminhão. Todos foram resgatados, pois a estrutura do veículo não garantia estabilidade ou conforto térmico no seu interior, o que deixava os obreiros sujeitos às variações do clima. “A ventilação era deficitária, pois o pequeno corte feito na lateral do baú não era suficiente para a correta renovação e circulação do ar, sobretudo considerando a sujidade do local com amontoados de palha e de pó da carnaúba e a sua superlotação. A esses problemas se soma a falta de uma estrutura de coleta e depósito de lixo, favorecendo a ausência de higiene e organização”, relata a auditora. (G1, RIO GRANDE DO NORTE, 2018).

Ainda em 2018, no município de Ipanguaçu, mais 05 trabalhadores foram identificados e libertados, pois estavam vivenciando condições de trabalho análogas à escravidão.

Em 2019, no município de Açu foram libertados 09 trabalhadores que desenvolviam o extrativismo da carnaúba. Nesse mesmo ano, e desenvolvendo a mesma atividade, são libertados mais 4 trabalhadores no município de Carnaubais.

As formas degradantes de trabalho encontradas no Polo Assu-Mossoró, 44 casos em apenas dois anos (2018, 2019), acabaram ganhando repercussão em jornais. O G1 RN, portal de notícias da Rede Globo, enfatiza que os dados referentes ao trabalho escravo de 2018 e 2019 superaram dados dos 22 anos anteriores (Figura 04).

Figura 04 - Captura da reportagem realizada pelo G1 RN sobre trabalho escravo em municípios do Polo Assu-Mossoró.



Fonte: G1 RN, portal de notícias da Rede Globo (2020).

De acordo com o referido jornal,

Os trabalhadores foram encontrados em condições degradantes de trabalho, sem local para dormir, alimentar-se e pausas para descanso, além da imposição de dívidas que limitam a liberdade, foram situações encontradas em operações que resultaram no resgate de 43 trabalhadores de condições análogas às de escravos entre 2018 e 2019 no Rio Grande do Norte, segundo o Ministério Público do Trabalho. De acordo com o órgão, a soma supera todos os casos registrados desde 1995. (G1 RN, 2020).

Ainda mais,

As operações realizadas em 2018 e 2019 flagraram “condições de vida e trabalho que aviltam a dignidade do ser humano e caracterizam situação degradante”, de acordo com um dos relatórios dos procuradores. As forças-tarefas se concentraram em cerâmicas e na extração da palha da carnaúba, atividades encontradas na região do Vale do Assú, área de competência da Procuradoria do Trabalho no Município (PTM) de Mossoró. Nenhum trabalhador encontrado nas frentes da carnaúba, por exemplo, havia sido registrado. Os arregimentadores também não forneciam quaisquer equipamentos de proteção individual, apesar dos riscos que envolvem a atividade, e não havia qualquer controle de jornada de trabalho. Os gastos com alimentação eram descontados dos trabalhadores e, ao final de cada quinzena, cada um recebia entre R\$ 300 e R\$ 350, de acordo com a produção da equipe. (G1 RN, 2020).

Embora ainda não divulgados nos registros da CPT, que só deverá apresentar os dados de 2022 no ano de 2023, é importante aqui registrar que em 2022 novos registros de trabalho escravo passam a ganhar notoriedade em municípios do Polo. Em Upanema, 20 trabalhadores foram resgatados dessas condições, sendo que os mesmos desenvolviam trabalho com a carnaúba. Nessa situação,

[...] nos locais em que os trabalhadores foram encontrados ou nas frentes de serviços não havia instalação sanitária, chuveiro, lavatório ou lavanderias. As necessidades fisiológicas eram feitas no mato. Não havia local para o preparo, guarda e cozimento dos alimentos, nem local para refeições. Os trabalhadores também não tinham acesso a exame médico admissional, nem material de primeiros socorros ou equipamento de proteção individual. (G1- RN, 2022).

As condições vivenciadas pelos trabalhadores, como apontam as informações do jornal, dão conta de uma realidade preocupante, afinal, como podemos perceber, não é pouco o número de trabalhadores nessa condição. Além disso, os números os quais evidenciamos são apenas aqueles notificados, que através de denúncias chegam aos órgãos competentes, ficando implícitas aquelas situações em que o medo de repressão ou a necessidade financeira desses trabalhadores em ter que garantir o sustento da família não os deixam fazerem uso da denúncia.

Um agravante com relação a essa problemática refere-se ao PL 3842 de 2012⁸⁰ de autoria do Deputado Moreira Mendes – Partido Social Democrático (PSD-RO), responsável por alterar o Decreto-lei nº 2848 de 1940⁸¹, dispondo sobre o conceito de trabalho análogo ao escravo.

Essa ação é uma tentativa desumana de proteger as propriedades rurais onde sejam encontrados trabalhadores em situações análogas à escravidão. O PL redefine o conceito de trabalho escravo retirando os termos “jornada exaustiva” e condições degradantes de trabalho” do seu enquadramento

⁸⁰ De acordo com Mitidiero Junior (2016, p. 173), “Aprovado na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Esse PL está apensado ao PL 5016/2005 com o objetivo de desvirtuar a proposta de agravamento dos crimes”.

⁸¹ Esse decreto explicita em que se constitui o trabalho escravo. Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: (Redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003). Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência. (Redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem: (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

I - Cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

II - Mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho. (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003). (Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10621211/artigo-149-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>. Acesso em: 02 out. 2021).

criminal. Com isso, dificulta-se a expropriação das fazendas com essas ocorrências para fins de reforma agrária e garante a exploração desumana do trabalhador. (MITIDIERO JUNIOR, 2016, p. 173).

Além disso, temos um outro problema, pois desde 2016, com Michel Temer e, posteriormente, no governo Jair Messias Bolsonaro, as atividades dos órgãos de atuação voltados para as questões trabalhistas no Brasil acabaram por ser impactadas. Ressaltamos que o Ministério do Trabalho foi fragilizado em 2016, passando por reestruturações nesse ano e sendo extinto no governo Jair Messias Bolsonaro em primeiro de janeiro de 2019. As atribuições desse órgão foram direcionadas ao Ministério da Economia, Ministério da Cidadania e Ministério da Justiça e Segurança Pública. Com isso, o que observamos é a fragilização da fiscalização e o aumento da precarização nas condições de trabalho no Brasil, tanto no campo como na cidade. Em consonância com essa realidade a qual vivenciamos, visualiza-se o aumento do número de resgate de pessoas trabalhando em condições análogas à escravidão no ano de 2021. De primeiro de janeiro a 9 de dezembro deste ano, foram registrados 151 casos de trabalho escravo no meio rural brasileiro de acordo com a CPT.

No que se refere aos conflitos pela água, foi identificada a sua presença no município de Pendência. O fato teria ocorrido no ano de 2008, em que a situação do conflito teria relação com a destruição e poluição envolvendo a Empresa de Carcinicultura Potiporã.

Reflexo desses conflitos no campo que marcam a realidade do Polo Assu-Mossoró e que envolvem a questão da terra, trabalho e a água como podemos observar, identificamos várias manifestações que vêm sendo empreendidas pela população do campo e movimentos sociais na tentativa de reivindicar os seus direitos (Quadro 02).

Quadro 02 – Principais manifestações no Polo Assu-Mossoró (2001-2020).

MUNICÍPIOS	Responsáveis pela Manifestação	Data	Reivindicações
Carnaubais	Ocupação de Prefeitura/Assentamento Planalto	12/01/2001	Não explicitada no documento da CPT
Mossoró	Ocupação do Incra	03/09/2001	Não explicitada no documento da CPT
Mossoró	MST	4/6/2003	Desapropriação
Mossoró	MST	2/7/2003	Desapropriação/Reforma Agrária
Mossoró	MST	02/04/2004	Reforma Agrária
Mossoró	MST	10/11/2004	Reforma Agrária Desapropriação/Cumprimento
Mossoró	MST	16/2/2006	Infraestrutura
Mossoró	MST	05/06/2007	Desapropriação/
Mossoró	MST	02/07/2007	Reforma Agrária

Mossoró	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Rio Grande do Norte (FETARN)	23/07/2007	Cumprimento de acordos/ Reforma Agrária
Mossoró	-	17/12/2007	Desapropriação
Mossoró	MST	12/03/2008	Infraestrutura/ Direitos Humanos
Mossoró	MST	14/03/2008	Infraestrutura/ Educação/ Saúde
Mossoró	MST	14/04/2008	Infraestrutura
Açu	FETRAF	28/05/2008	Crédito/ Infraestrutura/ Cumprimento de acordos/ Educação/ Incentivos à pequena produção
Mossoró	Marcha Mundial da Mulheres	17/10/2008	Contra transnacionais/ Pela Soberania Alimentar
Mossoró	MST	15/4/2010	Lutas por Reforma Agrária Infraestrutura/ Saúde/ Políticas públicas
Mossoró	Marcha das Margaridas	19/3/2011	Políticas públicas
Mossoró	MST	05/03/2012	Código Florestal Educação/ Saúde/ Questões ambientais/ Reforma Agrária
Mossoró	MST	10/04/2012	Infraestrutura/ Educação/ Saúde
Mossoró	MST	13/09/2012	Seguro safra
Mossoró	MST	07/04/2014	Reforma Agrária
Mossoró	MST	10/09/2014	Crédito/ Infraestrutura/ Reforma Agrária
Mossoró	MST	09/03/2015	Reforma Agrária
Mossoró	-	08/03/2016	Mulheres contra a injustiça e a violência
Mossoró	MST	15/04/2016	Contra a injustiça e a violência/ Reforma Agrária
Mossoró	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)	16/06/2016	Seguridade social
Açu	CPT	11/11/2016	Contra a injustiça e a violência/ Reforma Agrária/ Seguridade social
Mossoró	CPT	11/11/2016	Semiárido e questões ambientais/ Contra a injustiça e a violência/ Reforma Agrária/ Seguridade social
Mossoró	Central única dos Trabalhadores (CUT) Movimento Mulheres Municipalista (MMM)/ MST	08/03/2017	Lutas das Mulheres Camponesas Contra monocultura/ Contra a injustiça e a violência/ Seguridade social
Mossoró	MST	14/06/2019	Reforma Agrária/ Seguridade social Trabalhista.

Fonte: Elaborado com base na CPT (2021).

Os dados presentes no Quadro 02 retratam bem a questão agrária no Polo Assu-Mossoró, bem como é uma expressão concreta da luta e resistência camponesa frente à atuação

do capital nesse espaço. Como podemos observar, são reivindicações de trabalhadores (as) camponeses (as) que surgem no campo, mas que promovem os seus movimentos na cidade. Este fato tem uma explicação lógica, pois Mossoró e Açu, os dois municípios com maior número de manifestações, são justamente aqueles que têm maior dinamicidade na área urbana e, assim, são capazes de atrair uma maior atenção do poder público e da própria mídia. Esta, é importante ressaltar, nem sempre está do lado dos camponeses.

As manifestações presentes no Polo congregam uma gama de reivindicações, com destaque para a Reforma Agrária. Ao discutir o tema da Reforma Agrária no Brasil, assim se posiciona Martins (1980),

Temos, portanto, pela frente um quadro ao mesmo tempo grave e diversificado. Uma simples proposta de reforma agrária distributiva, de tipo capitalista, é bandeira que está muito aquém do que esperam grandes massas de lavradores. Uma proposta coletivista, por sua vez, abriria um conflito com aqueles que já foram subjugados pelo regime de pequena propriedade. No meu modo de ver, esta é hora para se discutir menos, mas discutir, e ouvir mais – ouvir os pobres do campo, conhecer suas bandeiras de luta e sua luta, ampla e violenta, como tem sido nestes anos todos. Não temos o direito de inventar bandeiras de luta para quem já está lutando, para ver quem já vê nitidamente o que quer. Cabe-nos primeiramente ver e compreender. Para que não se repita os erros anteriores a 1964, quando proposta e alianças foram definidas com escassa participação dos interessados, os pobres e ofendido do campo. (MARTINS, 1980, p. 44).

Além do tema da Reforma Agrária, as manifestações também explicitam a participação de grupos e movimentos sociais que lutam pelos direitos dos agricultores camponeses, pelos direitos das mulheres, como são o caso do MST, a Marcha das Margaridas, o Movimento Mundial das Mulheres, dentre outros. São esses movimentos que contribuem para manter viva a luta e resistência camponesa nos dias atuais, por isso não podemos negligenciar a sua importância principalmente em um contexto social, político e econômico marcado por retrocessos, agravados a partir de 2020 por uma crise sanitária em função da Pandemia do Corona vírus - COVID-19 e que tem colocado como pautas diárias os problemas da violência e da fome em nosso país.

Em suma, as inquietações no campo, marcadas por conflitos numerosos, retratam o processo de expropriação da terra ao qual são submetidos os camponeses (MARTINS, 1980, p. 14). A exploração do trabalho, embora seja vista por Martins como um “problema em segundo plano, muitas vezes embutida na propriedade e por ela escamoteada”, ainda necessita de atenções na realidade brasileira e no caso do Polo Assu-Mossoró, principalmente quando

consideramos o número de pessoas exploradas, em condições análogas à escravidão e convivendo, como será refletido nos próximos itens, com o problema da pobreza.

3.3 A questão da pobreza: aspectos do Polo Assu-Mossoró

Ao observarmos a realidade podemos perceber que o modelo neoliberal e a acumulação do capital que se impõem em grande escala tem sustentado uma longa fila do então denominado exército industrial de reserva. Estes não têm só dado subsídios à acumulação, como também fazem parte dos bolsões de pobreza presentes tanto nos países desenvolvidos como naqueles países que têm sido categorizados como em desenvolvimento e pobres.

Assim, pressupõe-se que seguir o ideário neoliberal é alimentar a pobreza. Somente uma leitura hegemônica ou conservadora sobre o tema seria incapaz de negligenciar a relação da pobreza com o modo de produção capitalista e voltado ao livre mercado. Um exemplo concreto é o agronegócio no Brasil, que envolto por todo esse sistema, não tem sido responsável somente por concentrar a renda, mas a terra e a água, contribuindo para o aumento das desigualdades sociais.

Nessa perspectiva, temos que afirmar que os territórios do agronegócio também são territórios da pobreza, pois da mesma forma que em escala nacional, o agronegócio tem ocupado espaço no PIB e na geração de riquezas como defendem muitos pesquisadores, tem, por outro lado, produzido e reproduzido a pobreza através da expropriação de grupos sociais, da intensificação da concentração da terra e da própria inclusão precária de trabalhadores do campo como mão de obra.

Assim, tendo em vista todos os problemas que envolvem a pobreza, é necessário ressaltar que segundo Rocha (2011), somente a partir do século XX, no contexto de reconstrução do pós-guerra dos países desenvolvidos é que surgiria uma maior preocupação com essa temática. Dessa forma, o debate sobre o tema não foi suscitado inicialmente entre os países pobres onde a situação é mais crítica, mas no contexto dos países desenvolvidos.

Foi a partir disso que muitos pesquisadores passaram a buscar parâmetros para que pudessem entender, definir e até mesmo mensurar a pobreza.

Em seu livro *A pobreza no Brasil: afinal de que se trata?* Rocha (2011) traz vários indicativos de como podemos compreender melhor esse problema. A pobreza se constitui em um “fenômeno complexo podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada.” (ROCHA, 2011, p. 09). Nessa perspectiva,

a operacionalização dessa noção requer um delineamento sobre que necessidades são essas e qual o nível de atendimento pode ser considerado como adequado, considerando o contexto socioeconômico e o grupo social em que os sujeitos estão inseridos. Assim,

Definir o conceito de pobreza relevante e escolher os procedimentos de mensuração adequados é o resultado de análises sensatas e cuidadosas de cada realidade social específica. Por um lado, trata-se da questão de identificar os traços essenciais da pobreza em determinada sociedade. É generalizada, atingindo a maior parte da população, ou, ao contrário, é geograficamente localizada? Quais são seus determinantes: é um fenômeno crônico ou está associado a mudanças econômicas e tecnológicas? Quais são seus sintomas principais – subnutrição, baixa escolaridade, falta de acesso a serviços básicos, desemprego ou marginalidade? Quem são os pobres em termos de um conjunto de características básicas, ou em outras palavras, qual o perfil dos pobres? (ROCHA, 2011, p. 10).

No nosso entendimento, traçar um perfil que represente a pobreza não se constitui em um processo fácil, tendo em vista que muitos a categorizam a partir de uma perspectiva multidimensional, outros se remetem somente à renda mesmo cientes de suas limitações e outros, ainda, preferem aliar a renda com elementos básicos à sobrevivência como a questão do acesso à água e saneamento básico. Assim, além dos elementos citados pela autora na questão da definição da pobreza, existe também a sua expressão material e que podemos visualizar através do nosso olhar sobre a paisagem que nos cerca no decorrer das pesquisas de campo, sendo os registros fotográficos e diálogos com as famílias ferramentas de potencial relevância no reconhecimento desse processo. As condições de habitação de muitas famílias do recorte deste estudo, por exemplo, são marcadas pela falta de acabamento de sua estrutura ou pela sua deterioração, banheiros inadequados, interrupção no acesso à eletricidade em virtude do não pagamento, a baixa escolaridade dos membros da família, dentre tantos outros problemas que podem ser identificados e que sintetizam veemente a presença da pobreza nos territórios do agronegócio da fruticultura irrigada no Polo Assu-Mossoró.

Rocha (2011) também nos apresenta conceitualmente o que ela entende como diferenciação entre a pobreza absoluta⁸² e a pobreza relativa, embora enfatize que para fins empíricos a sua distinção não apresenta limites claros.

Pobreza absoluta está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física; portanto, ao não atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital. O conceito de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas

⁸² De acordo com Rocha (2011), a pobreza absoluta seria o conceito operacionalmente relevante para a realidade brasileira, tendo em vista que em nosso país um contingente significativo de pessoas não tem suas necessidades básicas atendidas.

em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social. Implica, conseqüentemente, delimitar um conjunto de indivíduos “relativamente pobres” em sociedades em que o mínimo vital já é garantido a todos. (ROCHA, 2011, p. 11).

No entendimento de Kageyama e Hoffmann (2016), existem alguns parâmetros utilizados nos estudos científicos para que possamos ter uma dimensão da pobreza em determinada sociedade. Em trabalho realizado pelos autores com o objetivo de analisar a pobreza no Brasil entre 1992-2004, eles utilizaram como parâmetro a renda e aspectos relativos ao bem-estar ou desenvolvimento social dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Tendo como suporte os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), classificaram a população pobre em três grupos, a saber:

Pobre tipo I: ocorre quando há essencialmente insuficiência de renda

Pobre tipo II: apenas falta de acesso a pelo menos dois de três equipamentos básicos (água canalizada, banheiro e luz elétrica)

Extremamente pobre: baixa renda combinada com a ausência dos três equipamentos básicos. (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2016, p. 80).

Na análise apresentada pelos autores, podemos perceber que para ter uma dimensão da pobreza, são considerados além do fator renda, outros elementos que compõem bens essenciais, como a água canalizada, o banheiro e a luz elétrica, suscitando o fato de que a renda é importante na mensuração da pobreza, mas que é necessária a agregação de outros elementos nesse processo.

Uma outra contribuição dos autores nesse trabalho refere-se ao fato de elencar que o crescimento econômico de determinada localidade não é suficiente para eliminar a pobreza. Sobre o assunto, Thomas Piketty (2013), em livro intitulado *O capital no século XXI*, ao fazer uso de dados históricos e comparativos, traz uma grande contribuição não só na perspectiva econômica, mas principalmente no âmbito social ao se propor discutir a distribuição da riqueza e se atentar para o fator crescimento econômico. Por ser um tema polêmico, o autor não se restringe apenas a analisar a evolução do crescimento econômico, mas busca tirar lições para compreender a distribuição da renda e do patrimônio no século XXI.

Como indicativo do seu embasamento teórico traz alguns pensadores, citando Karl Marx para fazer referências às análises empreendidas por esse autor no século XIX, em que ele discutia a acumulação da riqueza e a sua conseqüente concentração nas mãos de um seletivo grupo de pessoas, e Simon Kuznets, século XX, que defendia a existência de forças reguladoras que impulsionadas pelo desenvolvimento tecnológico resultaria na diminuição das

desigualdades. Assim, segundo o pensamento deste último teórico, a desigualdade de renda tenderia a diminuir de modo automático com o desenvolvimento do capitalismo.

Thomas Piketty (2013) propõe que as análises da realidade através dos dados são importantes, mas é preciso ir além dos dados e considerar fenômenos que acontecem na sociedade que está sendo analisada. Conclui ainda que a diminuição da desigualdade não se trataria de uma lógica interna do desenvolvimento econômico.

Assim, na perspectiva do autor, o crescimento não pode se equilibrar de forma automática e procura não se deter no nível de desigualdade, mas considerar aspectos estruturais que o envolvem, justamente, as origens das disparidades de renda e riqueza entre os grupos sociais e as diferentes justificativas que condicionam esse processo: econômicas, sociais, políticas, morais. “A desigualdade não é necessariamente um mal em si: a questão central é decidir se ela se justifica e se há razões concretas para que ela exista.” (PIKETTY, 2013, p. 27).

O crescimento econômico que não se transforma em melhorias sociais e que, portanto, não é capaz de equacionar as desigualdades e a pobreza é preciso ser questionado. Além disso, é necessário desconfiar do determinismo econômico ao tratar da distribuição da renda e da riqueza; a desigualdade tem relação com um jogo de forças que envolve atores sociais, econômicos e políticos e de como eles observam o que é justo e o que não o é (PIKETTY, 2013). Essas relações e jogos de forças podem ser vistos a partir do privilégio e valorização que são dados nos mais diferentes contextos ao processo de acumulação do capital. Este é o detentor das maiores forças e, por isso, é capaz de captar infraestruturas e recursos em detrimento de uma grande maioria que padece em sua convivência com a pobreza.

Vale aqui ressaltar que a busca por um indicador sintético das condições de vida dos diferentes países resultou na elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tendo sido divulgado pela primeira vez pelo Relatório de Desenvolvimento Humano (1990). O IDH baseia-se na média aritmética simples de três indicadores relacionados à condição humana como a esperança de vida ao nascer, a escolaridade e o PIB per capita (ROCHA, 2011).

Embora bastante utilizado (inclusive, no Brasil, é calculado o Índice de Desenvolvimento Humano no âmbito municipal, o chamado IDHM), existem críticas sobre esse parâmetro. “[...] isto se deve ao fato de que todos os indicadores utilizados na construção do IDH são médias, o que mascara a ocorrência de situações extremas associadas a desigualdade de bem-estar entre indivíduos.” (ROCHA, 2011, p. 24).

Nessa perspectiva, pensando à realidade brasileira em específico, temos que reconhecer as limitações da aplicação do IDH, tendo em vista que a pobreza no Brasil acaba por ter relação intrínseca com a distribuição desigual da renda.

Estimativas do Índice de Gini retratam essa realidade sobre o Brasil, pois em 2018, apresentou-se na posição 156 quando comparado a realidade de outros países, o que sintetiza a sua posição de um dos países mais desiguais do mundo (Tabela 22).

Tabela 22 - Estimativas de Índice de Gini com ano de referência da última informação disponível - Países selecionados a partir do ranqueamento do Gini.

Países selecionados, por desigualdade de rendimentos					
Menores Desigualdades			Maiores Desigualdades		
Países/Ranking	Ano de referência	Índice de Gini	Países/Ranking	Ano de referência	Índice de Gini
1. Eslovênia	2017	0,242	155. Botsuana	2015	0,533
2. República Tcheca	2017	0,249	156. Brasil	2018	0,539
3. Bielorrússia	2018	0,252	157. Moçambique	2014	0,540
4. Eslováquia	2016	0,252	158. Suazilândia	2016	0,546
5. Moldávia	2018	0,257	159. República Centro-Africana	2008	0,562
6. Ucrânia	2018	0,261	160. São Tomé e Príncipe	2017	0,563
7. Azerbaijão	2005	0,266	161. Zâmbia	2015	0,571
8. Islândia	2015	0,268	162. Suriname	1999	0,576
9. Noruega	2017	0,270	163. Namíbia	2015	0,591
10. Bélgica	2017	0,274	164. África do Sul	2014	0,630

Fonte: Elaborado com base no IBGE, Síntese de Indicadores sociais (2020).

Frutos dessa desigualdade intensa, é notório o fato de uma pequena minoria concentrar a maior parte da renda nacional. Com isso, embora programas sociais, como o Bolsa Família, atenuem mesmo que minimamente parte das desigualdades nas camadas mais pobres da população, são insuficientes diante da necessidade de outras reformas estruturais como a própria Reforma Agrária.

Ademais, ainda temos que considerar o panorama de retrocessos que vivencia a população brasileira, os quais os impactos atingem diretamente a população pobre do campo e da cidade. A Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2017-2018, atentando-se para as condições de vida e hábitos de consumo da família brasileira, aponta o aumento da insegurança alimentar das famílias brasileiras e assevera que 10,3 milhões de pessoas se encontravam em situação de fome no Brasil. Esse problema se torna ainda mais grave com a Pandemia de Covid-19 aliada à pouca preocupação com o desenvolvimento de ações que inibisse o problema. Com isso, no

final de 2020, 19,1 milhões de brasileiros conviviam com a fome e, em 2022, 33,1 milhões de pessoas não têm o que comer, conforme Relatório Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil.

Nesse contexto, tendo como base as reflexões postas nesse momento que envolveram aspectos relacionadas à problemática da pobreza e sua intrínseca relação com o processo de acumulação do capital, buscamos nos aproximar do recorte empírico analisado nesse estudo. Ressaltamos que o objetivo não é mensurar ou medir quantitativamente a pobreza, mas refletir qualitativamente sobre ela a partir de dados coletados em *sites* oficiais, pois compreendemos que, frente ao aumento da produção globalizada e do vertiginoso uso de insumos e tecnologias na fruticultura irrigada do Polo, é preciso que possamos entender a existência da permanência da pobreza como umas das faces das contradições geradas pela acumulação do capital sobre esse território.

Diante disso, buscamos refletir sobre os processos que envolvem a persistência e/ou permanência da pobreza nos municípios que compõem o Polo Assu-Mossoró, trabalhando tanto na perspectiva do município, como também trazendo elementos restritos ao espaço agrário. Partimos do pressuposto de que o processo de modernização que se dá no Polo a partir da década de 1970 tem sido incapaz de impactar na estrutura socioeconômica dos sujeitos ali presentes, pois no Brasil “a modernização se dá no marco da tradição, o progresso ocorre no marco da ordem.” (MARTINS, 1994, p. 30).

Nessa perspectiva, se a ordem do dia é o progresso técnico, a modernização de determinados espaços, isso não significa que o conjunto da sociedade será beneficiado. Pelo contrário, quando se fala em melhorias sociais no Brasil, podemos perceber que esse é um processo que se dá com progressos e retrocessos e nos quais os elementos estruturais sofrem poucas alterações. Tudo isso faz parte de algo mais complexo e amplo, pois percebemos que a elite brasileira empreende transformações, ainda que pouco profundas ou transformações superficiais, com um fim único de acalmar os ânimos da população e assim diminuir as tensões sociais entre as classes.

A dita modernização do campo além de ter um caráter seletivo não é capaz de abranger a população positivamente. Para o grande grupo populacional os impactos são bastante negativos e marcados pela exclusão e expropriação dos sujeitos do acesso a terra, à água e principalmente aos produtos que são produzidos, pois estes têm como principal destino o mercado.

É preciso considerar ainda que os resultados sociais advindos desse processo são questionáveis. Na verdade, não condizem com a riqueza material ali instalada, além de ser

grande a pressão exercida pelo capital sobre os agricultores camponeses, resultando em resistência ou processos de subjugo ao grande capital.

No Polo Assu-Mossoró, esses exemplos têm ligação com o processo de expropriação que os camponeses foram submetidos, sobretudo após a implantação do Perímetro Irrigado Baixo-Açu e a construção da Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves. Isso resultou para muitos desses sujeitos a submissão ao agronegócio, uma vez que muitos tiveram que se submeterem à venda da força de trabalho em terras alheias, na condição de diaristas.

Sob a anuência do Estado e conduzidas pelas empresas capitalistas, as inovações que se dão no campo em prol dessa modernização agrícola são oriundas de diversas partes do mundo. São dinâmicas inseridas dentro do processo de expansão capitalista em que espaços como o do Polo Assu-Mossoró se tornam atraentes dentro do contexto de acumulação.

Nesse sentido, o espaço acaba sendo essencial para o desenvolvimento do capitalismo, pois é grande a força do capital em agregar novos espaços as suas dinâmicas e em modificar os espaços em que se encontram inseridos. Como resultado da sua atuação, podemos observar as mais diversas contradições, sendo os aspectos sociais elementos que nos chamam a atenção.

Para entendermos as contradições presentes no Polo Assu-Mossoró, começamos por considerar o Produto Interno Bruto – PIB e o Produto Interno Per Capita de cada um dos municípios que o compõem. Ver Tabela 23.

Tabela 23 - Produto Interno Municipal (2019) e Produto Interno Per Capita (2019) dos municípios do Polo Assu-Mossoró.

Municípios	PIB Municipal (2019)	PIB per capita (2019)
Açu	1.241.657,15	21.401,61
Afonso Bezerra	101.971,97	9.240,78
Alto do Rodrigues	488.265,59	33.606,28
Baraúna	656.247,90	23.128,49
Carnaubais	147.678,37	16.235,56
Ipanguaçu	150.604,38	9.722,06
Itajá	87.594,10	11.604,94
Mossoró	6.926.042,23	23.290,37
Pendências	546.406,34	36.116,49
Serra do Mel	380.636,77	31.884, 47
Upanema	174.692,22	11.917,06

Fonte: Elaborado com base no IBGE (2019).

O PIB é um indicador importante sendo, de acordo com o IBGE, a soma de todos os bens e serviços finais produzidos em determinado espaço geográfico. Os dados podem ser calculados levando em consideração o recorte de um país, região, estado ou município.

Enquanto isso, o PIB per capita envolve o valor médio agregado por indivíduo dos bens e serviços finais produzidos. Ambos os indicadores podem ser calculados no percurso de um ano.

A apropriação desses dados da Tabela 23, que apontam para um PIB elevado em todos os municípios no ano 2019 e o próprio PIB per capita também elevado no ano de 2019, são resultados de um mero crescimento econômico. O PIB e o PIB per capita em específico escondem um dos mais graves problemas do Brasil que se constitui na concentração da renda e na desigualdade social.

Esses números, como enfatizado, resultam do crescimento econômico que não tem sido capaz de melhorar a vida das famílias em locais em que se dá a produção do agronegócio da fruticultura irrigada. Encontram-se, portanto, restritos a poucas pessoas. É inegável que tem ocorrido no Brasil e no Nordeste, em específico, uma evolução nos indicadores sociais referentes à qualidade de vida da população, entretanto, essa melhoria se dá em uma velocidade bem menor quando comparada ao dinamismo da produção (ARAÚJO, 2002)⁸³.

A riqueza é muito concentrada no Nordeste, e os contrastes sociais são enormes. Além disso, nas últimas décadas, a dinâmica e as transformações na base produtiva instalada na região foram muito mais intensas e profundas que as alterações para melhoria na qualidade de vida dos nordestinos. O crescimento econômico reduziu de maneira insuficiente os déficits sociais, e a crise dos anos recentes só fez agravar o quadro social regional. (ARAÚJO, 2002, p. 32).

No Polo Assu-Mossoró, através dos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil⁸⁴, podemos comprovar a ineficiência desse modelo de desenvolvimento capitalista que provoca mudanças na base produtiva, mas que impacta de forma insuficiente na vida das famílias. A porcentagem de pessoas inscritas no Cadastro Único (Tabela 24) e que, portanto, recebem Bolsa Família é um forte indicativo de todo esse processo e contraria os indicadores do PIB e PIB per capita vistos anteriormente.

⁸³ O Nordeste, apesar de continuar a ser a região mais pobre do país, conforme provam índices como o IDH, nele vem ocorrendo modificações que acarretam mudanças formais, embora não promovam um crescimento acentuado e muito menos uma melhor distribuição de renda nem melhoria das condições de vida da população, que continua vivendo em condições precárias. O Nordeste sofre o que poderíamos chamar de um crescimento sem mudanças reais, apenas formais (ANDRADE, 2006, p. 277).

⁸⁴ O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil traz um retrato do desenvolvimento humano sustentável e as desigualdades no Brasil.

Tabela 24 - Porcentagem de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família no Polo Assu-Mossoró (2017).

MUNICÍPIOS	% da população
Afonso Bezerra	91,35
Carnaubais	87,59
Serra do Mel	80,71
Pendências	77,36
Alto do Rodrigues	76,43
Baraúna	70,79
Upanema	70,60%
Itajá	70,15
Açu	69,82%
Ipanguaçu	60,61
Mossoró	58,39

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020. Organizado pela autora (2021).

Dentre os requisitos para ter acesso ao Programa Bolsa Família, que atende às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, está o critério renda por pessoa.

É importante ressaltar que, no ano de 2021, através da MP nº. 1.061, foi criado o Auxílio Brasil em substituição ao Programa Bolsa Família⁸⁵. Este foi criado em 2003 pelo presidente Luiz Inácio da Silva e vigorou por 18 anos. O benefício atual continua a integrar famílias na condição de pobreza e pobreza extrema, entretanto, ocorrem algumas alterações de um programa para outro. No Bolsa família, a renda por pessoa para ser elegível na condição de extrema pobreza era de R\$ 89,00; no Auxílio Brasil, esse valor é elevado para R\$ 100,00. No que se refere à condição de pobreza, o valor também foi elevado de R\$ 178,00 no Bolsa Família para R\$ 200,00 no Auxílio Brasil (G1 ECONOMIA, 2021).

Assim, a análise dos dados apresentados na Tabela 24 reflete a situação de pobreza vivenciada pela população dos municípios que compõem o Polo. Em todos os seus municípios, mais de 50% das pessoas têm acesso ao benefício.

Ao refletirmos sobre o elevado número de beneficiários do programa Bolsa Família nos municípios e a atuação das empresas, percebemos as contradições vigentes. Um exemplo é o que ocorre no município de Baraúna, onde há uma atuação intensa das empresas vinculadas ao agronegócio da fruticultura irrigada e que tem 70,79% de sua população inscrita no referido programa. Esse fato se repete em outros municípios, como Açu, que apresenta 69,82% de pessoas cadastradas, Afonso Bezerra, com 91,43%, e Mossoró, que conta com 58,39%. Esses municípios também se destacam por apresentarem um Produto Interno Bruto (PIB) em crescimento e um PIB *per capita* elevado (Ver Tabela 23). Esses dados confirmam o nosso

⁸⁵ Enfatizamos que com o retorno à presidência do Governo Luiz Inácio Lula da Silva em 2023, o referido programa passa a ter o seu nome de origem, Bolsa Família.

entendimento de que existe nesse recorte apenas um mero crescimento econômico que esconde as desigualdades sociais oriundas da concentração de renda e terra ali presentes.

Ao fazer referência à distribuição de recursos destinados ao Programa Bolsa Família conforme as regiões brasileiras, Araújo e Favareto (2020) salientam que para o Nordeste são captados 55% dos recursos desse programa, tendo em vista ainda ser marcado pela pobreza, principalmente a pobreza rural, que tem como espaço principal os pequenos municípios do semiárido.

Outro exemplo de política pública que acaba expressando a realidade de pobreza é o PRONAF. Utilizando dados do Censo Agropecuário de 2006, Aquino e Lacerda (2015) nos mostram que 60% dos agricultores familiares do Rio Grande do Norte estariam enquadrados no Grupo B do PRONAF. Esse grupo representa aqueles agricultores considerados mais pobres, com rendimento anual de até R\$ 3.000, 00 no período. Esse fato, de acordo com os autores, evidencia a heterogeneidade e a pobreza que caracterizam o semiárido nordestino. São, portanto, agricultores que apresentam várias carências produtivas, dentre elas a questão da água, da terra, da educação, do acesso às tecnologias e à assistência técnica.

No contexto do Polo, os dados do Censo Agropecuário de 2017 apontam que dos 5.662 estabelecimentos da agricultura familiar presentes nos municípios, 72,9% estavam enquadrados no Grupo B do PRONAF⁸⁶.

As políticas públicas contribuem para que essas famílias possam melhorar minimamente a sua qualidade de vida. Entretanto, é importante reconhecer o quanto o capital tem agido contraditoriamente, excluindo e expropriando pessoas dos seus meios de produção e sendo incapaz de propiciar melhorias significativas nos locais onde atuam.

Outros indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o Índice de Gini condizem com a problemática analisada, contribuindo para a reflexão sobre a realidade socioeconômica do Polo.

O IDHM congrega três dimensões do desenvolvimento humano, sendo eles educação, renda e longevidade. As faixas de desenvolvimento humano variam de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo a 1, maior o desenvolvimento humano, as quais correspondem a: Muito Alto (0,800 – 1,000); Alto (0,700 – 0,799); Médio (0,600 – 0,699); Baixo (0,500 – 0,599); Muito Baixo (0,000 – 0,499). Na Tabela 25, apresentamos dados sobre o IDH dos municípios que

⁸⁶ No período de referência de levantamento dos dados do Censo Agropecuário 2017, os agricultores familiares do PRONAF B eram aqueles com renda bruta familiar anual de até R\$ 20 mil.

integram o Polo Assu-Mossoró, os quais auxiliam na compreensão da realidade desse recorte espacial.

Tabela 25 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) -1991, 2000, 2010.

MUNICÍPIOS	1991	2000	2010
Açu	0,399	0,536	0,661
Afonso Bezerra	0,343	0,456	0,585
Alto do Rodrigues	0,373	0,513	0,672
Baraúna	0,285	0,414	0,574
Carnaubais	0,352	0,481	0,589
Ipanguaçu	0,307	0,452	0,603
Itajá	0,300	0,454	0,624
Mossoró	0,470	0,596	0,720
Pendências	0,377	0,493	0,631
Serra do Mel	0,282	0,463	0,614
Upanema	0,327	0,416	0,596

Fonte: Elaborado com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP (2020).

Com base no que foi exposto na tabela, constatamos que, em 1991, todos os municípios do Polo estavam na faixa considerada Muito Baixa (0,000 – 0,499). No ano de 2000, somente os municípios de Açu e Mossoró conseguiram avançar do Muito Baixo para o Baixo. Em 2010, Açu, Alto do Rodrigues, Ipanguaçu, Itajá, Mossoró, Serra do Mel chegaram ao patamar de IDHM Médio, sendo que os demais municípios permaneceram com índices baixos.

Convém ressaltar que o IDH tem suas limitações, entretanto, é necessário refletir que no Polo a sua evolução é lenta, o que demonstra que as alterações que vêm ocorrendo nesse espaço e interferindo na dinâmica econômica desses municípios não contribuem de maneira substancial na qualidade de vida e, conseqüentemente, na diminuição das desigualdades sociais. O Índice de Gini⁸⁷, por exemplo, retrata a desigualdade de renda no Polo (Tabela 26).

Tabela 26 - Índice de Gini nos municípios do Polo Assu-Mossoró (1991, 2000, 2010).

Territorialidades	Índice de Gini Censo 1991	Índice de Gini Censo 2000	Índice de Gini Censo 2010
Brasil	0,63	0,64	0,60
Açu	0,55	0,59	0,53
Afonso Bezerra	0,49	0,57	0,53
Alto do Rodrigues	0,48	0,53	0,47
Baraúna	0,52	0,56	0,42

⁸⁷ De acordo do o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Índice de Gini constitui-se em um instrumento que mede a concentração de renda em um determinado grupo. Apresenta a disparidade de rendimentos entre os mais ricos e os mais pobres, costumando comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. Numericamente, utiliza uma escala de zero a um ou de zero a cem. O zero representa a situação de igualdade, enquanto que a proximidade do um, representa o extremo oposto, ou seja, a concentração de riqueza. (Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3249/1/Desigualdade%20de%20renda%20no%20Brasil%20-%20v.%201.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021).

Carnaubais	0,51	0,74	0,52
Ipanguaçu	0,41	0,56	0,48
Itajá	0,40	0,50	0,42
Mossoró	0,57	0,57	0,52
Pendências	0,50	0,48	0,55
Serra do Mel	0,46	0,45	0,50
Upanema*	-	-	-

Fonte: Elaborado com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP (2020).

*Ausência de dados do referido município.

Podemos perceber, como ocorre no contexto brasileiro de maneira geral, que a disparidade de renda permanece pouco alterada nesses municípios no decorrer dos anos apresentados nos Censos. De 1991 a 2000, 72,8% dos municípios não apresentaram melhoria, pelo contrário, a desigualdade se elevou nesse período. Somente o município de Mossoró não apresentou mudanças, mantendo-se com o mesmo índice. De 2000 a 2010, embora de maneira tímida, 81,8% dos municípios diminuíram a concentração de renda e 18,1% tiveram elevação nesse quesito.

Sobre esses dados, é importante entender a existência de contextos nos quais eles se inserem, pois, a partir dos anos 2000 passam a ser desenvolvida no Brasil políticas de cunho social, como é o caso do Programa Bolsa Família, e aquelas direcionadas especificamente para o campo, como o PRONAF, PAA, PNAE, que ganham uma maior atenção do Estado, e que podem explicar essa diminuição da concentração de renda em alguns municípios do Polo, já que camadas sociais baixas passam a se beneficiar dessas políticas. Por outro lado, também devemos considerar o fato de que a década de 1990 representa o período de consolidação do processo de modernização do espaço agrário do Polo Assu-Mossoró, e que as consequências desse processo, que resultou na expropriação de famílias camponesas, favoreceram o aumento das desigualdades, da pobreza e das vulnerabilidades sociais.

Para melhor compreensão dessa realidade, apresentamos na sequência as tabelas 27, 28 e 29 que expressam, respectivamente, o percentual de pessoas consideradas pobres, o percentual de pessoas consideradas extremamente pobres e o percentual de pessoas vulneráveis à pobreza no Polo Assu-Mossoró. Ressaltamos que não existe no Brasil “uma linha de pobreza monetária oficial, várias linhas⁸⁸ coexistem para análise da evolução da pobreza, totalizando números e indicadores que podem variar entre si.” (IBGE, 2020). Além disso, como visto anteriormente, a mensuração da pobreza não só no Brasil, mas a nível mundial, é marcada por uma ampla complexidade.

⁸⁸ A atual linha internacional de extrema pobreza é fixada em US\$ 1,90 por dia em termos de Poder de Paridade de Compra - PPC (ou, em inglês, PPP, *purchasing power parity*), o que representa a média das linhas de pobreza encontradas em 15 dos países mais pobres classificados pelo consumo/renda *per capita* (IBGE, 2020, p. 62).

Tabela 27 - Percentual de pessoas consideradas pobres⁸⁹ no Polo Assu-Mossoró (2010).

Territorialidades	% de Pobres no Censo de 2010
Brasil	15,20 ⁹⁰
Afonso Bezerra	40,00
Ipanguaçu	34,99
Serra do Mel	33,57
Carnaubais	33,10
Baraúna	27,97
Pendências	25,50
Itajá	24,86
Açu	22,16
Alto do Rodrigues	16,86
Mossoró	12,81
Upanema*	-

Fonte: Elaborado com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP (2020)

*Ausência de dados do referido município.

Analizando os dados da tabela que mostram a porcentagem da população considerada pobre nos municípios do Polo, podemos concluir que Afonso Bezerra, Ipanguaçu, Serra do Mel e Carnaubais são aqueles que concentram o maior número de pessoas convivendo com a pobreza. Alto do Rodrigues e Mossoró apresentam os menores números com relação à pobreza.

Ressaltamos que Afonso Bezerra e Ipanguaçu foram inicialmente dois dos municípios mais impactados pelo processo de modernização do campo, tendo recebido em seus territórios o Projeto de Irrigação do Baixo Açu. Além disso, Ipanguaçu hoje apresenta forte presença do capital no campo, inclusive com a atuação da empresa transnacional Norte-americana *Del Monte Fresh produce*⁹¹, que tem se destacado na produção e distribuição de frutas.

De maneira geral, ressaltamos que esses municípios têm hoje uma forte atuação do capital em seus territórios, sendo notório que uns se sobressaem sobre os demais tendo em vista que além da produção da fruticultura irrigada são beneficiados pela presença do petróleo, da indústria ceramista, dentre outras atividades produtivas. Entretanto, é importante nos

⁸⁹ A pobreza é medida tendo como referência a linha de US\$ 5,5 PPC.

⁹⁰ Vale ressaltar que no ano de 2021, cerca de 27 milhões de pessoas encontravam-se na condição de pobreza no Brasil de acordo com a Fundação Getúlio Vargas. “O aumento da insegurança alimentar entre os 20% mais pobres no Brasil durante a pandemia foi de 22 pontos percentuais, saindo de 53% em 2019 chegando a 75% em 2021. Já os 20% mais ricos, experimentaram queda de insegurança alimentar de três pontos percentuais (indo de 10% para 7%)”. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/brasil-atinge-novo-recorde-brasileiros-sem-condicoes-se-alimentar-mostra-pesquisa>. Acesso em: 07 de jun. 2022.

⁹¹ No que se refere à atuação da Norte-americana *Del Monte Fresh produce* no município de Ipanguaçu, que integra o Polo, é elucidativo o que discute Lopes (2014), mostrando que com a chegada dessa empresa têm se dado também a especialização da agricultura a partir do cultivo da banana para o mercado externo e tem se difundido práticas agrícolas condizentes com os preceitos capitalistas. Ainda tem ocorrido mudanças nas relações de trabalho no meio rural no qual atuam a empresa, bem como a expropriação de camponeses e processos de proletarianização, o que tem gerado a desarticulação do campesinato. O autor reitera ainda em seu trabalho os problemas ambientais que ali têm se intensificado em virtude da chegada *Del Monte*.

questionarmos sobre esse número considerável de pessoas vivendo na condição de pobreza. A base produtiva que vem sendo implantada não favorece, do ponto de vista da qualidade e melhorias das condições de vida , grande parte dos sujeitos ali presentes.

O problema que envolve a pobreza no Polo se torna mais preocupante quando percebemos que em sua população, além dos considerados pobres, existem ainda aqueles extremamente pobres, como atestam os dados apresentados na tabela 28.

Tabela 28 - Percentual de pessoas consideradas extremamente pobres no Polo Assu-Mossoró (2010).

Territorialidades	% de extremamente pobres Censo 2010
Brasil	6,62
Afonso Bezerra	21,79
Carnaubais	16,41
Serra do Mel	16,04
Ipanguaçu	15,18
Baraúna	12,08
Pendências	10,67
Itajá	8,50
Alto do Rodrigues	7,74
Açu	7,68
Mossoró	3,72
Upanema*	-

Fonte: Elaborado com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP (2020).

*Ausência de dados do referido município.

O número de pessoas extremamente pobres apresentadas no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil é bastante elevado principalmente nos municípios de Afonso Bezerra, Carnaubais, Serra do Mel e Ipanguaçu. Isso sugere a necessidade de um esforço maior do poder público e que entendemos perpassar pela realidade do espaço agrário, pois parte considerável das pessoas que se encontram nessa situação vivem no campo.

Enfatizamos que a vulnerabilidade à pobreza, como retratam os dados da tabela 29, além de constituir um indicativo de que o crescimento econômico não é sinônimo de melhorias nas perspectivas sociais para o contingente populacional que habita esses espaços, sinaliza a necessidade de se promover transformações tanto no campo econômico como no campo político. Assim, mesmo imperando em nosso país um pensamento neoliberal, em que o privilégio é para o grande capital que domina no campo atualmente, faz-se necessário pensar a partir da base, e esse pensamento perpassa a realidade da agricultura camponesa, valorizando o que ela produz, como produz e como tem buscado comercializar o seu excedente através, por exemplo, das feiras agroecológicas.

Tabela 29 - Percentual de pessoas consideradas vulneráveis à pobreza no Polo Assu-Mossoró (2010).

Territorialidades	% de vulneráveis à pobreza Censo 2010
Brasil	32,56
Afonso Bezerra	67,61
Carnaubais	67,07
Serra do Mel	66,69
Baraúna	64,59
Ipanguaçu	64,43
Itajá	57,53
Pendências	54,38
Açu	52,23
Alto do Rodrigues	42,36
Mossoró	35,33
Upanema*	-

Fonte: Elaborado com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP (2020).

* Ausência de dados do referido município.

Os dados da tabela com relação à vulnerabilidade à pobreza são elevados. Em 72,72% dos municípios, mais de 50% da população se encontra nessa condição. A problemática ainda se constitui mais preocupante principalmente por estarmos vivenciando uma crise na saúde pública com a pandemia da Covid-19, que se inicia no ano 2020 e tem afetado todo o território brasileiro. Aliados à crise na saúde, temos vivenciado ainda a crise política com o desmonte de programas voltados às minorias do campo, aguçando ainda mais os problemas vivenciados pelos sujeitos que ali habitam.

Aliado à questão da pobreza, temos ainda o problema do analfabetismo. Os dados apresentados pelo Censo Agropecuário (2017) mostram que os agricultores familiares do Polo Assu-Mossoró têm como uma de suas características a baixa escolaridade, como representado na tabela 30.

Tabela 30 - Nível de escolaridade formal dos chefes dos estabelecimentos familiares do Polo Assu-Mossoró (Censo agropecuário, 2017).

ESCOLARIDADE	NÚMERO	%
Nunca Frequentou a Escola	1.081	19%
Classe de Alfabetização – CA	1.489	26,2%
Alfabetização de Jovens e Adultos – AJA	134	2,3%
Antigo Primário (Elementar)	785	13,8%
Antigo Ginásial (médio 1º ciclo)	411	7,2%
Regular do Ensino Fundamental ou 1º Grau	868	15,3
EJA – Educação de Jovens e Adultos e Supletivo do Ensino Fundamental ou do 1º grau	21	0,37%
Antigo Científico, clássico, etc. (médio 2º ciclo)	28	0,4%
Regular de Ensino Médio ou 2º grau	609	10,7%
Técnico de Ensino Médio ou 2º grau	38	0,67%
EJA – Educação de Jovens e Adultos e Supletivo do Ensino Médio ou do 2º grau	12	0,21%

Superior – Graduação	132	2,3%
Mestrado ou Doutorado	3	0,05%

Fonte: Elaborado com base no Censo Agropecuário do IBGE (2017).

Um olhar atento sobre os dados apresentados nos leva à conclusão de que é elevado o número de agricultores familiares (chefes de estabelecimentos agropecuários) que nunca frequentaram a escola. Do total de 5.662 chefes de estabelecimentos agropecuários, 19% se inserem nesses parâmetros e 26,2% deles foram apenas alfabetizados. Esses aspectos são preocupantes e reveladores da exclusão na qual a população do campo está inserida. Esses dados são preocupantes e traduzem

Uma herança de exploração e exclusão da população do campo que, em pleno século XXI, não conseguiu ainda ter acesso a direitos básicos de cidadania, como a educação, com reflexos negativos múltiplos e complexos: além de limitar o exercício da cidadania, impacta diretamente na produção, pois amplia a dificuldade dos agricultores de identificar e absorver novas técnicas para melhorar seus sistemas produtivos e a convivência com o ambiente natural onde vivem. (AQUINO, *et al*, 2020, p.119).

Nesse sentido, compreendemos que os sujeitos com menos escolaridade poderão ter mais dificuldade de superar as condições de vulnerabilidades em que vivem. Além disso, entendemos que o próprio desenvolvimento socioterritorial é comprometido, pois os impactos advindos do acesso precário ou até mesmo o não acesso à educação vão desde as restrições à cidadania até a forma como conduzir as suas atividades no campo.

De fato, pelos dados que tivemos condições de se apropriar e refletir, podemos perceber que permanece como herança histórica de exploração e exclusão da população do campo a marca do analfabetismo ou do chamado analfabetismo funcional, além de outros tantos problemas enfrentados por esse grupo.

Além disso, faz-se necessário considerar que a pobreza em nosso país e a forma como ela se materializa no âmbito dos territórios têm imbricação com a questão do acesso a terra. Sem a terra se repete o ciclo crítico de pobreza no campo e na cidade, pois muitos camponeses são obrigados a migrar, visto as condições de abandono a qual são submetidos, passando a ocupar os espaços periféricos do urbano.

Assim, a apropriação desses dados e a reflexão sobre eles, aliadas ao aporte teórico, nos dão condições de entender que os debates sobre os aspectos sociais e as implicações que vêm se dando com o processo de modernização do campo são restritos no Polo Assu-Mossoró. Dessa forma, ressaltamos que a pobreza nos territórios do agronegócio, como vistos acima, sintetiza uma economia de extração, espoliação, em que a riqueza produzida internamente não

beneficia a maioria da população que habita no recorte espacial do estudo, sobretudo os agricultores camponeses, refletindo, portanto, as contradições do modelo de crescimento econômico adotado, que é eivado de contradições, como demonstrado anteriormente.

Isso nos leva a concluir ainda que a essência do que tem gerado o agronegócio da fruticultura irrigada na área pesquisada não condiz com a sua aparência, existe distinção, já que o que vemos ser veiculado pelo próprio Estado e pela mídia tem foco nas exportações, na expansão desse setor nas áreas irrigadas do Rio Grande do Norte e uma negligência ao tratar dos resultados sociais e mesmo ambientais desse excludente modelo de produção e reprodução do capital.



92

CAPÍTULO IV: ESTRATÉGIAS DE RECRIAÇÃO DOS AGRICULTORES CAMPONESES NO POLO ASSU-MOSSORÓ

Nesse capítulo, objetivamos debater as estratégias de recriação dos agricultores camponeses diante da inserção do capital no Polo Assu-Mossoró. Assim, entendendo que a terra cumpre essencial importância na reprodução social e econômica desses sujeitos, buscaremos inicialmente refletir sobre as características dos assentamentos rurais que foram pesquisados, enfatizando o papel da luta pela sua conquista, bem como aspectos que envolvem a produção dos camponeses e mostram ser os territórios campesinos diferentes dos territórios do agronegócio.

Na construção desse capítulo, foram utilizados o acesso a *sites* oficiais e também a pesquisa de campo. Nos assentamentos nos quais se desenvolveu a pesquisa empírica nos municípios de Açu e Mossoró, nos meses de agosto e novembro de 2021 e no mês de novembro de 2022, buscamos o diálogo com as famílias assentadas e lideranças locais, desenvolvemos entrevistas semiestruturadas⁹², observações, conversas e/ou diálogos informais, registros

⁹² A figura traz os quintais produtivos no assentamento Mulunguzinho, Mossoró.

⁹³ Todo o desenvolvimento dos trabalhos de campo se deram na pandemia, por isso, ao privilegiar as lideranças comunitárias no desenvolvimento das entrevistas, tendo em vista o interesse de caráter qualitativo das informações a serem obtidas, esse caminho contribui com o desenvolvimento do campo.

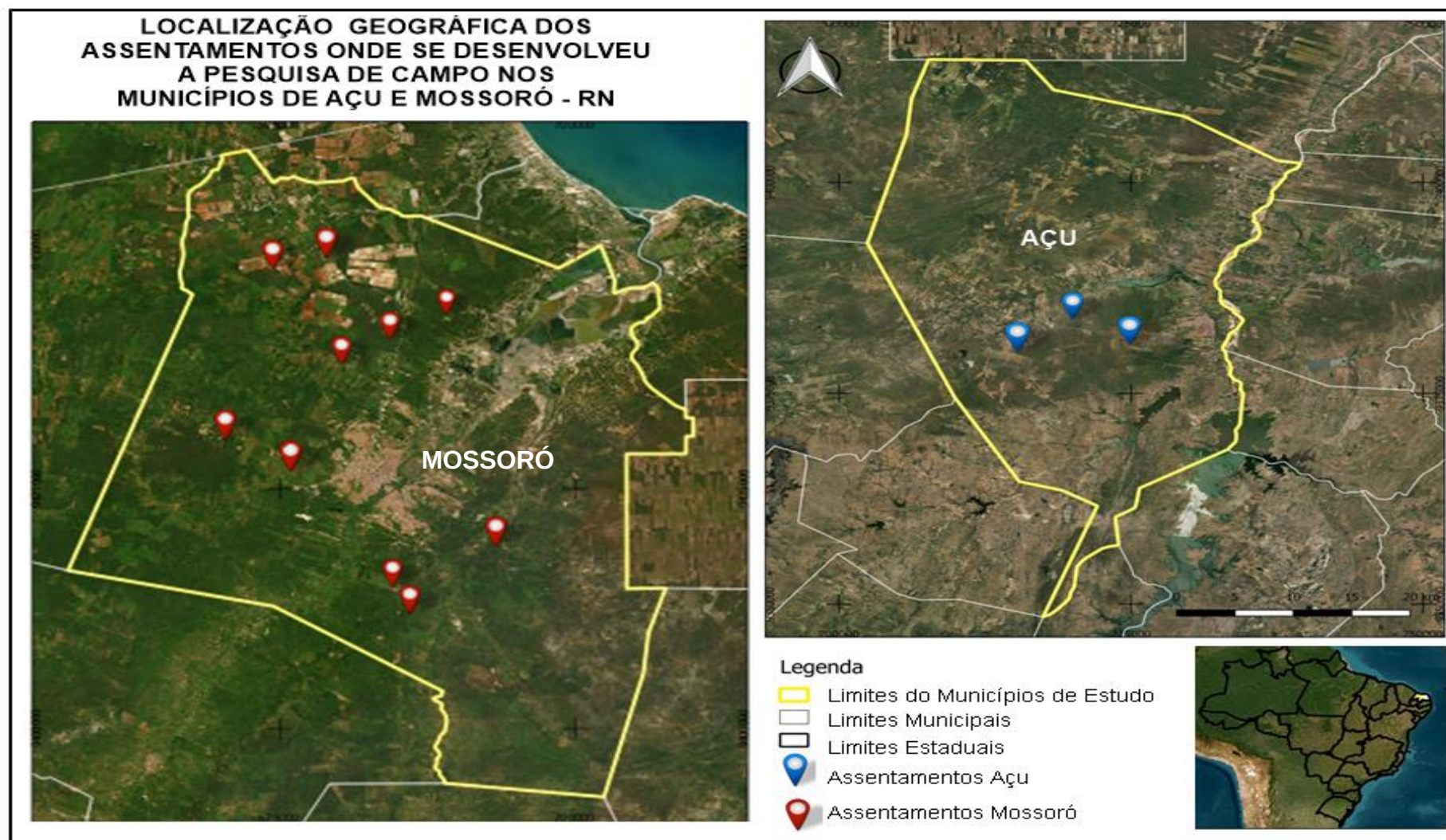
fotográficos e anotações em caderno de campo. Ao todo, foram treze assentados entrevistados, sendo dez do sexo masculino e 3 do sexo feminino, com idades entre 37 e 65 anos e com escolaridade correspondente ao Ensino Fundamental Incompleto.

Foram norteadores das nossas reflexões os seguintes questionamentos: Como se caracterizam os assentamentos rurais pesquisados? Como se dá a recreação camponesa no âmbito desses assentamentos? Como a prioridade dada às práticas agroecológicas têm contribuído nas estratégias de reprodução e recreação das famílias camponesas? Qual a importância das tecnologias sociais na reprodução das famílias no âmbito dos assentamentos rurais pesquisados?

4.1. Onde a recreação camponesa acontece: Os assentamentos rurais pesquisados no Polo Assu-Mossoró

No Polo Assu-Mossoró, fomos levados a escolher caminhos para o desenvolvimento da nossa pesquisa de campo. Assim, nos municípios de Mossoró e Açu, foram realizadas visitas aos seguintes Projetos de Assentamentos Rurais: Jurema, Favela, Boa Fé, Santa Elza, Maisa, Paulo Freire, Mulunguzinho, Hipólito, Quixaba, Espinheirinho (Mossoró) e Professor Maurício de Oliveira, Novo Pingo e Bom Lugar II (Açu) (Mapa 04).

Mapa 04 - Localização geográfica dos assentamentos onde se desenvolveu a pesquisa de campo nos municípios de Açu e Mossoró (RN).



Fonte: os autores.

Partimos do pressuposto de que esses assentamentos rurais são sinônimos da resistência camponesa no Polo e que a luta pela terra, que aí se materializa a partir da sua posse, constitui-se elementar no processo de recriação camponesa, pois “[...] lutar pela terra é muito mais que a conquista de um pedaço de chão. A situação conflitiva vivenciada pelos camponeses na busca do retorno a terra é uma luta pela recriação de sua condição de classe *sui generis*.” (ALMEIDA, 2003, p. 07). Com isso,

[...] ao se territorializar, tomando posse de uma fração do território e dando concretude as relações sociais, [...] eles conquistam a possibilidade de atuar no sentido de reproduzir e/ou transformar suas próprias condições sociais e materiais de existência enquanto indivíduo e ser social. (ALMEIDA, 2003, p. 349).

Como reitera Shanin,

O que nós vimos é que o antigo slogan da luta por “terra e liberdade” está vivo tanto quanto há centenas de anos atrás e é uma força mobilizadora que leva as pessoas a lutarem por um futuro melhor para elas próprias e para os outros. Nós saudamos toda luta por justiça encontrada em diferentes países, culturas e condições. Essa luta é hoje tão importante e necessária quanto o foi no passado. (SHANIN, 2008, p. 23).

Os assentamentos rurais pesquisados tiveram predominantemente o seu processo de criação através da organização e/ou da luta camponesa, na qual foi imprescindível em alguns dos assentamentos o processo de ocupação.

O processo de ocupação da terra pelos sem-terra é uma realidade determinadora, pois envolve o espaço/tempo que resulta na cisão entre o latifúndio e o assentamento. Representa também uma cisão entre o passado e o futuro, podendo ser sintetizado a partir da resistência desses sujeitos que buscam a transformação do sonho em realidade, mesmo que para isso tenham que enfrentar o latifúndio e o próprio Estado (FERNANDES, 2000). Portanto, “A ocupação, como forma de luta e acesso a terra, é um contínuo na história do campesinato brasileiro. Desde o princípio de sua formação, os camponeses em seu processo de criação e recriação ocuparam terras.” (FERNANDES, 2000, p. 67).

No Quadro 03, podemos observar como se deu o processo de criação dos assentamentos pesquisados.

Quadro 03 - Processo de criação dos assentamentos rurais pesquisados através da organização e/ou da luta camponesa.

Assentamentos pesquisados em Açu e Mossoró	Processo de criação
Professor Maurício de Oliveira	Envolveu a ocupação da terra. A CPT teve um papel importante no acompanhamento das famílias.
Novo Pingos ⁹⁴	Não houve a ocupação. A inscrição foi feita pelas famílias através dos correios.
Bom Lugar II	Envolveu a ocupação da terra. Esta era uma propriedade improdutiva.
Mulunguzinho	Envolveu a ocupação da terra. Esta se encontrava improdutiva e pertencia a empresários produtores de sal na região.
Paulo Freire	Envolveu a ocupação da terra. As famílias passaram em torno de dois anos lutando pela terra embaixo de lonas e sendo alvo de expulsões.
Fazenda Favela	Envolveu a ocupação da terra. Esta constituía-se em uma fazenda improdutiva que levava o mesmo nome, Fazenda Favela.
Boa Fé	Não houve a ocupação. O Sindicato dos trabalhadores foi importante no diálogo com o proprietário da terra.
Quixaba	Envolveu a ocupação da terra, com a formação de barracos de lonas pelos hoje assentados.
Espinheirinho	Não houve a ocupação da terra. Com a organização dos camponeses a terra foi vendida para o INCRA.
Hipólito	Envolveu a ocupação da terra. Esta era uma propriedade que apresentava dívidas com o banco. Antes de conseguirem a terra, as famílias passaram três anos embaixo de lonas.
Santa Elza	Envolveu a ocupação da terra.
Maisa	Envolveu a ocupação da terra. A Maisa era uma grande empresa do ramo da fruticultura irrigada atuante em Mossoró. Após sua falência, os próprios trabalhadores a ocuparam em 2003. Em 2004, o INCRA já inicia a construção das casas que iriam compor o assentamento. O assentamento Maisa se encontra atualmente dividido em 10 agrovilas.
Jurema	Envolveu a ocupação da terra. Esta era uma propriedade improdutiva.

Fonte: os autores.

Em depoimento de um dos camponeses assentados, podemos visualizar a luta camponesa por um pedaço de terra de vida e de trabalho:

Eu conquistei a terra da Frunorte, antes eu trabalhava na terra da Frunorte, sofri muito e tenho muita história para contar [...], depois que a gente conquistou essa terra é só glória, sai do uso do agrotóxico para a agricultura

⁹⁴ No PA Novo Pingos fica a sede da Cooperativa da agricultura familiar de novo pingos e Vale do Assu – COOPINGOS.

orgânica”. (Dona Ana Maria⁹⁵, residente no PA Professor Maurício de Oliveira. Entrevista concedida em novembro de 2021).

No PA Paulo Freire, ouvimos o seguinte depoimento sobre a luta para obtenção da terra:

Eu vi no jornal em um radiozinho que os sem-terra tinham ocupado essa fazenda e me mandei para cá. Fiz uma barraca e quando falei com meu pai, ele disse que isso era errado, mas não desisti. Logo me tornei coordenador de grupo do MST, passei por treinamentos e ganhei a função de dirigente regional do MST. Fui participar de um curso de agroecologia na Paraíba e foi quando soube da ordem de despejo entregue pela polícia. Depois de muita luta, da saída para irmos ficar nas proximidades da rodovia foi que conseguimos. Em 2004 começa a ser construída as casas em forma de mutirão. Das 193 famílias que ocuparam, 56 famílias tiveram direito a terra nesse assentamento, as demais foram transferidas para ocupar a terra da MAISA, conseguindo logo em seguida. (Assentado e presidente da Associação do PA Paulo Freire. Entrevista concedida em novembro de 2021).

No PA Hipólito também ouvimos um depoimento bem parecido:

Chegamos aqui e construímos barracos de lona, depois de muita luta conseguimos a terra, construímos nossas casas e estamos aqui até hoje. Teve até polícia colocando a gente para fora e ela levava aqueles que eram mais ariscos, parecia até que nós estava tomando a terra do proprietário. (Assentado e presidente da Associação do PA Hipólito. Entrevista concedida em novembro de 2022).

Ter a posse da terra⁹⁶, além de constituir em um espaço para o desenvolvimento de suas atividades e moradia, também é visto como uma possibilidade de manter a autonomia camponesa no cuidado com a lavoura, na construção de conhecimentos a partir de suas atividades e na relação com a natureza. Por isso, não podemos deixar de refletir sobre a necessidade da Reforma Agrária em nosso país, tendo em vista o contexto que envolve a distribuição de terras de forma tão desigual.

⁹⁵ Nesse depoimento, Dona Ana Maria nos autorizou a utilização do seu nome. No site da Articulação Semiárido Brasileiro, encontramos a história de dona Ana e seu Damião, que complementa o que explicitamos anteriormente. Ex-funcionários das empresas do agronegócio Frunorte e Fruvale, o casal dona Ana Maria e seu Damião contam que um dia Ana adoeceu devido aos venenos que ela tinha contato e resolveram pelo afastamento deste trabalho que estava sugando sua vida. Passou a trabalhar na terra dos outros dividindo a produção de forma desigual para ela. Foi quando recebeu um convite para ocupar um pedaço de chão ocioso com mais tantas outras famílias que não tinham terra própria para produzir. Em dois anos, os acampados em barracas de lona se transformaram em assentados e foram buscando melhorias para a infraestrutura do PA batizado de Professor Maurício Oliveira, em Açu (ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, 2016).

⁹⁶ Almeida (2003) ao comparar a terra enquanto espaço de reprodução camponesa e o uso da terra pelos capitalistas, se aproximando das reflexões de Woortmann (1990) salienta: “É também a terra como fonte de comida, enquanto produção e consumo, que tem marcado a separação entre camponeses e capitalistas, pois os primeiros precisam dela para reproduzir-se como camponeses, os segundos, para explorar o trabalho alheio, para especulação e acumulação.” (ALMEIDA, 2003, p. 309).

É nessa perspectiva que, quando perguntamos aos camponeses a importância de ter um pedaço de terra, ouvimos depoimentos dessa natureza:

Ter um pedaço de terra é tudo, é minha vida, é daqui que tiro o meu sustento saudável, sem o uso do agrotóxico, sem nenhum tipo de doença. No meu quintal eu tenho três tipos de solo, tenho o barro, tenho a terra mais arenosa e tem um solo mais compactado que eu planto feijão e nem feijão dá. Para você ver, tem aquela diversidade, eu estudo muito sobre o meu quintal e meu lote. (Assentada do PA Professor Maurício de Oliveira. Entrevista concedida em novembro de 2021).

A terra é importante, só em você colocar a semente ali e ela fazer o restante. A terra tem também que ter o seu descanso, se todo dia eu tenho o meu descanso, a terra também precisa ter o dela. (Assentado do PA Santa Elza. Entrevista concedida em novembro de 2022).

É uma satisfação ter um pedaço de chão para poder plantar. É muito ruim querer plantar e não ter onde. Nós pegamos o lote e enraizamos cajueiros e se Deus quiser no próximo ano já teremos caju. São 15 ha do meu pai, 15 da minha irmã e 15 meu, em todos temos plantação de caju. (Assentada do PA Favela. Entrevista concedida em novembro de 2022).

Sempre pensava em ter um pedaço de terra e ficava imaginando como conseguir. Ter a terra onde viver com a família e poder desenvolver suas atividades têm uma importância muito grande. ((Assentado do PA Maisa. Entrevista concedida em novembro de 2022).

Ter a terra, sim, é bom demais. Só em a gente ter uma terra para no inverno poder plantar, ter as vacas e ter o leite da manhã e da janta, ter uma nata para temperar o feijão, e poder fazer um queijo. Isso tudo é uma graça. (Assentado do PA Espinheirinho. Entrevista concedida em novembro de 2022).

A terra é muito importante para mim, sou muito feliz, não tenho outra palavra para dizer. Quando eu cheguei aqui vinha com a mulher e três crianças em uma bicicleta. Hoje tenho a terra, uma moto, um carro, 15 cabeças de gado e 30 ovelhas. Quando eu me for, tem onde meus filhos ficar. (Assentado e presidente da Associação do PA Hipólito. Entrevista concedida em novembro de 2022).

As falas dos entrevistados sintetizam a importância da terra em suas vidas, seja para produzir alimentos, criar animais ou até mesmo uma forma de garantia para os seus sucessores, no caso, os filhos, que poderão dar continuidade às atividades desenvolvidas pelos pais. É nesses espaços que as famílias camponesas têm buscado garantir a reprodução da vida e a melhoria das condições sociais e econômicas.

Na Tabela 31 que segue, podemos observar características gerais dos assentamentos que foram pesquisados, como a sua área, o número de famílias inicialmente assentadas e também a data de criação de cada assentamento.

Tabela 31 - Características gerais dos assentamentos rurais pesquisados.

Assentamentos Pesquisados em Açu			
Assentamentos	Área (ha)	Famílias Assentadas	Data de Obtenção
Professor Maurício de Oliveira	3.312,7431	66	29/07/2005
Novo Pingos ⁹⁷	1.471,4145	54	10/09/2001
Bom Lugar II	3.739,9644	139	04/04/1997
Assentamentos Pesquisados em Mossoró			
Mulunguzinho	3.997,3917	108	03/01/1996
Paulo Freire	1.586,3962	56	05/12/2002
Fazenda Favela	2.822,0000	92	23/12/1986
Boa Fé	1.122,6900	40	04/10/2000
Quixaba	1.361,0115	58	18/03/1998
Espinheirinho	1.087,2019	46	04/11/1998
Hipólito	4.827,7410	132	01/10/1986
Santa Elza	445,4731	21	06/07/1999
Maisa	19.701,0582	1.081	02/02/2004
Jurema	2.014,0156	85	13/05/1998

Fonte: Elaborado com base no INCRA (2022).

Vale ressaltar que o número de famílias nesses assentamentos vem passando por mudanças. O PA Paulo Freire, por exemplo, que teve 56 famílias assentadas, hoje já apresenta um número superior a 90 famílias; no PA Novo Pingos, inicialmente eram 56 famílias e hoje esse número já chega a 80, em virtude principalmente do casamento dos filhos e filhas dos assentados. Assim, é comum encontrar nos assentamentos a família extensa⁹⁸. Além disso, ressaltamos que os filhos constroem suas casas ao lado da casa dos pais. No caso do PA Novo Pingos, foi reservada pela comunidade uma área na qual os filhos dos assentados podem construir suas casas e, assim, formar uma nova família.

A única exceção com relação ao aumento ou não do número de famílias ocorre no assentamento Santa Elza, no qual podemos observar a redução do número de famílias que foram inicialmente assentadas. De 21 famílias, hoje permanecem apenas 12. A ausência de infraestrutura básica de atendimento como escola, posto de saúde, pouca água para o processo produtivo, tendo em vista dependerem de um poço comunitário em que a água precisa passar por um processo de dessalinização, pode explicar o abandono do assentamento por essas famílias. Essas problemáticas põem em questão o que vem sendo discutido nesse trabalho de que a Reforma Agrária, embora seja essencial, ela imbrica um certo grau de complexidade que

⁹⁷ No PA Novo Pingos fica a sede da Cooperativa da agricultura familiar de novo pingos e Vale do Assu – COOPINGOS.

⁹⁸ Woortmann (1990) ao se referir ao conceito de família, salienta que esta tem três significados. Assim, quem mora em uma casa constitui-se em uma família; o conjunto de casas dentro de um sítio formaria uma família extensa; e o conjunto de descendentes do ancestral fundador e que formam o sítio são “uma família só”.

deve ser considerado, tendo em vista que não se trata somente da distribuição de terras, é preciso dar condições para que essas famílias possam nela permanecer.

Os assentamentos pesquisados estão todos inseridos no clima semiárido. Este pode ser caracterizado em função das suas elevadas temperaturas, baixas precipitações e também o déficit hídrico. Moreira e Targino (2007), ao se referirem ao semiárido, pontuam-no com a seguinte caracterização:

A expressão “semiárido” é utilizada comumente para designar um tipo climático caracterizado por forte insolação, temperaturas relativamente altas e um regime de chuvas marcado pela escassez, irregularidade e concentração das precipitações num curto período. A esse tipo climático corresponde a formação vegetal de caatinga, formação lenhosa, caracterizada por uma máxima adaptação dos vegetais à carência hídrica, com espécies, na sua maioria, caducifólias, espinhosas, com folhas pequenas ou de lâminas subdivididas, existindo, inclusive, algumas sem folhas (áfilas) para reduzir ao máximo a perda de água por transpiração. A sua fisionomia varia de acordo com as condições climáticas e edáficas. (MOREIRA; TARGINO, 2007, p. 6).

Compreendemos que essas condições climáticas que geram escassez hídrica não são favoráveis ao desenvolvimento da agricultura. Entretanto, tem sido a intervenção do Estado com a construção de infraestrutura hídrica para o armazenamento de água a responsável por favorecer o desenvolvimento do agronegócio da fruticultura irrigada nos municípios do Polo. Por outro lado, é notório que a intensificação da territorialização do capital no campo principalmente com essa atividade, circundando os territórios camponeses, não fez com que esses sujeitos deixassem de existir e resistir nesse recorte, como discutido anteriormente. Nesse sentido, não podemos negar a existência em meio aos territórios camponeses de processos de monopolização do capital, o que muitas vezes os subordinam. Em outro ângulo, visualizamos processos que envolvem a possibilidade de obtenção de renda, a posse da terra e também a autonomia desses sujeitos no trabalho e no controle do seu tempo e dos seus meios de produção, aspectos estes antagônicos à realidade vivenciadas pelas empresas capitalistas.

Dessa forma, ao mesmo tempo que observamos processos de monopolização do capital sobre o território dos camponeses ao identificar que em todos os treze assentamentos é comum a presença dos atravessadores, bem como ocorre a compra de insumos, o assalariamento temporário, por exemplo, visualizamos também resistências a esse modelo, o que leva muitas famílias às feiras, a produzirem de maneira agroecológica, a serem guardiões de suas próprias sementes e não terem interesse pelo modelo de integração imposto pelas empresas do agronegócio atuantes no Polo. Com relação à integração, ressaltamos que embora ela esteja presente no Polo Assu-Mossoró, como já discutido, não identificamos esse processo por parte

dos assentados entrevistados no recorte empírico, muito embora tenhamos ouvido depoimentos que denotam as investidas das empresas junto às famílias camponesas com esse objetivo.

Nesse sentido, durante conversa com um dos entrevistados, ao questioná-lo sobre o seu interesse em vender os produtos para às empresas da fruticultura irrigada ali atuantes, ouvimos a seguinte afirmação:

Não tenho nenhum interesse, e quem vai por esse caminho um dia irá se arrepender. Digo que o arrependimento vem quando o assentado tem que cumprir exigências dessas empresas e fica sem nenhuma liberdade na produção. Aqui no meu lote, faço tudo do jeitinho que aprendi com meus pais, avós e ninguém se mete aqui não! (Assentada do PA Professor Maurício de Oliveira. Entrevista concedida em novembro de 2021).

São esses aspectos que sintetizam a importância da autonomia no desenvolvimento de suas atividades produtivas, bem como no cotidiano, que carregam esses sujeitos.

As atividades produtivas desenvolvidas nos assentamentos pesquisados envolvem predominantemente a agricultura de sequeiro, cultivo de hortaliças, apicultura, frutíferas e a criação de animais de grande e pequeno porte (Figura 05). Estas últimas têm um papel singular como atividade desenvolvida por essas famílias, tendo em vista que, além de serem fonte de alimentação, servem como uma reserva em momentos difíceis, principalmente para a compra de medicamentos quando ocorre o adoecimento de algum membro da família. Almeida (2003), ao se referir à criação de animais pelos camponeses salienta que,

A criação tem como função garantir a reprodução do grupo familiar e não propiciar a acumulação capitalista (apropriação do sobretrabalho de outrem). É também uma espécie de poupança para os dias menos afortunados, pois ela permite uma certa garantia de consumo e renda monetária. Ela teria, por essa perspectiva, um papel complementar à lavoura, tanto no sentido do consumo direto, como de renda monetária para a família, derivando desta lógica a não classificação, ou melhor, a não separação agricultores e criadores. (ALMEIDA, 2003, p. 290).

Figura 05 - Criação bovina no PA Bom Lugar II, Açu.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2022).

Com relação à apicultura, podemos visualizar que ela tem se constituído como uma atividade importante para os assentados. No PA Quixaba, identificamos a produção de mel através das abelhas Jandaíra e italiana, sendo o próprio agricultor camponês o responsável pela produção da cera (Figura 06) e das melgueiras para as abelhas (Figura 07), garantindo assim a elaboração de seus próprios instrumentos de produção sem submeter a compra no mercado.

Figura 06 - Produção de Cera de abelha por assentado do PA Quixaba, Mossoró.



Figura 07 - Produção de melgueiras por PA Assentado do PA Quixaba, Mossoró.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2022).

O intuito desse agricultor não é a comercialização desses instrumentos necessários à produção do mel, mas para o consumo próprio e da vizinhança. Quanto ao mel da Jandaíra que é a sua maior produção, ele é destinado à comercialização, sendo que cada litro custa em torno de R\$ 200, 00. Hoje, ele conta com 45 colônias da Jandaíra e afirma ser possível, a depender do inverno e da florada, coletar o mel até duas vezes no ano, sendo a coleta realizada através do uso de uma máquina da Associação de Meliponicultores e Meliponicultoras Potiguar (AMEP).

No PA Boa Fé, a apicultura também se destaca como atividade produtiva. O agricultor camponês entrevistado tem na produção de mel, principalmente de abelha italiana, e na produção de própolis uma garantia de renda para a família. Hoje esse agricultor conta com 180 colmeias, entretanto, já chegou a 300. Sendo certificado pelo Instituto de Defesa e Inspeção do RN (IDIARN), e tendo os seus próprios instrumentos de embalagens, tem inserido os seus produtos nas compras institucionais que são entregues em escolas, creches e asilos com o apoio da Emater, e nas feiras e mercados locais e regionais.

Vale ressaltar que muitas das famílias do PA Boa Fé, bem como de outros assentamentos, processam o seu mel utilizando os instrumentos e maquinários do assentado entrevistado, ressurgindo aí as relações de colaboração e vizinhança muito comum entre os camponeses. Na Figura 08, podemos observar o rótulo da embalagem do mel que leva o nome do próprio assentamento, Boa Fé.

Figura 08 – Mel Boa Fé, produzido e embalado no PA Boa Fé, Mossoró.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2022).

Outro aspecto identificado no PA Boa Fé é o fato de que as famílias que desenvolvem a apicultura e não apresentam a certificação necessária acabam tendo que se submeter à venda de seus produtos para atravessadores, sendo estes provenientes principalmente do estado vizinho, no caso, o Ceará.

O Turismo ecológico educativo também se faz presente no PA Boa Fé. O Projeto “Deserto para o mar” é resultado de uma parceria entre o SEBRAE e a prefeitura do município de Mossoró e inclui o PA Boa Fé como um de seus roteiros de visita. Com isso, a família entrevistada relata a experiência com o projeto, enfatizando que já receberam alunos da Bélgica, do Pará e de Natal. Nesses momentos, compartilham conhecimentos sobre a produção de mel, o apiário e os tipos de abelhas.

Ressaltamos que atividades dessa natureza também são importantes para a recriação dos assentados, pois além do compartilhamento de experiências e conhecimentos a partir do que desenvolvem no campo, constitui-se também em uma estratégia de obtenção de renda que precisa ser mais valorizada no âmbito das políticas públicas e pelas esferas governamentais locais, incentivando à visita nesses espaços pela sociedade em geral.

No PA Novo Pingos, além das atividades de sequeiro e criação de animais, a produção de bolo tem se destacado. Nessa atividade, destaca-se a atuação do Grupo de Mulheres ali presentes e a Cooperativa COOPINGOS. Esta foi criada em 2009, sendo formada por 34 cooperados e tem como carro chefe a comercialização de bolos, chegando a produzir e comercializar até 1.000 kg de bolo semanalmente. As vendas se dão principalmente para as compras institucionais.

Figura 09 - Produção de bolos por Grupo de Mulheres na COOPINGOS, assentamento Novo Pingos, Açu.



Fonte: COOPINGOS (2022).

A cooperativa também se destaca pela comercialização de vários produtos produzidos no PA (Figuras 10, 11 e 12).

Figuras 10, 11 e 12 – Exposição de produtos da agricultura camponesa do PA Novo Pingos em feira realizada no município de Açú em junho de 2022.



Fonte: COOPINGOS (2022).

Nos assentamentos pesquisados, também foi possível perceber que algumas famílias utilizam a irrigação para o cultivo de alimentos para os animais e consumo próprio como o

milho e o feijão. Os quintais produtivos, como abordaremos no próximo item, viabilizam a produção para as feiras agroecológicas, sendo vistos positivamente pelos camponeses que conseguem escoar parte do seu excedente e, através da feira, acabam por inibir a presença de atravessadores que objetivam comprar a sua produção.

No PA Hipólito, foi-nos relatado a importância do milho, inclusive ouvimos a seguinte fala de um dos assentados: “o *forte do assentamento Hipólito é a produção do milho*”. No passado, o assentamento já foi responsável pela produção de milho através do processo de integração. Assim, recebia assistência agrônômica, adubo e pulverizações das empresas integradoras. Hoje, esse processo já não ocorre mais e a produção de milho se dá para o consumo interno das famílias, e o excedente é comercializado principalmente para grandes fazendeiros da região.

Essas atividades desenvolvidas no âmbito dos assentamentos têm como ponto central a presença do trabalho da família, sendo esse um dos elementos estruturantes da produção camponesa. A tríade família, trabalho e terra são categorias centrais que envolvem o campesinato, estando elas imbricadas e em contínua relação, uma não tem sentido sem a presença da outra. É dessa tríade que têm origem valores como a moral, a liberdade, a comida e a autonomia no âmbito da sociabilidade do campesinato (ALMEIDA, 2003).

São os membros da família que desenvolvem todas as atividades nos assentamentos rurais visitados, sendo o papel da mulher muito importante nesse quesito, pois ela lida com o quintal produtivo e a comercialização nas feiras e, como veremos posteriormente, estão sempre presentes no processo de comercialização nesses espaços. Dessa forma, a contratação de mão de obra permanente não nos foi relatada durante as pesquisas de campo.

Por outro lado, visualizamos processos de cooperação entre os assentados, o que no nosso entendimento acaba por suprir a necessidade de contratação de mão de obra de terceiros. Um exemplo desse processo é o mutirão que também se constitui em um exemplo de ajuda mútua, pois não tendo as famílias condições de pagar assalariados, os vizinhos se unem para suprir as necessidades e demandas requeridas temporariamente.

O PA Paulo Freire, por exemplo, chamou-nos atenção porque são famílias de várias comunidades que participam dos mutirões, já que quem organiza esses momentos é a APROFAM e ela tem famílias associadas em várias comunidades distribuídas pelo município de Mossoró.

No PA Professor Maurício de Oliveira, foi-nos relatado que existem entre os assentados o ímpeto colaborativo. A realização de mutirões nas tarefas que exigem um maior número de pessoas sintetiza bem esse processo, como por exemplo na construção das casas, viveiros, no

plantio e na colheita. A Comissão Pastoral da Terra tem sido de suma importância para a construção desse pensamento que, de acordo com os assentados com os quais dialogamos, vem permanecendo desde a implantação do PA até os dias atuais.

Muito aproximado a essa cooperação, relação de reciprocidade entre as famílias, destacamos aqui a fala de um camponês que no PA Paulo Freire nos contou sobre o adoecimento de sua esposa e que, tendo em vista ter passado por esse momento muito difícil, vários amigos, foi assim como ele os tratou, ajudaram-lhe a superar as dificuldades.

Com relação ao uso de máquinas pelas famílias camponesas em suas atividades, podemos perceber que elas estão presentes, entretanto, isso ainda é muito restrito em termos de diversidade e também na quantidade desses instrumentos, predominando ainda o trabalho manual. Em alguns assentamentos, a associação possui o seu próprio trator, como é o caso dos assentamentos Hipólito, Favela, Espinheirinho e Quixaba, em que existe o trator coletivo da própria associação e não sendo este suficiente, muitas vezes os assentados fazem o pagamento para que tratores externos venham realizar o corte da terra, principalmente no período chuvoso. Foi-nos relatado ainda casos em que a associação do assentamento não dispõe do trator, como é o caso do Maisa, Santa Elza, Paulo Freire, Mulunguzinho, ou que possui, mas não opera por apresentar problemas como é caso do PA Bom Lugar.

Nos assentamentos também foi possível identificar as atividades acessórias. Elas são utilizadas pelas famílias com o objetivo de complementar a renda. Assim, algumas famílias mantêm junto a sua própria residência pequenos comércios, sendo esse um aspecto importante tanto para a reprodução daqueles que comercializam, como também para aqueles que vivem na comunidade.

Como temos visto nesse trabalho, as atividades acessórias não negam a condição camponesa, caracterizando-se como uma forma de resistência na luta para permanecer no campo. Além disso, os assentamentos geralmente estão localizados distantes dos centros urbanos, sendo muito dispendioso para essas famílias, que têm várias obrigações a desenvolver na unidade produtiva, terem que realizar constantes deslocamentos para comprar suprimentos que venham a necessitar no seu dia a dia.

Outro exemplo de atividade acessória identificada nos assentamentos foi o assalariamento temporário, em que um dos membros da família trabalha fora, mas que é visto como ajuda para a unidade familiar. Dentro desse contexto, foi-nos enfatizado durante as entrevistas que nos anos mais chuvosos aumenta o que os assentados denominaram de fartura, entretanto, nos períodos mais secos os desafios para permanecer na terra ganham uma outra

dimensão, o que tem levado alguns dos assentados, principalmente os jovens, a buscarem alternativas para permanecerem⁹⁹ no campo recorrendo ao trabalho acessório.

Entendemos que a saída desses jovens em busca de trabalho sintetiza também uma forma de resistência, já que continuam a viver no campo e ajudam os pais nas atividades agrícolas nos feriados e finais de semana. A família continua com o controle dos seus meios de produção e a autonomia no desenvolvimento das suas atividades¹⁰⁰. Assim, à medida que as famílias começam a crescerem, aumentam também a demanda pela terra, que passa a ser restrita tendo em vista o número de pessoas que nela precisam trabalhar. Esse processo, como podemos visualizar, é bastante comum nos assentamentos pesquisados já que o número de hectares é restrito, no PA Quixaba, por exemplo, chega a 14 ha a área de cada assentado.

Por outro lado, mesmo se caracterizando como atividade acessória e contribuindo com a reprodução econômica e social camponesa no campo, não podemos negar que o agronegócio vem captando mão de obra junto a essas famílias assentadas, mostrando o poder de dominação e o intuito de acumulação do capital. Por isso, também devemos reconhecer os impactos desse processo e, a partir do que podemos concluir com a realização das entrevistas, a mão de obra dos assentados acaba rendendo lucros para o agronegócio, que não tem nenhuma preocupação com as formas de trabalho desenvolvidas e com o meio ambiente em que estão inseridos e que, portanto, circundam os territórios camponeses. Em depoimento de um camponês sobre esse processo, ele enfatiza:

O agronegócio tem sim aproveitado muito da mão de obra dos assentados, a maioria são os jovens, mas é muito comum os pais de famílias trabalharem nessas empresas. O pior é que aqui em Mossoró eles extraem água do lençol freático e quando ele chega a exaustão, simplesmente essas empresas vão embora e o que fica é a devastação ambiental e o desemprego desses jovens que **estão perdendo de lutar para conquistar a terra**. Essa irrigação com uso de água desenfreada impacta diretamente a nossa vida, pois são esses lençóis freáticos que também garantem a água do nosso rio. Sem falar nos riscos de poluição pelo uso de agrotóxicos. (Assentado e Presidente da Associação do PA Paulo Freire. Entrevista concedida em novembro de 2021).

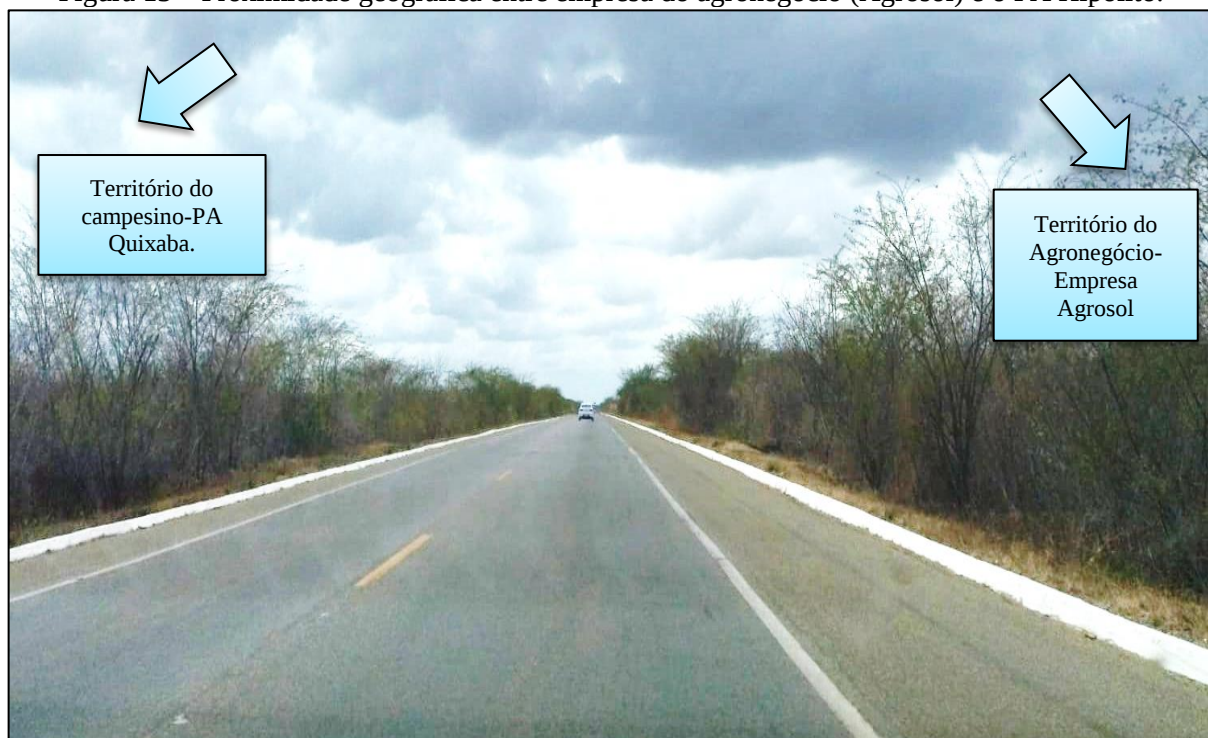
Na Figura 13 abaixo, podemos observar que algumas empresas do agronegócio da fruticultura irrigada estão localizadas muito próximo aos assentamentos rurais, o que facilita a

⁹⁹ No PA Professor Maurício de Oliveira, em Açu, muitos camponeses e filhos de camponeses trabalham para a empresa Agrosol, produtora de melão no Polo e que tem sua localização próxima ao assentamento.

¹⁰⁰ Para Martins (2002, p. 64), o camponês tem a sua liberdade na medida em que tem o domínio de seus instrumentos de trabalho, tem o poder de escolher o que produzir, como produzir e a quem vai vender. Além disso, as determinações do mercado não estão imediatamente presentes no processo de trabalho.

captação de força de trabalho. Nesse caso em específico é a BR-304 que liga Mossoró-Açu-Natal, que separa esses dois territórios com características tão divergentes.

Figura 13 – Proximidade geográfica entre empresa do agronegócio (Agrosol) e o PA Hipólito.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2022).

Figura 14 - Acesso principal à empresa produtora de melão Agrosol, no município de Mossoró.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2022).

Por outro lado, é preciso ressaltar que alguns dos camponeses observam a inserção da mão de obra dos assentados nas empresas do agronegócio da fruticultura irrigada a partir da perspectiva de um subsídio ao processo de reprodução desses sujeitos, pois entendem que a inserção do trabalho camponês nessas empresas se dá justamente no período do verão, quando aqueles camponeses, que têm como uma de suas principais atividades as culturas de sequeiro, têm bastante tempo livre. No inverno, esses camponeses voltam a se dedicar exclusivamente às atividades no âmbito dos assentamentos como é explicitado no depoimento: *“O trabalho nessas empresas acaba não atrapalhando. Na entressafra do melão, as famílias continuam produzindo no assentamento”*. (Assentado e presidente da associação do PA Hipólito. Entrevista concedida em novembro 2022).

É nessa perspectiva que podemos perceber como o capital age contraditoriamente. Ao mesmo tempo que acumula, expropria, abrange terras que poderiam ser ocupadas pelas famílias camponesas. Para o capital, também é importante a existência dos camponeses, principalmente quando tem a possibilidade de se apropriar de parte da sua força de trabalho.

No PA Professor Maurício de Oliveira e Novo Pingos, são também nas empresas do hidronegócio que os camponeses desenvolvem as atividades acessórias. Neste último assentamento, no momento em que desenvolvemos a pesquisa de campo, havia 36 pessoas trabalhando nessas empresas. Quando perguntamos se essas pessoas continuam desenvolvendo atividades produtivas no PA, a resposta do assentado e presidente da Cooperativa da Agricultura Familiar Novo Pingos e Vale do Assu - COOPINGOS foi sim, destacando que ocorre uma dedicação maior desses camponeses no âmbito do PA principalmente no período das chuvas, momento em que desenvolvem o plantio.

Como vimos no capítulo I, o capital coexiste com outros modos de produção, inclusive destes se beneficiando, sendo esse o fato que envolve a realidade aqui posta. É nessa perspectiva que “O capital não pode desenvolver-se sem os meios de produção e forças de trabalho existentes no mundo inteiro. Para estender, sem obstáculos, o movimento da acumulação, necessita dos tesouros naturais e das forças de trabalho existentes na superfície terrestre.” (LUXEMBURGO, 1970, p. 315).

Embora não aconteça o processo de despossessão dos meios de produção, no caso a terra, como discute Harvey (2011), por parte dos assentados, as condições às quais estão expostos esses sujeitos que incluem, em muitas situações, um abandono por parte principalmente do Estado, acabam gerando essa liberação de força de trabalho camponesa, beneficiando sobremaneira a acumulação capitalista nesses espaços.

Da mesma forma que existe essa captação de mão de obra por parte dessas empresas, em especial do agronegócio que é a nossa prioridade de análise, ocorre também o movimento inverso, que se constitui na saída de pessoas dessas empresas a partir da possibilidade do acesso a terra. Esse constitui em dos exemplos que nos foi relatado por antiga trabalhadora da Frunorte e da Fruvale, empresas da fruticultura irrigada atuantes no Polo:

Eu trabalhei para essas empresas (Frunorte e da Fruvale) e como você sabe, pedi transferência, e quando você pede transferência, fica sendo jogado de um canto para outro. Só sei que no final quando me casei e tive minha filha, minha filha nasceu com problemas devido ao que inalei, os agrotóxicos que inalei, ela nasceu com problemas de cansaço, aí eu tive que pedir as contas, que eles me botassem para fora para eu cuidar da minha filha, eles não quiseram aceitar, você acredita? Eu era uma boa funcionária, dava tudo de mim no meu serviço, por isso eles não queriam me mandar, fui a várias reuniões que eles chamam de mesa redonda. Quando eu saí da empresa fui morar em um pedaço de terra do meu pai e trabalhar em terra de terceiro na meia e na terça porque eu sempre fui da agricultura. Olha, eu trabalhava nessas empresas, mas no final de semana eu ia para roça plantar e limpar. Foi aí que começamos a lutar por essa terra. (Assentada do PA Professor Maurício de Oliveira. Entrevista concedida em novembro de 2021).

Ademais é importante ressaltar que muitas das pessoas que vivem hoje nos assentamentos, viviam antes da conquista da terra no espaço urbano, desenvolvendo ali suas atividades. Entretanto, relatam vínculos com o campo ao se referirem ao histórico dos avós ou pais que eram agricultores, como no relato dos entrevistados:

Sou filho de agricultor, mas antes de ir para o assentamento eu morava na cidade. Após sofrer um acidente, e com cinco filhos para criar, resolvi vim para o campo. Na época, fizemos a inscrição pelos correios e recebemos a notificação de que estávamos apto. (Assentado do PA Boa Fé. Entrevista concedida em novembro de 2022).

Trabalhava na cidade, mas minha infância foi no campo. Antes de vim para o assentamento, trabalhei na Agrícola Famosa. Aqui terminei de criar meus filhos e gosto muito. Logo no início plantei muito algodão, hoje ele já não tem tanto preço como antigamente. (Assentado do PA Bom Lugar II. Entrevista concedida em novembro de 2022).

Além das atividades acessórias, nos assentamentos nos foi citada a importância das políticas públicas de cunho social, que mesmo pensadas no âmbito de um Estado neoliberal, entendemos contribuir com a recriação camponesa. Dentre os principais benefícios sociais que

nos foram citados estão o Bolsa Família¹⁰¹ e as aposentadorias rurais. Elas têm se constituído como uma fonte de renda que auxiliam nas atividades no âmbito da família, pois são políticas que garantem mensalmente um recurso fixo que pode ser utilizado como subsídios para as atividades desenvolvidas na unidade e também na compra de outros suprimentos necessários às famílias, pois,

No contexto desigual e contraditório de relações sociais de produção, além dos vínculos mercadológicos, os camponeses estabelecem importante relação com o Estado, recorrendo ou exigindo o seu amparo, como no caso de políticas públicas diversas. Nesse sentido, é possível afirmar que “as cartas não estão marcadas”, pois os mesmos camponeses que tem na autossuficiência familiar um importante componente de sua existência, também demandam de ações estatais e estabelecem vínculos políticos externos à família. (FABRINI, 2021, p. 204).

Assim, o Estado, ao mesmo tempo em que é visto como o “inimigo” dos camponeses, já que ao longo do tempo tem contribuído com os interesses da classe dominante, também funciona como um “provedor” a partir do momento em que a esses sujeitos garante políticas públicas, como nos casos citados das aposentadorias rurais e do Bolsa Família, como benefícios que possibilitam contribuir com o seu bem-estar social e, conseqüentemente, com a recriação camponesa¹⁰². Tendo em vista esses aspectos, temos que reconhecer que, de fato, o Estado é um “instrumento privilegiado de mediação de interesses em uma sociedade dividida em classes, cujos objetivos e necessidades são necessariamente conflitante.” (PAULINO, 2003, p. 275).

4.1.1. Os quintais produtivos: as práticas agroecológicas, a diversificação e a autonomia na unidade de produção familiar

Os quintais produtivos e os aspectos a eles inerentes se constituem como uma forma de subsídio à recriação e resistência camponesa diante do modelo de produção imposto pelo capital. Nas unidades de produção camponesa dos assentamentos pesquisados é possível

¹⁰¹ No Governo Bolsonaro, o Programa Bolsa Família ganha uma nova nomenclatura, passando a ser denominado de Auxílio Brasil. Com o retorno do Governo Luiz Inácio Lula da Silva em 2023, o programa volta a ter o seu nome de origem.

¹⁰² É importante ressaltar que a seguridade previdenciária pública que beneficia os camponeses, tendo sido resultado de constantes lutas, também sofre a ameaça de um Estado neoliberal que busca retroceder essas garantias. Nas palavras de Fabrini (2021): “A seguridade previdenciária pública conquistada pelos camponeses no contexto de conflitos de interesses, não são dádivas ou doações estatais, porque além da contribuição previdenciária dos trabalhadores e camponeses, é resultado de lutas e resistências diversas, inclusive para garantir constitucionalmente, como na Constituição de 1988. Observa-se, no entanto, que a conquista previdenciária pública dos camponeses foi duramente ameaçada pela Reforma da Previdência aprovada em 11/2020.” (FABRINI, 2021, p. 204).

percebermos que tudo começa no quintal da casa na qual essas famílias residem e, posteriormente, é que as atividades produtivas se espalham para os lotes dos assentados.

Nesses quintais, são viabilizadas pelas famílias as práticas agroecológicas¹⁰³. Seguindo esse modelo, muitas famílias têm resistido aos interesses do capital nesse recorte e têm, assim, conseguido a sua autossustentação sem recorrer à compra de insumos químicos advindos da indústria, bem como garantido a existência de alimentos saudáveis para o consumo próprio e também para a comercialização.

Sobre a Agroecologia, é importante enfatizar que ela

[...] oferece princípios, conceitos e metodologias para o planejamento de uma produção de alimentos de alta qualidade, que seja capaz de manter a produtividade da terra, de respeitar a natureza, de ampliar a diversidade de produtos para o consumo da família e para o mercado e de gerar mais renda para as famílias agricultoras. E para que a produção seja realmente de base ecológica, devemos utilizar técnicas de manejo ecológico dos recursos naturais, tais como: adubação orgânica, defensivos alternativos, rotação de culturas, policultivos (cultivos consorciados), quebra-ventos, adubação verde, protetores e fertilizantes ecológicos, entre outras. (A CARTILHA AGROECOLÓGICA, 2005, p. 20).

Nessa perspectiva, a agricultura camponesa de base agroecológica acaba se constituindo em empecilho ao processo de reprodução do capital, que tem se ampliado através da plantação de monoculturas, uso de maquinários, de agrotóxicos e sementes transgênicas (OLIVEIRA, 2021).

As práticas que envolvem um caráter agroecológico proveniente da agricultura camponesa têm se materializado de diversas formas, como temos buscado aqui discutir, e têm contribuído com a autonomia dos camponeses no âmbito dos territórios. Nesse viés, em algumas unidades, podemos observar nos quintais produtivos uma maior consolidação de todo esse processo com experiências exitosas envolvendo a agroecologia; em outros, podemos

¹⁰³ Ao se referirem à agroecologia, Guscán e Molina (2005) ressaltam que a evolução teórica dos estudos camponeses para a inclusão da ecologia como uma dimensão essencial para a sua pesquisa surge da América Latina, centrando-se basicamente no México (além de na Espanha), com Peru, Bolívia e outros países também contribuindo rapidamente ao conservarem sistemas de agricultura tradicional de grande valor agroecológico (GUSNÁN; MOLINA, 2005, p. 71). Para os autores, são as obras de Angel Palerm e Juan Martinez Alier em que são dados os primeiros passos da agroecologia. É Juan Martinez Alier “que em seu marco conceitual da ‘ecologia dos pobres’ supõe o contexto em que se move a corrente central, e em minha opinião mais rica da agroecologia.” (GUSMÁN; MOLINA, 2005, p. 72). Enquanto isso, a contribuição de Angel Palerm teria relação com suas análises sobre o papel do campesinato no capitalismo, reafirmando a continuidade do campesinato nesse sistema e apresentando uma posição epistemológica da agroecologia em que é elencado que “o futuro da organização da produção agrícola parece depender de uma nova tecnologia centrada no manejo inteligente do solo e da matéria viva por meio do trabalho humano, utilizando pouco capital, pouca terra e pouca energia inanimada.” (PALERM, 1980, p.196-197 *apud* GUSNÁN; MOLINA, 2005, p. 73).

observar que as práticas agroecológicas caminham ainda que de forma lenta, necessitando de intercâmbios e compartilhamento de experiências entre os próprios camponeses e do poder público em específico, através de uma assistência técnica que priorize esse modelo de produção.

De maneira geral, é notório que a prioridade dada às práticas agroecológicas pelos camponeses demonstra como eles têm habilidades no ajuste e na flexibilização para encontrar novas formas de ganhar a vida.

Nessa perspectiva, durante as pesquisas de campo, foi possível identificar a existência de várias organizações que dão apoio às práticas agroecológicas e têm desenvolvido ações no âmbito dos assentamentos rurais pesquisados. Entre elas, foram enfatizadas pelos entrevistados as ações do próprio MST, das cooperativas e associações, da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), do Centro feminista 8 de março e da CPT. Essas práticas encontram empecilhos também, e a ausência ou ineficiência da assistência técnica aos camponeses pode ser citados como um exemplo.

Ao nos referirmos à assistência técnica, é importante abriremos um parêntesis para destacar a sua ineficiência na atuação junto às famílias camponesas. É dentro desse contexto que muitos dos assentados entrevistados acabam relatando não receberem assistência técnica, seja ela da esfera federal, estadual ou municipal. Outros preferem pagar pelo serviço de orientação necessária em seus quintais produtivos. A atuação de organizações não governamentais na cooperativa a qual fazem parte também nos foi citada como importante nesse processo de assistência, o que mostra a ausência do Estado com relação aos camponeses.

Contrariando essa realidade da ausência de assistência técnica, podemos perceber que nos quintais produtivos das unidades camponesas pesquisadas, embora com um espaço restrito, essas famílias conseguem aproveitá-los ao máximo, fixando ali uma diversidade de frutíferas, hortaliças e pequenos animais, o que mostra o empenho dessas famílias e a capacidade de desenvolver estratégias para garantir a sobrevivência e também permanecer produzindo no campo, mesmo sem o apoio necessário. Portanto,

A diversificação da produção é uma maneira de se proteger das formas predatórias de extração de renda, perpetradas por diferentes agentes do capital. Desse modo, quanto maior for a variedade de cultivos, criações e demais atividades feitas, menor a vulnerabilidade e maior a possibilidade dos camponeses se apropriarem da renda gerada internamente. Combinado a isso, um caminho possível de apropriação máxima da renda gerada internamente se define pela eliminação dos intermediários na comercialização da produção. (PAULINO, 2003, p. 112).

É importante ressaltar que, mesmo prezando pela diversidade em seus quintais e na unidade produtiva como todo, muitos camponeses nos assentamentos pesquisados não eliminam por completo a presença do atravessador, pois muitas vezes só conseguem levar até a feira uma quantidade determinada de produtos, ficando os demais susceptíveis à comercialização junto aos atravessadores, que acabam se apropriando da renda da terra camponesa. É nessa perspectiva que “imperam a monopolização em parcelas camponesas no território capitalista.” (PAULINO, 2003, p. 112).

Dessa forma, entendemos que a Monopolização do Território pelo Capital não se restringe apenas àquelas relações que se dão através de processos de integração entre a unidade camponesa e as grandes empresas, por exemplo, sendo este um processo mais amplo e complexo e que também sintetiza o poder do capital em se apropriar da renda da terra mesmo que em frações que acreditamos serem pequenas, como é o caso da produção camponesa dos assentados.

A presença dos atravessadores nas unidades produtivas nos foi sintetizada através do relato de umas das assentadas que ao se referir ao diálogo que teve com um atravessador salienta:

Ele me disse: dona, eu tenho que comprar por um preço mais baixo para poder revender. Daí respondi: olhe, você tem que dá a César o que é de César, eu tenho gastos, tenho que comprar estrume, pagar as pessoas para encher, tudo isso é custo e por isso não dá para lhe entregar meus produtos a preços tão baixos. (Assentada do PA Professor Maurício de Oliveira. Entrevista concedida em novembro de 2021).

Esse relato nos mostra a busca de obtenção de lucros sobre o trabalho camponês e sintetiza o poder do capital em querer se reproduzir até mesmo em espaços em que a acumulação de riquezas não é prioridade ou objetivo por parte das famílias, pois os territórios da agricultura camponesa diferem daqueles da produção capitalista.

Ademais, inibir a presença dos atravessadores significa vantagens tanto para as famílias camponesas quanto para aquelas pessoas que irão consumir os produtos do campo, já que o lucro obtido pelos atravessadores é demasiadamente elevado, impactando no preço final dos alimentos que chegam até os consumidores. Em campo, o camponês nos explica esse processo:

Na venda ao atravessador, o trabalhador do campo perde e os grandes empresários são os que mais ganham. Ex: se eu tenho uma caixa de tomate e vendo diretamente para o consumidor, o preço dela é R\$ 360,00. Se eu vendo para cooperativa, o preço fica R\$ 260,00. Se eu vendo para o atravessador, que vai repassar para o mercado, esse valor cai para R\$ 70,00. (Assentado e presidente da associação do PA Paulo Freire. Entrevista concedida em novembro de 2022).

A partir disso, entendemos a necessidade de buscar o desenvolvimento da agricultura camponesa, de forma a contribuir com a permanência dessas famílias no campo e, muito além disso, possibilitando a elas a sua autonomia, pois sabemos que constantemente estão a enfrentar desafios sejam devidas às condições climáticas, as dificuldades de comercialização da produção e as formas ou tentativas de apropriação dos espaços camponeses pelo capital

Nesse quesito, são importantes a manutenção e melhorias para políticas públicas como o PNAE e PAA, que como discutido, foi alvo constante de cortes em seus orçamentos, bem como a sua descaracterização no governo Bolsonaro, sendo importante ressaltar que durante esse governo o PAA passou a ser denominado Programa Alimenta Brasil (PAB). Com o retorno do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o PAA foi relançado em 22 de março de 2023, em evento no estado de Pernambuco, momento em que foi defendida a ampliação do acesso à alimentação saudável e a produção local no âmbito das comunidades rurais. É notório que essas políticas de aquisição de alimentos são capazes de contribuir com a melhoria das condições de vida das famílias camponesas ao proporcionar a venda direta de seus produtos e com isso possibilitar um melhor preço para os mesmos.

Nas Figuras 15 e 16 abaixo, podemos observar registros de algumas das atividades desenvolvidas pelas famílias camponesas e que, portanto, marcam a diversidade produtiva em seus quintais.

Figuras 15 e 16 - Hortaliças em quintal produtivo do PA Favela, Mossoró.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2022).

Figura 17 – Quintal produtivo no PA Novo Pingo, Açu.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2022).

Figura 18 – Quintal produtivo do PA Mulugunzinho, Mossoró.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2022).

Figura 19, 20 e 21 – Quintal produtivo no PA Mulugunzinho, Mossoró.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2022).

Figuras 22 e 23 – Plantação de tomate cereja e abacaxi em quintal produtivo do PA Mulunguzinho, Mossoró.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2022).

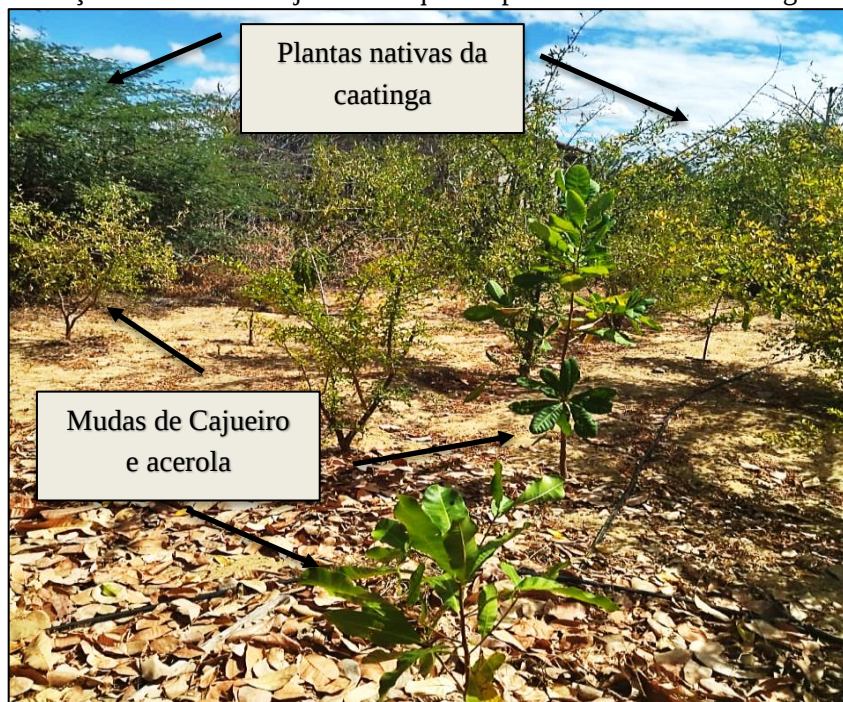
Figura 24 – Quintal produtivo no PA Professor Maurício de Oliveira, Açu.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2022).

Nos quintais produtivos, próximo às frutíferas, também podemos observar a presença de plantas nativas da caatinga (Figura 25)

Figura 25 - Plantação de acerola e cajueiro em quintal produtivo do PA Mulunguzinho, Mossoró.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2022).

Esses aspectos mostram o cuidado e a busca pela conservação do meio ambiente por esses sujeitos, o que é contrário ao que se observa no agronegócio monocultor e latifundiário, que tem priorizado no Brasil a prática do desmatamento e a consequente devastação dos biomas. É nessa perspectiva que, ao se referir aos camponeses, Carvalho (2013) salienta:

Pela sua práxis produtiva altamente integrada com a natureza os camponeses têm sido - assim como os povos originários (indígenas), os extrativistas, os pescadores artesanais ao mesmo tempo agricultores e extrativistas, os quilombolas, entre outros - os guardiões da agrobiodiversidade num contexto histórico em que as classes dominantes e a privatização dos saberes impõem a artificialização da agricultura. (CARVALHO, 2013, p. 01).

Também se fazem presentes nos quintais produtivos a criação de animais, como podemos observar nas Figuras que seguem.

Figura 26 - Criação de Suínos em quintal produtivo do PA Mulunguzinho, Mossoró.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2021).

Figura 27 – Criação de ovinos em quintal produtivo do PA Mulunguzinho, Mossoró.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2021).

Figura 28 – Criação de aves em quintal produtivo do PA Professor Maurício de Oliveira, Açu.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2021).

Figura 29 – Criação de abelha Jandaíra em quintal produtivo do PA Quixaba, Mossoró.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2022).

Figura 30 – Criação de peixes (tilápia) em quintal produtivo do PA Paulo Freire, Mossoró.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2021).

São dos quintais produtivos que têm origem boa parte dos produtos comercializados e que se transformam em estratégias de sobrevivência para essas famílias permanecerem no campo. Assim, além das plantações e das criações de pequenos animais para a autossustentação e comercialização, muitas famílias conseguem realizar o processamento de frutas (Figura 31), dando origem a polpas, doces e geleias. Durante a pesquisa de campo, presenciamos a produção de polpas de frutas, bem como de doce. Esta se desenvolvia, predominantemente, através do trabalho manual e com o suporte de instrumentos tradicionais do campo como o moinho e o fogão a lenha (Figuras 32, 33 e 34)¹⁰⁴.

¹⁰⁴ A presença desses utensílios não é uma característica predominante em todas as residências dos assentados, tendo em vista que os eletrodomésticos como a geladeira, fogão a gás, televisão, congelador, liquidificador, ventilador, ferro de passar, batedeira, dentre outros, dividem os espaços nesses locais. É uma mistura do “tradicional e o moderno muito viva”, se assim podemos a eles nos referir.

Figura 31 - Produção doméstica de polpas de maracujá no PA Mulunguzinho, Mossoró.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2021).

Figuras 32, 33 e 34 - Preparação de doces de gergelim no PA Mulunguzinho, Mossoró.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2021).

É nessa perspectiva que se discute a autossuficiência na agricultura camponesa, pois como nos afirma Fabrini (2021, p. 85), os camponeses têm a capacidade de elaborar produtos e serviços essenciais a sua sobrevivência, gerando assim uma seguridade e autogestão entre eles. Entretanto, isso não significa que a família camponesa, através da sua autossuficiência, tenha que viver excluída da sociedade, pelo contrário, existe o estabelecimento de vínculos envolvendo aspectos políticos, econômicos e sociais, que no âmbito interno e externo são de suma importância na garantia de sua existência, pois os camponeses estão “inseridos desigual e contraditoriamente no contexto das relações capitalistas de produção.”

Através das atividades nos quintais produtivos, as famílias garantem boa parte do que necessitam no consumo interno. Entretanto, a comercialização é vista como de grande valia, pois através dela é possível a compra de produtos necessários à sua sobrevivência como aqueles voltados à higiene pessoal, roupas, calçados, eletrodomésticos, dentre outros que internamente não conseguem produzir e compram no mercado.

Como exemplo da realidade abordada, no decorrer da pesquisa de campo, no PA Mulunguzinho, tivemos a oportunidade de conhecer uma família que processa as frutas oriundas da unidade produtiva e principalmente do seu quintal produtivo. Nos foi relatado que com o dinheiro obtido através do PRONAF haviam comprado congeladores para armazenar essas polpas que são comercializadas pela família de porta em porta. De acordo com a fala da entrevistada, que também faz parte do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer, a venda de polpas é necessária para garantir a renda mensal da sua família e que, embora esteja trabalhando na casa de polpas presente na comunidade, não tem a pretensão de abandonar a sua própria produção e comercialização, pois com isso tem garantido a autossustentação da família.

Nessas unidades familiares, é a natureza que rege o processo produtivo, sendo que a maior parte das polpas produzidas é de frutas da estação. Assim, conforme nos foi esclarecido nos trabalhos de campo, as polpas predominantes são aquelas das frutas do momento. Em casos de necessidades, quando as frutas se tornam insuficientes, a família recorre à compra, sendo essa uma estratégia para não interromper a produção e assim garantir a renda para a reprodução familiar.

É importante ressaltar ainda que muitas das unidades visitadas nos assentamentos de Açu e Mossoró possuem a certificação orgânica¹⁰⁵ de seus quintais produtivos, tendo sido importante nas realidades analisadas a colaboração da Rede Xique Xique e da APROFAM.

¹⁰⁵ Em 2017, no Censo Agropecuário do IBGE, a agricultura orgânica aparece novamente nos questionários. A primeira vez ocorreu em 2006. O questionário abordava o uso no estabelecimento da agricultura orgânica ou pecuária orgânica. No Brasil, do total de 5.073.324 estabelecimentos agropecuários, 36.689 responderam fazer

No Brasil, os produtores orgânicos certificados precisam ter o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do MAPA. Para tanto, essa certificação pode ser obtida através de um dos mecanismos seguintes:

Certificação por Auditoria – A concessão do selo SisOrg é feita por uma certificadora pública ou privada credenciada no Ministério da Agricultura. O organismo de avaliação da conformidade obedece a procedimentos e critérios reconhecidos internacionalmente, além dos requisitos técnicos estabelecidos pela legislação brasileira.

Sistema Participativo de Garantia – Caracteriza-se pela responsabilidade coletiva dos membros do sistema, que podem ser produtores, consumidores, técnicos e demais interessados. Para estar legal, um SPG tem que possuir um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (Opac) legalmente constituído, que responderá pela emissão do SisOrg.

Controle Social na Venda Direta – A legislação brasileira abriu uma exceção na obrigatoriedade de certificação dos produtos orgânicos para a agricultura familiar. Exige-se, porém, o credenciamento numa organização de controle social cadastrado em órgão fiscalizador oficial. Com isso, os agricultores familiares passam a fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. (MAPA, 2020).

O Sistema Participativo de Garantia é o mecanismo de certificação adotado no âmbito da Rede Xique Xique junto às famílias camponesas nos assentamentos pesquisados. Assim, muitas famílias associadas e cooperadas acabam tendo uma maior facilidade no processo de certificação, como é o caso da Rede Xique¹⁰⁶ e da APROFAM e, com isso, têm também uma maior oportunidade de que seus produtos cheguem ao mercado e que o retorno seja mais positivo em termos financeiros.

para produção vegetal, 17.612 para a produção animal e 10.389 para a produção animal e vegetal. Do total de 3.897.408 estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar, 28.490 responderam fazer para produção vegetal, 16.626 para a produção animal e 8.214 para a produção animal e vegetal. Na metodologia do IBGE, a prática ou não de agricultura ou pecuária orgânica foi questionada apenas a estabelecimentos que declararam não utilizar agrotóxicos ou adubos químicos no período de referência (IBGE, 2017).

¹⁰⁶ Vale ressaltar que a Associação de Comercialização Solidária Xique Xique se encontra credenciada no MAPA como uma certificadora orgânica. Pela legislação brasileira, considera-se produto orgânico, seja ele in natura ou processado, aquele que é obtido em um sistema orgânico de produção agropecuária ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local. Para serem comercializados, os produtos orgânicos deverão ser certificados por organismos credenciados no Ministério da Agricultura, sendo dispensados da certificação somente aqueles produzidos por agricultores familiares que fazem parte de organizações de controle social cadastradas no MAPA, que comercializam exclusivamente em venda direta aos consumidores. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/o-que-sao-produtos-organicos>. Acesso em: 11 out. 2022.

Ainda mais, com a certificação, os camponeses podem inserir os seus produtos nas compras institucionais com um maior valor agregado. É nessa perspectiva que a agricultura camponesa com bases agroecológicas também pode ser tratada como sinônimo de resistência ao modelo capitalista de agricultura, pois

[...] a práxis agroecológica, constrói arranjos territoriais favoráveis à reprodução da classe camponesa no território, e esta por sua vez, na medida que produz comida de qualidade para alimentar à sociedade, desestabiliza a cadeia do setor agrícola capitalista, pois não consome insumos químicos, utiliza tecnologias compatíveis com a realidade local e retira de cena a figura do atravessador. (OLIVEIRA, 2021, p. 24).

Muito ligados aos quintais produtivos e às práticas agroecológicas presentes nos assentamentos, encontramos os bancos de sementes crioulas. Em alguns PA, como no Paulo Freire, Mulunguzinho, Quixaba e Novo Pingos, eles se constituem como comunitários, enquanto em outros, como no PA Professor Maurício de Oliveira, Bom Lugar II, Hipólito e Santa Elza, não existe um banco de semente coletivo. Assim, nesse último caso, cada família guarda suas próprias sementes e existe entre elas a troca ou empréstimos de sementes quando necessário. Dona Ana Maria¹⁰⁷, assentada e líder comunitária no PA Professor Maurício de Oliveira, por exemplo, é conhecida nacionalmente pelo banco de sementes com quase 300 espécies que possui, englobando sementes nativas da caatinga e sementes crioulas, como podemos observar nas Figuras que seguem abaixo.

Figuras 35, 36 – Mudas nativas da caatinga e de frutíferas no PA Professor Maurício de Oliveira, Aç.



Fonte: Acervo da autora, pesquisa de campo (2021).

¹⁰⁷ Nesse caso, a referência ao nome da entrevistada se dá a partir do seu prévio consentimento. Dona Ana Maria é conhecida nacionalmente e sobre sua histórica relação de luta e cuidado com a natureza existem algumas reportagens.

Na fala da entrevistada, ela salienta que: “*Chega o inverno e não dependo de sementes da Emater para plantar, eu recebo, mas digo a eles que tenho as minhas próprias sementes que são crioulas.*” (Assentada do PA Professor Maurício de Oliveira; Entrevista concedida em novembro de 2021).

Com relação às sementes crioulas, é importante destacar que vem sendo desenvolvido no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte o Programa Estadual de Sementes Crioulas¹, que atualmente é executado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (SEDRAF)¹ em parceria com o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN (Emater). Além dessas parcerias, o programa conta com o engajamento de alguns movimentos sociais do campo como a Articulação do Semiárido, ASA Potiguar.

É sabido que culturalmente os agricultores camponeses são guardiões de suas próprias sementes. A cada ano, no final da colheita, a família seleciona as melhores sementes que possibilitarão o novo ciclo produtivo logo com as primeiras chuvas que se repetem, mesmo que de maneira irregular no semiárido, todos os anos. Dessa forma, esse programa voltado às sementes crioulas se apresenta como um incentivo a esses agricultores (as), que além de serem guardiões de suas próprias sementes, poderão, a partir desse programa, vendê-las para o governo, difundindo-as para outras famílias que não as tenham.

Entre as famílias entrevistadas, percebemos que elas veem o programa também como um incentivo às tradições culturais presentes no campo. Por outro lado, se a família produz ou adquire junto ao Estado essas sementes, acabam por não alimentar a acumulação do capital, tendo em vista que muitas das sementes presentes no mercado atualmente são transgênicas¹⁰⁸ e estão sob o domínio das grandes empresas que são responsáveis por drenar boa parte da renda da terra camponesa no processo de Monopolização do Território pelo Capital. Dessa forma, as sementes crioulas não têm relação somente com a reprodução camponesa, estão intrínsecas também à resistência desses sujeitos ao capital. É nessa conjuntura que:

¹⁰⁸ Transgênico é sinônimo para a expressão "Organismo Geneticamente Modificado" (OGM). É um organismo que recebeu um gene de outro organismo doador. Essa alteração no seu DNA permite que mostre uma característica que não tinha antes. Na natureza, sempre ocorreram (e ainda ocorrem) alterações ou mutações naturais. (Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-transgenicos/sobre-o-tema>. Acesso em: 18 ago. 2021). “Os transgênicos (OGM) são produtos que foram transformados pela pesquisa genética. Sua inauguração na agricultura foi com a pesquisa sobre a aprovação para consumo do tomate “Flavr Savr”, desenvolvido pela Calgene (comprada pela Monsanto), em 1994. De lá para cá o tempo correu e uma lista grande de produtos já estão marcados como plantas OGM. São elas: alfafa, maçã, canola argentina, feijão, cravo, chicória, algodão, Creeping Bentgrass, berinjela, eucalipto, linho, milho, melão, mamão, petúnia, ameixa, canola polaca, álamo, batata, arroz, rosa, soja, abóbora, beterraba açucareira, cana-de-açúcar, pimenta doce, tabaco, tomate e trigo.” (OLIVEIRA, 2016, p. 448).

[...] mesmo pressionados econômica, política e ideologicamente para se inserirem na lógica capitalista de produzir, a maioria dos camponeses reafirma seu modo de ser, de viver e de produzir distinto daquela do capitalismo. E, apesar das circunstâncias altamente desfavoráveis aos camponeses, é possível se considerar que os camponeses contemporâneos são os guardiões da agrobiodiversidade. (CARVALHO, 2013, p. 02).

No decorrer da pesquisa de campo, encontramos nas residências das famílias bancos de sementes armazenadas em silos e também na garrafa pet (Figura 37), principalmente sementes de feijão, fava, milho, sorgo, abóbora, melancia, gergelim e também sementes nativas da Caatinga, sendo possível observar a valorização que é dada por esse sujeitos a todas essas sementes.

O ponto fixo de comercialização da Rede Xique Xique em Mossoró também apresenta um Banco de Sementes. Na prateleira da bodega, estão expostas em pequenas quantidades uma variedade de sementes (Figura 38) a que a coordenação atribui serem doadas pelos próprios camponeses dos municípios nos quais ocorre a atuação da rede.

Figuras 37 e 38 - Banco de sementes (Crioulas e nativa da Caatinga) familiar no PA Professor Maurício de Oliveira em Açú e Banco de Sementes Crioulas na Bodega Xique Xique – Mossoró.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2021).

Além das sementes crioulas, outro elemento importante e presentes nos quintais produtivos são as tecnologias sociais, assunto que abordaremos no item seguinte. São essas tecnologias, que de acordo com os entrevistados, têm feito a diferença em suas unidades, pois têm possibilitado diversificar a produção e contribuído com a autonomia e reprodução econômica e social das famílias camponesas.

4.1.2 A utilização de tecnologias sociais e manejo ecológico dos recursos naturais nas unidades camponesas

Através da pesquisa de campo tivemos a possibilidade de observar que dos treze assentamentos rurais considerados na pesquisa, somente dois, o PA Paulo Freire e o Professor Maurício de Oliveira, não apresentam problemas com relação a escassez hídrica. Nos demais nos foi relatado a demanda por água como elemento importante e ainda escasso, sendo este um dos principais desafios enfrentados pelos assentados na luta para permanecerem na terra, tendo em vista dependerem de poços comunitários e tecnologias sociais. Dentre as tecnologias sociais de convivência com o semiárido, podemos destacar: cisternas de placas, cisternas de calçadão, cisternas fora do chão, tanques de pedra e caldeirão, barreiro tradicional, barreiro de trincheira, barreiro de lona, açudes, barragens, barragens subterrâneas, barragens sucessivas, barramento de pedras, cacimbões, poços tubulares, cacimbas, irrigação de salvação, mandalas (MALVEZZI, 2007).

Essas tecnologias, diante dessa realidade, são de extrema importância para a convivência com o semiárido e a consequente reprodução dos camponeses ali residentes. Pois, a convivência com o semiárido exige não só a produção, mas a estocagem dos bens em tempos chuvosos, e a água cumpre importante papel nesse sentido (MALVEZZI, 2007) tem em vista que:

Ao contrário da política de açudagem, a concepção de convivência com o semiárido acredita na possibilidade de adaptação da população às condições físico-climáticas da região, admitindo que a seca é um fenômeno natural que traz adversidades, empecilhos e limitações ao desenvolvimento socioeconômico da região, mas não determina seu subdesenvolvimento. A adaptação a essas condições trará, certamente, uma amenização dos impactos negativos causados pelas estiagens. (SILVA; MEDEIROS; SILVA, 2016, p. 303).

As cisternas de placas (Figura 39) e cisternas calçadão (Figura 41) constituem em uma possibilidade para essas famílias captarem e armazenarem a água da chuva. A partir disso, tem a garantia desse recurso para a família e em algumas situações para o consumo animal, principalmente no período de estiagem. Ademais, um outro ganho é o impacto causado por essa tecnologia na qualidade de vida da família¹⁰⁹.

¹⁰⁹ Com as cisternas, “desaparecem as doenças veiculadas por águas contaminadas. Diminuem a mortalidade infantil e o sofrimento de pessoas com saúde mais frágil, principalmente os idosos. Alivia-se o trabalho das mulheres, sobrecarregadas com o penoso serviço de abastecer os lares. Estabelece-se também maior independência em relação aos políticos, que sempre usaram a seu favor a necessidade básica de as pessoas terem água em casa”. (MALVEZZI, 2007, p.14).

As cisternas, juntamente com outras perspectivas de convivência com o semiárido, constituem o que podemos denominar de tecnologias sociais.

As chamadas “tecnologias sociais” trazem à tona, em última análise, o uso da razão crítica diante das tecnologias em geral. Hoje sabemos que, para o bem de todos, as tecnologias têm que ser sustentáveis. É nesse contexto que surgiu o conceito de tecnologias sociais. Elas tendem a ser simples, voltadas para os problemas básicos do povo, manejáveis, facilmente replicáveis e controláveis pelas populações. Já foram definidas como “produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas em interação com a comunidade; devem representar efetivas soluções de transformação social.” (MALVEZZI, 2007, p. 105)

Construídos pelas próprias famílias, também encontramos os tanques de concreto (Figura 40). No PA Mulunguzinho, esses tanques são utilizados para armazenar a água proveniente da adutora e as famílias utilizam água para regar as plantações do quintal produtivo e para dessedentação de alguns animais.

Figuras 39 e 40- Cisterna de placas e Tanque de concreto no PA Mulunguzinho.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2021).

Figura 41 - Cisterna Calçadão no PA Professor Maurício de Oliveira, 2021.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2021).

O acesso à água também tem relação com a autonomia das famílias camponesas, pois como ressaltamos no Capítulo I deste trabalho, ao longo dos anos, o Estado privilegiou a construção de reservatórios de água no interior das grandes propriedades, fortalecendo o latifúndio e o coronelismo que ainda hoje é muito forte no Nordeste. A partir do momento que essas famílias passam a ter acesso à água em sua própria residência, ganha força a sua liberdade e autonomia, e nas palavras de Malvezzi (2007, p. 16), um “outro impacto imediato da captação de água da chuva é o passo na direção da cidadania. Não é cidadão alguém que depende de um político até para beber um copo d’água. A cisterna, sozinha, não dá essa independência às pessoas, mas sinaliza o rumo da caminhada.”

Além disso, contrária à política de açudagem, a concepção que envolve a convivência com o semiárido se remete à possibilidade de que é possível a adaptação da população às condições físico-climáticas predominantes nessa região, amenizando os impactos negativos causados pela estiagem. Admite, inclusive, “que a seca é um fenômeno natural que traz adversidades, empecilhos e limitações ao desenvolvimento socioeconômico da região, mas não determina seu subdesenvolvimento [...]” (SILVA; MEDEIROS; SILVA, 2016, p. 303).

É necessário aqui destacar que, mesmo o armazenamento através das cisternas apresentando tantos pontos positivos para as famílias, contribuindo inclusive para o combate aos efeitos da seca, o Programa de Cisternas enfrentou severas perdas de recursos no decorrer do governo de Michel Temer e se prolongou com o governo de Jair Messias Bolsonaro. De acordo com a reportagem do Brasil de Fato (2020),

O recorde negativo na execução, o dinheiro efetivamente gasto, é de Michel Temer (PMDB), em 2017. Segundo relatório de monitoramento da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar (Caisan), apesar de aprovado na Lei Orçamentária anual (LOA) um orçamento da ordem de R\$ 248,8 milhões, ao final daquele ano o saldo efetivamente disponível para novas contratações foi reduzido a R\$ 49,05 milhões. No ano seguinte, o programa registrou o menor número de construção de cisternas, com apenas 24,1 mil equipamentos – à frente apenas de 2003, ano de implementação do programa. Em 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro, o número caiu ainda mais, com 20,9 mil cisternas construídas de acesso à água para o consumo humano. Foi também o número mais baixo em termos gerais. Contando com a construção de cisternas para produção de alimentos e de cisternas escolares, um total de 24,8 mil equipamentos construídos, menos da metade das 55 mil de 2017. (BRASIL DE FATO, 2020).

Lamentavelmente, a situação acima apresentada é sinônimo do pouco comprometimento do Estado com a população que vive no campo semiárido em especial e que necessita da difusão de tecnologias dessa natureza para ter uma melhor qualidade de vida e buscar garantir a sua reprodução.

Após os resultados das eleições de 2022, em que Luiz Inácio Lula da Silva tem a possibilidade de retorno à presidência, logo no processo de transição, é explicitado que o Programa de Cisternas será prioridade em seu governo:

Ainda de acordo com Tereza Campello, o desafio de retomada do Programa Cisternas transcende a questão orçamentária. “Infelizmente o nosso desafio não é só orçamentário, o modelo do Programa Cisternas elogiado pelo TCU, por ser barato e eficiente, e que adotamos inspirado na Articulação Semiárido, foi completamente destruído. Não foi somente pela falta de dinheiro, desorganizaram uma série de processos e procedimentos, que levarão tempo para serem reconstruídos”, esclarece. (MARCO ZERO, 2022).

Essas formas de armazenamento de água através das cisternas, além de contribuírem no processo de reprodução camponesa, cumprem um importante papel nos PA pesquisados, pois embora em alguns assentamentos a água seja um recurso abundante como é o caso do PA Paulo Freire¹¹⁰ e do PA Professor Maurício de Oliveira, nos outros ela acaba sendo um recurso mais escasso, inclusive do ponto de vista do acesso. No PA Mulunguzinho, por exemplo, a água utilizada para o abastecimento é proveniente de uma adutora, com isso o seu acesso é mais restrito quando comparado à realidade observada nos demais assentamentos. Em relatos de um agricultor camponês, ele enfatiza que *“quando chegaram ao PA não tinham água e que*

¹¹⁰ No PA Paulo Freire o acesso à água é através de um rio que recebe o nome de Rio Angico ou Rio Do Carmo.

precisavam andar mais de 20 quilômetros para conseguir, utilizando como transporte uma carroça puxada por um boi e que agora, mesmo com todas as restrições está uma bênção” (Assentado do PA Mulunguzinho. Novembro de 2021). Diante desses aspectos, podemos perceber como as tecnologias sociais são importantes no contexto de reprodução dessas famílias.

Outra realidade vivenciada nas pesquisas de campo nos chamou a atenção. No PA Novo Pingos, as famílias dependem de um poço artesiano comunitário para terem acesso à água. Entretanto, nas suas proximidades existe a presença de cinco fontes de água mineral sendo extraída do solo de maneira privada para a comercialização.

Além das cisternas de placas, cisternas calçadão e os tanques de concreto, conseguimos identificar também tecnologias como a Silagem e a Aquaponia.

A Silagem serve principalmente para alimentar animais como bovinos e caprinos principalmente no período da estiagem, tendo em vista ser o período do ano em que no semiárido observamos a diminuição ou ausência de chuvas e, consequentemente, a pastagem vai se tornando rarefeita.

Ao se referir aos benefícios da Silagem, esclarece-nos o camponês que sua relevância está em guardar alimentos, que foram produzidos no período das chuvas, para os animais, como palha de milho, capim e sorgo. Através de um buraco no solo e a proteção de lonas, vão sendo ali depositados palhas e talos triturados que posteriormente vão servir à alimentação dos animais.

A Aquaponia é considerada uma outra tecnologia social, que de acordo com a Empresa Brasileira de Agropecuária (EMBRAPA), constitui-se em um sistema integrado já que agrega a criação de peixes e o cultivo de vegetais em hidroponia, ou seja, sem o uso do solo, aproveitando a recirculação da água e também os resíduos. Tivemos a oportunidade de conhecer e receber explicações sobre esse sistema em uma das unidades produtivas do PA Paulo Freire (Figuras 42 e 43).

Figuras 42 e 43 – Sistema de Aquaponia – PA Paulo Freire, Mossoró.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2021).

Nos chamou a atenção a carga de conhecimentos da família sobre todo o processo e nos foi esclarecido que a presença de membros da universidade como professores e alunos ali é uma constante. *“Os professores trazem seus alunos e nesse espaço tem a oportunidade de ter aula englobando vários campos do conhecimento como Física, Matemática, Biologia, Química, dentre outras”*, nos esclareceu um dos filhos do entrevistado e, portanto, membro da família, que hoje está cursando Educação do Campo na Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), mas que não abandona a produção do pai, inclusive agrega muito conhecimento nessa unidade a partir das experiências vivenciadas na universidade.

A família diz já ter introduzido várias experiências com vegetais no sistema de Aquaponia e que todas têm dado certo. Dentre elas destacam as hortaliças e até mesmo a rosa do deserto. É como se nesse espaço pudéssemos observar um verdadeiro laboratório em que o conhecimento acumulado pelo pai (que relata já ter participado do MST na Paraíba) se aliasse ao do filho e que eles fossem construindo juntos, com o apoio de algumas instituições, novos conhecimentos.

Ressaltamos que os peixes ali criados ainda não são destinados à comercialização, mas ao consumo da própria família. De início, foram colocados na caixa d'água 55 peixes, mas no dia da nossa visita só restavam 34, porque eles já haviam retirado alguns para o consumo familiar.

Em algumas das unidades produtivas familiares, também encontramos a estação de tratamento da água das atividades domésticas que visa o reuso agrícola (Figuras 44 e 45),

estando localizadas nos próprios quintais produtivos das famílias. Essas estações, em algumas unidades, apresentam o seu sistema desativado em virtude da sua deterioração.

Figuras 44 e 45 – Sistema de tratamento da água das atividades domésticas nas unidades produtivas no PA Mulunguzinho, Mossoró.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2021).

Essa tecnologia também tem contribuído com o desenvolvimento das atividades agrícolas das famílias, pois tendo em vista as condições climáticas que, conseqüente, impõe a necessidade de economizar água, a possibilidade de seu aproveitamento acaba sendo uma alternativa viável. Após tratada, a água é utilizada para regar os vegetais, tendo sido destacado durante as entrevistas principalmente as frutíferas.

Com relação às formas de manejo ecológico dos recursos naturais nas unidades camponesas e que são bastante utilizadas pelas famílias, podemos perceber a presença do Minhocário, o Adubo de compostagem, o Bioinseticida e o Biofertilizante, práticas essas muito ligadas à agroecologia.

O Minhocário, de acordo com Oliveira (2021, p. 206), constitui-se em “uma estrutura física adequada ao manejo das minhocas e produção de húmus, que geralmente é utilizado como adubo de hortas e fruteira.” Em unidade produtiva visitada no PA Paulo Freire, a família reutilizou carcaças de geladeira como estrutura física de suporte para o manejo das minhocas (Figuras 46 e 47).

Figuras 46 e 47 – Estruturas físicas e adubo com a presença de minhocas no PA Paulo Freire, Mossoró.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2021).

São várias dessas estruturas apresentadas nas Figuras com presença de minhocas nessa unidade produtiva do PA Paulo Freire. O camponês ressalta a importância desses seres vivos na melhoria da qualidade dos húmus produzidos que são destinados a adubação das hortaliças e frutíferas ali presentes. Inclusive, o Minhocário está localizado em um espaço estratégico, próximo às plantações, tendo como proteção solar a sombra de uma oiticica (*Licania rígida*).

A preparação do adubo pelas próprias famílias camponesas significa não ter que ir ao mercado para compra desse produto, tendo em vista que na sua produção são utilizados elementos de dentro da própria unidade, como é o caso do esterco de animais. É nesse sentido que concordamos que os “camponeses são afeitos à inovação tecnológica que é produto da agroecologia e da prática da agrobiodiversidade, da sabedoria que ela lhes proporciona e da experiência histórica criticamente acumulada por eles próprios.” (CARVALHO, 2013, p. 06).

Sobre a adubação orgânica e recuperação da fertilidade natural da terra, salienta Görgen:

[...] aproveitar o esterco de animais, fazer biofertilizantes, compostagem, minhocários, etc. Um bom exemplo é o pastoreio rotativo na produção pecuária, onde o melhor aproveitamento do pasto está associado à fertilização natural, sem necessidade de uso de mão de obra na distribuição do esterco. Fazer o manejo ecológico do solo para não deixar a água das chuvas levar as terras mais férteis. Ao invés de enriquecer as indústrias de adubos podemos fazer a maior parte do adubo em nossa própria terra. (GÖRGEN, 2004, p. 62-63).

O Adubo de Compostagem é uma outra forma de manejo ecológico dos recursos naturais encontrada nas unidades produtivas (Figura 48).

Figura 48 – Adubo de Compostagem pronto para utilização no PA Paulo Freire, Mossoró.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2021).

O processo de formação do Adubo de Compostagem envolve, de acordo com o relato do camponês, um período que pode chegar a um mês. Na sua produção, é feito uso de folhas secas, folhas verdes e esterco de gado. Esse material é misturado em camadas e, no decorrer do seu tempo de produção, ele vai sendo mexido com o uso de uma enxada, além disso, a temperatura deve ser verificada com regularidade. Nesse contexto, conta a experiência e o conhecimento do camponês, que nos afirma que o correto momento para a introdução desse adubo nas plantações, é aquele em que ele já se encontra com a sua temperatura estabilizada.

O Biofertilizante também foi encontrado nas unidades produtivas (Figura 49). Constitui-se em um adubo orgânico líquido e é produzido pelos próprios agricultores dentro da unidade produtiva. Envolve, segundo a explicação do camponês, a mistura de esterco animal fresco, cinzas, cal, rapadura ou melaço, mato verde triturado, soro de leite e água. Na ocasião em que conversávamos, o camponês relata a necessidade de mexer bem essa mistura para a obtenção de um bom resultado e que esse tipo de Biofertilizante contribui significativamente para o resultado produtivo das suas plantações, pois fornece nutrientes necessários para as plantas, além de inibir a proliferação de insetos e doenças.

Figura 49 – Produção de Biofertilizante em unidade produtiva familiar do PA Paulo Freire, Mossoró.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2021).

Além disso, temos que destacar a contribuição ambiental desse composto, pois ao contrário do que ocorre nas plantações do agronegócio, em que são utilizados fertilizantes químicos sólidos em grandes quantidades, os camponeses acabam contribuindo positivamente com a natureza e, conseqüentemente, com a terra da qual dispõem. Com uma quantidade reduzida de terra, mantê-la produtiva e, portanto, bem cuidada inibe o seu esgotamento.

Quando os camponeses desenvolvem o seu próprio adubo, biofertilizantes e conseguem ser os guardiões de suas próprias sementes, estão indo contra a lógica de reprodução do capital e apresentando formas de resistência, pois como bem afirma Ploeg (2008) ao se referir à resistência do campesinato em relação ao Império (o autor usa esse termo em referência ao grande capital), a resistência se daria de forma múltipla nesse início do século XXI, e não estaria restrita somente a manifestações, marchas, bloqueios de estradas, mas perpassaria esses elementos chegando a um campo de ação mais vasto.

A resistência se encontra em uma vasta gama de *práticas* heterogêneas e cada vez mais interligadas através das quais o campesinato se constitui como *distintamente diferente*. Ela se encontra nos campos, na forma como o "estrume bom" é produzido, como as "vacas nobres" são criadas e como as "belas propriedades" são construídas. Por mais antigas e irrelevantes que essas práticas possam parecer se consideradas isoladamente, no contexto do Império elas são cada vez mais veículos através dos quais a resistência é expressa e organizada. A resistência se encontra igualmente na criação de novas unidades de produção e de consumo em campos que deveriam manter-se improdutivos ou ser usados para a produção de culturas de exportação em grande escala. Em

suma, a resistência do campesinato reside, acima de tudo, na *multiplicidade de respostas* continuadas e/ou criadas de uma nova forma para confrontar o Império como principal modo de ordenamento. Através de e com a ajuda dessas respostas, os camponeses conseguem remar contra a maré. (PLOEG, 2008, p. 289).

Entendemos que essas práticas desenvolvidas pelos camponeses em seus territórios como explicita o autor, além de serem sinônimo de resistência ao capital como ele enfatiza, também norteiam o processo de recriação desses sujeitos. Entretanto, visto a heterogeneidade no território camponês, salientamos que nem todas as famílias estão de posse desses insumos por eles próprios produzidos, o que também leva muitas famílias a transferirem renda para o capital através do consumo. É justamente a incorporação de tecnologias e insumos que o obriga o camponês a pagar um pesado tributo ao capital industrial e comercial, tributo esse representado pelo consumo das mercadorias que entram no processo produtivo (PAULINO, 2003).



111

CAPÍTULO V: A ORGANIZAÇÃO DOS CAMPONESES COMO POSSIBILIDADE PARA A SUA RECRIAÇÃO

Neste capítulo, refletimos sobre a atuação de algumas organizações associativas e cooperativas das quais fazem parte as famílias camponesas no Polo Assu-Mossoró, destacando nesse sentido o papel desempenhado pela Rede Xique Xique de Comercialização Solidária ou COOPERXIQUE, o Grupo de Mulheres Decididas a Vencer e a APROFAM.

A Rede Xique Xique se encontra localizada no município de Mossoró e com abrangência em vários municípios do Rio Grande do Norte; o Grupo de Mulheres e a associação da APROFAM apresentam uma atuação mais local, circunscrita ao município de Mossoró, mas que não deixam de cumprir o seu papel sendo exemplo de práticas exitosas no âmbito organizativo da agricultura camponesa para os demais municípios do Polo.

No desenvolvimento desse capítulo foram importantes, além da pesquisa bibliográfica e documental, as pesquisas de campo em que ocorreram a realização de entrevistas com os assentados participantes dessas organizações sociais, a presidente da Rede Xique Xique e da APROFAM e com o Grupo de Mulheres Decididas a Vencer. Além das entrevistas, foram

¹¹¹ A figura retrata a organização da feira agroecológica pelos camponeses no município de Mossoró.

pertinentes também as observações, os registros fotográficos e as conversas e/ou diálogos informais.

As discussões aqui apresentadas estiveram norteadas pelos seguintes questionamentos: de que modo ocorre a contribuição das organizações (Associativas e Cooperativas) junto aos camponeses e o seu papel na comercialização dos produtos oriundos da unidade familiar? Qual o papel assumido pelas mulheres¹¹² nas unidades produtivas a partir de sua organização em grupos? Qual a importância das feiras agroecológicas na recriação camponesa?

5.1 A organização associativa e cooperativa

Temos enfatizado que o processo de expansão do capital no campo ocorre de maneira contraditória e embora monopolize a produção no âmbito da agricultura camponesa fazendo com que estes estejam, em algumas situações, submetidos a sua lógica, permite também a sua reprodução e recriação. Haja vista esses aspectos, é de principal importância a organização dos camponeses para que tenham condições de se sobressair frente à atuação do capital em seus territórios.

No âmbito desse processo organizatório é, necessário que possamos pensar na formação de associações e cooperativas. As primeiras como uma forma de subsídio na tomada de decisões por parte dos camponeses, a segunda, principalmente como um amparo aos camponeses no sentido da comercialização da produção.

Assim, é significativo o papel das associações, das cooperativas, dos grupos formados pelos camponeses e camponesas e também dos sindicatos nas estratégias de reprodução desses sujeitos. Nas pesquisas de campo, ao falarmos sobre essas organizações, foi possível perceber que elas têm levado aos camponeses formas de conhecimentos e acesso a programas e políticas públicas governamentais, estimulando a produção agroecológica, a comercialização do excedente em feiras da agricultura familiar e/ou agroecológicas, bem como têm subsidiado na orientação aos agricultores principalmente com relação as aposentadorias rurais que, como visto anteriormente, são também de grande relevância para os camponeses. Essa última ação tem tido um papel mais ativo dos Sindicatos Rurais. Estes, pelo que podemos observar, já tiveram uma ação mais efetiva, inclusive, colaborando no processo de formação dos assentamentos rurais no Polo. Hoje, visualizamos um certo enfraquecimento, tendo em vista

¹¹² Rosa Ester Rossini é uma Geógrafa brasileira que tem destacado o papel da mulher e a questão do trabalho, bem como a sua luta por igualdade, equidade de gênero e cidadania.

que na fala dos entrevistados, eles têm se restringido à colaboração no processo burocrático das aposentadorias rurais e no acesso aos benefícios de natalidade concedidos às mães pós gestação.

Em todos os assentamentos rurais pesquisados, podemos perceber a presença de associações comunitárias, como nos exemplos das Figuras 50 e 51. Nesses espaços, os assentados, mensalmente, se reúnem colocando em pauta as demandas da comunidade. *“Nesses momentos coletivos são discutidos problemas, buscamos soluções e nos articulamos politicamente em busca de melhorias para todos nós”*. (Assentada do PA Professor Maurício de Oliveira. Entrevista concedida em novembro de 2021).

Figuras 50 e 51– Sedes das Associações dos Assentamentos Paulo Freire e Professor Maurício de Oliveira.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2021).

Com relação às cooperativas, embora seja possível identificar a associação às cooperativas por muitas famílias camponesas no Polo, somente no assentamento Novo Pingos, Açu, existe uma cooperativa localizada dentro do próprio assentamento, a COOPINGOS (Figura 52) o que facilita a integração dos camponeses. Nos demais assentamentos pesquisados, a principal cooperativa da qual participam os camponeses é a COOPERXIQUE, que tem a sua sede em Mossoró.

Figura 52 - Sede da COOPINGOS, localizada no PA Novo Pingos, Açu.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2022).

As cooperativas, sendo fonte de estudo em várias áreas do conhecimento, muitas vezes são tidas como uma alternativa às relações capitalistas de produção (ZENERATTI, 2018). Entretanto, existe uma multiplicidade de cooperativismos e que também apresentam várias formas de atuação, estando presentes tanto no campo como nas cidades. Por exemplo,

Territorialmente falando, as cooperativas apresentam características semelhantes de funcionamento, todavia pela sua capacidade de adequação às diversas necessidades sociais, atuam no processo produtivo de maneira também diversa. No campo, passaram a atender os interesses da classe hegemônica, que por meio do Estado as utilizaram como estratégias para a transformação da base técnica na agricultura, privilegiando a agricultura de mercado, por extensão os capitalistas do campo, **entretanto para os camponeses serviram de estratégia de fortalecimento e atenuação da sujeição da renda da terra ao capital.** (ZENERATTI, 2018, p. 23).

No Brasil, a formação histórica das cooperativas está marcada por questões que apresentam um caráter político-ideológicos, tendo ganhado relevância no contexto dos países capitalista como uma alternativa para os trabalhadores, pois proporciona novos caminhos no enfrentamento dos desafios de uma sociedade permeada pela divisão de classes (ZENERATTI, 2018).

No campo brasileiro, o Censo Agropecuário (IBGE, 2017) aponta a presença de 579,5 mil estabelecimentos associados a cooperativas. Desse número de estabelecimentos associados, a maioria é da agricultura familiar, em torno de 71,2%.

A Organização das Cooperativas Brasileira (OCB) apresenta a existência no Brasil de mais de 1.200 cooperativas agropecuárias em atividade (MAPA, 2022), sendo que “Após a primeira metade do século XX, as cooperativas agropecuárias têm sido classificadas como de

grande importância para o desenvolvimento social e econômico do país.” (RÊGO, 2019, p. 154).

No Rio Grande do Norte, em 2018, existia 43 cooperativas no ramo agropecuário conforme a OCB. De acordo com essa organização,

O Ramo Agropecuário reúne cooperativas relacionadas às atividades agropecuária, extrativista, agroindustrial, aquícola ou pesqueira. O papel da cooperativa é receber, comercializar, armazenar e industrializar a produção dos cooperados. Além, é claro, de oferecer assistência técnica, educacional e social. Hoje, segundo o IBGE, 48% de tudo que é produzido no campo brasileiro passa, de alguma forma, por uma cooperativa. (OCB, 2023)

É notório que os propósitos cooperativistas permeiam as relações sociais há muito tempo, tendo se intensificado a partir do desenvolvimento capitalista e as consequências daí oriundas principalmente para os trabalhadores. Kautsky (1980, p. 72), já no final do século XIX, analisando o contexto da Alemanha, fazia referência ao papel das cooperativas: “Não se pode conceber que alguém possa negar a importância das cooperativas. A questão reside unicamente em sabermos se as vantagens da grande exploração cooperativa são acessíveis ao camponês [...]”

As ressalvas feitas por Kautsky ao comparar a formação de cooperativas na grande e na pequena exploração residem no fato de que na primeira, de acordo com o seu entendimento, é possível observar tempo disponível, relações extensas e um maior conhecimento nas esferas do comércio e da administração, o que se constituiria no alicerce para o surgimento das cooperativas agrícolas socialistas, já que para as pequenas explorações, o autor entende que a formação de cooperativas tinha as suas limitações pelo caráter “individualista” dos camponeses em não querer abrir mão da propriedade privada da terra, vendo as cooperativas apenas como um fim na obtenção de crédito e acesso à comercialização de seus produtos que sem esse meio estava restrito às aldeias.

Entretanto, compreendemos que as perspectivas de futuro, segundo Kautsky, era a formação de uma grande produção cooperativa, pois esta poderia ser uma possibilidade após a superação do capitalismo. Assim, defendia que as cooperativas deveriam se formar não através dos camponeses possuidores de terras, mas dos despossuídos, do proletário.

Esta realidade posta pelo autor encontra subsídios no seu entendimento de que deveria ocorrer, com a expansão do capital no campo, o desaparecimento dos camponeses, já que eles se transformariam em proletários.

Através de um outro olhar, como aquele que observa os camponeses a partir de sua permanência no âmbito do desenvolvimento do capital no campo, as cooperativas passam a ter um outro viés ou papel. Poderíamos afirmar que elas, quando partem da organização dos camponeses, subsidiam processos de reprodução e recriação desses sujeitos frente ao capital ao terem como um dos seus pontos positivos a possibilidade de diminuir o domínio capitalista sobre a renda da terra e a exploração capitalista sobre o trabalho camponês.

No entanto, temos que fazer algumas ressalvas com relação às organizações cooperativistas, tendo em vista que, como assevera Paulino (2003), muitas têm sido as alterações sofridas pelos princípios originais do sistema cooperativista, o que pode gerar como consequência a incorporação do cooperativo na dinâmica da expansão do capital. Dentre os preceitos do sistema cooperativista, destacam-se: a gestão democrática pelos próprios cooperados; limitação da taxa de juros sobre o capital social; distribuição das sobras líquidas proporcional a participação; constituição de um fundo para a educação cooperativa; ativa integração entre os cooperados (PAULINO, 2003). Nesse sentido, a partir do momento em que a cooperativa passa a ganhar um caráter estritamente empresarial, assumindo uma postura competitiva como dita o capital, tem-se como resultado a sua descaracterização em seus princípios originários.

Por outro lado, devemos considerar ainda os desafios a serem enfrentados no âmbito das cooperativas agropecuárias na realidade atual na qual se intensificam os problemas inerentes às questões climáticas e o próprio desafio na inserção dos camponeses. Ao enfatizar essas questões, assevera Rêgo (2019) que,

Na conjuntura atual do sistema capitalista, são muitos os desafios do cooperativismo agropecuário. Um deles, diz respeito à utilização racional dos recursos naturais. Tratando-se de um movimento que, teoricamente, objetiva uma mudança socioeconômica da parcela da sociedade que se encontra excluída, ou seja, apesar do cunho humanístico que caracteriza o cooperativismo, podemos observar que as cooperativas são empresas que funcionam a partir da utilização dos recursos naturais em escala cada vez maior. (RÊGO, 2019, p.158).

Um outro desafio envolvendo o cooperativismo na atualidade se refere ao desenvolvimento de

[...] estratégias que possam incluir a população rural mais carente nesse movimento, proporcionando dessa forma, uma diminuição da pobreza que assola o campo neste país, principalmente no contexto do semiárido

nordestino. Nesse ínterim, o cooperativismo agropecuário não pode ser um movimento que vise apenas o beneficiamento dos grandes e médios proprietários rurais, devendo ser um elemento que possa causar toda uma reestruturação das classes mais excluídas, induzindo uma complexa e eficaz mudança social do campo. (RÊGO, 2019, p. 159).

Mesmo considerando esses desafios, foi notório em campo, através do conhecimento de cooperativas como a COOPINGOS e a COOPERXIQUE, atuantes no Polo Assu-Mossoró, a conclusão de que elas se caracterizam como uma auxiliadora na organização da produção e comercialização de alimentos básicos que compõem a produção camponesa inibindo a presença de atravessadores e que, ao contrário do que ocorre com muitas cooperativas no Brasil, não tem se voltado para uma agricultura estritamente comercial e empresarial.

Uma parcela muito importante dos pequenos agricultores familiares do Brasil está organizada em cooperativas. Muitos estudos e pesquisas mostram que as cooperativas têm um papel decisivo no desempenho econômico destas unidades produtivas, assim como representam mecanismos de interação social, acesso à mercados, cultura e lazer. Mas o cooperativismo não se restringe aos pequenos produtores e já são muitas as empresas de maior porte econômico na agricultura e alhures, que operam com base em seus princípios. (SCHNEIDER, 2017, p. 10)¹¹³.

Chayanov,¹¹⁴ em 1919, apresentou conceitos teóricos e ideias práticas sobre as cooperativas que embora sejam construções pautadas na realidade russa daquele momento pós revolução Bolchevique de 1917, em que se defendia o cooperativismo e a integração vertical das unidades camponesas como a melhor solução frente o impasse da coletivização estatal e o modelo capitalista mercantil, continuam sendo ideias importantes no estudo dos camponeses ainda nos dias atuais, principalmente na realidade brasileira, marcada pelas tentativas de eliminação e/ou supressão dos direitos desses sujeitos. Nesse sentido, a organização cooperativa por parte das famílias camponesas se torna um dos instrumentos de resistência.

Para Chayanov (2017), o conceito de cooperativa pode ser dividido em dois conceitos, um empreendimento cooperativo e um movimento cooperativo. O primeiro envolveria

¹¹³ Trecho extraído do Prefácio do livro *A Teoria das Cooperativas Camponesas* de Chayanov publicado no Brasil em 2017.

¹¹⁴ Em prefácio da obra *A Teoria das Cooperativas Camponesas de Chayanov*, Schneider salienta: Apesar de ser um entusiasta do cooperativismo como modelo organizacional social e econômico, Chayanov não deixou de perceber alguns problemas e riscos que ainda hoje persistem, tais como o oportunismo e a falta de fidelidade dos sócios, a concorrência com outras empresas e a questão da gestão cooperativa. Destacou de forma enfática que o sucesso das cooperativas deveria ser medido pelo crescimento da renda de seus membros e não pelos lucros da própria cooperativa. No capítulo dois do livro afirma: “é a renda dos membros que mais importa e nada mais”, deixando claro que as cooperativas devem estar voltadas a busca do bem-estar e satisfação dos seus sócios e beneficentes. (SCHNEIDER, 2017, p. 9).

características definidoras de natureza organizacional e formal como o papel do capital, os métodos de distribuição de lucros, as formas de gestão; o segundo, envolve elementos relativos aos objetivos sociais como a destruição do sistema capitalista, a harmonia de classe, liberação do campesinato das amarras econômicas.

Na verdade, estamos convencidos de que a tentativa de definir cooperativas envolve não um, mas dois elementos que precisam ser definidos. Tem-se, de um lado, o empreendimento cooperativo como uma entidade econômico-organizacional que pode não estabelecer para si própria quaisquer objetivos sociais [...]. Por outro lado, estamos testemunhando um movimento cooperativo generalizado, ou mais exatamente, movimentos cooperativos, cada qual com sua própria ideologia e fazendo uso de formas cooperativas para organização de empreendimentos econômicos como um dos instrumentos (às vezes, o único) para sua concretização. Esses últimos movimentos colocam-se, conscientemente, objetivos sociais de vários tipos, e seriam impensáveis sem tais objetivos. (CHAYANOV, 2017, p. 53).

As cooperativas, que como podemos observar, não se isolam das bases econômicas e sociais sobre as quais estão fundadas, apresentam-se de diferentes tipos e respondem a diversos interesses de grupos e classes.

No caso das cooperativas camponesas, além de ser privilegiada como um dos seus principais princípios a adesão voluntária das unidades produtivas, defende-se que o comércio cooperativo se organize buscando possibilitar aos camponeses o maior preço pelos seus produtos e trabalho e, por outro lado, a compra cooperativa deve proporcionar aos camponeses produtos de boa qualidade e com menores preços.

Nesse sentido, “uma cooperativa, portanto, será extremamente útil, mesmo quando não produzir qualquer lucro líquido como empresa, mas, ainda assim, aumentar as rendas de seus membros.” (CHAYANOV, 2017, p. 87).

5.1.1 A Cooperativa de Comercialização Solidária *Xique Xique*-COOPERXIQUE

Pensada no final dos anos 1990, a criação efetiva da COOPERXIQUE se dá em 2011, tendo o seu surgimento sido calcado no objetivo de proporcionar a comercialização do excedente da produção camponesa, inibindo assim a atuação de atravessadores. Com isso, podemos observar que ela tem assumido um papel preponderante no fortalecimento organizativo camponês na realidade do Polo. Pois,

A COOPERXIQUE, com base na colaboração recíproca a que se obrigam os seus cooperados, tem como objetivo social administrar os interesses sociais, culturais e econômicos dos cooperados e familiares, proporcionando-lhes condições para extração, produção, industrialização, armazenamento e comercialização de sucos e polpas de frutas, como também dos produtos agropecuários, em especial os da base familiar de forma sustentável, serviços de turismo e ecoturismo, apicultura, pesca e consumo, assim como em outros campos de atividades socioeconômica da produção. (ESTATUTO DA COOPERXIQUE, 2021, p. 02).

Salientamos que, ao enfatizarmos o termo cooperativa camponesa, buscamos reiterar o seu papel distinto das cooperativas que apresentam um caráter empresarial e que também são modelos que possuem atuação no Polo Assu-Mossoró, como são exemplos a COOPYFRUTAS¹¹⁵ – Cooperativa dos Fruticultores da Bacia Potiguar.

Ao se referir à diferenciação existente entre as cooperativas camponesas e às de caráter empresariais, Zeneratti (2018) salienta que enquanto as primeiras partem da negação e da luta contra a lógica de exploração e expropriação que move o capital e se apresentam como uma estratégia de luta e resistência, as cooperativas empresariais inseridas no mercado capitalista têm como prioridade a renda capitalista da terra, muito embora, contraditoriamente, muitos camponeses inseridos nesse modelo de cooperativa possam se beneficiar retendo parte da renda camponesa.

No caso da COOPERXIQUE, os achados da pesquisa de campo nos mostram que todo o seu processo de formação perpassou não somente os elementos de um empreendimento cooperativo, mas também elementos imbricados ao movimento cooperativo como discutido por Chayanov (2017), envolvendo a luta pela terra e principalmente o protagonismo das mulheres camponesas do PA Mulunguzinho, localizado no município de Mossoró.

Inicialmente, um grupo formado por mulheres criaram uma associação informal, a Associação dos Parceiros e Parceiras da Terra (APT). O objetivo era a realização da entrega de hortaliças orgânicas sem a presença de atravessadores, já que esses também são responsáveis por drenar boa parte da renda da terra camponesa. Como frutos da organização desse Grupo de Mulheres, posteriormente, é formada a associação e a cooperativa COOPERXIQUE. Atualmente, visto a abrangência territorial, que transcende os limites de Mossoró e chega a outros municípios, passam a receber também a denominação de Rede Xique Xique de Comercialização Solidária.

¹¹⁵ A COOPYFRUTAS foi fundada em 2005, tendo como principal objetivo se tornar um grupo competitivo no mercado internacional de frutas. (Disponível e: <http://coopyfrutas.com/sobre-nos/>. Acesso em 06 abr. 2023).

Como resultado do empenho e luta dos camponeses, já ano de 2003, na cidade de Mossoró, ocorreu a inauguração do Espaço de Comercialização Solidária, tornando-se uma importante ferramenta para as famílias camponesas poderem comercializarem o excedente¹¹⁶ de sua produção. Em 2020, com o apoio da Fundação Banco do Brasil e ONU Mulheres através do projeto "Mulheres em Rede" a Rede passa a ser localizada em novo espaço (Figura 53 e 54).

Figuras 53 e 54 – Sede da Bodega Xique Xique (parte externa e interna) no município de Mossoró (RN).



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2021).

A Rede Xique-Xique se encontra atualmente organizada em 21 núcleos municipais e envolve feiras agroecológicas da agricultura camponesa e economia solidária e lojas de produtos, como é o caso da Bodega Xique Xique, que tem ponto fixo de comercialização nos municípios de Mossoró, Messias Targino e São Miguel. Este último foi inaugurado em agosto de 2021.

Os núcleos da Rede englobam os municípios de Mossoró, Baraúna, Tibau, Grossos, Serra do Mel, Afonso Bezerra, Pendências, Ipanguaçu, Apodi, Felipe Guerra, Parau, Upanema, Janduis, Messias Targino, Governador Dix Sept Rosado, São Miguel, São Miguel do Gostoso, Natal, Parnamirim, Maxaranguape e Bom Jesus (Mapa 05).

¹¹⁶ Ao nos referirmos ao excedente na produção camponesa, é importante enfatizar o que nos mostram as pesquisas de campo. Assim, nos quintais produtivos e nos lotes das famílias assentadas é possível perceber que essas famílias conseguem produzir priorizando a autossustentação, entretanto, isso não inibe a formação de excedentes que são direcionados à comercialização. Outrossim, muitas famílias já têm como propósito essa geração de excedente, pois só assim conseguem comprar outros produtos da sua necessidade e garantir a sua reprodução.

Nos núcleos municipais, são organizadas as feiras agroecológicas da agricultura camponesa. No município de Mossoró, além da Bodega Xique Xique que funciona toda a semana, a Rede também organiza a feira agroecológica no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), respectivamente nas quartas e quintas-feiras.

Englobando em torno de 500 pessoas, entre sócios e cooperados, a cooperação tem se constituído em um elo de fortalecimento dos que lutam para permanecer na terra, principalmente no contexto em que se encontram inseridos no Polo, um recorte com forte atuação do capital.

No cooperativismo não podemos negar a articulação mútua entre os associados, além disso, concordamos com Paulino (2003) ao enfatizar que a mediação da cooperativa acaba por contribuir para que parcelas do território continuem sendo controladas pelo campesinato. Outrossim, ao impedir que a lógica da monopolização do território camponês pelo capital prevaleça, a mesma permite que a territorialização dos camponeses se realize, contraditoriamente.

No recorte espacial pesquisado, isso se dá a partir da atuação da COOPERXIQUE ao inviabilizar a atuação dos atravessadores na compra dos produtos oriundos das famílias camponesas, tendo em vista que se apresenta como um de seus objetivos a implantação de medidas que libertem os cooperados do comércio com atravessadores, condicionando o potencial produtivo nas suas atividades de produção e extração agropecuária (ESTATUTO DA COOPERXIQUE, 2021).

Na Rede Xique Xique, também existe a busca pelo fortalecimento da sua articulação com os movimentos sociais, como é o caso da Marcha Mundial das Mulheres, o Grupo Feminista 8 de março, também localizado no município de Mossoró, as redes de articulação agroecológicas¹¹⁷ e a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte (FETRAF - RN).

Estão entre os princípios da Rede, os seguintes elementos:

- Uma nova economia que tem na solidariedade seu pilar sustentador;

¹¹⁷ Entre essas redes, destacamos a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) que foi fundada em junho de 2005, na cidade de Luziânia/GO e que hoje tem atuação em 21 unidades estaduais, sendo uma delas o Rio Grande do Norte, com sede em Natal. “A UNICAFES é uma Organização Não Governamental, que propõe a inclusão social de cooperados e cooperadas, articulando iniciativas econômicas que ampliem as oportunidades de trabalho, de distribuição de renda, de produção de alimentos, de melhorias da qualidade de vida, da preservação da biodiversidade e da diminuição das desigualdades.” Disponível em: <https://www.unicafes.org.br/p/historico>. Acesso em: 02 set. 2022.

- Que o financiamento, a produção, a comercialização e o consumo devem se distanciar de todas as formas de exploração do trabalho;
- Valorização do trabalho das mulheres e jovens, respeitando suas diferenças sem gerar desigualdade de gênero e geração;
- Tratando da produção agropecuária devem ser observados os princípios da agroecologia;
- A educação para o consumo ético objetivando o estabelecimento de relações de parceria entre consumidores e consumidoras, produtores e produtoras;
- Os produtos comercializados serão avaliados por um processo de certificação participativa que envolva produtores e produtoras, técnicos e técnicas, consumidores e consumidoras, orientados e orientadas por este princípio. (CARTA DE PRINCÍPIOS DA COOPERXIQUE, 2022).

Vale ressaltar que a cooperação dos camponeses no contexto da Rede tem subsidiado a inserção de seus produtos nas compras institucionais, tendo em vista o apoio que conseguem alcançar. Assim, o acesso a programas Federais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é imprescindível para as famílias camponesas no âmbito da produção e principalmente no processo de comercialização. Entretanto, como enfatizado nesse trabalho, esses programas passaram por processos de descaracterização e substanciais perdas de recursos pós-Golpe de 2016.

Em virtude desse contexto de retrocessos, nesse período, a Rede buscou novas alternativas e ganhou importância a sua relação com a esfera estadual, pois esta tem desenvolvido programas (Quadro 04) importantes e que acabam beneficiando a reprodução dos camponeses, o que não nega a atenção e os privilégios direcionados pelo Estado ao agronegócio no Rio Grande do Norte.

Quadro 04 – Programas estaduais no Rio Grande do Norte voltadas para agricultura camponesa.

PROGRAMAS	PRINCIPAIS OBJETIVOS
Política Estadual de Sementes de Cultivares e Mudas Crioulas	Estimular e fomentar o resgate, a proteção e a conservação de espécies produzidas pelas famílias em suas unidades, objetivando a sustentabilidade dos agrossistemas familiares. (Lei nº 10.852, de 20 de janeiro de 2021).
Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária (PECAFES)	Garantir a aquisição direta e indireta de produtos agropecuários, extrativistas e resultantes da atividade pesqueira, in natura e beneficiados, produzidos por agricultores e agricultoras ou suas organizações socioeconômicas rurais, por povos e comunidades tradicionais e pelos beneficiários e beneficiárias da agricultura familiar como forma de assegurar o desenvolvimento rural sustentável, a promoção da segurança e soberania alimentar e nutricional

	e o incremento à geração de trabalho e renda. (Lei nº 10.536, de 03 de julho de 2019).
O Selo dos Produtos da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte (SAF/RN)	Possibilitar aos agricultores familiares agregação de valor à produção agropecuária, às atividades de pesca, aquicultura e extrativista vegetal, com vistas ao desenvolvimento rural sustentável, à promoção da segurança alimentar e nutricional da população e ao incremento à geração de trabalho, emprego e renda. (Lei nº 11.007, de 20 de agosto de 2021).
Feiras da agricultura familiar	Impulsionar a produção de alimentos agroecológicos, bem como a sua comercialização direta pelos agricultores junto aos consumidores através das feiras locais. (Projeto de Lei 65/2021 que em sua ementa institui a Política Estadual de Incentivo e Fomento às Feiras da Agricultura Familiar e Agroecológicas).

Fonte: Elaborado com base na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar - RN (2022).

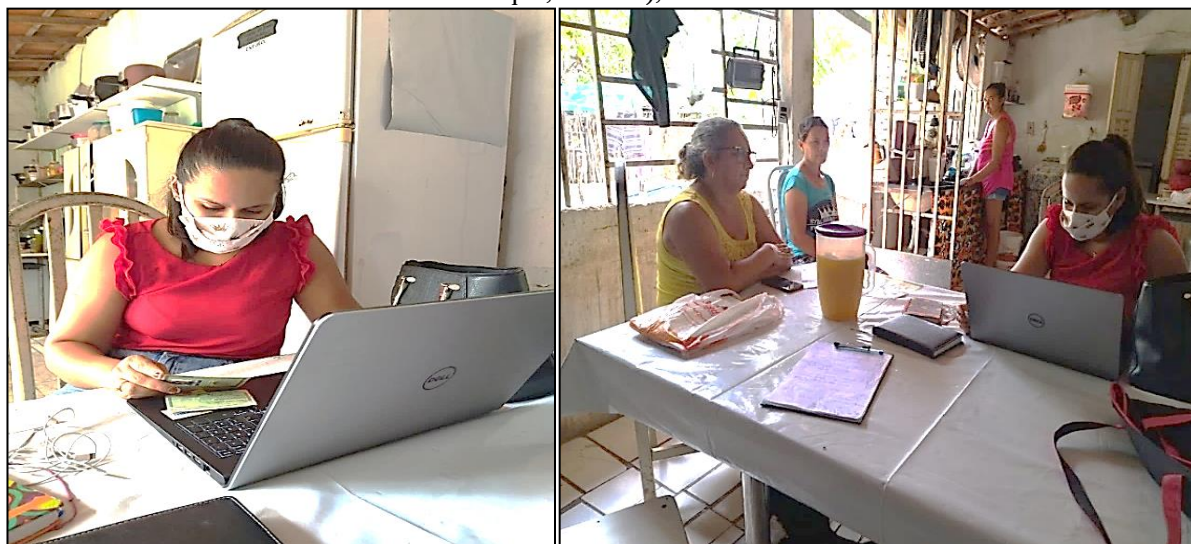
A parceria com algumas instituições também é importante no desenvolvimento da Rede. Em diálogo com o coordenador de projetos da Rede, ele destacou o Projeto FO4 – Fortalecimento das Organizações da Agricultura Familiar, em execução, que tem contado com o apoio do Fundo Internacional do Desenvolvimento Agrícola (FIDA)¹¹⁸, da Agri Agência de apoio da Agricultura Familiar (Agricord) e a União Europeia. Esse projeto chega à Rede através da UNICAFES e a Trias Brasil (ONG Belga que financia a agricultura familiar) e objetiva a inclusão da juventude, buscando englobá-los nos movimentos e também no desenvolvimento de atividades produtivas. Para tanto, esse fortalecimento da juventude se dá através de reuniões de núcleos, certificações, intercâmbios, auto-organização e inclusão da juventude no mercado produtivo através, por exemplo, das feiras.

A partir de projetos dessa natureza, podemos observar o empenho da Rede na valorização dos jovens que podem, a partir dessas oportunidades, dar continuidade ao desenvolvimento das atividades dos pais no campo, tendo em vista que, se não existe trabalho nesse espaço, a tendência é que os mesmos busquem outras alternativas no espaço urbano ou junto as empresas do agronegócio.

¹¹⁸ “O FIDA atua para promover o aumento dos investimentos públicos e privados na agricultura e no desenvolvimento de empreendimentos rurais. [...] oferece empréstimos a juros baixos e doações a países em desenvolvimento. O Fundo também mobiliza Co-financiamento dos Estados-Membros, de países em desenvolvimento e dos próprios participantes dos projetos”. Disponível em: https://www.ifad.org/documents/38714170/39211820/glance_p_web.pdf/f8989b89-f9ab-4ee6-bf46-ca65bb9fffb. Acesso em: 28 mar. 2023. No Polo Assu-Mossoró, a sua atuação esteve voltada ao financiamento e desenvolvimento de projetos voltados aos jovens do campo.

Em campo, também chegamos a presenciar o apoio da Rede junto às famílias camponesas. Na ocasião, ocorria a atualização da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), processo importante no acesso às políticas públicas voltadas às famílias camponesas (Figuras 55 e 56).

Figuras 55 e 56 – Prestação de assessoria junto aos assentados do PA Mulunguzinho (Rede Xique Xique, Emater), 2021.

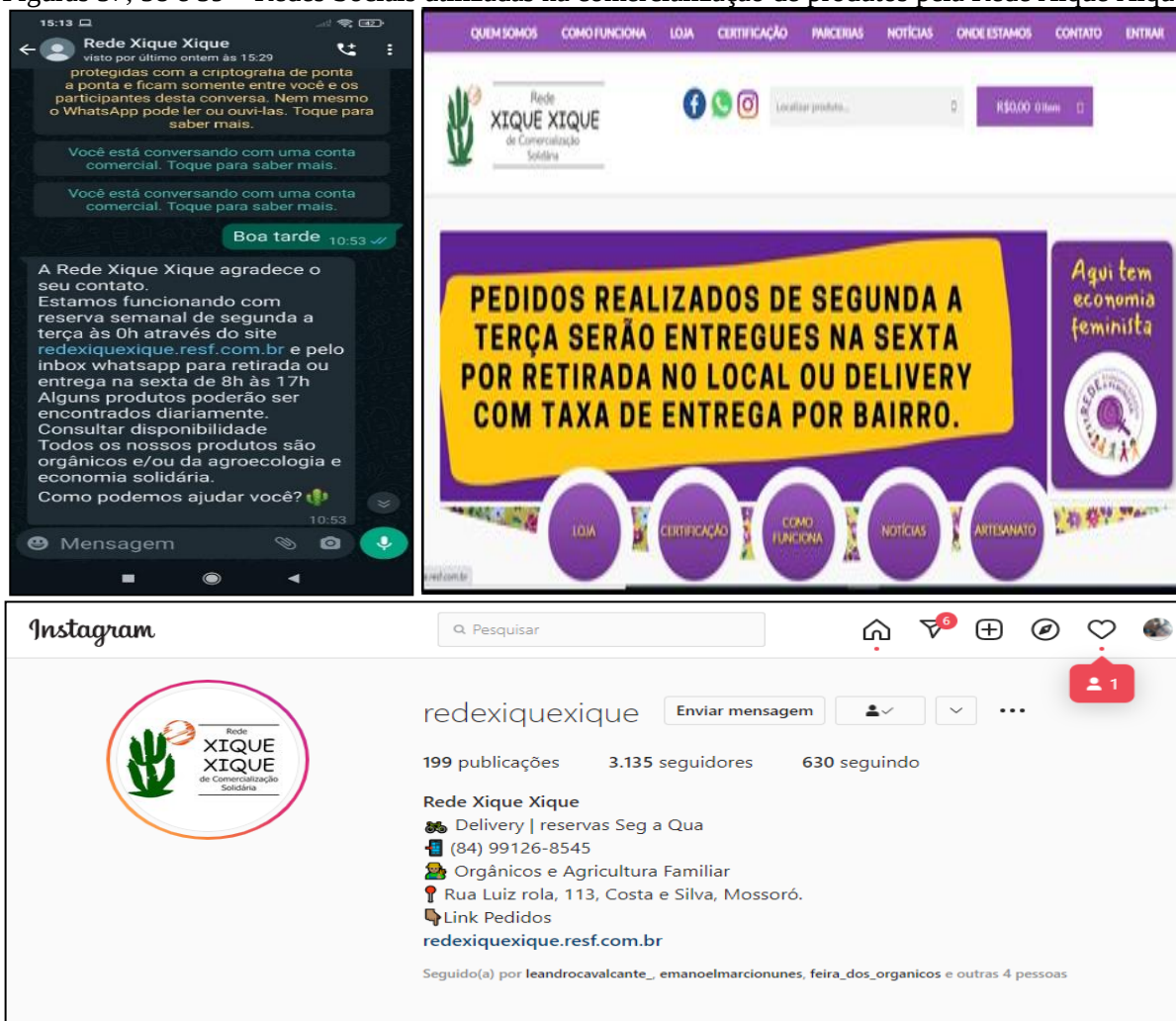


Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2021).

Com a Pandemia da COVID-19, a Rede Xique Xique e com ela as famílias camponesas tiveram que se reinventar. Em Mossoró, bem como nos demais municípios, as feiras deixaram de ocorrer temporariamente e os camponeses sofreram o impacto do isolamento provocado pela pandemia.

Com isso, no período pandêmico, ganhou importância o uso das tecnologias, passando a serem utilizados *sites* em que os consumidores podiam reservar os seus produtos e retirar na Bodega Xique Xique ou receber a domicílio. As Redes Sociais, principalmente o *WhatsApp* e *Instagram*, bem como o *site* oficial da Rede passaram a ser de fundamental importância nesse processo (Figuras 57, 58 e 59).

Figuras 57, 58 e 59 – Redes Sociais utilizadas na comercialização de produtos pela Rede Xique Xique.



Fonte: Disponível em: <http://redexiquexique.resf.com.br/>; <https://www.instagram.com/redexiquexique/>. Acesso em: 11 dez, 2021. Nas Figura s acima: WhatsApp [1], Site oficial da Rede Xique Xique [2] e o Instagram [3].

Essas estratégias sintetizam o papel organizativo dos camponeses e também sua capacidade de reverter determinadas situações críticas em momentos como a pandemia do Coronavírus. Isso fez com que os consumidores não ficassem sem alimentos saudáveis e as famílias camponesas não parassem de produzir e garantir a sua renda.

Agora no período da pandemia fizemos de tudo para continuar produzindo e a Rede foi muito importante em tudo isso, tudo seria mais difícil sem ela. As vezes ligam lá da Rede e dizem que estão precisando de verduras para montar as cestas e logo nos organizamos para mandar. Com esse dinheirinho que consigo através da venda dos meus produtos, eu compro as coisas que estão faltando em casa. (Assentada do PA Mulunguzinho. Entrevista Concedida em novembro de 2021).

Nesse sentido, como visto no capítulo I desse trabalho, Kautsky (1980) mesmo negando a possibilidade de existência do camponês com o avanço do capitalismo no campo, em suas discussões reconheceu esse poder dos camponeses de enfrentarem as crises. Shanin

(2008) também explicita isso, além de nos mostrar como esses sujeitos sociais têm a nos ensinar.

Nessa perspectiva, vale ressaltar que a Rede Xique Xique cumpre um indispensável papel no incentivo às feiras agroecológicas da agricultura camponesa e, conseqüentemente no processo de recriação desses sujeitos. Hoje, esse intercâmbio de experiências exitosas através das feiras já se encontra espalhada por vários municípios do Polo.

Assim, Mossoró, em específico, embora apresente uma dinâmica marcada pelo setor de serviços que muito atende à demanda do agronegócio da fruticultura irrigada, acaba assumindo, também, a função de difundir boas práticas que contribuem com a reprodução da agricultura camponesa. Ao se referir a esse tipo de experiência que envolve a produção e também a comercialização alternativa, Valéria de Marcos salienta:

[...] realizadas em diferentes partes do mundo, abrem as portas para transformações graduais em direções não capitalistas, criando espaços de solidariedade, liberdade e respeito ao ambiente no seio do capitalismo. Inúmeras são as experiências ligadas à economia solidária: produção agroecológica, organização da produção de forma coletiva ou de forma comunitária, ecovilágios, micro-crédito, grupos de compra comunitários, comércio equo e solidário (comércio justo), consumo crítico, Bancos Éticos, Bancos do Povo, moedas sociais, movimentos de boicotes, orçamentos éticos, turismo responsável, ecologia doméstica, softwares livres ... Trata-se de uma lista ampla, diversa, sem fim. (MARCOS, 2008, p. 207).

Os municípios de Messias Targino, São Miguel, São Miguel do Gostoso, Apodi, Tibau, Parau, Mossoró e Janduis apresentam feiras da agricultura camponesa calcadas na agroecologia em que o apoio da Rede Xique Xique articulada com os agricultores e agricultoras e as instituições locais como a Emater, a prefeitura, os sindicatos são de grande relevância.

Assim, a Rede Xique Xique acaba por apresentar influência positiva na região Assu-Mossoró¹¹⁹ e Sertão Apodi (RN), pois além de abrir espaços de comercialização, tem incentivado a produção agroecológica, moldando os costumes dos consumidores ao apresentar alimentos saudáveis (AZEVEDO; NUNES, 2013). São muitas as contribuições dessa Rede para

¹¹⁹ Em 29 de agosto de 2022, a Rede Xique Xique firmou parceria com o Núcleo de Estudos em Agroecologia do IFRN (NEA), *Campus* Ipanguaçu. “A parceria se materializará por meio do projeto de extensão, visando o assessoramento dos núcleos de produção agroecológica da Rede existente no Vale do Açu, e tem por objetivo possibilitar a atuação de alunos do curso de Agroecologia no acompanhamento das ações desenvolvidas por esses núcleos sob a forma de prática profissional supervisionada por docentes. A atuação dos estudantes se dará na produção, na certificação participativa [...] ou nos espaços e feiras de comercialização desses produtos, as chamadas feiras agroecológicas”. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/ipanguacu/noticias/nucleo-de-estudos-em-agroecologia-do-campus-ipanguacu-tem-projeto-aprovado-no-cnpq>. Acesso em: 02 set. 2022.

as famílias camponesas e para o território na questão da sustentabilidade ambiental através da difusão de práticas agroecológicas. Na fala dos agricultores camponeses, podemos identificar o significado de ter um local certo para comercializar o excedente produzido isento da presença de atravessadores.

Eu sou feliz, a Rede Xique Xique já muito me ajudou, se eu vendesse só um produto lá eu ficava com o coração cheio de felicidade, só em expor o meu produto já conta muito para mim. A gente precisa do dinheiro, mas eu não viso muito isso não porque o dinheiro é bom para pagar nossas contas, um papel de luz, comprar nosso alimento, a ração animal, mas não traz felicidade, minha filha. (Assentada do PA Professor Maurício de Oliveira. Entrevista concedida em novembro de 2021).

Os camponeses têm desenvolvido várias estratégias de recriação para garantirem a sua própria existência. Assim, entendemos que as práticas agroecológicas, o cooperativismo e associativismo, bem como a inserção nas feiras e pontos fixos de comercialização para venda do seu excedente têm relação com o desejo de existir e também resistir ao contexto de exploração e subjugo promovido pelo capital.

Se não fosse a Rede que pega os nossos produtos e que me faz vim até a feira, hoje eu e meus filhos estava trabalhando para o agronegócio e nós não queremos isso. Aqui nós sabemos o que vendemos e de onde vem, aqui não tem veneno. É tudo produzido com muito suor e muito cuidado. (Assentado do PA Paulo Freire. Entrevista concedida em novembro de 2021).

Dentre os produtos comercializados pela Rede, destacam-se as polpas de frutas, verduras e hortaliças, xaropes, ervas medicinais, bebidas, carnes, fruto do mar, doces, geleias, frutas, grãos, cereais, leite e derivados, ovos, mel, molhos e condimentos, pães, bolos e biscoitos como podem serem vistos nas Figuras que seguem.

Figura 60 - Queijos provenientes da agricultura camponesa comercializados pela Rede Xique Xique.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2021).

Figura 61 – Doces e geleias provenientes da agricultura camponesa comercializados pela Rede Xique Xique.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2021).

Figura 62 – Óleos vegetais, manteiga, ovos caipiras e xaropes provenientes da agricultura camponesa comercializados pela Rede Xique Xique.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2021).

Figura 63 – Castanhas, verdura, legumes e frutas provenientes da agricultura camponesa comercializados pela Rede Xique Xique.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2021).

Os produtos comercializados pela Rede são produzidos de maneira agroecológica, como já ressaltado anteriormente. Nesta, busca-se a sustentabilidade do meio ambiente e o saber local, dos camponeses, que são transmitidos no seio da família, compartilhados na comunidade, nas relações de vizinhança e nos processos de ajuda mútua que se realizam entre os camponeses em vários momentos da produção. Para que esse tipo de agricultura, que rotineiramente sofre as consequências e é ameaçada pela lógica capitalista, possa ter uma melhor perspectiva de futuro se faz necessário que a sociedade se abra para esse caminho e que pressione o poder público para que possa ocorrer a redução no uso de agrotóxicos, muito comum no âmbito do agronegócio. Isso envolve também o apoio à Reforma Agrária¹²⁰ e a luta constante pela democracia que se encontra atualmente no Brasil, sobre fortes ameaças (PAULINO, 2015).

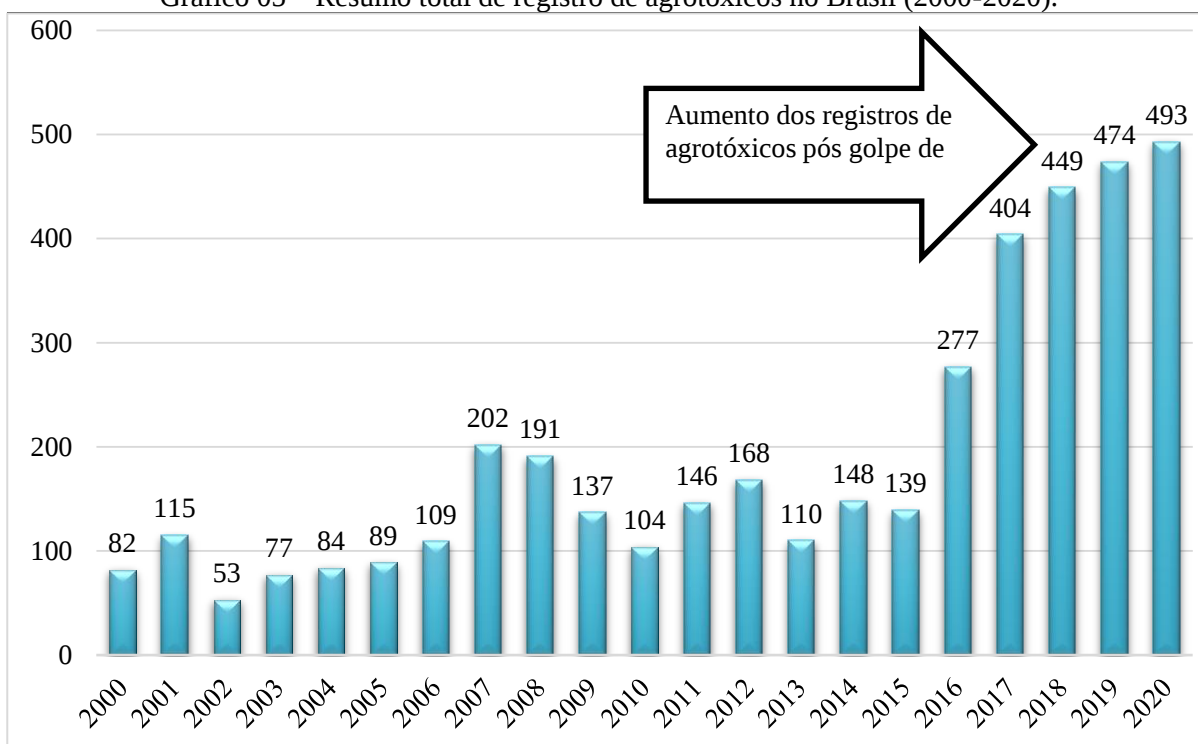
É sabido que, hoje, boa parte dos alimentos que consumimos já se encontram contaminados pelo uso de agrotóxicos. Esse processo tende a se tornar mais preocupante visto

¹²⁰ Em meados de 2022, um dos momentos em que escrevíamos essa tese, podemos afirmar que a Reforma Agrária em nosso país, tão importante para que tenhamos comida de qualidade em nossa mesa, se encontrava em recuo e o Estado apresentava aversão ao contexto que envolve a garantia da função social da terra e os movimentos sociais sofrem, direta e indiretamente, a repressão.

a postura política de alguns governos com relação à essa problemática e, além disso, as perseguições, as ameaças têm feito parte da vida de pesquisadores universitários que tem buscado desenvolver pesquisas sobre os agrotóxicos.

No ano de 2020, foi aprovado o registro de 493 novos agrotóxicos no Brasil, sendo esse número 4% superior ao ano de 2019, quando foram liberados a utilização de 474 pesticidas. No Gráfico 05 abaixo podemos observar a evolução do registro de agrotóxico em nosso país de 2000 ao ano de 2020.

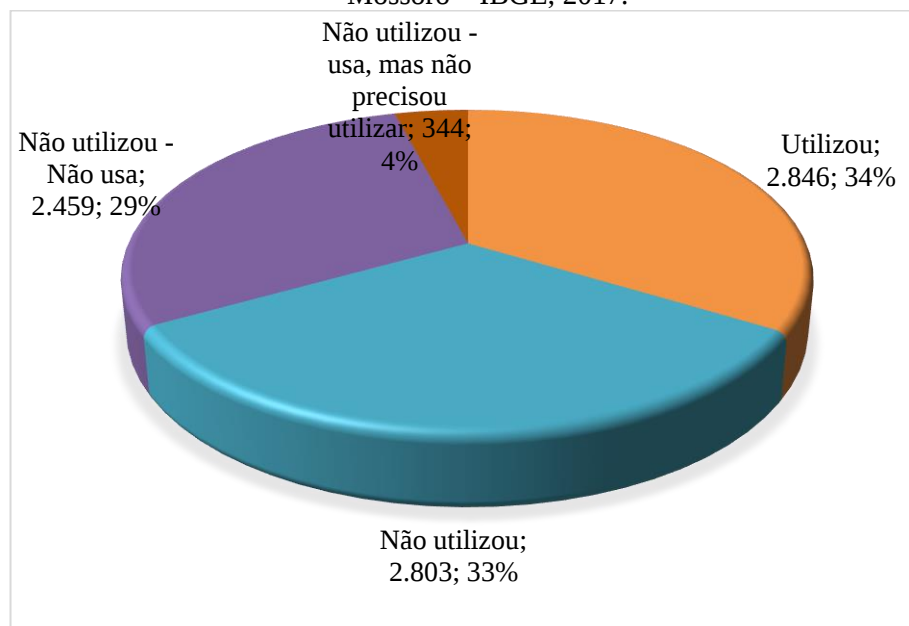
Gráfico 05 – Resumo total de registro de agrotóxicos no Brasil (2000-2020).



Fonte: Elaborado com base no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2021).

Na contramão dessa conjuntura, podemos observar que no Polo Assu-Mossoró o uso de agrotóxicos na agricultura familiar (IBGE, 2017) se dá de forma reduzida (Gráfico 06), o que sinaliza para as expressões de resistências por parte desses sujeitos que preferem priorizar uma lógica que não se constitui naquela ditada pelo capital e pelo que preconiza a Revolução Verde.

Gráfico 06 – Uso de agrotóxicos nos estabelecimentos da agricultura familiar no Polo Assu-Mossoró – IBGE, 2017.



Fonte: Elaborado com base no Censo Agropecuário do IBGE (2017).

Do total de estabelecimentos da agricultura familiar, segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2017), aqueles que expressaram não utilizar (33%) ou que não precisaram utilizar agrotóxicos em seus cultivos (29%) se sobressaem sobre aqueles que dizem ter utilizado (34%).

Assim, não queremos aqui levantar a bandeira do não uso de agrotóxicos pelos camponeses, pois eles utilizam o veneno, em algumas situações, para que consigam competir no mercado corporativo ao qual está posto o mercado de alimentos (PAULINO, 2015). Entretanto, é necessário ressaltar que isso se dá em pequenas quantidades quando comparado a realidade da agricultura capitalista.

Em campo, questionamos os entrevistados sobre a utilização de agrotóxicos em seus cultivos no âmbito do assentamento. Oito dos entrevistados salientaram a preocupação dos camponeses quanto ao não uso desses produtos, destacando os malefícios que eles têm provocado ao meio ambiente e aos próprios camponeses quando estes não têm orientações sobre como devem utilizar e qual a quantidade correta a ser introduzida nos cultivos. Dois dos entrevistados nos apresentaram as estratégias para o não uso dos agrotóxicos, com insumos alternativos desenvolvidos dentro do próprio assentamento, como os biofertilizantes. Os demais entrevistados, três no total, relataram situações de uso de agrotóxicos no assentamento, principalmente no combate a lagarta.

Isso confirma o que explicita Fernandes (2019) ao destacar que o território camponês é diferente do território do agronegócio, pois o que se pode observar neste último é o uso

excessivo de agrotóxicos e pouca ou nenhuma preocupação com a dimensão ambiental dos territórios nos quais estão inseridos.

Através da resistência aos transgênicos e aos agrotóxicos, às determinações da OMC, à exclusão que a lógica perversa de mundialização do capital tem procurado impor, os camponeses espalhados pelo mundo inteiro vão construindo alternativas a esta realidade, vão grafando a terra e, ao assim fazer, vão produzindo uma nova geografia do campo e no campo, uma geografia camponesa da resistência, da soberania, da liberdade e da solidariedade. Se estivermos um pouco mais atentos, seremos capazes de ouvir o que esta geografia nos faz ver: que os camponeses do mundo inteiro, unidos, estão nos dizendo *Ya Basta! Preste atenção!* (MARCOS, 2008, p. 210).

Além disso, é notório que a agricultura capitalista se encontra baseada na eliminação do trabalho, monocultura, na prioridade pelo uso das máquinas, que busca incessantemente simplificar a sua produção alterando os códigos genéticos das plantas e dos vegetais e fazendo uso de uma grande quantidade de venenos em suas produções (PAULINO, 2015). Diante disso, nos questionamos: teria esse tipo de agricultura sustentabilidade a curto ou longo prazo? A resposta é não! E já podemos ver sinais preocupantes em virtude desse modelo, como rios poluídos pelo uso de agrotóxicos, populações que constantemente têm suas comunidades banhadas por veneno pulverizados com o uso de aviões, problemas de saúde irreversíveis vivenciados pelas populações¹²¹ que consomem alimentos contaminados, bem como a transgenia em que as sementes crioulas cultivadas pelas famílias camponesas são também afetadas.

Nessa perspectiva, é importante a função assumida pela Rede Xique Xique em defesa da agroecologia. Inclusive podemos perceber a preocupação dos membros da cooperativa com os agrotóxicos e com a transgenia:

Não podemos afirmar que todos os produtos da Bodega são 100% orgânicos, pois não tem como conduzir um controle geral do processo de produção. Os ovos, por exemplo, são provenientes de galinhas que podem se alimentar de milho que não temos conhecimento da procedência, podendo ser transgênico. E embora a Rede Xique Xique seja credenciada pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) para fazer o processo de certificação orgânica junto às famílias, muitos elementos, como foi explicitado, não são possíveis de serem controlados. (Presidenta da COOPERXIQUE. Entrevista concedida em novembro de 2021).

¹²¹ Sobre o assunto, ressaltamos ainda os casos de intoxicação por agrotóxicos que, conforme aponta Bombardi (2016) apresenta uma subnotificação no Brasil. Assim, tem sido constatado que para cada caso de intoxicação notificado, tenhamos 50 que não passam por um processo de notificação.

Entretanto, existe a garantia orgânica para muitos dos produtos¹²². Exemplos são as frutas, raízes e hortaliças. Na Figura 64, podemos ver os casos da salsinha, a hortelã e do espinafre. Na Figura 65, podemos visualizar o Certificado Orgânico presente nesses alimentos.

Figura 64 e 65 – Produtos com certificação orgânica: Hortelã, Espinafre e Salsinha; Certificado Orgânico.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2021).

Na Rede Xique Xique, também podemos observar a autonomia das famílias que às integram, tendo em vista que elas não são direcionadas pela cooperativa à produção de apenas um produto conforme a demanda do mercado, assim, a diversidade na produção camponesa permanece e podemos constatar esses aspectos não só nos espaços de comercialização, mas também nos quintais produtivos dos integrantes da cooperativa. Como sabemos, nem sempre isso ocorre no âmbito das cooperativas espalhadas pelo nosso país. Além disso, não existe entre os associados e a cooperativa uma relação rígida no manejo de determinados produtos como ocorre no processo de integração entre camponeses e o agronegócio, sendo capaz de transformar o tempo do camponês e seu ritmo, no tempo ditado pelos interesses da acumulação capitalista.

Embora a Rede tenha sua importância e abrangência como aqui discutimos, é necessário que possamos fazer algumas ressalvas diante do que pôde ser observado em campo e no diálogo com os camponeses. Essas ressalvas perpassam pela incapacidade da Rede em absorver toda a produção de algumas das famílias, já que ela busca englobar todos os

¹²² Na própria Bodega é possível, através da leitura do QR-CODE'S, visualizar quem são os produtores da semana, neles inseridos agricultores familiares camponeses que produzem orgânicos já certificados e aqueles em processo de conversão para o orgânico.

cooperados. Assim, tendo em vista que algumas famílias conseguem obter bons resultados produtivos, como por exemplo, na plantação de hortaliças, acabam tendo a dificuldade em comercializar toda a produção junto a Rede, tendo que buscar novas estratégias para não perder a produção.

Contudo, a atuação da Rede Xique Xique, com todas as suas nuances, constitui-se como uma porta de inserção da produção camponesa ao mercado institucional e local. A sua própria lógica agroecológica vai contra o modelo de produção hegemônico que tem dominado o campo no Polo Assu-Mossoró. Ao participarem dessa cooperativa, sobre os camponeses não têm perpetuado os imperativos de alta produtividade requeridos pelo modelo capitalista predominante, com isso os camponeses continuam tendo o próprio controle do tempo e também dos seus espaços produtivos. Os interesses do capital os afetam, isso não podemos negar, mas isso se dá em outras esferas, como na compra de insumos e instrumentos de trabalho, por exemplo.

Ademais, foi possível observar que muitos valores permeiam essa Rede. Nela, são importantes a cooperação, a democracia, a soberania alimentar, a preocupação com o meio ambiente e também o respeito à questão de gênero, tornando-a diferente do que ocorre em uma empresa capitalista em que a busca pelo lucro muitas vezes se sobrepõem aos demais interesses dos trabalhadores. Tendo em vista estes aspectos, no Estatuto da Associação de Comercialização Solidária Xique Xique (2019), encontra-se entre seus princípios a “ I - valorização do trabalho das mulheres, jovens e idosos, reforçando sua participação, através de uma política de ação afirmativa em todas as etapas do processo, respeitando suas diferenças sem gerar desigualdades de gênero, etnia e geração”.

Portanto, como já enfatizado, foram as mulheres que deram o impulso para a formação dessa cooperativa, mais especificamente o Grupo de Mulheres Decididas a Vencer, sobre as quais nos atentaremos no próximo item.

5.1.2 O Grupo de Mulheres Decididas a Vencer

No Polo Assu-Mossoró, podemos perceber a expressividade do papel das mulheres ao organizarem grupos voltados para a produção e comercialização. No âmbito dos assentamentos rurais pesquisados, foi notória, a sua presença, sendo alguns já consolidados, outros ainda em processo de formação.

Esses grupos de mulheres¹²³ acabam por expressar o seu papel social, político e econômico não somente na organização produtiva, no seio da família, mas também na esfera associativa, cooperativa e, consequentemente, nos processos de resistência e recriação dos camponeses presentes no Polo.

No PA Mulunguzinho, o Grupo de Mulheres Decididas a Vencer, no qual buscamos dar enfoque neste trabalho, já se apresenta bem consolidado.

No intuito de entender a sua origem e o seu papel no processo de recriação camponesa no Polo, entrevistamos uma de suas líderes e fundadora e, no assentamento, ouvimos depoimentos de outras mulheres integrantes do grupo e um dos esposos.

Esse grupo é fruto da participação de uma das assentadas do PA Mulunguzinho em um encontro de trabalhadoras rurais que ocorreu em 1995, no município de Mossoró, promovido pelo Centro Feminista 8 de março. Nesse encontro, ao ouvir relatos de outros grupos de mulheres que também eram assentadas da Reforma Agrária, debatendo vários assuntos, a assentada teve a ideia de formar um Grupo de Mulheres em sua comunidade.

Atualmente, formado por 11 mulheres, é possível observar o processo evolutivo e de consolidação desse grupo, pois este, ao longo dos anos se fortaleceu, passando a integrar uma associação e, mais tarde, contribuiu enquanto uma das organizações de produção coletiva para a formação da COOPERXIQUE¹²⁴.

As experiências de produção coletiva do Grupo de Mulheres têm início com a produção de mel, através da criação de abelhas, abarcando, posteriormente, a diversidade produtiva¹²⁵ e em princípios agroecológicos com a organização dos quintais produtivos, bem como a produção de bolos, salgados, doces e geleias.

¹²³ No Polo, segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, 19% dos estabelecimentos agropecuário da agricultura familiar são dirigidos por mulheres.

¹²⁴ Como visto anteriormente, o Grupo de Mulheres Decididas a Vencer foi de suma importância na organização do que se constitui na Rede Xique Xique. Assim, embora fazendo parte da Rede que é bem mais abrangente em termos do número de famílias que engloba, o papel e a atuação das mulheres enquanto grupo no PA Mulunguzinho não deixaram de existir.

¹²⁵ O grupo [Mulheres Decididas a Vencer] decidiu trabalhar com a criação de abelhas, que era uma atividade que não necessitava de muita água, como acontecia com o cultivo de hortaliças, em pleno semiárido. (...) E hoje, a partir da Rede Xique Xique de Comercialização Solidária, elas vendem mel, além de doces e polpas de frutas, tanto para o consumidor direto, como para restaurantes e políticas públicas como PAA [Programa de Aquisição de Alimentos] e PNAE [Programa Nacional de Alimentação Escolar]. E hoje o nosso pilar sustentador dessa rede é a agroecologia, a economia solidária e o feminismo. A rede bebe muito dos frutos dos grupos de mulheres organizadas, e por isso que a questão do feminismo é permanente dentro da Rede Xique Xique. Hoje, quem mais se identifica com a agroecologia são as mulheres, por mais que isso não saia nas pesquisas. Por quê? Porque é ao redor de casa. Ela que traz a fruta, traz a verdura; traz um dinheiro extra. É ela que faz toda essa história da diversidade, e por isso que ela encanta primeiro as mulheres (AS SEMENTEIRAS, 2016).

Vale ressaltar que no processo inicial de formação do Grupo de Mulheres, a comercialização de seus produtos se dava diretamente ao consumidor. No contexto atual, após a formação da COOPERXIQUE, esta tem sido de suma importância para a comercialização, já que, além de ajudar nesse processo através da Bodega e das feiras, tem contribuído para a inserção dos produtos do grupo nas compras institucionais.

Em depoimento, o esposo de uma das integrantes do grupo enfatiza que quando iniciou o projeto não acreditava ser possível obter bons resultados, mas que hoje visualiza o sucesso dos quintais produtivos e principalmente do Grupo de Mulheres (Assentado do Mulunguzinho, Pesquisa de campo, novembro, 2021).

Entre as mulheres participantes do grupo, já é explícita a preocupação na inserção dos jovens em suas atividades familiares, na comunidade, no grupo e na associação, pois entende que serão esses jovens que no futuro irão desempenhar esse papel hoje por elas ocupado.

Na primeira visita ao PA Mulunguzinho em agosto de 2021, o Grupo de Mulheres esperava ansioso pela visita do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), pois os funcionários do órgão vinham realizar a última vistoria a uma unidade de processamento de polpas, conseguida através da luta comunitária dessas mulheres. Nas Figuras 66, 67 e 68 seguintes podemos visualizar a unidade de produção de polpas (partes externa e interna) e na Figura 69, a presença de funcionários do MAPA, representantes do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer e da Rede Xique Xique pós-momento da vistoria.

Figura 66 – Unidade de Produção de Polpa no PA Mulunguzinho – parte externa.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2021).

Figuras 67 e 68 – Unidade de Produção de Polpa no PA Mulunguzinho – parte interna.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2021).

Figura 69 – Registro da presença dos representantes do MAPA após a Vistoria da unidade de produção de polpa do PA Mulunguzinho (2021).



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2021).

Em 04 novembro de 2021, ao voltarmos novamente ao assentamento, a unidade de produção de polpas já se encontrava em pleno funcionamento, sendo possível observar o envolvimento das famílias.

A unidade de produção de polpas funciona com a participação comunitária e inclui no processo produtivo homens e mulheres. Ela é indispensável, pois é uma possibilidade dessas famílias beneficiarem coletivamente sua própria produção sem a necessidade de vender as suas frutas a preços baixos a grupos empresariais locais que estão ávidos pela acumulação de capitais e apropriação da renda da terra camponesa.

Além disso, oriundas dos seus quintais produtivos, muitas das frutas ali produzidas poderão ser beneficiadas no próprio assentamento dando origem às polpas que terão um valor agregado já que passam por processamento e embalagem. As polpas são consumidas no âmbito familiar e também comercializadas pela Rede Xique Xique, através das Bodegas, das feiras e das vendas institucionais.

Coletivamente, em forma de mutirão, o Grupo de Mulheres tem trabalhado para garantir as frutas que se transformarão em polpas. Assim, em agosto de 2021, já haviam sido plantadas mais de 300 mudas de cajueiro (*Anacardium occidentale*), uma planta nativa da região Nordeste e, portanto, com melhores possibilidades de dar bons frutos visto a sua adaptação ao clima semiárido.

Na Tabela 32 abaixo, podemos visualizar a área de cultivo que foi destinada a cada mulher dentro no âmbito do grupo.

Tabela 32 - Área coletiva do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer no PA Mulunguzinho, Mossoró.

Grupo de Mulheres Decididas a Vencer	Área (ha)
1. Neguinha	0,29
2. Neneide	0,29
3. Nara	0,22
4. Maria	0,23
5. Ivonete	0,1
6. Ivoneide	0,1
7. Joana	0,115
8. Fatinha	0,115
9. Rosângela	0,115
10. Toinha	0,115
11. Socorro	0,115
Total:	1,805

Fonte: os autores.

* Na tabela, com relação ao nome das mulheres, optamos por manter aquele como elas são conhecidas dentro do grupo e também na comunidade, com a respectiva autorização.

Nas Figuras 70 e 71¹²⁶, podemos observar os preparativos para a plantação de mudas de cajueiro pelo Grupo de Mulheres Decididas a Vencer.

¹²⁶ Essa atividade envolveu o Grupo de Mulheres e também teve o apoio da Prefeitura Municipal de Mossoró, através de uma ação denominada de Dia de Campo, da Emater, Banco do Nordeste e a Rede Xique Xique.

Figuras 70 e 71- Preparativos para a plantação de mudas de cajueiro pelo Grupo de Mulheres Decididas a Vencer – PA Mulunguzinho, Mossoró.



Fonte: Domínio público. Disponível em: <https://www.prefeiturademossoro.com.br/noticia/dia-de-campo-plantamais-de-250-mudas-de-caju-na-comunidade-mulunguzinho>. Acesso em: 04 nov. 2021.

Ao sintetizar a importância da inserção no Grupo de Mulheres Decididas a Vencer, as palavras que mais ouvimos foram o empoderamento das mulheres, o crescimento da renda da família e a melhoria das condições de vida. Acrescentaríamos a essas palavras a autonomia que essas mulheres têm conquistado através do seu processo organizativo e da própria luta política ao se inserirem em movimentos sociais como marchas e àqueles voltados à agroecologia.

Vale ressaltar, como já mencionado, que a ação das mulheres no Polo Assu-Mossoró não se restringe somente aos Grupo de Mulheres Decididas a Vencer, em outros assentamentos é possível observar a sua articulação e papel preponderante.

No PA Favela, localizado em Mossoró, um outro grupo de 11 mulheres também tem feito a diferença quando consideramos a reprodução da vida no campo. Em um espaço de 5 ha, essas mulheres cultivam diversas culturas e desenvolvem um trabalho comunitário calcado na agroecologia. No período de inverno, priorizam a produção de milho, feijão, dentre outras culturas de sequeiro e, posteriormente, são as responsáveis por cuidar da safra do caju, da manga, do tamarindo, da macaxeira, do jerimum e da cajarana.

No PA Professor Maurício de Oliveira, o trabalho comunitário do Grupo de Mulheres Sementes da Terra engloba 30 mulheres e, além das atividades agrícolas de sequeiro e hortaliças, desenvolvem também a produção de telas, sendo estas utilizadas no cercamentos dos locais de produção.

JÁ no PA Novo Pingos, o Grupo de Mulheres, que engloba 7 mulheres, destaca-se pela produção de bolos.

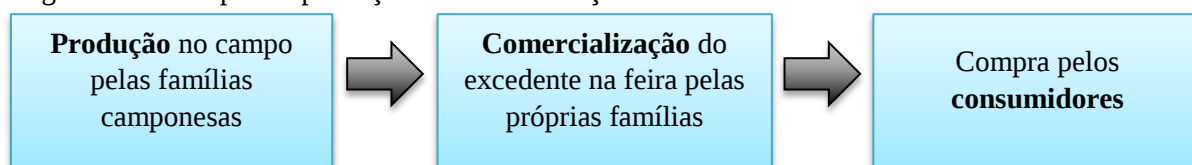
Nos espaços em que se organizam, seja através de grupos, seja através de associações, as mulheres discutem problemas relacionados à comunidade, bem como estão envolvidas no desenvolvimento de atividades produtivas e também na comercialização, pois, como veremos no item que segue quando debateremos sobre as feiras, as mulheres têm se destacado nesse processo.

5.1.3 A Associação de Produtores e Produtoras da Feira Agroecológica de Mossoró (APROFAM)

Apresentamos nesse tópico mais uma estratégia de recriação e autonomia camponesa presente no Polo Assu-Mossoró, que se constitui na organização associativa das famílias para o desenvolvimento de feiras agroecológicas. Estas, por não necessitarem da presença de atravessadores se constituem em uma experiência que favorece a autogestão, bem como possibilita a apropriação máxima da renda da terra pelos camponeses, resultando na diminuição da penosidade do seu trabalho, como elucida Chayanov (1974).

No Diagrama 03 abaixo, buscamos sintetizar esse processo.

Diagrama 03 – Etapas da produção à comercialização direta aos consumidores na feira da APROFAM.



Fonte: os autores.

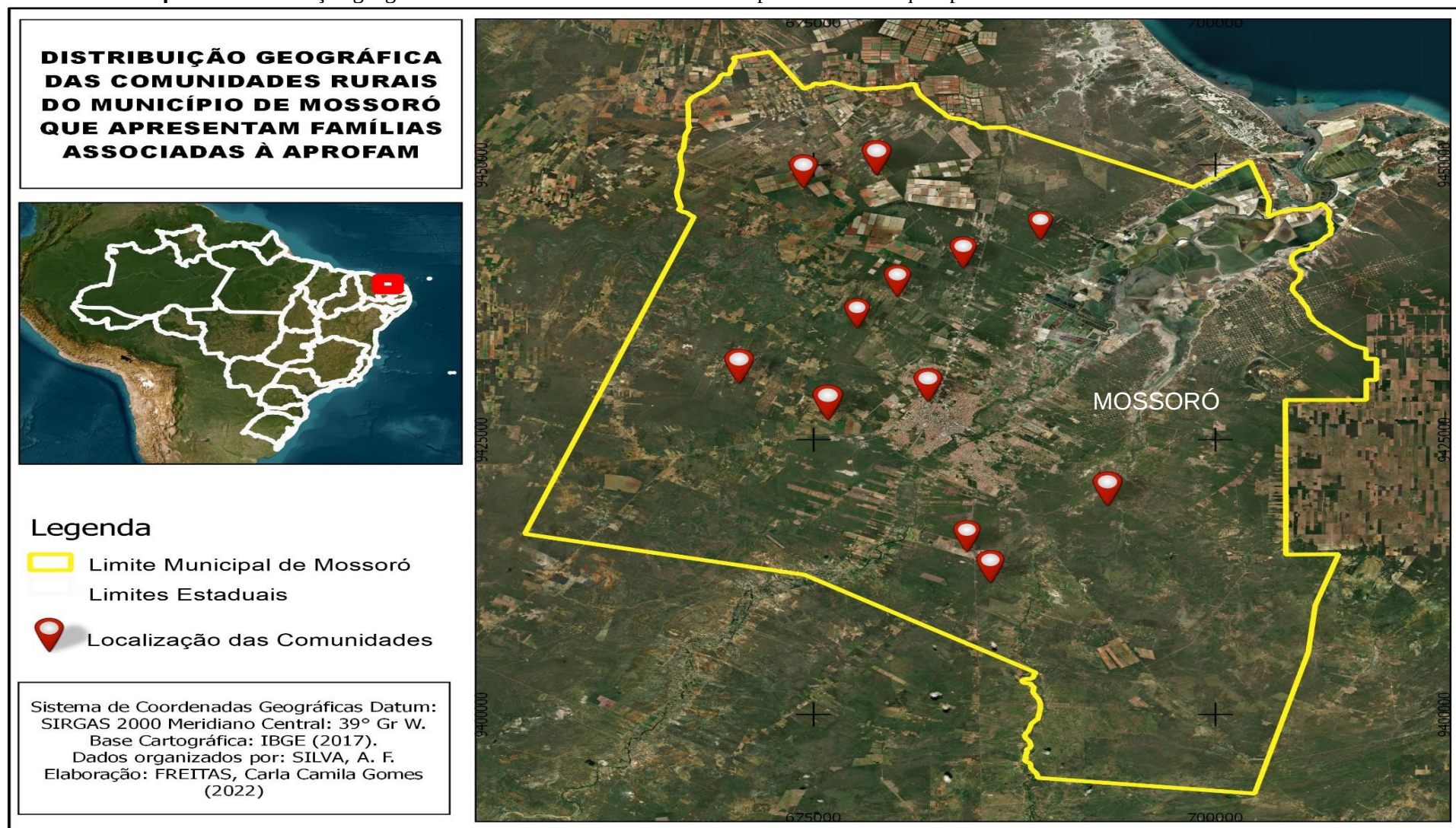
Fundada em 2007, a APROFAM está localizada no município de Mossoró. No momento em que se desenvolveu a pesquisa de campo, havia 27 unidades de produção, 48 sócios distribuídos em 13 comunidades rurais: PA Paulo Freire, PA Favela, PA Maisa, PA Boa Fé, PA Recanto da Esperança, PA Jurema, PA Santa Elza, PA Carmo, Sítio Alagoinha, Sítio Riacho Grande, Arisco II, Serra Mossoró e a Agrovila Paulo Freire¹²⁷ (Mapa 06). Os produtores da APROFAM estão vinculados a uma Organização de Controle Social (OCS) e com isso tem o direito a vender seu produto diretamente ao consumidor.

¹²⁷ A Agrovila Paulo Freire compõe o PA Maisa.

O comércio de produtos orgânicos no Brasil e no mundo depende da relação de confiança entre produtores e consumidores. Mas, para que isso aconteça, a venda direta para o consumidor final é de muita importância. Afinal de contas, é a partir dela que são estabelecidos preços mais justos e o produtor tem a oportunidade de mostrar sua preocupação com o cultivo dos alimentos, que, no caso dos orgânicos, leva em conta o respeito à natureza e à saúde do homem, utilizando técnicas especiais. Considerando essa realidade, as leis brasileiras abriram uma exceção à obrigatoriedade da certificação de produtos orgânicos para a venda direta aos consumidores finais por agricultores familiares. Mas, para isso, estes agricultores precisam estar vinculados a uma Organização de Controle Social - OCS. (MAPA, 2008, p.7).

Essa associação tem sua origem a partir da organização dos camponeses em busca de alternativas para a sua reprodução no campo. Assim, comercializar o excedente da produção, organizarem-se enquanto coletivo de pessoas tem garantido expressões de autonomia e possibilidade de obtenção de renda entre as famílias camponesas ao longo desses anos. Na fala de um agricultor camponês associado podemos observar essa importância quando ele expressa: *“É a minha principal fonte de renda, já migrei, mas retornei para o campo e hoje estou produzindo e tendo a oportunidade de comercializar os frutos do trabalho meu e da minha família ”*. (Assentado do PA Maisa. Entrevista concedida em novembro de 2022).

Mapa 06 – Distribuição geográfica das comunidades rurais do município de Mossoró que apresentam famílias associadas à APROFAM.



Fonte: IBGE (2017).

No município de Mossoró, são realizadas semanalmente três feiras (Quadro 05), que têm se tornado o ponto de convergência de um grupo de famílias camponeses que trabalham com a produção agroecológica.

Quadro 05 – Organização semanal da feira da APROFAM.

Dias da semana	Quartas-Feiras	Quintas-Feiras	Sábados
Local	Partage Shopping	UFERSA	Ao lado do Museu Lauro da Escóssia
Horários	9:00 às 12h	8:00 às 12:00h	6:00 às 10:00h

Fonte: os autores.

No âmbito da associação, cada camponês paga semanalmente uma quantia de R\$ 8, 00 para que um responsável faça a organização das barracas, ajudando assim na logística dos camponeses que vêm à feira vender os seus produtos com o objetivo de obterem uma renda extra e assim poderem comprar o que não conseguem produzir em suas unidades.

A comercialização é feita pelos próprios camponeses, diretamente aos consumidores finais, sendo possível observar toda uma relação de confiança destes com relação à origem e à forma como esses alimentos são cultivados pelos camponeses. Com isso, os consumidores acabam construindo vínculos com essas famílias ao recorrerem à feira semanalmente em busca da compra de produtos.

De modo geral, trazer a venda para mais perto de quem produz melhora o preço para os agricultores (as) e para os consumidores (as). Além disso, quanto mais tempo e manuseio o alimento sofre para chegar ao consumidor (a), pior sua qualidade e maior o gasto de energia e dinheiro. Neste sentido, aproximar o consumo da produção, por meio de mercados locais, melhora a qualidade biológica e a aparência dos produtos, economizando energia e recursos. (A CARTILHA AGROECOLÓGICA, 2005, p. 20).

Nas Figuras que seguem, podemos observar a organização da feira pelas famílias camponesas associadas à APROFAM em dois pontos específicos de Mossoró, ao lado do Museu Lauro da Escóssia, centro de Mossoró (Figuras 72 e 73) e na UFERSA (Figuras 74 e 75).

Figuras 72 e 73 – Organização das barracas da feira da APROFAM, localizada próximo ao Museu Lauro da Escóssia (2021).



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2021).

Figuras 74 e 75 – Organização das barracas da feira da APROFAM, localizada no espaço da UFERSA (2022).



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2022).

No decorrer das pesquisas de campo, tivemos a oportunidade de conhecer várias experiências que envolvem as famílias ali presentes. As camponeses relataram a existência de toda uma preparação na noite que antecede a feira. Assim, muitas mulheres vão dormir tarde porque preparam bolos, doces e tortas para comercializar e consumir no decorrer da feira.

O amanhecer do dia segue também um outro ritmo, pois a partir das 2h30 e 3h da manhã, essas famílias já acordam para prosseguir nas atividades da feira. Além disso, muitas

das unidades produtivas estão em assentamentos localizados longe da área urbana de Mossoró, sendo necessário que alguns associados tenham que percorrer até 30 km de distância.

A APROFAM, como aconteceu com a Rede Xique Xique, também obteve uma pequena agroindústria e passou a produzir suas próprias polpas. A agroindústria da associação está localizada na Comunidade Riacho Grande, Mossoró, entretanto, engloba todas as famílias associadas e, portanto, residentes em outras comunidades que congregam a associação.

A produção de polpas, além de aproveitar as frutíferas presentes nas unidades produtivas, é uma contribuição a mais para a renda dessas famílias. Nas Figuras 76 e 77, podemos visualizar a imagem da polpa produzida e que, portanto, já é comercializada nas feiras.

Figuras 76 e 77 – Polpas de frutas produzidas pela APROFAM e comercializadas na feira (2021).



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo (2021).

A organização dos camponeses foi um fator preponderante para a obtenção da agroindústria de produção de polpas e também no processo de territorialização das feiras em diferentes espaços do município de Mossoró.

É importante destacar que a ajuda e solidariedade entre as famílias, inclusive no momento da feira, é uma constante, pois se um dos camponeses tem que deixar a barraca por alguns minutos, logo aparece aquele(a) que se dispõe a ajudar. Inclusive, muitos(as) camponeses(as) compartilham a mesma barraca na feira, principalmente aqueles(as) que não possuem muitos produtos para comercializar.

Além disso, existem casos em que os camponeses associados não produzem o suficiente para compensar montar uma barraca na feira. Nessas situações, enviam alguns produtos para

que seus vizinhos possam vender. Essa é uma prática que, para a presidente da APROFAM¹²⁸, garante o sucesso da associação.

Em todo esse processo, está vivo também o que Tavares dos Santos (1978) denominou de ajuda mútua entre os camponeses, sendo este um elemento estruturante de sua produção.

Semanalmente, em torno de 30 famílias vão às feiras para comercialização dos seus excedentes, não existindo diferenças de preços dos produtos comercializados de uma barraca para outra. Assim, coletivamente, eles decidem por qual valor vão vender cada produto, o que inibe a concorrência e os conflitos entre si.

Quando nos referimos a inibir conflitos, não estamos dizendo que eles não existam no âmbito da organização das feiras, entre as famílias que compõem a associação e até mesmo nas comunidades rurais. É preciso considerarmos que as relações sociais, no âmbito dos territórios, são marcadas pela presença do poder e, portanto, de relações também conflituosas.

Vale ressaltar que são bastante diversificados os produtos trazidos pelos agricultores para comercializar na feira e envolvem frutas, verduras, legumes, doces, temperos caseiros, ovos caipiras, castanhas, galinhas, lanches, polpas, cocos, ervas, raízes e produtos oriundos da apicultura. Também são diversificadas as origens das famílias que as congregam. Nelas é possível observar a relação com processos de luta pela terra e a resistência camponesa. Nesse sentido, participam da feira famílias que migraram da cidade para o campo, abandonando o trabalho assalariado pelas atividades rurais ao serem beneficiadas com um lote de terra no assentamento rural. Em depoimento, salienta assentado:

Eu aprendi uma coisa, trabalhei por muito tempo de empregado, mas só consegui alguma coisa quando fui trabalhar para mim. Se a gente tivesse mais água no nosso assentamento ainda era melhor. Não pretendo voltar para a rua [cidade] só venho à rua porque é o jeito (Assentado do PA Boa Fé e associado à APROFAM. Entrevista concedida em novembro de 2022).

Um outro aspecto observado no decorrer da pesquisa de campo em que vivenciamos a realização das feiras foi o papel assumido pelas mulheres. Geralmente são elas quem vem à feira e ficam nas barracas realizando a comercialização dos produtos, constituindo, assim, maioria nesse espaço. Esse aspecto acaba contrariando as análises de Woortmann (1990), quando ele, embora destaque a importância da comercialização do excedente pelo camponês

¹²⁸ Vale ressaltar que as reflexões postas nesse item são resultado de entrevista com a Presidente da APROFAM, uma líder camponesa residente no PA Favela, município de Mossoró. Além disso, a participação na feira, os diálogos com os camponeses foram de suma importância.

nesses espaços como forma de garantir a autossustentação e a autonomia desses sujeitos, acaba priorizando a figura masculina, do pai, no sentido de afirmar a sua honra, como aquele que vai à feira para comercializar os ganhos obtidos com o trabalho familiar.

Não estamos afirmando que os homens não estejam presentes na feira; o que queremos aqui enfatizar é a forte presença feminina nesse processo. Em depoimento de uma agricultora camponesa, ela enfatiza que “*o esposo não acredita nessas coisas (a feira), quem produz aqui para a feira é eu mesma no meu quintal, o meu marido cuida das galinhas.*” (Assentada¹²⁹ do Maisa, Agrovila Paulo Freire e associada à PROFAM. Entrevista concedida em novembro de 2021). Embora possamos visualizar nesse depoimento uma valorização da feira somente pela mulher, o que na maioria das vezes é um caso isolado, é necessário não negligenciarmos a importância da feira na reprodução de toda a família.

Ao trabalhar o papel das mulheres nas feiras do estado da Paraíba, Oliveira (2021) destaca que o protagonismo das mulheres é notório, mesmo que inseridas num contexto socioespacial em que o peso da cultura machista, sexista e patrimonial se faça presente. Outrossim, embora com pouco apoio do companheiro e a invisibilidade do seu trabalho, os espaços coletivos têm se apresentado imprescindível no empoderamento das mulheres.

Em conversa com uma associada da APROFAM residente no PA Maisa, foi-nos relatado que a feira é de fundamental relevância no processo de reprodução da família, entretanto, na sua casa tem a renda de um dos filhos que é assalariado, e que trabalha na fazenda da Agrícola Famosa. De acordo com o seu depoimento, “*Tem uma época que a gente está mais imprensado e tem que procurar outras coisas e a empresa está pegando muita gente aqui*”. Nessa fala, ela está se referindo à expansão dessa empresa do agronegócio da fruticultura irrigada que, ao criar novas fazendas, necessita de mão de obra e acaba por se beneficiar das necessidades das famílias camponesas. Entretanto, essa camponesa, explicita o desejo de envolver os seus filhos somente nas atividades agrícolas da família e na feira:

Você está ajudando seu pai e o seu pai lhe ajuda, você estando trabalhando aqui é melhor de que trabalhar para os outros. Tenho uma filha que casou e que mora no meu quintal, ela casou e a gente construiu sua casinha. Eu digo a

¹²⁹ Essa camponesa mora atualmente na Agrovila Paulo Freire, que constitui popularmente o PA MAISA. Como relatado nesse trabalho, a MAISA foi uma das primeiras empresas do agronegócio instalada no Polo Assu-Mossoró e, entrando em falência, logo em 2003, tornou-se área de Reforma Agrária. Esse processo só foi possível graças à luta dos camponeses. Nos chama à atenção ainda o fato de que foram os trabalhadores dessa fazenda que, com sua transformação em Assentamentos Rurais, passaram a viver e trabalhar nessas terras. Inclusive a camponesa relata ter trabalhado 11 anos na fazenda MAISA e, hoje, encontra-se em terras próprias em virtude desse processo e que ali desenvolve suas atividades produtivas, dentre elas a produção de hortaliças e frutíferas, comercializando o excedente na feira.

eles que canto para fazer casa, vocês têm, e eu não pretendo sair de lá para outro canto, eu gosto muito de lá. (Assentada do PA Maisa e associada a APROFAM. Pesquisa de campo, agosto de 2021).

Nessa fala, podemos observar o desejo da camponesa e também mãe de que seus filhos possam viver na unidade produtiva, ajudar nas atividades sem a necessidade de trabalhar para terceiros. Além disso, é nítida a relação de vínculo que ela tem com a terra e a importância da associação e da feira.

Isso ocorre porque a participação na feira é uma possibilidade de o camponês comercializar os seus produtos diretamente aos consumidores, e sem a presença dos atravessadores conseguem a apropriação máxima da renda da terra gerada. Caso contrário, a presença de atravessadores e/ou processos de integração junto a empresas do agronegócio resulta na apropriação da renda da terra camponesa pelos capitalistas.

Nessa perspectiva, temos que enfatizar que as feiras da agricultura camponesa são um caminho possível contra a atuação perversa do capital com relação ao trabalho familiar, embora esse não seja um processo fácil na realidade pesquisada, tendo em vista que a inserção em associações, cooperativas e na própria feira ainda não atinge todas as famílias camponesas (Tabela 33).

Tabela 33 – Número de estabelecimento da agricultura familiar com Associação do produtor à cooperativa e/ou à entidade de classe nos municípios do Polo Assu-Mossoró (2017).

Municípios do Polo	Total de Estabelecimentos	É associado	Não é associado
Açu	610	333	277
Afonso Bezerra	402	262	140
Alto do Rodrigues	165	14	151
Baraúna	549	133	416
Carnaubais	334	186	148
Ipanguaçu	417	136	281
Itajá	65	36	29
Mossoró	1325	655	672
Pendências	153	56	97
Serra do Mel	731	283	448
Upanema	909	508	401
Total:	5.662	2.269	3.060

Fonte: Elaborado com base no Censo Agropecuário do IBGE (2017).

De fato, as diferentes formas de organização aqui apresentadas reverberam em uma ação estratégica por partes dos camponeses para não serem “engolidos” pelas empresas do agronegócio atuantes nesse recorte. A fala de um dos camponeses participante da feira sintetiza muito bem o que desejamos expressar:

A participação na feira não é fácil, mas só temos a agradecer. Se não fosse a feira estava todo mundo aqui trabalhando pesado nas empresas do agronegócio. Aqui temos nosso sustento garantido e acima de tudo não perdemos a nossa autonomia que é o que mais conta para gente”. (Assentado do PA Santa Elza e participante da feira da APROFAM. Entrevista concedida em novembro de 2021).

As dificuldades enfrentadas pelos camponeses para conseguirem a comercialização¹³⁰ na feira envolvem elementos inerentes à própria logística no transporte dos produtos, já que a maior parte dos assentamentos e comunidades nas quais residem ficam distantes do centro urbano de Mossoró onde as feiras ocorrem. Por outro lado, como pontos positivos o que mais é citado pelos camponeses é a melhoria da renda familiar, a autonomia, a socialização e a possibilidade de permanecer na terra e no seu modo de vida sem depender do modelo de trabalho capitalista que envolve o assalariamento.

Assim, de maneira clara, o que podemos perceber no Polo Assu-Mossoró é que ao mesmo tempo que o capital aí representado pelo agronegócio da fruticultura irrigada expande os seus domínios, os camponeses vêm se recriando de, modo contraditório, a partir de várias ações, como podemos debater nesse trabalho, voltadas as suas estratégias de luta, cooperação, comercialização, trabalho acessório, práticas agroecológicas, tecnologias de convivência com o semiárido, o controle da renda da terra e até mesmo a sua subordinação, dentre tantas outras atitudes e ações que mostram a sua potencialidade em permanecer no capitalismo.

Nesse sentido, contrário ao que foi defendido pelas teses clássicas, a presença e avanço do capital no campo brasileiro também tem dado abertura para a reprodução e recriação do campesinato, negando o seu previsto desaparecimento. Nas reflexões aqui apresentadas em que os assentamentos rurais pesquisados nos deram luz, os camponeses têm buscado constantemente novos caminhos, o que vem garantindo em algumas situações o desfrute da sua liberdade e autonomia, mesmo com tantas adversidades.

¹³⁰ Quando questionamos os camponeses no decorrer das pesquisas de campo sobre as principais formas de comercialização do excedente da produção, ainda surge a figura dos atravessadores. Entretanto, também foram citados os casos das feiras tanto livres como aquelas conceituadas como agroecológicas, compras públicas institucionais em função das políticas públicas e a cooperativa da Rede Xique Xique.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi desenvolvido no intuito de compreender as permanências e recriação no âmbito da agricultura camponesa frente à expansão do capital no Polo Assu-Mossoró, localizado no estado do Rio Grande do Norte. A pesquisa contou com dados bibliográficos e documentais. Empiricamente, consideramos as estratégias que vêm sendo importantes para os camponeses, tanto no uso e permanência na terra, como para a sua reprodução.

A territorialização camponesa a partir da formação de assentamentos rurais no Polo, o controle do trabalho e da produção, a opção pelas práticas agroecológicas, a organização dos camponeses em associações e cooperativas, o cultivo de sementes crioulas sintetizam alguns dos exemplos da resistência camponesa e também podem se caracterizar como um contraponto ao modo de produção capitalista nesse recorte.

Esses aspectos mostram como o desenvolvimento do capital no campo não se generaliza em todas as partes e embora o capital se territorialize, monopolize o território, extraindo a renda da terra camponesa, ainda é notória a presença desses sujeitos no campo e a sua recriação, pois, como assevera Luxemburgo (1970), é possível a convivência de regimes de produção diferenciados, sendo que inclusive podem ocorrer, entre eles, intercâmbios.

Na sua existência, a reprodução do campesinato acaba por também assegurar a reprodução do capital. Essa é uma das contradições que podem explicar o porquê da existência de tantos camponeses em pleno século XXI.

Vale ressaltar que no estudo do desenvolvimento do capital no campo, autores como Kautsky (1980) e Lênin (1982) através de uma perspectiva linear acabaram por decretar o fim do campesinato. Entretanto, provando que a história está em movimento e que a ciência se constrói constantemente, pensadores como Chayanov (1974), Rosa Luxemburgo (1970) justificaram a permanência e importância do campesinato no capitalismo.

De fato, os camponeses, como classe ou modo de vida, como nos lembra Shanin (2008), sempre estiveram presentes na história. Com eles, existe todo um conjunto de características que estruturam a sua produção, como o trabalho familiar, a ajuda mútua, a parceria, o trabalho acessório, processos de socialização, a propriedade da terra, o uso dos meios de produção e a jornada de trabalho.

É de fato uma classe que congrega muitas características, por isso não podemos pensar em negá-la ou falar que não existe ou que está em vias de desaparecer com a expansão do capital no campo, como tem defendido alguns teóricos nas academias brasileiras. E não são apenas

características, esses sujeitos têm sido responsáveis por mais de 70% de toda a produção alimentar que chega à mesa dos brasileiros.

É tão oportuna a busca pelo apagamento do campesinato que observamos várias tentativas de grupos conservadores, incluindo a mídia e o próprio Estado, em querer fazer referência a esses sujeitos como parte do agronegócio ou substituindo o termo camponês por agricultor familiar.

Reiteramos aqui que, contraditoriamente, os camponeses, com suas práticas, estão inseridos na sociedade capitalista. E isso tem sido comprovado através de leituras da realidade agrária mundial a partir de Luxemburgo (1970), Chayanov (1924; 1974), Shanin (2008; 2017; 2018) e no contexto brasileiro, as leituras e releituras da realidade agrária a partir de grandes pesquisadores como Martins, Oliveira, Fernandes e Paulino.

Por meio desses autores, tem sido possível constatar que a recriação camponesa existe e não é peça de um exercício utópico, como destaca Paulino (2003).

No caso dessa pesquisa, verificaram-se no Polo Assu-Mossoró as contradições da atuação do capital no campo. Todo o processo de modernização que ali ocorre tem relação com uma conjuntura mais ampla que foi a Revolução Verde, que, no contexto brasileiro, passa a ter um maior impacto a partir da década de 1970 e 1980.

Sobre o Polo, o que nele observamos hoje é oriundo desse viés modernizante da Revolução Verde, é resultado da atuação estatal no Nordeste que vem desenvolvendo políticas de infraestrutura, de crédito em atendimento a produtores rurais em grandes projetos que deveriam para ter um caráter público, mas que têm sido cada vez mais voltado aos interesses privados.

Assim, nesse recorte, foi possível perceber a modernização seletiva, conservadora dominada pelo capital privado, com empresas nacionais e internacionais, que controlam a produção do agronegócio da fruticultura irrigada. Estão calcados na monocultura nos locais onde se territorializam e buscam empregar insumos e técnicas modernas priorizando a exportação para o mercado externo, globalizado.

Com isso, o espaço agrário do Polo reflete características das contradições do capital no campo, pois as famílias camponesas, que já ocupavam esse espaço antes do processo de modernização ali instalado, cultivando culturas tradicionais junto com a criação de animais para a sua autossustentação e para alimentar as feiras locais, foram negativamente impactadas, muitos sendo expropriados de suas terras para darem lugar à construção da infraestrutura hídrica e espaços para a produção agrícola moderna, como é o caso do Perímetro Irrigado Baixo-Açu.

Diante disso, esses sujeitos não deixaram de existir no Polo Assu-Mossoró, pelo contrário, eles continuam ainda sendo maioria nesse recorte.

Mas vale a ressalva de que ser maioria nesse espaço não significa que eles não estejam sujeitos ao subjugo, pois, muitos camponeses, dentro do próprio Perímetro Irrigado Baixo-Açu, produzem integrados a grandes empresas seguindo suas normas e orientações técnicas. Os camponeses também têm convivido com a concentração de terras, várias formas de violências, processos de proletarização e as desigualdades sociais, ali materializada pela presença da pobreza. Foram esses aspectos que tratamos nesse trabalho como as permanências, buscando mostrar que as consequências da expansão do capital no Polo têm reverberado na coabitação desses sujeitos a esses processos, mas também têm os levado a coabitar com elementos que mostram a sua resistência e recriação frente a atuação do capital.

Andrade (2006), ao se referir ao crescimento da agricultura irrigada no Nordeste e ao destacar o Vale do Açu, reitera que a perenização dos rios está voltada estritamente para a produção de frutas tropicais destinadas à exportação e com a utilização de técnicas modernas. Além do seu caráter destinado ao mercado externo em que vários países aparecem em destaque na importação de frutas como a Holanda, Estados Unidos, China, Austrália, Argentina, Emirados Árabes, dentre outros como pode ser visto no decorrer desse trabalho, o autor nos alerta sobre a necessidade de que é preciso refletir sobre não somente a importância econômica, mas também ecológica e social imposta por esse modelo de produção.

No quesito ecológico, é necessário apontar no Polo os problemas relacionados à degradação do solo e a poluição pelo uso de agrotóxicos relatadas nas pesquisas de campo. Do ponto de vista social, temos a permanência no Polo de vários problemas como já foi aqui explicitado.

A *terra de trabalho* dos camponeses, com o projeto público de irrigação e toda a infraestrutura criada para favorecer o capital privado, transformou a *terra de trabalho*, antes ocupada pelos camponeses, em *terra de negócio*, a terra como mercadoria, pois a chegada de grandes empresas voltadas ao agronegócio da fruticultura irrigada, resultou em vários processos de expropriação dos camponeses e em substancial valorização do preço da terra.

No intuito de acalmar os ânimos dos camponeses no decorrer desse processo de modernização, o Estado, em contrapartida, vai subsidiar no processo de territorialização camponesa, ao propiciar a criação de assentamentos rurais por esses reivindicados. Esse é um processo que se dá com mais intensidade de 1980 a 2009 e, após esse período, poucos assentamentos rurais passam a serem registrados no INCRA no âmbito dos municípios que

congregam o Polo. Inclusive, de janeiro de 2018 a novembro de 2021, não houve nenhum registro com a criação de novos assentamentos rurais. Assim, permanece no Polo a presença de famílias assentadas sem titulação, famílias arrendatárias, ocupantes, parceiras e também sem uma área em que possa produzir o necessário para a autossustentação.

A estrutura fundiária do Polo mostra que os estabelecimentos com maiores áreas, acima de 200 ha, estão predominantemente nas mãos de agricultores não familiares, enquanto que os estabelecimentos com menores grupos de área, como os de 0 a 20 ha, são de agricultores familiares (IBGE, 2017).

Comprova a concentração fundiária no Polo o fato de 5.662 estabelecimentos da agricultura familiar ocuparem 159.187 ha, enquanto que apenas 2.016 estabelecimentos não familiar são responsáveis por ocupar 155.041 ha (IBGE, 2017).

Com relação aos conflitos no campo, reconhecemos a sua relação com uma estrutura fundiária carente de transformações, marcada pela expropriação e concentração de terras, que se intensifica com o avanço do agronegócio sobre as terras dos povos do campo. Visualizamos ainda um Estado que prioriza a destinação de seus recursos creditícios ao agronegócio buscando alavancar a valorização deste setor em detrimento da agricultura camponesa responsável pela produção dos alimentos que são consumidos pelos brasileiros e que veem as políticas públicas a eles direcionadas minarem os seus recursos diariamente.

A reforma agrária, como dever do Estado, não acontece e os sucessivos governos se restringem a assentar reduzidos números de pessoas. Com isso, temos como resultado a diversificação das formas de violência: assassinatos, ameaças, pistolagem, expulsões, destruição de bens no campo e, conseqüentemente, a insegurança para aqueles que ali vivem.

No Polo, a violência tem um caráter perverso. Nos registros da CPT, tivemos condições de identificar conflitos envolvendo a terra, a água e o trabalho. No período considerado, foram registrados assassinatos, tentativas de assassinatos, tentativas de expulsão de terra e formas de trabalho análogas ao trabalho escravo.

Em Açu, município com forte atuação do agronegócio da fruticultura irrigada, 70 famílias acampadas sofreram ameaças de despejo no ano de 2020. O mesmo processo se deu também em 2018 e 2019 no município de Afonso Bezerra, no qual 100 famílias sofreram ameaça de expulsão.

O trabalho análogo à escravidão também se constitui em realidade preocupante no Polo. Muitos trabalhadores têm sido libertados dessa forma degradante de trabalho com a ajuda de denúncias. Resta saber: quantos trabalhadores, muitos camponeses, ainda continuam sendo

vítimas? Quanto tempo ainda estarão nessas condições, tendo em vista a fragilização vivenciada pelos órgãos fiscalizadores, inclusive ocorreu a extinção do Ministério do Trabalho em primeiro de janeiro de 2019?

A pobreza também continua sendo uma realidade no Polo. As máquinas, os insumos químicos, a vinda de empresas de várias localidades para ali se instalarem não têm reverberado em melhorias sociais. É notório que a Territorialização do Capital no campo do Polo convive lado a lado com a pobreza.

Assim, podemos sintetizar o papel do modo de produção capitalista na geração da pobreza que, no caso do agronegócio, age concentrando terra e água, incluindo precariamente os trabalhadores como mão de obra, gerando ou intensificando os problemas relacionados às desigualdades sociais. Como temos afirmado, os territórios do agronegócio são também territórios da pobreza!

A modernização do campo também tem se apresentado de maneira seletiva e os seus impactos têm sido marcados pela exclusão e expropriação dos sujeitos. Além disso, os resultados sociais desse processo não condizem com toda a riqueza gerada nesses espaços e de posse de determinados grupos, até mesmo oriundos de outros países.

No Polo, observamos no âmbito dos municípios um PIB elevado, entretanto, quando nos atentamos para o IDH desses municípios, visualizamos a não qualidade de vida da população que ali vive. Outrossim, a porcentagem de pessoas inscritas no Cadastro Único e que, portanto, são beneficiários do Bolsa Família, é um indicativo da pobreza que permanece no Polo.

Em todos os municípios do Polo, mais de 50% das pessoas têm acesso ao Programa. O número de pessoas consideradas pobres, extremamente pobres e vulneráveis à pobreza também foi um dado que nos chamou a atenção e nos alertou sobre a essência do que tem gerado o agronegócio da fruticultura irrigada que não condiz com a sua aparência, ao negligenciar os resultados sociais desse modelo de produção principalmente com a veiculação da mídia que se detém a exaltação dos recordes da produção e exportação em detrimento às condições sob as quais ocorrem esses resultados produtivos.

Com poucos ou insignificantes benefícios sociais, o modelo de modernização implantado no Nordeste, principalmente com os perímetros irrigados e, posteriormente, a formação dos chamados Polos de Desenvolvimento, suscita reflexões sobre as consequências destes para a população, pois o que observamos nesses espaços é uma das faces do processo de apropriação privada da terra.

Nesse processo, os agricultores camponeses são os mais afetados, já que até mesmo as terras de caráter público, como as dos perímetros irrigados, que poderiam beneficiar esses sujeitos, têm contribuído com o interesse privado dos grandes capitalistas. Tais interesses se revelaram, por exemplo, com a expropriação de agricultores camponeses (sem garantia de indenizações) para implantação de infraestrutura modernizante, como aconteceu com a construção do Perímetro Baixo-Açu e a Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, em que muitos camponeses foram obrigados a deixarem suas terras.

Esse é um dos aspectos que demonstram como o capital, atuando no território, domina as terras camponesas e é capaz de concentrá-las com um fim único: acumular riquezas e transformar a *terra de trabalho* em mercadoria, o que possibilita a permanência das desigualdades sociais e a concentração da terra em meio ao aumento do crescimento econômico dessas empresas.

Entretanto, é importante reafirmar que toda essa conjuntura não nega a condição camponesa ou a sua presença nesse espaço, uma vez que os agricultores camponeses são maioria na área da pesquisa (74% do total de estabelecimentos agropecuários) e um significativo número de pessoas continuam a viver no campo nos municípios que compõem o Polo.

Nessa conjuntura, geograficamente, podemos afirmar que os assentamentos rurais presentes no Polo estão circundados pelas empresas do agronegócio da fruticultura irrigada. Com isso, o capital ao se territorializar acaba captando mão de obra para o seu processo produtivo, já que o aumento da família no âmbito dos assentamentos rurais torna as terras destes insuficientes para o processo de reprodução de uma família extensa. Sem negar a sua condição enquanto camponês, esse é um fato que podemos detectar empiricamente.

No entanto, são nesses assentamentos rurais também que ocorre o florescimento da recriação camponesa. Primeiro, temos que considerar a luta pelo acesso a terra de trabalho. Muitos camponeses vieram da cidade, de um modo de vida urbano, passando a viver no campo com a oportunidade de acesso a terra.

Nesse processo, ocorreu toda uma organização das famílias e a ajuda de movimentos sociais já consolidados, como o MST, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a CPT foram de grande relevância nesse contexto.

Em campo, nos assentamentos rurais pesquisados, podemos ver a dedicação dos camponeses no cuidado com os quintais produtivos, como eles têm optado pela diversificação produtiva nos seus quintais, incluindo uma variedade de animais de pequeno porte, hortaliças,

frutíferas, tornando possível que alimentos estejam disponíveis para o consumo da família e também, em muitos casos observados, para a comercialização. Chamou-nos a atenção a busca pela organização dos camponeses no âmbito do Polo.

No decorrer das pesquisas de campo, atentamos-nos a três experiências consideradas exitosas na questão da reprodução e recriação do campesinato que ali vive.

A primeira foi a cooperativa COOPERXIQUE, que atualmente tem uma abrangência significativa tanto nos municípios do Polo Assu-Mossoró como em outros municípios do Rio Grande do Norte. Essa cooperativa atua na comercialização do excedente dos camponeses tendo para isso as bodegas, vendas institucionais e as feiras agroecológicas. E por falarmos em agroecologia, ressaltamos que essa tem sido uma prioridade nos assentamentos rurais visitados, o que mais uma vez contraria o modelo hegemônico capitalista que utiliza de maneira exacerbada os agrotóxicos.

Na segunda experiência, que a esta primeira está interligada, destacamos o Grupo de Mulheres Decididas a Vencer, que se encontra localizado no PA Mulunguzinho em Mossoró. Esse movimento reflete a luta camponesa e põe em pauta o papel das mulheres como grandes protagonistas em meio a uma sociedade patriarcal e machista. Priorizamos esse grupo em função de ter sido o mesmo responsável por impulsionar a formação da COOPERXIQUE. Entretanto, empiricamente, foi possível detectar nos assentamentos rurais vários grupos de mulheres que têm um papel importante não somente como cuidadoras da família, mas como provedoras da renda familiar ao cuidar do quintal, produzir doces, geleias, salgados, bolos e ainda comercializar seus produtos nas feiras as quais fazem parte.

A terceira experiência foi a feira agroecológica da APROFAM, que englobando várias famílias de comunidades e assentamentos rurais de Mossoró cumpre um importante papel na reprodução e recriação do campesinato diante da atuação do capital.

Acreditamos que a participação nessas formas de organização como a cooperativa, as feiras agroecológicas, associações têm a possibilidade de garantir a inserção do excedente diretamente aos consumidores finais, inibindo a presença de atravessadores, garantindo a renda das famílias e subsídios nas tomadas de decisões por parte dos camponeses.

Com essas experiências analisadas, foi possível percebermos no Polo uma busca constante por parte dos camponeses na luta pela sua autonomia, pela manutenção da sua liberdade, pela não submissão à exploração que o capital impõe. Dessa forma, além de todos os elementos citados, foi possível observarmos também a adoção de várias tecnologias sociais

e manejo ecológico dos recursos naturais, como o próprio adubo de compostagem, o minhocário, o biofertilizante como forma de não se submeterem à compra desses produtos.

Essas experiências não negam a monopolização do capital no âmbito dos territórios camponeses do Polo. O capital continua a se beneficiar com a extração da renda da terra camponesa, pois, em um contexto marcado sobremaneira pelas relações capitalistas de produção, está imune a sua ação torna-se algo praticamente impossível, pois as próprias políticas públicas tão necessárias, como é o caso do PRONAF, por exemplo, leva os camponeses a alimentar a acumulação do capital industrial, comercial e financeiro.

De maneira geral, salientamos que a recriação não se constitui em um processo fácil, estando imbricada a uma série de complexidade e diversidade. Então, no Polo, podemos observar a família camponesa que vivia na cidade e que agora vive no campo porque teve a oportunidade de conquistar a terra; a família que trabalhava para o agronegócio e com o acesso a terra no assentamento revive um novo momento longe dos agrotóxicos e das limitações impostas pelo trabalho para terceiros; o filho do camponês assentado que trabalha como assalariado nas empresas do agronegócio e continua ajudando a família; as atividades acessórias, que muito contribuem com a reprodução da família; a comercialização nas feiras agroecológicas; a ajuda mútua entre os assentados; a adoção de tecnologias sociais de convivência com o semiárido e manejo ecológico dos recursos naturais; o trabalho mais intenso e os trabalhos mais leves dependendo da época do ano, se é plantio, se é colheita; os camponeses que trabalham como arrendatários, como parceiro. Constatamos, enfim, um campesinato que se recria no Polo Assu-Mossoró mesmo diante de tantas contradições inerentes aos aspectos históricos que os permeiam.

Todavia, o desafio para esse campesinato que se recria é o enfrentamento de todas as adversidades que são a eles impostas constantemente seja no contexto político, social ou econômico o qual se encontram inserido. Resta, portanto, a esse campesinato, que não é somente uma classe, mas um modo de vida, continuar a resistir para não deixar de existir não somente no recorte do Polo Assu-Mossoró, mas em todos os territórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

UNIÃO CAMPONESA. **A agricultura familiar é impactada com corte de crédito.**

Disponível em: <https://www.uniaocamponesa.org/2021/05/18/agricultura-familiar-e-impactada-com-cortes-de-credito/>. Acesso em: 18 ago. 2021.

A Cartilha Agroecológica. Instituto Giramundo Mutuando. Botucatu, SP: Editora Criação Ltda. 2005.

ALBANO, Gleydson Pinheiro. Globalização da agricultura no Rio Grande do Norte: uma análise das áreas exportadoras. In: **Capítulos de geografia do Rio Grande do Norte**: volume 1. 2. ed. / Organização de Gleydson Pinheiro Albano, Larissa da Silva Ferreira Alves e Agassiel de Medeiros Alves. Pau dos Ferros/RN: REDE-TER, 2020.

ALMEIDA, Rosimeire Aparecida. **Identidade, distinção e territorialização**: o processo de (re) criação camponesa no Mato Grosso do Sul. 2003. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, UNESP/Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2003. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/99830>. Acesso em: 08 mar. 2021.

ALVES, Vicente Eudes L.; AQUINO, Joacir R.; FILHO, Raimundo Inácio da S. A modernização da fruticultura irrigada e seus impactos socioeconômicos e ambientais no Vale do Açu. **Revista GeoInterações**, Assú, v. 2, n.1 p. 35-56, jan. /jun. 2018. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/geointeracoes/issue/view/180/showToc>. Acesso em: 19 jun. 2020.

ALVES, Vicente Eudes Lemos; LIMA, Débora Assunção e. Questões rurais e campesinato: uma entrevista com Teodor Shanin. **Revista NERA**, entrevista, v. 21, n. 44, p. 236-244, set./dez. 2018.

ANDERSON, Kennet. Militante do MST no RN é alvo de crime em área de conflito rural. **Brasil de Fato**. Natal, 02 de ago. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/02/militante-do-mst-no-rn-e-alvo-de-crime-em-area-de-conflito-rural>. Acesso em: 30 jun. 2021.

ANDRADE, Manoel Correia. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária. 7ª ed. Ver. e aumentada - São Paulo: Cortez, 2005.

AQUINO, Joacir Rufino; LACERDA, Marta Aurélia Dantas. Magnitude e condições de reprodução econômica dos agricultores familiares pobres no semiárido brasileiro: evidências a partir do Rio Grande do Norte. **RESR**. Piracicaba, SP, v. 52, supl. 1, p.167-188, fev. / 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/SpDBWKXmCLBf43kPc35MG4H/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 de fev. 2022.

AQUINO, Joacir Rufino *et al.* Agricultura familiar no Rio Grande do Norte segundo o Censo Agropecuário 2017: perfil e desafios para o desenvolvimento rural. **Rev. Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 113-131, ago. 2020.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de; FAVARETO, Arilson. O papel da agricultura familiar para um novo desenvolvimento regional no Nordeste – uma homenagem a Celso Furtado. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 9-29, ago. 2020.

ARAÚJO; Tânia Bacelar de. **Nordeste, Nordestes: que nordeste?** Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/index.php/ultimas-noticias/192-observanordeste/observanordeste/2113-nordeste-nordestes-que-nordeste>. Acesso em: 10 nov. 2020.

Assassinatos no campo em 2021 batem recorde dos últimos quatro anos. **Agência Pública**, 18 abr. 2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/04/assassinatos-no-campo-em-2021-batem-recorde-dos-ultimos-quatro-anos/>. Acesso em: 06 jun. 2022.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

Auxílio Brasil X Bolsa Família: compare os programas. **G1 Economia**. 09 de nov. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/11/09/auxilio-brasil-x-bolsa-familia-compare-os-programas.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2021.

AZEVEDO, Rosaly Stange; SANTOS, André Filipi Pereira Reide dos. Camponês e Agricultor familiar: mesmos sujeitos? **Geografia**, Londrina, Paraná, v. 26. n. 2. p. 58-77. Jul/dez. 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/27838>. Acesso em: 12 mai. 2020.

AZEVEDO, Melinda Bandeira Antas; NUNES, Emanuel Márcio. As feiras da agricultura familiar: um estudo na Rede Xique Xique nos Territórios Açu-Mossoró e Sertão do Apodi (RN). **Revista Geotemas**, v. 3, n. 2, 2013.

BANCO DO NORDESTE. **Relatório de Gestão 2001**. Disponível em: [file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%20do%20Banco%20do%20Nordeste%20-%202001%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%20do%20Banco%20do%20Nordeste%20-%202001%20(1).pdf). Acesso em: 15 abr. 2021.

Bolsonaro à Bancada Ruralista: Esse governo é de vocês. **Estadão**. 04 de jul. 2019. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-a-bancada-ruralista-esse-governo-e-de-voces,70002904662>. Acesso em: 23 ago. 2021.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Pequeno ensaio cartográfico sobre o uso de agrotóxicos nos Brasil**. São Paulo: Laboratório de Geografia Agrária da USP. Blurb, 2016.

BONETI, Lindomar Wessler. **O silêncio das águas: Políticas Públicas, Meio Ambiente e Exclusão social**. Rio Grande do Sul: Unijuí, 1998.

BRASIL. **Decreto nº. 76.046 de 29 de julho de 1975**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 jul. 1975, Seção 1, p. 9491.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Controle social na venda direta ao consumidor de produtos orgânicos sem certificação**. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Brasília: Mapa/ACS, 2008.

BRASIL. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). **Perímetros públicos de irrigação**. Disponível em:

https://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/perimetros_irrigados/. Acesso em: 01 jul. 2020.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais uma análise das condições de vida da população brasileira (2020)**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2021.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário**. Brasília, 2006. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 12 jul. 2020.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>. Acesso em: 12 jul. 2020.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. Brasília, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sobre-censo.html>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades**. Brasília. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 16 ago. 2021.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção da Pecuária Municipal**. Rio Grande do Norte, 1973. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm_1973_rn.pdf. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Projetos de reforma agrária conforme fase de implementação**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/docs/reforma-agraria/assentamentos-geral.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF 24 de julho de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 18 de jun. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Comércio exterior**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-agro-ultrapassam-a-barreira-dos-us-100-bilhoes-pela-segunda-vez/Notaaimprensa1Dezembro20202.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Bolsa família**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 21 jun. 2021.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria; NAVARRO, Zander. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. In: BUAINAIN, Antônio Márcio *et al.* **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**, editores técnicos. – Brasília, DF: Embrapa, 2014.

CARVALHO, Horácio Martins de. O camponês, guardião da agrobiodiversidade. **Boletim Data luta**, 2013.

CARVALHO, Jéssyca Tomaz; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. O agronegócio no Brasil: o discurso da fração de classe reinante. **Rev. NERA**, Presidente Prudente v. 24, n. 58, p. 28-55, 2021.

CASTRO, Mariana. **Faltam direitos e dispara a violência contra povos tradicionais, aponta novo relatório da CPT**. Brasil de Fato. Imperatriz (MA), 10 de dez. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/10/faltam-direitos-e-dispara-a-violencia-contra-povos-tradicionais-aponta-novo-relatorio-da-cpt>. Acesso em: 11 dez. 2021.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHAYANOV, Alexander V. **A Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas**. Tradução de Manuel Villaverde Cabral. Disponível em: <https://issuu.com/ricardo2p/docs/tchayanov/17>. Acesso em 17 de nov. 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Massacres no campo**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/>. Acesso em: 03 out. 2020.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no Campo Brasil 2020**. Goiânia, Comissão Pastoral da Terra, 2021. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downloads?task=download.send&id=14242&catid=41&m=0>. Acesso em: 07 nov. 2022.

COMITÊ EXECUTIVO DE FRUTICULTURA IRRIGADA DO RIO GRANDE DO NORTE (COEX). **Associados**. Disponível em: <https://coexrn.com.br/associados>. Acesso em: 30 set. 2020.

COOPERXIQUE. Estatuto Social da Cooperativa de Comercialização Solidária Xique Xique. Mossoró, 08 jun. 2021.

CORREIA, Silvana Cistina Costa. **Resistência (s) e formas de recriação camponesa no semiárido paraibano**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

DOSSIÊ PERÍMETROS IRRIGADOS. Perímetros Irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido. Disponível em: <https://dossieperimetrosirrigados.wordpress.com/estudos-de-caso/perimetro-irrigado-baixo-acu/>. Acesso em: 22 set. 2020.

EGRY, Emiko Yoshikawa. Compreendendo a dialética na aproximação com o fenômeno saúde-doença. In: EGRY, Emiko Yoshikawa. O trabalho da enfermagem em saúde coletiva no cenário Cipeps: **Guia para pesquisadores**. Curitiba: ABEn-EEUSP, 2006. p. 63-84.

Em dois anos, 43 pessoas são resgatadas de trabalho escravo no RN. **G1 RN**. Natal, 28 jan. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/01/28/em-dois-anos-43-pessoas-sao-resgatadas-de-trabalho-escravo-no-rn.ghtml>. Acesso em: 30 jun. 2021.

Estatuto da Associação de Comercialização Solidária Xique Xique. Mossoró, 29 out. 2019.

ETENE. **Exportações do agronegócio do Nordeste**. Ano 4 – 2010 – Nº. 01. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/80786/206522/IRE_ANO4_N1_Exportacoes_do_Agronegocio_NE_Internet.pdf/de5a5923-bbc0-4d04-a9f9-b17871991396. Acesso em: 07 de jul. 2021.

FABRINI, João Edmilson. A autossuficiência da família camponesa. In: MIZUSAKI, Márcia Yukari; ROMA, Cláudia Marques; VIEIRA, Alexandre Bergamin (organizadores) – **Questão agrária e práxis social no século XXI**: impasses, desafios e perspectivas. Curitiba: CRV, 2021.

FELÍCIO, Munir Jorge. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, Uberlândia, Minas Gerais, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11793>. Acesso em: 28 abr. 2021.

FELIPE, José Lacerda Alves; CARVALHO, Edilson Alves de. **Economia Rio Grande do Norte**: Estudo Geo-Histórico e Econômico. Natal: Grafset, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do território**. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf. Acesso em: 30 dez. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/71/f1301questo-agrria-conflitualidade-e-territorialidade.pdf>. Acesso em: 09 de abr. 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento social como categoria geográfica**. Terra Livre, São Paulo, n. 15, p. 59-85, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew. Agricultura e mercado: camponato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. E (org.) **Camponato e territórios em disputa**. 1. edição, São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008. p. 161-190.

FREIRE, Laura Lúcia Ramos. **Nordeste**: Comércio Exterior do Agronegócio. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/80223/1103955/2020_INET_10.pdf/0f3e97c1-d574-b6a0-59e2-f728bee5f8fd. Acesso em: 07 jul. 2021.

FURTADO, Celso. **As aventuras de um economista brasileiro: A fantasia desfeita**. Tomo II, São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

GÁRCIA, Janaina. **Produtores de fruta do RN propõem salário que não cobre sequer inflação**. Repórter Brasil. 10 de no. 2021. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/11/produtor-de-fruta-do-rn-propoe-salario-que-nao-cobre-sequer-inflacao/>. Acesso em: 08 out. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES DA SILVA, Aldenôr. Trabalho e tecnologia na produção de frutas irrigadas no Rio Grande do Norte – brasil. In: CAVALCANTI, Josefa Salete B. **Globalização, trabalho e meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação**. Recife: Universitária da UFPE, 1999. p. 61-91.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. **Os novos desafios da agricultura camponesa**. Porto Alegre: Vozes, 2004.

Governo Bolsonaro destrói programa alimentar mesmo com avanço da fome, diz site. **Cartacapital**. 06 de jun. 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/governo-bolsonaro-destroi-programa-alimentar-mesmo-com-avanco-da-fome-diz-site/>. Acesso em: 07 jun. 2022.

Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. 2.ed. Recife: SUDENE, 1967.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1968.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Trajetória econômica de uma região periférica. **Estudos avançados**, v. 11 n. 29, 1997.

GUSMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel Gonzáles de. O campesinato na antiga tradição dos estudos camponeses In: **Sobre a evolução do conceito de campesinato**, 3 ed. São Paulo: Expressão popular, p. 17-54, 2005.

HARVEY, David. A acumulação via espoliação. In: **O novo imperialismo**. 2ª edição, São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **A fruticultura irrigada no polo de desenvolvimento integrado Assu-Mossoró - estado do Rio Grande do Norte – Brasil**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/38055354-A-fruticultura-irrigada-no-polo-de-desenvolvimento-integrado-assu-mossoro-estado-do-rio-grande-do-norte-brasil-1.html>. Acesso em: mai. 2022.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Constituição e reestruturação produtiva da fruticultura irrigada no baixo-açu e no vale do Apodi-Mossoró-RN – BRASIL. Edição especial – **Revista**

Formação, n. 23, p. 62-91, 2016. Disponível em: <http://https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/3492/3169>. Acesso em: 19 out. 2020.

II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 24 out. 2022.

JÁCOME, Igor. **Fiscalização encontra 30 trabalhadores em situação análoga à escravidão no Rio Grande do Norte**. G1 RN. Natal, 23 de nov. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2022/11/23/fiscalizacao-encontra-30-trabalhadores-em-situacao-analoga-a-escravidao-no-rio-grande-do-norte.ghtml>. Acesso em: 01 dez. 2022.

KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 15, n. 1, p. 79-112, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642922>. Acesso em: 18 jun. 2021.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. 3. ed, São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LÊNIN, Vladimir I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIMA, Luiz Cruz; FREITAS, Bernadete Maria C; VASCONCELOS, Tereza Sandra L. **Os novos espaços seletivos no campo**. 1. ed. Fortaleza: Eduece, 2011.

LOPES, José Edvaldo. **A Del Monte Fresh Produce e a territorialização do capital no meio rural do município de Ipanguaçu – RN**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas e da Natureza. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, p. 158. 2014.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do capital**. (Tradução de Moniz Bandeira). Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1970.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido: uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007.

MARCOS, Valéria de. Agricultura e mercado: impasses e perspectivas para o agronegócio e a produção camponesa no campo latino-americano. In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. E (org.) **Campesinato e territórios em disputa**. 1. ed, São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008. p. 191-212.

MARCOS, Valéria de. Agroecologia e campesinato: uma nova lógica para agricultura do futuro. **AGRÁRIA**, São Paulo, n. 7, p. 182-210, 2007.

Equipe de transição garante construção de cisternas como prioridade no governo Lula. **MARCO ZERO**. Recife, 17 de nov. 2022. Disponível em: <https://marcozero.org/equipe-de-transicao-garante-construcao-de-cisternas-como-prioridade-no-governo-lula/>. Acesso em: 28 mar. 2023.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da Economia Política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. Ataque aos direitos dos povos do campo. In: **Conflitos no Campo** - Brasil 2015, Goiânia, Comissão Pastoral da Terra, v. 32, 2016.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. Violência no campo brasileiro em tempos de golpe. **Boletim DATALUTA**, n. 114, jun. 2017.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; GOLDFARB, Yamila. **O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo**. Associação brasileira de Geografia, 2021.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. **Revista Nera**, n. 10, 2007. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1424/1402>. Acesso em: 08 out. 2022.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Baixo Açu**: Território de luta e agroecologia. 06 de ago. 2021. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/MovimentoSemTerra/posts/5980445548694776>. Acesso em: 01 out. 2021.

NAVARRO, Zander. Por que não houve (e nunca haverá) reforma agrária no Brasil? In: BUAINAIN, Antônio Márcio *et al.* **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola, editores técnicos. – Brasília, DF: Embrapa, 2014.

NUNES, Emanuel Márcio *et al.* **Arranjos produtivos locais em espaços rurais do Nordeste**: o caso do Polo de desenvolvimento integrado Assu-Mossoró (RN). Disponível em: <https://www.ufrgs.br/pgdr/wp-content/uploads/2021/12/492.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2023.

NUNES, Emanuel Márcio. **Reestruturação Agrícola, Instituições e Desenvolvimento Rural no Nordeste**: as dinâmicas regionais e a diversificação da agricultura familiar no Polo Assu-Mossoró. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Faculdade de Ciências Econômica da UFRS/Porto Alegre, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18314/000724991.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 jul. 2020.

NUNES, Emanuel Márcio.; SCHNEIDER, Sérgio. Reestruturação Agrícola, Instituições e Desenvolvimento Rural no Nordeste: a diversificação da agricultura familiar do Polo Açu-Mossoró (RN). **REN**, Fortaleza, v. 43, n. 04, p. 1-26. jul. 2012. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18314/000724991.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 jul. 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta. In: **Conflitos no Campo** - Brasil 2015, Goiânia, Comissão Pastoral da Terra, v. 32, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura brasileira, desenvolvimento e contradições**. São Paulo: mimeo: FFLCH/USP, 1992.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-110.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura camponesa no Brasil**. 4. Ed. São Paulo: Contexto, 2001. – (Caminhos da Geografia).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Agricultura e Indústria no Brasil. **Campo território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, Minas Gerais, v. 5, n.10, p. 5-64, ago. 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Mariana Borba. **Paraíba agroecológica**: elementos de autonomia e reprodução camponesa. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, p. 285, 2021. Disponível em: https://sigaa-treinamento.sti.ufpb.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=1889. Acesso em: 10 mai. 2022.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Soberania alimentar e campesinato: disputas teóricas e territoriais. **GEographia** – Ano 17, n. 33, 2015. p. 177-204.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e vida**: a Geografia dos camponeses no Norte do Paraná. 2003. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, UNESP/Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2003. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/02/02_ELIANE_TOMIASI_PAULINO.pdf. Acesso em: 22 out. 2020.

PAULINO, Eliane Tomiasi.; FABRINI, João Edmilson (org.) **Campesinato e territórios em disputa**. 1. edição, São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

PAULINO; Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **Geografia**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, jul. dez. 2000.

PAULINO; Eliane Tomiasi. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Intrínseca Ltda. 2013.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS. 2008.

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. Rosa Luxemburg e a expansão imanente do capitalismo: destruição, resistência e recriação dos territórios e das relações não capitalistas. **Geosp – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 812-829, dez. 2017.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

Rede Xique Xique. Blog da Associação de Comercialização Solidária Xique Xique. Disponível em: <http://redexiquexique.blogspot.com/>. Acesso em: 07 ago. 2021.

REDWOOD, John; FIORENTINO, Raul. Características e consequências do POLONORDESTE e análise preliminar das necessidades de capacitação dentro do programa. **Revista de Economia Rural**. Brasília, v. 19, n. 3, p. 509-529, jul./set. 1981.

RIGGOTO, Raquel Maria *et al.* Perímetros irrigados e direitos violados no Ceará e Rio Grande do Norte: “por que a água chega e a gente tem que sair?” **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**. v. 17, n. 2, p. 122-144, dez. 2016.

RÊGO, Eduardo Ernesto. **A tecnificação do território no cariri paraibano associada às políticas de estímulo a (re) pecuarização e a prática do cooperativismo agropecuário**. Tese (Doutorado em Geografia) - Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, p. 268, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/17056?locale=pt_BR. Acesso em: 02 abr. 2023.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 10.852, de 20 de janeiro de 2021**. Diário Oficial do Rio Grande do Norte, Poder Executivo, Natal, 20 de janeiro de 2021.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 10.536, de 03 de julho de 2019**. Diário Oficial do Rio Grande do Norte, Poder Executivo, Natal, 03 de julho de 2019.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 11.007, de 20 de agosto de 2021**. Diário Oficial do Rio Grande do Norte, Poder Executivo, Natal, 20 de agosto de 2021.

RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto de Lei 65/2021, de 01 de junho de 2021**. Diário Oficial do Rio Grande do Norte, Poder Executivo, Natal, 01 de junho de 2021.

RN terá R\$ 260 milhões liberados pelo BNB no Plano Safra 2020/2021. **Tribuna do Norte**. Natal, 04 de jul. 2020. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/rn-tera-r-264-milha-es-liberados-pelo-bnb-no-plano-safra-2020-2021/483905>. Acesso em: 05 de ago. 2021.

ROCHA, Sônia. **A pobreza no Brasil: afinal de que se trata?** 3. ed. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRA (OCB). **Anuário do cooperativismo brasileiro**. Disponível em: <https://anuario.coop.br/brasil/cooperativas/>. Acesso em: 29 mar. 2023.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Espaço e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SHANIN, Teodor. A correspondência Marx/Zasulich: cartas e rascunhos. In: SHANIN, Teodor. **Marx Tardio e a via russa**: Marx e as periferias do capitalismo. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2017.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.) **Campesinato e territórios em disputa**. 1.^a edição, São Paulo: Editora Expressão Popular, p. 23-48, 2008.

SILVA, Camila Pereira da. **Identidades (re) descobertas e a luta quilombola por direitos territoriais no estado do Rio Grande do Norte**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/45474?locale=en>. Acesso em: 14 out. 2022.

SILVA, Jaime dos Santos; SILVA, Franciclécia de Souza Barreto. Considerações sobre agricultura irrigada no Vale do Açu e os impactos sobre o mundo do trabalho. **Revista da ABET**, v. 6, n. 1, p.148-170, jan./jun. 2006.

SILVA, Jesiel Souza. Breve revisitação ao conceito de campesinato no Brasil. **Rev. NERA**, Presidente Prudente v. 22, n. 50, p. 40-63, 2019.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. 4. ed. São Paulo: Editora Brasilense, 1981.

SILVA, Lúgia Maria O. Lenin: a questão agrária na Rússia. **Rev. Crítica Marxista**, São Paulo, v. 33, n. 35, p. 111-129, 2012.

SILVA, Suayze Douglas; MEDEIROS, Verônica Pereira; SILVA, Anieres Barbosa da. Tecnologias sociais hídricas para convivência com o semiárido: o caso de um Assentamento rural do município de cabaceiras – PB. **HOLOS**, Natal, v. 1, p. 295-309, 2016.

SOUSA, Jocéia Gouveia de; LOPES, José Edvaldo; SILVA, Anieres Barbosa da. Modernização da Agricultura no Vale do Açu – RN: Um Processo Mediatizado pelas Políticas Públicas. In: **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. 2012. Uberlândia: UFU, 2012. p. 1-16. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1283_2.pdf. Acesso em: 05 de out. 2020.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, jul./ dez. p. 20-45, 2006.

SOUZA, Hermínio Ramos de. Agricultura e política agrícola no Nordeste: do GTDN à liberalização comercial. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 28, n.4, p. 499-518, 1997.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro. **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Passo Fundo e Mossoró. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SUETERGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de campo em Geografia. **Revista GEOgraphia, Rio Grande do Sul**, v. 4, n.7, p. 64-68, 2002.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do Vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

THOMAZ JÚNIOR. As correntes teóricas na geografia agrária Brasileira. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 35, p. 35-52, jul./dez. 2010.

TOLEDO, Pedro Henrique Vieira Martins. **O GTDN e a SUDENE de Furtado no desenvolvimento econômico do Nordeste**: concepção e realidade. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/1718/1/PHVMToledo.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social uma homenagem a Alexander V. Chayanov In: WANDERLEY, M. N. B. **O Mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 25-44, 2014.

WOORTMANN, Klass. **Com parente não se negueia**: o campesinato como ordem moral. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6389/7649>. Acesso em: 04 mar. 2021.

ZENERATTI, Fábio Luiz. **Cooperativismo e recriação camponesa**: contribuições e limites dos modelos de cooperativismo empresarialista e camponês na mesorregião norte central paranaense. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2018. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000217570>. Acesso em: 15 jan. 2023.

APÊNDICES

**APÊNCIDE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA
DIRECIONADA AS LIDERANÇAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS A SEREM
PESQUISADOS**

OBJETIVOS: Conhecer aspectos inerentes ao processo de formação e organização dos assentamentos rurais, bem como as características que suscitem processos de resistência e recriação no âmbito da agricultura camponesa no Polo frente a atuação do capital.

Data ____/____/____

Entrevistado (a):

Idade: _____

Escolaridade:

PA e o Município no qual encontra-se localizado:

1. Qual a data de criação do Projeto de Assentamento?

2. Como se deu o processo de formação do assentamento? Teve algum conflito? A quem pertenciam as terras que deu origem a esse assentamento?

3. De que modo a terra foi adquirida?

4. Quantas famílias vivem hoje no assentamento?

5. As famílias hoje assentadas já trabalhavam no campo?

6. Como foi feita a distribuição dos lotes?

7. O que um pedaço de terra significa para você e sua família?

8. Quais as principais atividades desenvolvidas pelas famílias assentadas?

9. Os assentados utilizam algum tipo de tecnologia em seus cultivos?

(☐) Sim.

Qual(is)?

(☐) Não. Por quê?

10. Tem associação ou cooperativa no assentamento?

(☐) Sim.

Qual?

(☐) Não. Por quê?

Quantos assentados participam?

11. Como se dá a comercialização/destino do excedente produzido pelos assentados?

12. As famílias participam de alguma feira agroecológica?

(☐) Sim. Qual(is) e qual sua

importância?

13. No PA é comum a presença de atravessadores comprando o que é produzido pelos assentados?

14. É comum aqui no PA a colaboração entre as famílias, umas ajudando às outras?

(☐) Sim. Em quais atividades isso ocorre?

(☐) Não. Por quê?

15. Existem bancos de sementes crioulas no assentamento?

(☐) Sim. Qual a importância deles para os assentados?

(☐) Não. Por quê?

16. No PA há tecnologias sociais?

(☐) Sim. Quais? Qual a importância delas para os assentados?

(☐) Não. Por quê?

17. Os assentados utilizam agrotóxicos em seus cultivos?

☐ Sim.

Quais? _____

☐ Não. Por quê? _____

18. Sobre as políticas públicas, quais delas os assentados têm acesso? _____

19. Quais organizações desenvolvem ações no assentamento? Ex: ONGs. _____

20. Os assentados recebem algum tipo de apoio financeiro ou assessoria técnica?

☐ Sim.

Qual? _____

☐ Não. Por quê? _____

21. Você já participou ou participa de sindicato, cooperativa ou movimento social?

☐ Sim.

Qual? _____

☐ Não. Por quê? _____

22. Hoje, essa região tem forte atuação de empresas. O que os assentados têm feito em face de atuação dessas empresas? _____

23. Existe no PA algum agricultor camponês que trabalha para empresas do agronegócio?

☐ sim. Sabe dizer por

quê? _____

☐ Não. Por quê? _____

24. Existe no PA alguma família que esteja integrada a empresas do agronegócio, vendendo a elas o que conseguem produzir?

☐ Sim. Para qual(is)

empresa(s)? _____

☐ Não. Por quê? _____

25. Em sua opinião, quais os impactos oriundos da presença das empresas do agronegócio nesse espaço? _____

26. Ocorrem “ofertas” dessas empresas para que assentados sejam integrados a elas? _____

27. Como vocês se organizam no PA para resistir à atuação das empresas do agronegócio? _____

28. Já existiu algum conflito envolvendo as terras dos assentados?

29. Quais os principais desafios e dificuldades enfrentadas pelos assentados para permanecer na terra?

30. Em sua opinião, quais as perspectivas futuras para os assentados?

31. Há mais informações importantes que gostaria de registrar?

APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DIRECIONADA À COORDENAÇÃO DA REDE XIQUE XIQUE

OBJETIVOS: Conhecer aspectos relacionados ao cooperativismo inerente à agricultura camponesa, buscando compreender a sua importância no processo de recriação camponesa frente a atuação do capital no Polo.

Data ____/____/____

Entrevistado (a):

Idade: _____

Escolaridade:

Município no qual se encontra a Cooperativa da Rede Xique Xique:

1. Quando e como surge a Rede Xique Xique?

2. Qual o seu objetivo?

3. Como se dá a atuação de cada uma junto a agricultura camponesa?

4. Como se dá a atuação da Rede Xique Xique no processo de organização de feiras da agricultura familiar nos municípios do Rio Grande do Norte?

5. Atualmente, quais municípios apresentam feiras como o apoio da rede?

6. Quantas famílias estão inseridas nas feiras?

7. Quantas mulheres estão inseridas nessas feiras? Qual o papel delas em todo o processo, dentro da unidade produtiva e na operacionalização da feira?

8. E o ponto fixo de comercialização, no caso da bodega, está presente só em Mossoró ou ele existe em outras localidades? Como se dá o seu funcionamento no intercâmbio com os agricultores?
-
9. Com relação à agroecologia, como ela vem sendo tratada pelos agricultores que compõem a rede?
-
10. Qual o papel das instituições junto a Rede Xique Xique?
-
11. E as políticas públicas de âmbito federal e estadual voltadas para a agricultura camponesa, como a Rede observa a sua atuação? Na sua opinião quais as suas contribuições e entraves para esses sujeitos?
-
12. Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores na busca pela reprodução no campo?
-
13. Quais as perspectivas futuras da Rede com relação à agricultura camponesa?
-

**APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA
DIRECIONADA À PRESIDÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES E
AGRICULTORAS DA FEIRA AGROECOLÓGICA DE MOSSORÓ - APROFAM**

OBJETIVOS: Conhecer aspectos relacionados ao associativismo inerente à agricultura camponesa, buscando compreender a sua importância no processo de recriação camponesa frente a atuação do capital no Polo.

Data ____/____/____

Entrevistado (a): _____

Idade: _____

Escolaridade: _____

Município no qual se encontra a APROFAM: _____

1. Quando surge a APROFAM?

2. Quantas famílias estão envolvidas?

3. Como elas estão distribuídas no município de Mossoró?

4. O que produzem em suas unidades?

5. Quanto conseguem obter de renda mensalmente?

6. Existe alguma perspectiva de englobar novos associados?

7. Na sua opinião, o que mudou na vida dessas famílias com a participação na feira?

8. Qual o papel das mulheres nesse processo?

9. Atualmente, tem quantas barracas?

10. Quais os dias de feira e a sua localização em Mossoró?

11. Quais estratégias utilizadas pelos agricultores na Pandemia do Covid 19?

12. A APROFAM tem alguma instituição parceira? Quais?

13. Na sua opinião, como a APROFAM contribui para os agricultores camponeses continuarem na terra?

14. Hoje, quais são as principais dificuldades enfrentadas por essas famílias para permanecer na terra, para continuar produzindo e continuar participando da feira?

15. Quais as novas experiências que vem sendo desenvolvidas pela APROFAM juntamente com os camponeses que você entender contribuir com esses sujeitos?

16. Quais as perspectivas de futuro da APROFAM?

**APÊNDICE D: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA
DIRECIONADA À FUNDADORA DO GRUPO DE MULHERES DECIDIDAS A
VENCER**

OBJETIVOS: Conhecer aspectos relacionados a formação e importância do Grupo de Mulheres no processo de recriação camponesa no Polo.

Data____/____/____

Entrevistado (a): _____

Idade: _____

Escolaridade: _____

Município no qual se encontra o Grupo de Mulheres Decididas a Vencer: _____

1. Quando surge o Grupo de Mulheres Decididas a Vencer?

2. Quantas mulheres estão envolvidas?

3. Quais as atividades são desenvolvidas pelo Grupo?

4. Quais atividades produtivas se destacam atualmente no âmbito do grupo?

5. Quanto conseguem obter de renda mensalmente?

6. Como é realizado o processo de comercialização?

7. O Grupo tem alguma instituição parceira?

8. Qual a importância do Grupo na reprodução socioeconômica das famílias?

9. O que tem sido feito para englobar os demais assentados no Grupo, em especial os jovens?

10. Hoje, quais são os principais desafios enfrentados pelo Grupo?

11. Quais as perspectivas de futuro do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer?

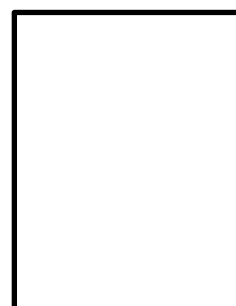
APÊNDICE E: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____ estou de acordo com a minha participação no estudo intitulado: Permanências e recriação da agricultura camponesa no Polo Assu/Mossoró (RN). Fui devidamente esclarecido (a) quanto aos objetivos da pesquisa, aos procedimentos aos quais serei submetido (a) e dos possíveis riscos que possam advir de tal participação. Foram-me garantidos esclarecimentos que possa vir a solicitar durante o curso da pesquisa e o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem que minha desistência implique em qualquer prejuízo a minha pessoa. Autorizo assim a publicação dos dados da pesquisa a qual nos garante o anonimato e o sigilo dos dados referentes a minha identificação.

_____, _____ de _____ de 2021.

Participante da pesquisa

Pesquisador responsável:
Alcimária Fernandes da Silva



ANEXOS

ANEXO 01 - CARTA DE PRINCÍPIOS DA REDE XIQUE XIQUE

CARTA DE PRINCÍPIOS DA REDE XIQUE XIQUE

A Rede de Comercialização Solidária é fruto de um amplo processo de construção coletiva, com a contribuição de um conjunto de organizações da sociedade civil que atuando em diferentes áreas, luta pela autonomia e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo e da cidade.

Dessa maneira temos como princípios:

- Uma nova economia que tem na solidariedade seu pilar sustentador;
- Que o financiamento, a produção, a comercialização e o consumo devem se distanciar de todas as formas de exploração do trabalho;
- Valorização do trabalho das mulheres e jovens, respeitando suas diferenças sem gerar desigualdade de gênero e geração;
- Tratando da produção agropecuária devem ser observados os princípios da agroecologia;
- A educação para o consumo ético objetivando o estabelecimento de relações de parceria entre consumidores e consumidoras, produtores e produtoras;
- Os produtos comercializados serão avaliados por um processo de certificação participativa que envolva produtores e produtoras, técnicos e técnicas, consumidores e consumidoras, orientados e orientadas por este princípio.

Missão Institucional:

Produzir, comercializar e fomentar a articulação em rede na perspectiva da agroecologia, feminismo e da economia solidária, através do comercio justo e da certificação participativa.

Visão de Futuro:

Ser autossustentável socioeconomicamente, articulando – se em rede fomentando o trabalho de produtores/as, potencializando mulheres e jovens no amplo processo de auto-organização, formação, produção, comercialização e consumo.